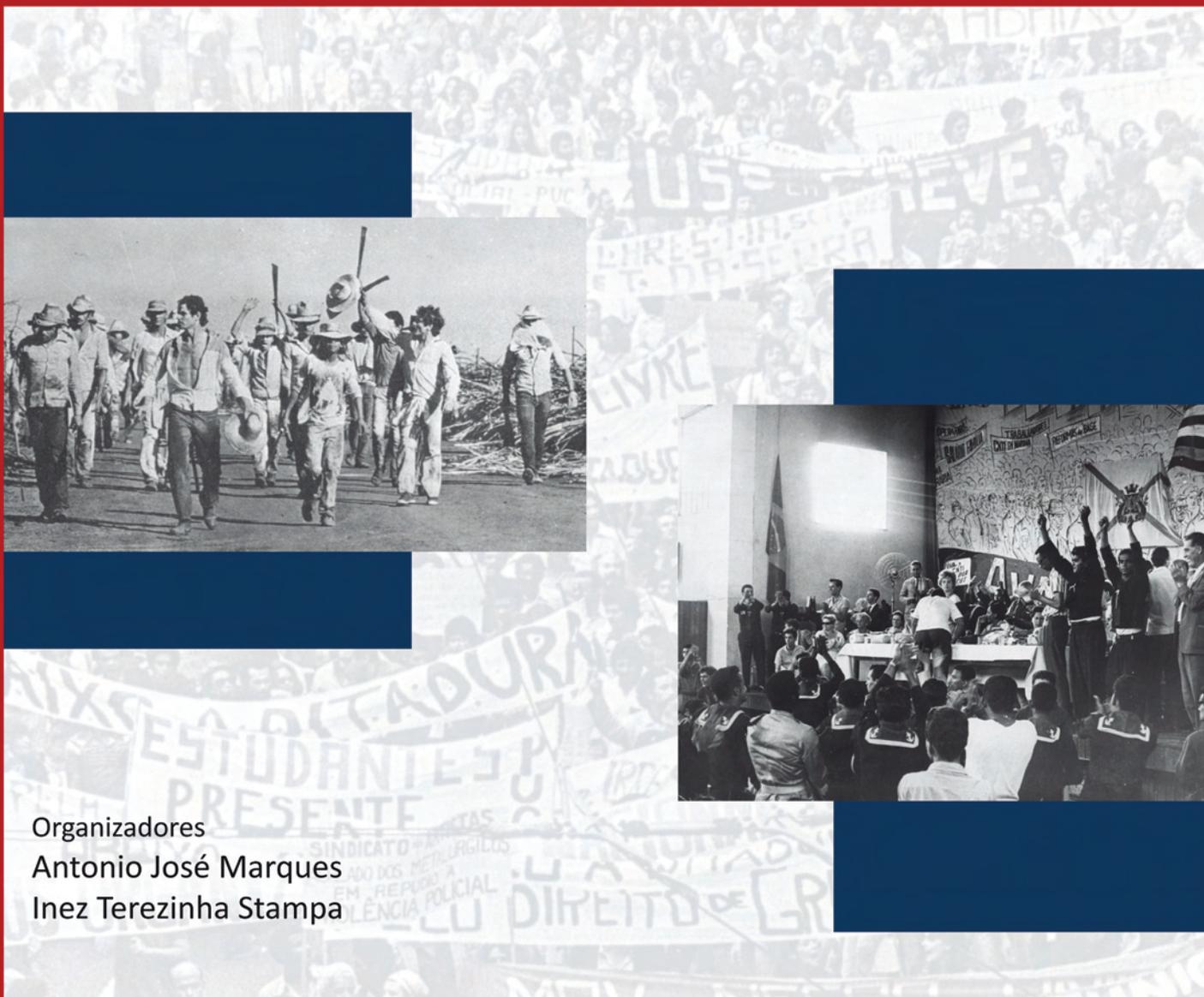




ARQUIVO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES NO CAMPO E NA CIDADE

Comunicações do 2º Seminário Internacional
O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos



Organizadores
Antonio José Marques
Inez Terezinha Stampa

Imagens: Acervo Arquivo Nacional/Arquivo Público Mineiro



Antonio José Marques – Inez Terezinha Stampa
(organizadores)

ARQUIVO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES NO CAMPO E NA CIDADE

Comunicações do 2º Seminário Internacional
O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos

Rio de Janeiro – São Paulo
2012

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



ARQUIVO NACIONAL



CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Copyright © 2012 Arquivo Nacional – Central Única dos Trabalhadores

Arquivo Nacional

Praça da República, 173 – 20211-350, Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Telefone: (21) 2179-1273 Fax: (21) 2179-1297

E-mail: pi@arquivonacional.gov.br

Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 – 03041-000, São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 2108-9247 Fax: (11) 2108-9310

E-mail: cut@cut.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquivo, memória e resistência dos trabalhadores no campo e na cidade : comunicações do 2º Seminário Internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos / organizadores Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa. - 1. ed. – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional ; São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2012.

207 p. : il.

ISBN 978-85-60207-40-4

1. Trabalhadores - Memória. 2. Trabalhadores urbanos - História. 3. Trabalhadores rurais - História. 4. Trabalhadores - Arquivo. 5. Documentos arquivísticos - Preservação. 6. Sindicatos - Organização. 7. Movimentos sociais. I. Marques, José Antonio. II. Stampa, Inez Terezinha.

CDU 331(091)

CDD 331.09

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Assessora de coordenação do Centro de Referência Memórias Reveladas

Inez Terezinha Stampa

Presidente da Central Única dos Trabalhadores

Artur Henrique da Silva Santos

Secretário-geral

Quintino Marques Severo

Centro de Documentação e Memória Sindical

Antonio José Marques (coordenador)

Anderson Pereira dos Santos

Arlton de Carvalho Soares

Dinalva Alexandrina de Oliveira Botasoli

Tatiani Carmona Regos Cruz

Organizadores

Antonio José Marques

Inez Terezinha Stampa

Supervisão editorial

Heliene Chaves Nagasava | Centro de Referência Memórias Reveladas

Revisão

Mariana Simões | Arquivo Nacional

Tradução

Cristian Marcelo Alarcon Bravo

Capa

Tânia Bittencourt | Arquivo Nacional

Projeto gráfico e diagramação

Mariana Simões | Arquivo Nacional

Sumário

Apresentação 7

Sessão de Comunicações I

ARQUIVO E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

Coordenação: Antonio José Marques

APRESENTAÇÃO 10

OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA | Fernanda da Costa Monteiro Araujo 13

O ARQUIVO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA | Maria das Mercês Pereira Apóstolo e Ana Tércia Sanches 23

DA ENGENHARIA AO DOCUMENTO: NOTAS ACERCA DA IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE OSASCO E REGIÃO (CEDOC-SINDMETAL) | André de Araújo e João Carlos Vieira de Freitas 35

REMANDO CONTRA A MARÉ: PROJETO MEMÓRIA DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO, UMA EXPERIÊNCIA DE MEMÓRIAS E ARQUIVOS NÃO OFICIAIS | Paula Ribeiro Salles e Sebastião Lopes Neto 48

O PROJETO DE TRATAMENTO DO ACERVO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA | Weniskley Coutinho Mariano 62

MEMÓRIA, HISTÓRIA E TRABALHO: UMA EXPERIÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DE ACERVOS EM PERNAMBUCO | Luiz Anastácio Momesso e Maria do Socorro de Abreu e Lima 71

O LABORATÓRIO DE HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO (LHIST/UESB) E A MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DO SUDOESTE BAIANO | Rita de Cássia Mendes Pereira 81

A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DO CAMPO | Juliana Gomes Moreira, Carolina Thomson Rios, Mariana Vieira e Marco Antonio Teixeira 88

O ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO (AMORJ) E SUAS COLEÇÕES PESSOAIS DE TRABALHADORES SINDICALISTAS: UMA ANÁLISE TIPOLÓGICA | Marcos Aurelio Santana Rodrigues 99

ARCHIVO DE GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE CÓRDOBA, ARGENTINA: DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO MUNDO DO TRABALHO (1943- 1955) | Patricia B. Roggio 112

Sessão de Comunicações II

RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES NA CIDADE E NO CAMPO

Coordenação: Inez Terezinha Stampa

APRESENTAÇÃO 125

OS MUNDOS DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS TRABALHADORES NO ACERVO DO LHIST/UESB (SUDOESTE DA BAHIA, 1963-1983) | José Pacheco dos Santos Júnior 128

JUSTIÇA, DIREITOS E REIVINDICAÇÕES: PROCESSOS JUDICIAIS TRABALHISTAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, BELO HORIZONTE, ANOS 1960 | Mário Cléber Martins Lanna Júnior e Maria Aparecida Carvalhais Cunha 135

POR UMA APOLOGIA DOS PROCESSOS TRABALHISTAS: RIQUEZA DOCUMENTAL E “CONSCIÊNCIA LEGAL” DOS TRABALHADORES | Paula García Schneider 143

ACERVOS DA REPRESSÃO E HISTÓRIA DOS TRABALHADORES: POTENCIALIDADES DE PESQUISA E FORMAS DE ACESSO | Rafaela Leuchtenberger 156

A LUTA POR DIREITOS NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: OS FERROVIÁRIOS DA ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO RIO GRANDE (1930-35) | Rossano Rafaelle Sczip 165

PETROBRAS: TRABALHADORES ORGANIZADOS | Sergio Retroz e Miriam Collares Figueiredo 171

TESSITURAS REVOLUCIONÁRIAS: MEMÓRIAS DA POLÍTICA OPERÁRIA | Aurélio de Moura Britto e Túlio Souza de Vasconcelos 190

Programa do seminário 202

Apresentação

É com grande satisfação que o Arquivo Nacional e a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) apresentam esta coletânea *Arquivo, Memória e Resistência dos trabalhadores no campo e na cidade*, reunindo as comunicações feitas no âmbito do 2º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Memória e Resistência”.

O seminário, promovido pelo Arquivo Nacional e pela CUT-Brasil, foi realizado nos dias 30 e 31 de março e 1º de abril de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA).

A organização do evento esteve a cargo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista, Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores, Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da Universidade Federal de Pernambuco e Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

No dia 31 de março foram realizadas duas sessões de comunicações orais de trabalhos com temáticas de interesse do seminário. Na primeira sessão, denominada “Arquivo e memória dos trabalhadores na cidade e no campo” foram apresentadas comunicações relacionadas a ações de recuperação, organização, preservação e disponibilização de fundos e coleções de arquivos e, também, de implantação de arquivos e centros de documentação em entidades sindicais, movimentos sociais e políticos, entidades públicas e privadas voltadas à preservação desses acervos e que estejam abertos à pesquisa pública.

Na segunda sessão, denominada “Resistência dos trabalhadores na cidade e no campo”, as comunicações abordaram questões atinentes aos arquivos de trabalhadores e/ou organizações políticas e sociais para o conhecimento das formas de resistência e luta por garantias de direitos e para o processo de redemocratização e construção da história recente do país, em especial no que se refere ao regime militar brasileiro.

A riqueza do material apresentado nas sessões temáticas logo evidenciou a necessidade de reunir as comunicações em uma publicação, com o objetivo de difundir essas informações e promover o tão necessário debate sobre os arquivos do “Mundo dos Trabalhadores”. Nesse sentido, cabe um agradecimento a todos os autores que se dispuseram a converter suas apresentações orais nos textos que ora compõem a presente coletânea.

Dirigida a arquivistas, historiadores, documentalistas, bibliotecários, cientistas sociais, bem como a outros profissionais, pesquisadores e estudantes com atuação na área dos arquivos operários, rurais e sindicais, esta coletânea é um verdadeiro testemunho da importância dos arquivos para a compreensão da história de lutas da classe trabalhadora. E, nesse sentido, é leitura recomendada para todos os que se interessam pelo assunto.

Sessão de comunicações I

**ARQUIVO E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES
DA CIDADE E DO CAMPO**

Coordenação: Antonio José Marques

Apresentação

Antonio José Marques¹

Na primeira edição do Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, levada a cabo em 2008, com grande êxito, os participantes trouxeram aos promotores do evento a proposta de, numa segunda edição, promoverem sessões de comunicações sobre gestão de acervos pelas próprias organizações produtoras dos documentos e também sobre a organização, preservação e disponibilização de acervos produzidos pelos trabalhadores da cidade e do campo em outras instituições. Isso demonstrava que trabalhos estavam sendo desenvolvidos e que o compartilhamento e intercâmbio de experiências permitiriam conhecer novas entidades dos trabalhadores com políticas documentais, instituições vinculadas ao mundo operário, rural, sindical e popular, e as metodologias aplicadas na organização dos arquivos e coleções. Além disso, incentivaria as entidades do mundo dos trabalhadores a organizar e divulgar seus acervos.

Considerando esses aspectos, a Comissão Organizadora do 2º Seminário organizou a sessão de comunicações “Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo” com a maioria dos trabalhos relacionada à efetiva recuperação, organização, preservação e divulgação de fundos e coleções de arquivos, à implantação de arquivos e centros de documentação em entidades sindicais, movimentos sociais, entidades públicas e privadas voltadas à preservação desses acervos, que estivessem abertos ao público. Como resultado, essa parte da publicação conta com um artigo sobre a atuação profissional do arquivista e nove contribuições de profissionais que atuam no âmbito dos arquivos do mundo dos trabalhadores em entidades sindicais, organizações dos movimentos sociais, universidades e órgãos governamentais. Os artigos são provenientes de várias regiões brasileiras e de Córdoba, Argentina, ampliando nosso conhecimento sobre o estado da questão. Servem, ainda, como um guia para estudiosos e o público em geral, interessados nos acervos das instituições retratadas ou nas temáticas descritas.

O primeiro artigo de Fernanda Araújo tem particular interesse para os arquivistas, na medida em que identifica os movimentos sociais como um importante campo para sua atuação profissional. Avalia que há um recuo do Estado *stricto sensu*, e com isso as organizações do chamado “terceiro setor”, que inclui os movimentos sociais, assumem novas demandas, produzem e recebem documentos no âmbito de suas atividades, e o arquivista passa a ser um profissional indispensável para a gestão da documentação e preservação da memória e da identidade dos grupos que compõem esses movimentos.

Os dois artigos seguintes trazem experiências desenvolvidas pelo movimento sindical. Maria das Mercês Apóstolo e Ana Tercia Sanches relatam a experiência da implantação do Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, criado em 1992 com o objetivo de reunir os arquivos inativos das várias secretarias do sindicato e o acervo

¹ Coordenador do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT. Master em Arquivística pela Universidad Carlos III de Madrid e Mestre em História Social.

de sua biblioteca. O trabalho também aborda as reflexões que nortearam a construção de um plano de classificação para os arquivos correntes e de um quadro de arranjo para o Arquivo Histórico da entidade. Além disso, discute uma política de descrição, com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), e várias formas de divulgação do acervo, como a digitalização e a internet.

Uma experiência mais recente é descrita por André Araújo e João Carlos de Freitas, e trata da concepção, implantação e desenvolvimento do Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, também no estado de São Paulo. No artigo, relatam as três fases do projeto, que incluiu diagnóstico documental, a metodologia para organização do acervo fotográfico e diversas metas, entre elas a de que o Cedoc-Sindmetal seja um instrumento para a formação dos diretores sindicais e base de conhecimento para a categoria metalúrgica e pesquisadores.

Os artigos de Paula Salles e Sebastião Neto, sobre a Memória da Oposição Metalúrgica de São Paulo (OMSP), e de Weniskley Coutinho, referente à digitalização do acervo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), relatam experiências sobre arquivos dos movimentos sociais. O Projeto Memória da OMSP é desenvolvido pela entidade Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP) e busca recuperar e reconstruir a história/memória daquele movimento por meio da organização do acervo e de entrevistas. No desempenho do trabalho, perceberam que necessitam de políticas de apoio institucionais para o desenvolvimento do projeto e que há urgência em recuperar e divulgar acervos desse tipo, que por sua vez contemplam um “tipo de memória e história”, segundo suas análises.

Weniskley Coutinho, no artigo sobre o tratamento do acervo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), analisa o projeto e a execução dos trabalhos de digitalização da documentação institucional da entidade. Ele parte do reconhecimento da importância dessa iniciativa para os trabalhadores do campo, pesquisadores, CPT e outras entidades, na medida em que o projeto contribui com os trabalhadores em seu cotidiano de luta por terra, água e direitos. Discute a metodologia, os pontos fortes e fracos, como a ausência de um aplicativo de busca, o tamanho do acervo e as dificuldades financeiras.

Os quatro artigos seguintes originaram-se de projetos desenvolvidos em universidades, todavia cada um com suas particularidades. Luiz Anastácio Momesso e Maria do Socorro de Abreu e Lima apresentam o Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais (Nudoc), da Universidade Federal de Pernambuco. Eles relatam iniciativas para a formação do acervo do Nudoc, avaliam o trabalho desenvolvido e descrevem sumariamente alguns dos seus arquivos e coleções. Rita de Cássia Pereira apresenta o Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade do Sudoeste da Bahia que custodia um amplo acervo documental proveniente dos arquivos da Justiça do Trabalho. Também apresenta os resultados das atividades desenvolvidas por essa entidade que busca afirmar-se como instituição/memória voltada à identificação, preservação e divulgação da memória social do trabalho, dos movimentos sociais e do movimento sindical.

A organização e a preservação de acervos oriundos das entidades e trabalhadores rurais são tratadas no artigo de Juliana Gomes e mais três colegas. Nele apresentam o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência em Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, discutem os objetivos, metodologia, desafios e limites de arquivamento para a preservação da memória documental, bibliográfica, audiovisual e oral das organizações sociais do campo brasileiro e seus sujeitos.

O artigo de Marco Aurélio Rodrigues, do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj), entidade que há mais de vinte anos desenvolve projetos de preservação da memória, faz uma análise tipológica dos documentos em seis coleções pessoais de trabalhadores sindicalistas. Com isso, busca compreender as relações entre os documentos e as atividades dos colecionadores, e, por meio da identificação dos tipos documentais, constituir mais uma forma de disponibilizar informações aos usuários do Amorj.

Por fim, no sentido de ampliar perspectivas e traçar um paralelo, temos o artigo de Patricia Roggio, da Escuela de Archivologia de la Universidad de Córdoba, Argentina, que identifica e valoriza acervos documentais produzidos entre 1943 e 1955 por sindicatos e instituições estatais, e mantidos na Série Gobierno, do Archivo de Gobierno de la Provincia de Córdoba. O estudo tem o objetivo de pôr em evidência a importância dessa documentação, em particular quando se constata que os sucessivos golpes de Estado ocorridos na Argentina provocaram a destruição de parcela significativa dos arquivos das organizações sindicais.

O conjunto dos artigos resultantes desta sessão de comunicações demonstra explicitamente o acerto da iniciativa. O fazer documental e arquivístico relatado acima, e desenvolvido com muita qualidade, incentivarão entidades sindicais e diversas outras organizações relacionadas ao mundo dos trabalhadores a trilharem o laborioso, mas necessário, caminho da recuperação, organização e preservação de acervos. Com isso, perceberão que a gestão dos arquivos é fundamental para a administração da entidade e que a preservação da memória é um direito fundamental dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os movimentos sociais como campo de atuação profissional do arquivista

Fernanda da Costa Monteiro Araujo¹

Resumo

O principal objetivo deste trabalho é pensar os acervos constituídos pelo movimento social como mais um campo de atuação profissional do arquivista, partindo da premissa de que esses acervos configuram-se a partir de uma nova realidade global, marcada pela ascensão do Estado neoliberal. A partir do recuo do Estado, *stricto sensu*, no que se refere às políticas de assistência social, a sociedade civil passou a exercer o controle de determinadas demandas sociais, formando um conjunto de organizações caracterizadas, entre outros aspectos, como não governamentais, filantrópicas e de fins públicos, representando o que se convencionou chamar de “terceiro setor”. Entre essas organizações podemos incluir os movimentos sociais, que, como qualquer outra instituição, produzem e recebem documentos no âmbito de suas atividades e por isso necessitam da intervenção técnica e intelectual de um profissional especializado e com formação específica. Nesse sentido entendemos que o arquivista é um profissional indispensável e fundamental na identificação e preservação da memória e identidade dos grupos e indivíduos que compõem os movimentos sociais, na medida em que deve atuar politicamente na gestão dos documentos que compõem esses acervos.

Palavras-chave

movimentos sociais; arquivos; arquivista; atuação profissional.

As atividades voluntárias organizadas e a criação de organizações privadas sem o intuito de obter lucro vêm se destacando por um crescimento notável nos últimos anos. Cada vez mais aumenta o número de fundações, associações e outras instituições com características similares que são criadas com a intenção de prestar serviços sociais, promover o desenvolvimento econômico local e defender os direitos civis. Nessa perspectiva o surgimento da expressão “terceiro setor”, como uma denominação que representa e nomeia instituições que não são do governo (Estado) e nem do mercado, precisa ser mais bem analisado, de forma específica.

Nesse sentido, o surgimento de organizações de cunho reivindicatório e com propostas sociais de defesa dos setores menos favorecidos socialmente torna-se latente no Brasil. Configurando-se em uma das vertentes do “terceiro setor”, os movimentos sociais surgem com objetivos específicos nas suas diversas áreas de atuação. De acordo com Leilah Landim (1993, p. 10):

O Terceiro Setor não é público nem privado, mas sim uma junção do setor estatal e do setor privado para uma finalidade maior, suprir as

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Mestre em História Social pela UFRJ.

falhas do Estado e do setor privado no atendimento às necessidades da população, numa relação conjunta.

A intenção é analisar o campo dos movimentos sociais como uma ramificação do “terceiro setor”, ou seja, como uma proposta alternativa à do Estado, na perspectiva da arquivologia, e pensar sobre a produção documental nessas instituições e a participação do arquivista nesse contexto.

Os movimentos sociais, constituídos ou não juridicamente, como parte integrante de nossa sociedade, compartilham, sob muitos aspectos, de um olhar limitado sobre as relações arquivo/arquivista/Estado/sociedade. Nessa perspectiva, a proposta aqui é analisar a atuação do profissional de arquivo no contexto da produção documental de determinadas instituições que compõem os movimentos sociais, destacando que algumas características e especificidades dessas entidades, onde muitas vezes predomina não apenas a informalidade, como também o reduzido volume de documentos produzidos, não indicam a inexistência da necessidade do arquivista.

A partir do final da década de 1980 e do início dos anos 90, tornou-se comum no Brasil, especialmente entre os teóricos da Reforma do Estado, a expressão “terceiro setor” para designar o conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucro. Ele coexiste com o primeiro setor, que é o Estado, e com o segundo setor, que é o mercado. A vertente majoritária defende que o “terceiro setor” se difere do primeiro porque suas entidades são de natureza privada, e do segundo porque não visa o lucro nem o proveito pessoal de seus atores, mas se dedica à consecução de fins públicos. No entanto, essa generalização apresenta algumas ressalvas.

O “terceiro setor” é um campo e um conceito recente, que vem sendo objeto de inúmeras discussões que precisam ser aprofundadas. Como ainda estamos no início do processo de conhecimento das características, dos elementos e da própria essência e lógica do “terceiro setor”, não existe unanimidade no tocante a seu conceito e abrangência, e isto, inclusive, porque os conceitos variam conforme a ênfase que é dada a um de seus elementos ou características, tais como a diferenciação em relação a outros setores e a finalidade ou natureza jurídica das organizações que o compõem.

Em contrapartida, devido ao grande crescimento das instituições organizadas por elementos da sociedade civil a partir da restrita participação do Estado e do mercado privado, o chamado “terceiro setor” se configurou numa importante esfera social, que precisa ser mais bem estudada e analisada a fim de entendermos o motivo do seu surgimento e as consequências diretas dessas entidades na sociedade brasileira – e, nesse sentido, entendemos a sociedade como parte integrante do Estado capitalista brasileiro, em que se estabelece uma relação de mão dupla entre sociedade civil e sociedade política (GRAMSCI, 1984).

A proposta é tentar analisar, nesse contexto, o papel do arquivista como agente político, partindo das dificuldades da produção e acumulação documental nessas instituições. O baixo volume de documentos produzidos por movimentos sociais, por exemplo, não exclui a participação ativa do profissional de arquivo, na medida em que as atividades do “terceiro setor” estão inseridas no contexto social mais amplo, no qual o arquivo surge como um lugar propício

para o resgate ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos, que podem apresentar elementos que unam ou identifiquem grupos e indivíduos.

Acredita-se que, uma vez colocadas, estas condições nos permitam não apenas ampliar o campo de atuação dos arquivistas, mas também promover uma aproximação maior dos arquivos/arquivista com os indivíduos que se mobilizam em torno dos diferentes segmentos do “terceiro setor”, em especial dos movimentos sociais que primam pela informalidade.

Dessa forma, o debate proposto apresenta uma discussão essencial e inovadora que tem muito a contribuir para estudos na área da arquivística, sobre a custódia de documentos em fundos não oficiais, demonstrando que estes podem ser utilizados para constituição da memória e identidade, por meio da atuação do arquivista.

A memória coletiva é constituída a partir das recordações de acontecimentos ou ações que se deram no passado refletido e ligado em nosso presente, configurando-se então pelo esquecimento e pela lembrança (POLLAK, 1989). Dessa forma, o arquivo pode ser utilizado como lugar dispositivo de memória, com vistas a valorizar e preservar a memória de grupos ou indivíduos, como dos grupos de militância que configuram os movimentos sociais, a partir do resgate de fundos específicos, estabelecendo a relação entre a contextualização histórica e a custódia dos documentos.

Os arquivos públicos têm como função receber documentos que provêm das ações administrativas de qualquer segmento social que esteja inserido em seu contexto, servindo, posteriormente, como um ambiente de memória e identidade desses segmentos. Estas instituições são resultado do seu período político e cultural, não dando conta da guarda de documentos de grupos ou minorias políticas.

Essa noção do arquivo como um instrumento de guarda somente dos documentos oficiais públicos não consegue dar conta das reais funções e objetivos dos acervos arquivísticos em geral, e os arquivos precisam ser analisados e conhecidos como instituições de custódia de documentos que possibilitem também a constituição da memória e das identidades de grupos e minorias sociais.

O número de arquivos que constituem fundos documentais relacionados às questões políticas e culturais dos movimentos sociais no Brasil é muito reduzido, uma vez que muitos desses movimentos atuam na informalidade, e, assim, não apresentam documentos que relatem sua vivência em seus diferentes aspectos, dificultando o resgate de informações sobre suas funções e atividades sociais que são de extrema importância para a construção de suas memórias e identidade. Considerando também o fato de que os arquivos e suas funções ainda são desconhecidos por muitas pessoas, isso acaba dificultando a disseminação das informações contidas nestes documentos.

O estudo relacionado aos acervos dos movimentos sociais é cada vez mais necessário, pelo direito que eles têm de constituir sua memória e também pela evidência de suas reivindicações políticas e sociais que foram negadas durante décadas. Essa importância é refletida na especificidade que os documentos podem transmitir ao se estudar o contexto de determinados movimentos em sua generalidade, até as práticas culturais do grupo, não retirando deles o direito de fazerem parte de nossa história e memória.

Mesmo que tardiamente, a construção ou identificação da memória dos movimentos sociais é fundamental para que estes possam inserir-se num contexto sociopolítico que os configure como “seres identificatórios”, numa sociedade na qual quem não tem sua memória viva e respeitada está privado de se identificar como um indivíduo dotado de atuação político-social e cultural.

Aqui cabe colocar que, mesmo com a problemática da custódia de documentos e a falta de interesse de alguns arquivos brasileiros em resgatar os documentos desses movimentos, existem instituições que se preocupam em preservar para a posterioridade acervos desta natureza que, assim como os outros, são potencialmente ricos em informações para esses setores e seus movimentos. O Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é um exemplo, e custodia documentos que servem como fonte de pesquisa e para o enquadramento de memória de algumas minorias sociais, não se restringindo aos documentos do militante pela causa operária Edgard Leuenroth, mas estendendo-se também ao movimento homossexual, feminista, negro, e tantos outros cuja importância é inegável para a história dos movimentos em nosso país (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH).

Pierre Nora (1993, p. 14) destaca que, embora a memória seja vivida no interior dos indivíduos, quase sempre ela necessita de suportes exteriores (ser materializada) e de referências tangíveis que só vivem através deles. Aponta ainda que surge daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e afeta, ao mesmo tempo, a preservação do presente e do passado.

O arquivo é um dispositivo de memória e identidade, materializado na custódia dos documentos e refletido na composição de seus fundos, respeitando o princípio da proveniência e a ordem original dos documentos, conceitos importantes quando pensamos no resgate da informação que esses documentos possam nos oferecer. A constituição de alguns fundos privados que foram para arquivos públicos e hoje são de acesso público é resultado do esforço de segmentos não ligados ao governo ou às suas políticas arquivísticas, como é o caso dos documentos de algumas minorias sociais que constituem hoje o Arquivo Edgard Leuenroth (instituição pública, com documentos privados), possuindo, então, documentos guardados por interesses de particulares que muitas vezes foram produzidos em seus movimentos, refletindo assim o contexto de algumas minorias sociais brasileiras.

No entanto, infelizmente, o Arquivo Edgard Leuenroth é uma exceção. Raramente encontramos registros arquivísticos de instituições ligadas aos movimentos sociais, seja por descaso do Estado ou até mesmo dos próprios membros desses movimentos, que não percebem a importância da preservação dos documentos ligados às suas práticas e funções. Conforme Heloísa Bellotto (2004, p. 3), o documento arquivístico representa muito mais que um suporte, uma estrutura e um conteúdo. Implica na guarda, circunstância, e na vontade de dar origem a um fato. Também segundo a autora, indica um propósito por meio do qual um fato e uma vontade determinam consequências; é o resultado de um procedimento de criação que se verá refletido na forma documental.

Dessa forma, essa visão do arquivo enquanto instrumento particular do Estado tem afetado diretamente a ideia de memória, de acordo com José Maria Jardim (1995, p. 1): “a memória parece visualizada, sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais.” Assim, mais uma vez, percebemos a importância da constituição

de acervos arquivísticos dos movimentos sociais como instituições representativas de lutas e reivindicações, já que são fundamentais para o resgate da identidade de grupos e indivíduos, assim como para a preservação de suas ideias, na medida em que atuam dentro de um contexto político e social de construção histórica e social da memória.

A atuação informal e a reduzida produção documental dos movimentos não excluem a participação do profissional arquivista no contexto de produção, conservação e acesso da documentação nessas instituições, pelo contrário, estas se configuram como mais um espaço de atuação direta dos profissionais da informação, entre eles o arquivista.

Nesse sentido, é preciso oferecer para esses profissionais uma formação técnica, mas sem que esta formação signifique uma tecnicidade arrogante, que desconsidere outras possibilidades de ação, ou seja, é preciso oferecer uma formação humanística que lhes permita analisar e perceber a sua condição de agente político capaz de saber o que faz, para quem faz e por que faz.

As instituições ligadas aos movimentos sociais possuem uma ideia equivocada da importância e da relação do arquivista/arquivo com a sociedade, acreditando que esse profissional seja dispensável ou secundário diante das suas lutas e reivindicações. No entanto, é exatamente por meio do arquivista que a documentação produzida por essas entidades pode servir muito menos a meras práticas burocráticas e ser percebida como instrumento político essencial. A ausência de documentos como produto direto das atividades dos movimentos sociais não exclui a compreensão de que esses documentos materializam a relação entre Estado e sociedade, nas suas diversas esferas, constituindo-se em um instrumento fundamental para a legitimação de determinadas reivindicações.

Outro ponto fundamental que reafirma a importância do arquivista na gerência dos documentos dos movimentos sociais é o chamado contexto da “era da informação”, no qual todo um aparato tecnológico de/para registros se torna facilmente disponível, impondo a necessidade de um olhar diferenciado sobre o formato em que os documentos são ou podem ser produzidos nos diversos segmentos, sobretudo naqueles que são informais, dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais, principalmente aqueles que primam pela informalidade, possuem algumas especificidades que os distinguem de outras instituições de cunho político e reivindicatório, e a especialização de tarefas é uma delas (CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1983, p. 11). Nesses movimentos é muito comum improvisar quadros. Bastam intenções, objetivos claros, e qualquer pessoa pode fazer qualquer coisa. Normalmente, não adotam a divisão do trabalho, em que cada indivíduo desempenha uma função; preferem compartilhar as diversas tarefas entre o quadro geral de militantes.

No entanto, quando o assunto é documentação e informação, percebe-se que o conhecimento teórico e prático é um instrumento de rapidez e agilidade, e nesse sentido os arquivos e centros de documentação necessitam de uma intervenção técnica e mental específica, a qual faz parte da formação do arquivista, que irá atuar no sentido de desempenhar um trabalho prático e intelectual na gerência da documentação e até mesmo de auxiliar nos objetivos fins do movimento.

Não é qualquer profissional que consegue implementar políticas de gestão documental, dada a dificuldade do ofício. É necessário ter familiaridade com a linguagem e conhecimento da rotina do arquivo, ou seja, ao registrar a documentação regularmente já se sente falta do que não está chegando. Habitua-se a identificar os tipos e espécies documentais, já se sabe a forma de encontrar informações relevantes, entre outros.

A necessidade de um arquivista à frente dos arquivos dos movimentos sociais também se refere ao atendimento, ao contato com o usuário. A competência necessária exige formação específica. Um profissional capacitado, que possui pleno domínio e conhecimento do acervo, tem em mente o pedido que será feito pelo usuário tanto hoje quanto daqui a alguns anos. Cabe destacar que um acervo documental ligado a movimentos sociais possui temas variados, e nesse sentido é preciso que se tenha um conhecimento além do superficial sobre cada um deles.

Em contrapartida, existe a tendência de considerar os movimentos sociais como um todo homogêneo, no entanto é importante observar que existem vários tipos de movimentos, tanto em relação às reivindicações quanto no que se refere aos estágios de desenvolvimento. Há sindicatos diversos, associações de moradores, grupos de rua, clubes, oposições sindicais... Eles atuam em lugares concretos, com dinâmicas próprias que são produto da situação estrutural da sociedade, modificando-se segundo a conjuntura e dependendo de uma história de luta global e particular, de uma prática política determinada.

Os membros efetivos, aqueles que participam cotidianamente, têm a possibilidade de construir uma visão mais ampla a respeito dos objetivos de cada instituição. Mas esses membros também podem limitar-se ao grupo do qual participam. Nesse sentido, defendemos que há outros canais, além da participação direta num trabalho de base, na militância específica, para compreender a demanda de serviço que surge dos diversos grupos. O conhecimento da documentação interna e da demanda externa é um desses canais. Soma-se a isso o fato de que, ao lado do acervo documental, existe outro, de relações e conhecimento, estabelecido pelas instituições.

Mas para isso é necessária uma formação aprimorada nas técnicas e conceitos referentes às questões que envolvem a documentação, a informação e o acesso; é preciso um profissional que conheça os mecanismos gerais, e isto torna difícil, na prática, dedicar-se a um trabalho de base que, em sua dinâmica, absorve tempo.

Dessa forma, percebemos que as necessidades dos movimentos sociais são diversificadas, podem dirigir-se desde à universidade até aos quadros estatísticos fornecidos por instituição especializada; passam por animadores, agentes, assessores, especialistas, alcançam uma tese e muitas vezes são atendidas apenas com uma pequena folha de papel. Assim, o controle e o processamento da informação são essenciais tanto para a preservação da memória e identidade dos grupos ligados a esses movimentos, quanto para sua divulgação e incentivo por meio do acesso, e nessa perspectiva a atuação do arquivista é imprescindível.

Assim como em outras esferas de atuação, nos movimentos sociais o papel do arquivista está diretamente relacionado a uma prática política, enquanto responsável direto pela permanência ou não de determinado documento e/ou informação. Ou seja, é preciso compreender os aspectos das diversidades culturais, sociais, religiosas e sexuais, inerentes à

sociedade brasileira, como uma necessidade de comprometimento ético e profissional capaz de evitar que a sua visão de mundo (um olhar excessivamente etnocêntrico, preconceituoso e pessoal) exclua a possibilidade do outro de se ver representado e de ter acesso aos documentos que digam respeito a tais diferenças.

Dessa forma, a atuação do arquivista nas instituições ligadas aos movimentos sociais precisa ser analisada no sentido de que esse profissional atua como um agente político inserido socialmente, e deve pensar a sua condição na perspectiva de ser capaz de realizar um trabalho especializado e eficiente a fim de dialogar com os objetivos da entidade para a qual trabalha, configurando-se em mais um membro a serviço da preservação da memória e informação de grupos e pessoas.

O arquivista deve intervir de modo a ajudar a instituição, oferecendo uma visão global do acervo; é um profissional que atua como uma espécie de “filtro”, como uma peça fundamental no critério de seleção da informação e na relação com o usuário. O uso de classificações numéricas, alfanuméricas, fichas, códigos em geral, parece intimidar, no entanto estas são ferramentas que precisam ser mediadas pelo arquivista de forma a auxiliar na localização do documento e, conseqüentemente, da informação.

Nesse sentido, algumas questões pertinentes se colocam diante desse profissional. Será que um arquivista pode exercer satisfatoriamente sua função sem estar envolvido nos objetivos do projeto de documentação em que trabalha? Ou seja, um profissional que não faz parte de determinado movimento social, que não é um membro militante da instituição, pode realizar bem a sua função? É possível separar a técnica dos objetivos que se tem?

As rotinas também fazem parte dos critérios de prioridade. Não há como escapar delas. Se não se dispõe de microfilmagem, há que colar papel, arquivá-lo em pastas, classificar documentos e guardá-los cada vez que são utilizados... Fichar artigos, anexar as fichas aos seus respectivos arquivos, alfabetar, usar códigos de classificação, etiquetar, xerocar, encadernar, e assim por diante.

Essas rotinas, muitas vezes mecânicas, de nada valem quando não se tem consciência dos objetivos de seu uso. Burocratizar é dar mais importância aos meios do que aos fins, é perder-se nos meios, sem entender qual é a sua utilidade. Tudo que o arquivista realiza dentro da responsabilidade da sua profissão precisa estar voltado para o atendimento das questões que são formuladas. Todas as atividades, desde colar papel até, sobretudo, a classificação, avaliação e seleção dos documentos, devem ser feitas, sempre, como se houvesse demandas permanentes sendo colocadas, para que se possa oferecer o material, e para que alternativas de resposta sejam encontradas.

É preciso que o arquivista tenha noção de que seu ofício, por meio do controle informacional, gerindo, organizando e disponibilizando a informação, influencia cultural e intelectualmente a sociedade como um todo, configurando o perfil educativo do arquivo no contexto atual, simbolizado pela chamada “sociedade da informação”.

Infelizmente, ainda hoje, a maioria dos profissionais da informação não possui massa crítica no que diz respeito a suas competências, tampouco a sua inserção no processo produtivo, que seja compatível com as necessidades, potencialidades e importância no contexto em que se insere. Muito provavelmente por não preconizarem uma maior produtividade/competitividade,

preferem permanecer no âmbito das estantes e prateleiras. Configuram-se em um ser privado no sentido de empreender e tornar uma profissão lucrativa, e não valorizam as suas atividades profissionais por meio de uma concepção pública cultural e educacional. Falta-lhes uma visão, um direcionamento de formação e visibilidade, do que é ser público e privado, o que é agravado pela sua imobilidade. A postura que cabe ao arquivista é a de refletir e definir estratégias e opções, levando em consideração as referências relativas ao significado e importância do conjunto no qual atua. Este se insere na representatividade social, na interação entre o micro e o macroambiente, bem como nos interesses pessoais e profissionais, para compreender a relação entre a cadeia de atores e instituições, que não podem ser alijados do contexto pelo simples toque de um teclado ou vistos simplesmente como manipuladores do contexto socioeconômico.

Esta situação não só coloca os profissionais da informação em competição com especialistas de outras áreas, como direciona aqueles que lidam com a informação para outros caminhos, e exige dos profissionais conteúdos mais amplos em conhecimentos e competências, que o coloquem em um plano de igualdade com outros profissionais.

Esse cenário de mudanças atinge pelo menos duas esferas: além das transformações nas práticas tradicionais, em que cada vez mais se exigem novos conhecimentos e práticas e alteram o perfil do arquivista, percebe-se também que se inaugura uma nova perspectiva em torno no campo de trabalho desse profissional. É justamente nessa discussão que podemos inserir os acervos dos movimentos sociais, como mais uma esfera de atuação dos arquivistas.

O papel do profissional de arquivo deve ser analisado e percebido como um instrumento nos processos de desenvolvimento e inovação de nossa sociedade, a partir da sua instituição – o arquivo. Atualmente, o arquivista ainda se vê no fim da cadeia documental, na postura de fiel depositário da memória histórica. No entanto, defendemos que numa política de gestão integrada de documentos e arquivos, necessária a uma administração moderna e eficaz, o arquivista deve intervir no início da cadeia documental, acompanhando todo o ciclo de vida dos documentos.

Os conteúdos funcionais da formação acadêmica tradicional já estão defasados em relação aos novos desafios com que os arquivistas se deparam neste novo milênio. Além de uma formação acadêmica de base, os profissionais de arquivo devem ter acesso a uma formação contínua. Se as nossas organizações mudam, modernizam-se, a formação deve acompanhar essas mudanças. Não se trata apenas da chamada “reciclagem”, mas sim de aprender novas práticas em novos contextos, como é o caso dos profissionais que atuam nos movimentos sociais.

Para além da formação, outro aspecto é fundamental para a evolução de qualquer profissão – a cooperação. O conhecimento só existe como tal, no verdadeiro sentido do seu significado, se for partilhado. É preciso uma cooperação institucional maior (entre diversos serviços de arquivo) e profissional (entre arquivistas e associações). No ambiente dos movimentos sociais essa interdisciplinaridade é fundamental, auxilia o arquivista na identificação dos setores e no conhecimento da documentação, principalmente nas instituições em que o arquivista não participa do trabalho de base do movimento.

No arquivo relacionado aos movimentos sociais é necessário pensar a prática coletivamente o tempo todo. Fazer sabendo por que, repensar em cada etapa, estudar soluções adequadas para cada conjuntura específica. O fazer arquivístico não é independente de outras práticas sociais, faz parte de um todo e como tal necessita ser refletido.

Em contrapartida, o mundo do trabalho vem coagindo e obrigando os indivíduos a aumentarem seus patamares de eficiência, resultando numa preocupação muito mais com o desenvolvimento puramente econômico do sistema produtivo, no sentido do lucro, tornando-se o ordenador da realidade que se sobrepõe aos propósitos da sociedade.

Se o principal papel do Estado é oferecer as condições para melhorar o padrão de vida da sociedade, e o dos grupos econômicos é a busca pela excelência na competição por seu nicho de mercado e seus lucros, mesmo sendo tão diferentes os seus papéis, tanto em escala espacial, como temporal e de propósitos, eles continuam sendo medidos pelas mesmas normas e padrões, confundindo-se políticas de governo com estratégias empresariais.

Na medida em que o papel do Estado é reduzido ao simples cumprimento de normas e padrões estabelecidos por grupos econômicos, a sua neutralidade se estende por todos os campos, restringindo a atuação da garantia de direitos dos indivíduos a interesses e a políticas desses grupos.

Por todas essas razões os indivíduos são obrigados a enfrentar mudanças, riscos, incertezas, a tomar decisões, contestar e se defender para construir sua própria identidade. Em princípio, seus méritos são incontestáveis e constituem-se num fator de revisão de determinadas normas e padrões que visem a aceitação e a adaptação, de forma que não firam as suscetibilidades e particularidades das mais diferentes culturas em que se apresentam as organizações sociais.

É nesse complexo ambiente de turbulência que a formação dos profissionais acaba ajustando ou direcionando suas competências para aquilo que os grupos econômicos ou o próprio Estado definem como prioridade e interesse, podendo haver resultados positivos ou negativos do ponto de vista pessoal ou profissional, muitas vezes levando o indivíduo ao risco de acomodação e deixando de lado algumas das melhores contribuições e oportunidades que poderia compartilhar ou adquirir.

Muitas organizações colocam à disposição dos profissionais ferramentas e recursos dos mais diversos níveis como forma de motivar e apoiar o seu próprio desenvolvimento, assim como o desenvolvimento da instituição. No entanto, no caso dos movimentos sociais, nem sempre isso acontece, principalmente naqueles que atuam na informalidade. Pelo que podemos dizer, os recursos disponíveis nos movimentos sociais são escassos, sobretudo no que se refere ao arquivo. Mas é importante que o arquivista compreenda que, por mais numerosos que sejam os métodos, padrões e controles utilizados no processo de desenvolvimento de competências, é do sujeito a aprendizagem, e é por meio dela que se manifestam as diferenças profissionais.

Sabe-se que nesse tão proclamado conjunto de processos que modificam a ordem mundial, as transformações, quaisquer que sejam, não possuem unanimidade, não são imediatamente consensuais, e nem tão simples. As alterações, não só do perfil do arquivista como do seu campo tradicional de trabalho, ainda não são visíveis para a sociedade. Cada

mudança, cada alteração não ocorre sem que antes haja conflitos, debates entre teóricos, estudiosos e pesquisadores para validar a atuação do profissional no mercado de trabalho e torná-lo visível à sociedade.

Referências bibliográficas

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH (AEL). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Site institucional. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ael>. Acesso em: fev. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (Abong). Site institucional. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: fev. 2011.

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (Cedi). Centros de documentação alternativos: algumas questões. *Memória*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, nov. 1983.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião (Iser), 1993. (Cadernos do Iser).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: fev. 2011.

PORTAL LEGISLAÇÃO. Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: fev. 2011.

O arquivo do Sindicato dos Bancários de São Paulo

Relato de uma experiência

Maria das Mercês Pereira Apóstolo¹

Ana Tércia Sanches²

Resumo

O trabalho relata a experiência de implantação do Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. Trata dos esforços para reunião e preservação da documentação produzida e coletada pelo sindicato ao longo dos seus 88 anos de existência. O interesse em preservar de maneira adequada sua documentação levou o Sindicato dos Bancários de São Paulo a instituir, em 1992, o Centro de Documentação, que reuniu os fundos dos arquivos inativos das várias secretarias do sindicato e o acervo da biblioteca, que perfaz atualmente onze mil volumes. A par com essas preocupações, o trabalho aborda ainda as reflexões que nortearam a construção de um plano de classificação para os arquivos correntes e um quadro de arranjo para o arquivo histórico da entidade. Pretende-se a descrição dos documentos baseada na norma Nobrade; a elaboração de um guia geral do acervo; digitalização dos documentos textuais, iconográficos e audiovisuais, com vistas a sua preservação e acesso ao público; sumarização e indexação dos documentos textuais, audiovisuais e iconográficos; elaboração de instrumentos de busca; construção de portal do Cedoc para acesso aos acervos pela internet; preparação de publicações temáticas.

Palavras-chave

arquivos sindicais; arquivos de sindicatos; Sindicato dos Bancários de São Paulo; organização de arquivos sindicais.

Introdução

Os sindicatos, como quaisquer outras entidades, no decorrer de suas atividades geram e acumulam massas documentais significativas que acabam por se constituir em importante memória do percurso histórico dessas organizações e em testemunhos do vigoroso protagonismo dos trabalhadores. São repositórios de informações vitais para a compreensão do desenvolvimento das sociedades modernas, dos seus mecanismos menos ou mais democráticos, seus enfrentamentos sociais e classistas, e sobre a consolidação de um campo de direitos e de

¹ Bacharel em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e em História pela Universidade de São Paulo. Pós-graduada em Metodologia da História e em História Paulista. Especialista em organização de arquivos. Atualmente é bibliotecária coordenadora do Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

² Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995), mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Atualmente é secretária e conselheira fiscal do Plano de Saúde no Banco Itaú S.A. e diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

proteção que identifica a própria natureza do Estado-nação. Além disso, a documentação sindical funciona também como contraponto ao ponto de vista oficial e à produção de uma memória que, no dizer de Decca (2002, p. 17), é uma “memória histórica nacional” que se constrói “pelo apagamento das outras memórias que lhe questionam a própria coerência.”

O estudo dos documentos contidos nos arquivos sindicais possibilita o aprofundamento da compreensão da natureza e dos contornos da vida sindical, dos seus antecedentes históricos, de suas relações com seus filiados, o Estado e os partidos, das suas estruturas e dos seus agentes, das suas perspectivas ideológicas, dos limites e do alcance da sua intervenção na sociedade, dos seus instrumentos de mobilização e pressão, das suas ligações internacionais, entre outros aspectos relevantes.

Seja em situações de agudo enfrentamento político, repressão e total desaparecimento dos instrumentos democráticos, quando então os arquivos sindicais são os primeiros locais a serem vasculhados e saqueados para busca ou ocultamento de evidências, seja em conjunturas mais favoráveis, sob o amparo das leis e da força das próprias lutas, os sindicatos de uma maneira ou de outra têm construído sua história na defesa dos interesses de seus associados. Em muitos momentos esses interesses se confundem com os interesses da maioria da classe trabalhadora. Em outros não, pois que a própria constituição do sindicato e a afiliação a ele são resultados de escolhas de vanguardas, lideranças e linhas hegemônicas. Portanto, ao se estudar o movimento sindical, verifica-se que, paralelamente às tensões classistas entre os trabalhadores e o capital, subjazem também fissuras e estremecimentos, divergências e oposições dentro do próprio movimento e dentro da entidade mesma de representação.

O reconhecimento da existência dessas desarmonias ajuda a compreender algumas das lacunas apresentadas pelos acervos, a quebra de continuidade no fluxo de armazenamento da documentação, às vezes o desaparecimento completo de todo um conjunto de documentos, o que contribui para o comprometimento da organicidade da documentação.

Os arquivos correntes dos sindicatos

A documentação arquivística tem como característica principal o fato de que é resultado de uma acumulação natural, realizada durante as atividades de seu produtor/acumulador.

Essa característica define a qualidade de cumulatividade do arquivo que, segundo Bellotto (2002), refere-se ao fato de os documentos não serem “coleccionados e sim acumulados naturalmente no curso das ações, de maneira contínua e progressiva”.

Assim, antes que a documentação se torne fonte para a história, ela é prova e instrumento das atividades cotidianas da entidade; apoia suas decisões, divulga suas ações; conclama suas assembleias; registra seus debates e gerencia seus afiliados, suas contribuições e suas inscrições; fornece elementos para o acompanhamento de gestões em aberto, comissões e negociações em andamento. Podemos entender, portanto, que a documentação corrente e aquela de valor secundário considerada de “memória” do sindicato constituem um todo orgânico indivisível que deve ser gerenciado dentro de uma perspectiva de gestão documental.

Segundo o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 100), gestão documental é o “conjunto de procedimentos e operações técnicas

referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fases corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento”.

Ou seja, a gestão documental busca manter a organicidade da documentação, preservando seus vínculos com as ações e atividades que lhe deram origem, a fim de que cada documento possa manter a dependência com os outros documentos do arquivo.

Entretanto, nem sempre a gestão documental é possível de ser implementada, principalmente pela falta de uma discussão e proposta que a apoie e implante em todos os setores produtores/acumuladores de documentos. Quando predominam nos sindicatos as características de informalidade vinculadas aos movimentos sociais, relegam-se ao segundo plano aspectos constitutivos de uma determinada burocracia sindical, como pode ser aquela em que se circunscreve a gestão documental.

É certo que algumas áreas, pelo seu caráter essencialmente administrativo, já realizam no seu âmbito de ação uma gestão documental específica, como é o caso de áreas de contabilidade, jurídica e departamento de pessoal, que precisam atender às normas para guarda e consulta de documentos já determinadas pela legislação, pelos seus controladores, entidades fiscalizadoras e usuários.

Para haver uma política de gestão documental ampla e coordenada é preciso valorizar, investir tempo e recursos, paralelamente à busca de disciplina para o quadro de usuários e produtores. Fazer isso em estruturas com hierarquias mais dispersas e frouxas é ainda um desafio para muitas entidades sindicais dos trabalhadores.

Uma proposta de gestão documental deve ter embasamento e respaldo político da direção para que possa ser internalizada por todos os setores que acumulam e produzem documentos. Desta forma busca-se superar a condição de que os sindicatos são dirigidos por equipes que se renovam a cada eleição, o que pode levar à quebra da continuidade ou mesmo à reformulação total das propostas em andamento.

O arquivo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, com sede em São Paulo (SP), nasceu como Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo e foi instituído em uma assembleia em 26 de abril de 1923, na presença de 92 funcionários bancários. Seu primeiro estatuto foi publicado em 9 de maio de 1923, no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, número 101, e seu registro consta à pagina 144 do quarto livro de Inscrição das Sociedades Cíveis, sob o número 961.

A missão dessa associação era a defesa dos direitos dos seus associados principalmente no que concernia ao assistencialismo jurídico e de saúde aos bancários e seus familiares.

Em 15 de maio de 1941, o estatuto passou por uma adaptação ao regime instituído pelo decreto-lei n. 1.402, de 5 de junho de 1939, e a associação passa a se denominar Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, tendo como base territorial o município de São Paulo.

Em meados de 86 e 87, surgiu um Novo Estatuto, que teve como base projetos elaborados consensualmente pela Diretoria do Sindicato, e foi aprovado pela categoria em Assembleia Geral e Permanente. O Novo Estatuto, assim intitulado à época, deixa de ser um mero documento formal para tornar-se um instrumento “orientativo” [sic], juridicamente defensável, politicamente democrático. Traz uma representação muito mais abrangente, incluindo não só os empregados em bancos comerciais e de investimentos, financeiras, cadernetas de poupanças etc. como também os das empresas coligadas, pertencentes ou contratadas por grupo econômico bancário ou financeiro, que executem atividades preponderantes da empresa principal. (SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO, 1999)

Em 16 de julho de 1992, esse estatuto sofre algumas alterações para atender às modificações profundas pelas quais estava passando o sistema financeiro e bancário, e principalmente a organização do trabalho bancário.

Além da representação classista, o sindicato sempre teve participação ativa nos movimentos que impulsionaram mudanças na condução da política brasileira. Destacam-se alguns exemplos de grande relevância: a primeira greve nacional da categoria, em 1934, que conquista a criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB); a conquista da jornada de seis horas; a greve massiva e histórica de 1979, com mobilizações em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; atuação preponderante na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e que teve como resultado uma punição do Ministério do Trabalho em forma de intervenção de dois anos no sindicato; o Movimento das Diretas Já – período de 83 a 84 em que se lutou pela redemocratização do país e pelo estabelecimento de eleições diretas para cargos do Poder Executivo; Greve Nacional dos Bancários – paralisação do sistema financeiro do país por dois dias, 11 e 12 outubro de 1985; fundação da Confederação Nacional dos Bancários (CNB) e da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de São Paulo (Fetec/SP), órgãos de representação estadual e nacional dos bancários; o Movimento pela Ética na Política – *impeachment* de Collor, junho a outubro de 1992; luta contra a privatização dos bancos estaduais, notadamente o banco Banespa que foi adquirido pelo internacional Santander.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, no transcorrer de suas atividades, gera e recebe um valioso patrimônio documental, cujo conteúdo o torna essencial à compreensão da história do movimento dos trabalhadores bancários e do país. Esses documentos são também fundamentais para as atividades de planejamento, implementação de políticas e diretrizes, coordenação e controle das ações políticas e sindicais desenvolvidas pela própria entidade.

A massa documental disponibilizada registra informações sobre as intervenções, definições, regulações e fiscalizações relativas às atividades do trabalho bancário em todas as suas complexidades, bem como reúne uma vastidão de temas tratados pelo movimento sindical: jornada de trabalho, democratização dos meios de comunicação, reestruturação produtiva, terceirização, assédio moral, imposto de renda, desenvolvimento econômico, desigualdade social, políticas públicas, campanha salarial, igualdade de gênero e raça, organização política dos

trabalhadores, doenças ocupacionais, produtos e serviços bancários, mercado de trabalho, organização pelo local de trabalho e negociação coletiva, entre outros.

Uma proposta de gestão documental

A gestão de documentos permite que a organização tenha condições de ter um planejamento, controle e organização do arquivo respeitando a organicidade e o ciclo vital dos documentos. Em um plano de gestão documental cabe ao profissional arquivista distinguir os documentos que são de interesse da entidade, denominados de informação orgânica, de outros conjuntos documentais acumulados que não representam a instituição, chamados de informação não orgânica.

Para identificar a organicidade ou não da documentação arquivística é necessário ter em mente que aquilo que caracteriza os documentos de arquivo é o fato de serem produzidos com finalidades específicas para atender à necessidade da instituição, de ordem administrativa, legal ou para os fins a que ela se dedica. E segundo Durante:

Sendo imparciais no que diz respeito à criação, autênticos no tocante aos procedimentos, e inter-relacionados no que tange ao conteúdo, os registros documentais estão aptos a satisfazer os requisitos da legislação sobre valor probatório e constituem a melhor forma não só de prova documental, mas de prova em geral. De fato, os registros, além das necessidades do direito e da história, servem à transparência das ações, um novo e atraente nome para o que mais tradicionalmente constitui a obrigação de prestar contas tanto do ponto de vista administrativo quanto histórico. (DURANTI, 1994, p. 55)

Assim, com esta perspectiva houve desde o início um esforço de organização da massa documental que, por falta de continuidade e consistência, foi ao longo desses anos se acumulando novamente, visto que não se conseguiu implementar de modo abrangente a gestão documental, propósito inicial do projeto. Atualmente ainda se faz necessário classificar os vários tipos de documentos gerados e definir seus respectivos prazos prescricionais.

Tendo como enfoque assegurar a eficiência e a qualidade de seus processos organizacionais, o Sindicato dos Bancários de São Paulo iniciou uma discussão sobre o destino da documentação acumulada ao longo de seus 88 anos de existência. Para tanto, almeja ver aplicada uma política de gestão de documentos no sentido de prover as diversas unidades organizacionais do sindicato de procedimentos, recursos e métodos de gerenciamento de documentos, abrangendo a geração, recebimento, tramitação, arquivamento corrente, arquivamento intermediário, avaliação, guarda permanente e eliminação.

Essa política integrada insere-se em um quadro de crescimento contínuo da massa documental e na necessidade de otimizar a guarda e a recuperação das informações.

São objetivos dessa política preservar os documentos dentro de uma perspectiva de ciclo vital para que nenhuma das qualidades arquivísticas seja perdida; garantir que a informação contida nesses documentos possa ser acessada rapidamente e de maneira adequada aos níveis de usuários correspondentes, possibilitando a tomada de decisões, prestações de contas e transparência administrativa; normalizar a produção dos documentos inserindo-os no ciclo vital com definição de prazos de guarda, avaliação e descarte ou guarda permanente para uso da pesquisa.

No que se refere ao escopo organizativo, a proposta pretende a descrição dos documentos dentro de normas baseadas na Nobrade – Norma Brasileira de Descrição Arquivística, visando a construção de um guia do acervo, instrumento indispensável à pesquisa. Busca ainda classificar e ordenar os documentos preservando as relações contextuais com que foram criados. Para isso elaborou-se um plano de classificação de documentos (Anexo 1) que se compatibiliza com o modelo organizacional e de gestão do sindicato como um todo, de modo que sua implantação e sua utilização deverão contribuir efetivamente para o aumento da qualidade e da eficiência de seus processos e serviços oferecidos aos associados.

O plano de classificação do arquivo do Sindicato dos Bancários de São Paulo

Um plano de classificação é um “esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido”(ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 132).

O plano de classificação de documentos do Sindicato dos Bancários de São Paulo tem por objetivo facilitar o gerenciamento e a recuperação das informações produzidas e acumuladas pela entidade ao longo do desenvolvimento de suas atividades.

O plano foi pensado em uma perspectiva funcional, vinculando-se com as atividades realizadas pelo Sindicato dos Bancários no exercício de sua missão. Assim a classificação dividiu-se em dois grandes blocos, sendo o primeiro voltado para as atividades de gestão, as atividades-meio, e o segundo para as atividades-fim do sindicato.

Para a tarefa de definição das funções pertinentes a cada um dos referidos blocos, o principal instrumento de trabalho utilizado foi o levantamento da situação da documentação corrente produzida e acumulada em suas secretarias, os tipos documentais existentes atualmente e os assuntos tratados por eles, o que foi realizado no período de 2006 ao início de 2007. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um formulário e ao final produziu-se um relatório que possibilitou o desenho de um plano de classificação, e mais tarde a elaboração de um quadro de arranjo para o arquivo permanente da entidade.

No que se refere especificamente às funções relacionadas às atividades-meio, adotou-se também, como instrumento base de trabalho, o “Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio”, desenvolvido pelo Arquivo Nacional, pela Secretaria da Administração Federal e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e posteriormente aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).

O Cedoc

O Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (Cedoc) foi criado em 1992 com o objetivo de organizar e centralizar a documentação gerada e coletada pela entidade. Neste ano passou a ocupar uma área de 250 m², sendo integrado à antiga biblioteca da entidade, que funcionava até então em outro espaço físico. Desta época em diante foi aberto ao público de segunda a sexta, das 9 às 19 horas, e conta com o seguinte quadro de pessoal para executar suas funções: uma bibliotecária e dois assistentes administrativos.

As origens do Cedoc se vinculam à época das comemorações dos setenta anos do Sindicato dos Bancários. Nesta ocasião, foi incluída a produção de um livro registrando os principais momentos e conquistas da categoria bancária. Para a execução desse produto foi necessário um grande esforço de coleta, busca e resgate da documentação que se encontrava dispersa em vários locais e nas mãos de inúmeras pessoas.

Nesse período foi constatada a falta de uma política de gestão documental mais concisa, que regulasse as atividades de geração e descarte dos documentos. Entretanto, ainda nos dias atuais, pelo fato de o plano de gestão documental não ter se consolidado no aparelho burocrático sindical, parte da documentação encontra-se ainda desorganizada.

Apesar dos obstáculos, o Cedoc instituiu alguns procedimentos que permitiram resgatar as informações e colocá-las à disposição dos interessados, consoante seus objetivos de:

Coletar, processar, organizar e conservar a produção documental do Sindicato visando a preservação de sua memória técnico-administrativa e histórica. E, neste processo, contribuir com todos os recursos ao seu alcance para que o Sindicato cumpra com eficiência sua missão institucional. (SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO, 2010)

O Cedoc tem realizado relevante trabalho de preservação e custódia do fundo documental sob sua guarda, implantando rotinas de coleta da documentação, descrição sumária de seu conteúdo em base de dados Access e indexação do arquivo de fotografias. Além disso, fornece pessoalmente, por telefone, correio postal ou eletrônico, as mais variadas informações e serviços, dentre os quais se destacam os mais solicitados: levantamento bibliográfico no nosso e em outros acervos; busca de teses e literatura cinzenta (*papers, pré-prints, materiais não editados*); acompanhamento diário de revistas e jornais da grande imprensa para coleta de materiais de interesse do sindicato, o que forma a Hemeroteca, atualmente com mais de 150 mil recortes de jornais cobrindo 22 assuntos, desde 1992 e até hoje; informações de caráter geral, tais como cotação atual e retrospectiva de indicadores econômicos, datas comemorativas dos calendários político, religioso, social e sindical, fatos relevantes da história paulista, sindical ou do próprio sindicato, informações de conhecimentos gerais etc.; organização, identificação, classificação e localização de fotos para a secretaria de imprensa e o movimento cutista em geral; pesquisa em obras de referência,

em outras bibliotecas, bases de dados eletrônicas e *open archives* de informações relevantes sobre o movimento financeiro, bancário e sindical em geral; atendimento e acompanhamento a pesquisadores de todos os níveis e com os mais variados graus de exigência; atendimento a solicitações e fornecimento de materiais a qualquer lugar do Brasil.

Atualmente o Cedoc/Biblioteca dispõe do seguinte acervo:

- 11 mil livros;
- 230 mil fotografias em papel e 5 mil fotografias digitais;
- coleções do jornal *Folha Bancária*; jornais sindicais organizados por bancários dos vários bancos; revistas; materiais de campanhas institucionais e relativas à ação sindical; folhetos, adesivos e cartazes;
- acordos coletivos desde 1948;
- monografias, dissertações de mestrado e teses especializadas no setor bancário;
- artigos e textos relativos ao setor bancário em meio eletrônico.

Diante dos serviços oferecidos e da farta massa documental, observou-se que ao longo destes anos de funcionamento o Cedoc consolidou-se como importante fonte para os pesquisadores da temática bancária. Tanto é assim, que em inúmeras monografias, dissertações de mestrado, doutorado e até livre-docência o espaço é reconhecido pelos usuários por sua capacidade de facilitar e disponibilizar o acervo organizado.

Entretanto, em que pese esta avaliação positiva da existência e manutenção do Cedoc, a diretoria e os profissionais que estão diretamente envolvidos com a sua funcionalidade discutem formas de promover uma reestruturação e modernização visando torná-lo mais eficiente e dinâmico.

A reestruturação do Cedoc

A perspectiva de reestruturação e modernização passa pela mudança para outro local, mais propício para o armazenamento adequado dos documentos, com melhores condições ambientais, de visibilidade e proximidade com as outras secretarias, requisitos necessários para sua integração ao cotidiano do sindicato.

A proposta de gestão documental insere-se nessa reestruturação e visa dotar o Cedoc de instrumentos eficazes para um efetivo gerenciamento dos fundos documentais sob sua responsabilidade.

A digitalização será outro aspecto relevante desta reestruturação planejada para o próximo período. A partir dela ficarão disponíveis aos interessados, por meio de recursos da internet, os acervos textual e iconográfico. Espera-se ainda, com a migração dos suportes, preservar documentos que sofrem os efeitos da deterioração devido ao tempo de vida e ao manuseio. A criação de um banco de imagens, obedecendo às restrições de direito autoral, dará destaque a esse importantíssimo e singular acervo do sindicato e enriquecerá sobremaneira as fontes de pesquisa histórica.

Nos moldes atuais de organização, o acervo de 2.500 fitas VHS fica sob a guarda da Secretaria de Imprensa do Sindicato, o que se explica pelo fato de ela ser a produtora e

catalizadora das demandas relacionadas a este tipo de material. Na proposta de reestruturação a ser implantada, o Cedoc pretende incorporar o acervo audiovisual do sindicato, que também passará pelo processo de digitalização e indexação, criação de vocabulário controlado, tratamento preventivo e conservação adequada, o que inclui mobiliário específico e áreas de armazenamento climatizadas.

Para que essa reestruturação tenha sucesso e sobrevida é fundamental o apoio e sustentação por parte da diretoria da entidade sindical. O tratamento da massa documental observa necessariamente uma visão de longo prazo, que se alicerça na manutenção dos acervos e em uma política de gestão documental na qual é preciso uma ação integrada de todas as instâncias do sindicato.

Anexos

1. Extrato do plano de classificação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

ATIVIDADES-FIM

- 100 – Relações com o bancário
 - 100.1 – Instruções e atos normativos
 - 100.2 – Contratos, convênios, projetos, programas, acordos
 - 100.21 – Bancários de bancos privados
 - 100.22 – Bancários de bancos públicos
 - 100.23 – Empresas prestadoras de serviços bancários
 - 100.24 – Instituições financeiras e creditícias
 - 100.25 – Instituições governamentais, não governamentais e acadêmicas
 - 100.3 – Assembleias de categoria
 - 100.31 – Assembleias ordinárias
 - 100.311 – Organização, convocação (edital) e credenciamento
 - 100.312 – Atas e listas de presença
 - 100.32 – Assembleias extraordinárias
 - 100.321 – Organização, convocação (edital) e credenciamento
 - 100.322 – Atas e listas de presença
 - 100.4 – Ouvidoria
 - 100.41 – Atendimento
 - 100.42 – Consulta pública à categoria
 - 100.5 – Gestão de conflitos
 - 100.51 – Mediação
 - 100.511 – Organização e gerenciamento
 - 100.512 – Conflitos mediados
 - 100.52 – Prevenção de conflitos
 - 100.521 – Comissão de Conciliação Voluntária (CCV)
 - 100.522 – Encontros e reuniões
 - 100.6 – Comissões temáticas de trabalho
- 101 – Central de Atendimento ao bancário
- 102 – Serviços culturais para o bancário
- 103 – Serviços editoriais para o bancário
 - 103.1 – Folha Bancária
 - 103.2 – Revista dos Bancários
 - 103.3 – Jornais de bancos feitos pelo sindicato

- 110 – Correspondências com bancários
- 120 – Campanhas salariais
 - 120.1 – Encontros, seminários
 - 120.2 – Minutas
 - 120.3 – Correspondência de campanha salarial
 - 120.4 – Estudos, levantamentos, pesquisas
 - 120.5 – Material de divulgação da campanha salarial
- 121 – Outras negociações salariais
- 122 – Greves
 - 122.1 – Divulgação da greve
 - 122.2 – Clipping sobre a greve
- 130 – Formação sindical de bancários
 - 130.1 – Cursos, seminários, encontros
 - 130.2 – Listas de participantes
 - 130.3 – Relatórios de encontros
 - 130.4 – Material de formação
- 140 – Assuntos jurídicos do bancário
 - 140.1 – Assuntos jurídicos coletivos
 - 140.2 – Assuntos jurídicos individuais
 - 140.3 – Homologação
- 150 – Saúde e condições de trabalho do bancário
 - 150.1- Denúncias
 - 150.2 – CATS
 - 150.3 – Mapa de risco
 - 150.4 – Segurança bancária
 - 150.41 – Assaltos a bancos
 - 150.42 – Portas de segurança
 - 150.5 – Cipas
 - 150.6 – Terceirização bancária

- 200 – Relações com os bancos
 - 200.1 – Instruções e atos normativos
 - 200.2 – Contratos, convênios, projetos, programas, acordos
 - 200.21 – Bancários de bancos privados
 - 200.22 – Bancários de bancos públicos
 - 200.23 – Empresas prestadoras de serviços bancários
 - 200.24 – Instituições financeiras e creditícias
 - 200.25 – Instituições governamentais, não governamentais e acadêmicas
 - 200.3 – Reuniões
 - 200.31 – Congressos, simpósios, seminários, encontros – Bancários privados
 - 200.32 – Congressos, simpósios, seminários, encontros – Bancários públicos
 - 200.32.1 – Teses
 - 200.32.2 – Resoluções
 - 200.4 – Correspondências

2. Definições das classes

RELAÇÕES COM O BANCÁRIO

100 – Relações com o bancário

Envolve as atividades relacionadas aos processos de defesa e representação do bancário, tanto em nível individual quanto coletivo.

100.1 – Instruções e atos normativos

100.2 – Contratos, convênios, projetos, programas, acordos

Refere-se à implementação e acompanhamento de contratos, convênios e projetos firmados entre o sindicato e fundações, instituições públicas especializadas, governamentais, não governamentais e acadêmicas.

100.3 – (aberta)

100.4 – Gestão de ouvidoria

Atividades relacionadas aos processos de consulta à categoria bancária e à sociedade em relação a temas de interesse geral. Envolve a realização de pesquisas e consultas públicas.

100.41 – Atendimento

Relaciona-se com a organização e o gerenciamento das atividades de atendimento das solicitações de informações e reclamações efetuadas pelos bancários.

100.42 – Consulta pública

Tem por objetivo recolher subsídios e informações para o processo decisório do Sindicato dos Bancários, de forma a identificar e ampliar os aspectos relevantes à matéria em questão.

100.5 – Gestão de conflitos

Trata da mediação dos conflitos entre bancos e trabalhadores bancários.

100.51 – Mediação

Envolve a organização e gerenciamento das atividades de mediação.

100.52 – Prevenção de conflitos

Refere-se ao relacionamento com as CCV e à organização e gerenciamento de eventos envolvendo esta categoria.

100.521 – Comissão de Conciliação Voluntária (CCV)

A CCV (Comissão de Conciliação Voluntária) tem como objetivo a quitação negociada dos direitos não pagos durante o seu contrato de trabalho (horas extras, equiparação salarial, a sétima e oitava hora etc.).

100.6 – Comissões temáticas de trabalho

As comissões temáticas de trabalho do sindicato têm, entre outros, o objetivo de assegurar, em função de seus respectivos setores de competências, o acompanhamento do processo de negociação.

110 – Correspondências com bancários

120 – Campanhas salariais

Envolve a documentação produzida e acumulada pelas campanhas salariais, desde suas primeiras manifestações (seminários, encontros e minutas) até o documento final (acordos, dissídios).

120.1 – Organização e funcionamento

120.2 – Minutas

120.3 – Correspondência

120.4 – Estudos, levantamentos, pesquisas (por exemplo, estudos do Dieese)

120.5 – Material de divulgação da campanha salarial – bottons, adesivos, cartazes

121 – Outras negociações salariais

122 – Greves

122.1 – Divulgação da greve

122.2 – Clipping

123 – Acordos coletivos

130 – Formação sindical de bancários

Envolve os documentos relativos às atividades de educação de trabalhadores sindicalizados com o objetivo de reforçar sua capacidade para negociar com os empregadores.

130.1 – Organização e funcionamento

130.2 – Listas de participantes

130.3 – Relatórios

130.4 – Material de formação

140 – Assuntos jurídicos do bancário

140.1 – Assuntos jurídicos coletivos

140.2 – Assuntos jurídicos individuais

140.3 – Homologação

150 – Saúde e condições de trabalho do bancário

- 150.1 – Legislação
- 150.2 – Denúncias
- 150.3 – CATS
- 150.4 – Mapa de risco
- 150.5 – Segurança bancária
- 150.51 – Legislação
- 150.511 – Assaltos a bancos
- 150.512 – Portas de segurança
- 150.6 – CIPAS
- 150.7 – Terceirização bancária

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivística: objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

DECCA. Edgar Salvadori de. Cidadão, mostre-me a identidade! *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 7-20, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan.-jun. 1994.

SINDICATO dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. *Guia do Cedoc*. São Paulo, 2010.

_____. *Estatuto*. São Paulo, 1999.

SOUSA, Renato Tarciso B. de. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. Disponível em: <<http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivosmontadosseto restrabalho.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

Da engrenagem ao documento

Notas acerca da implantação e desenvolvimento do Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Cedoc-Sindmetal)

André de Araújo¹

João Carlos Vieira de Freitas²

Resumo

O trabalho trata da concepção, implantação e desenvolvimento do Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Cedoc-Sindmetal), que tem sido constituído em três fases: a primeira envolveu a elaboração do projeto e a realização do diagnóstico documental; a segunda (atual) tem como foco a organização do acervo fotográfico, produção inicial de instrumentos de pesquisa, estudo para automação do acervo, bem como concepção de projetos para captação de recursos; e a terceira inclui o alcance das metas para continuidade do projeto. Desejamos que, futuramente, o Cedoc-Sindmetal seja um instrumento para formação dos diretores sindicais e base de conhecimento para a categoria metalúrgica e os pesquisadores. A partir do desenvolvimento e da ampliação do Cedoc-Sindmetal, poderemos não só cumprir sua missão, mas, paralelamente, dar subsídios às ações do sindicato, rumo ao seu cinquentenário em 2013.

Palavras-chave

arquivos sindicais; Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Cedoc-Sindmetal); documentação sindical; memória sindical; metalúrgicos – Osasco (SP).

Introdução e objetivos

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região foi fundado em julho de 1963 e tem participado de lutas diversas para a categoria e para o país, das quais se destacam as lutas pelo fim da ditadura, pelo direito de greve e pela jornada de trabalho de 44 horas semanais.

Em sua história,³ o sindicato foi marcado por grandes acontecimentos, tais como a greve da Cobrasma em 1968,⁴ que resultou na intervenção do sindicato pelos militares. A greve

¹ Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Unesp (2001) e mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (2008). Coordena o Cedoc-Sindmetal e é docente no Centro Universitário Assunção (Unifai) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

² Graduando em Biblioteconomia no Centro Universitário Assunção (Unifai). Assistente no Cedoc-Sindmetal.

³ Cf. MIRANDA, Orlando, 1987. *Sindicato e classe operária: história do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco*. 1987. 2 v. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

⁴ Cf. COUTINHO, Ari Marcelo Macedo. *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*. São Paulo: Annablume, 2003.

também fez com que a entidade se tornasse uma verdadeira referência na resistência à ditadura militar e na história do movimento sindical no Brasil.

Com a reorganização do movimento sindical no final dos anos 1970, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região assumiu a liderança do movimento operário e se consolidou nas mobilizações por reivindicações específicas da categoria e por mudanças na realidade político-econômica do país (SINDICATO..., 2005).

Nessa longa história de luta, tem realizado múltiplas ações e atividades, como campanhas, seminários, eleições, greves, congressos, reuniões, manifestações, assembleias, cursos etc. É a partir dessas atividades que se dão, de forma natural, a produção e a acumulação da documentação do sindicato.

A documentação textual, iconográfica, audiovisual e fonográfica constitui um acervo arquivístico e bibliográfico com potencial informacional voltado a propósitos e interesses diversos: desde seu uso para o desenvolvimento de atividades e projetos internos ou mesmo para subsidiar o acesso à informação por parte de seus usuários ativos e em potencial (categoria sindical, diretoria, pesquisadores e comunidade).

A partir de estudos sobre arquivologia (ASSOCIAÇÃO..., 1996; BELLOTTO, 2007; PAES, 2008), os trabalhadores e seus arquivos (MARQUES; STAMPA, 2009), arquivos de entidades de classe (LO SCHIAVO, 1997), acervos de partidos e associações políticas brasileiras (LOPEZ, 1999) e do próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (MIRANDA, 1987), o Cedoc-Sindmetal tem buscado bases teóricas para nortear tanto suas ações quanto a constante reflexão acerca dos objetos e dos instrumentos para o tratamento documental. Por outro lado, a reduzida bibliografia especializada sobre o tema e a falta de estudos atualizados acerca da organização de arquivos sindicais brasileiros têm constituído um elemento desafiador, mas ao mesmo tempo instigante, para o desenvolvimento do Cedoc-Sindmetal.

Na pesquisa bibliográfica realizada, observamos que a criação de centros de documentação nos contextos sindical, político, social e mesmo histórico tem sido comum, já que muitas instituições vêm se preocupando cada vez mais com a organização e disponibilização de seus acervos documentais, e também com a sua memória, aliando assim a prática documental às linhas de ação dos sindicatos.

No que tange à realidade do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, com a constituição de seu Centro de Documentação deseja-se minimizar a dispersão documental e estabelecer uma política de organização, guarda, recuperação e disseminação dos documentos de guarda permanente da instituição.

Em 2007, o sindicato iniciou uma série de ações rumo à comemoração de seu cinquentenário, idealizando o projeto Rumo aos 50. Foi nesse contexto que, em 2008, a instituição demonstrou interesse na organização de seu acervo documental, estabelecendo como objetivo a criação do Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Cedoc-Sindmetal).

Metodologia e resultados

Atualmente, a metodologia de trabalho adotada no Cedoc-Sindmetal tem sido norteadas por princípios arquivísticos e pelo cruzamento destes com os desafios e necessidades da instituição.

Embora o desenvolvimento do Cedoc-Sindmetal não se baseie em uma metodologia “fechada” e “única”, as atividades de algumas instituições (sindicais ou não) têm servido de referencial para o sindicato, tais como o Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT, Centro de Documentação e Memória da Unesp, Associação de Arquivistas de São Paulo (Arq-SP), Centro de Documentação e Memória da Gol, entre outras.

Obviamente, o Cedoc-Sindmetal não possui conjuntos documentais semelhantes aos das instituições referenciadas, mas em alguns problemas no tratamento arquivístico eles se aproximam.

Na busca constante de bases teórico-metodológicas e no cruzamento destas com a realidade institucional, o Cedoc-Sindmetal está sendo desenvolvido em três fases, como mostramos a seguir.

Fase 1

A primeira fase do projeto teve início em 2008 com debates sobre o acervo arquivístico e bibliográfico do sindicato. Naquele momento, o principal interesse da instituição era, especificamente, a organização do acervo fotográfico. A ideia era criar um sistema que proporcionasse a rápida localização das informações contidas na documentação fotográfica para subsidiar as atividades da imprensa.

Com a contratação de recursos humanos,⁵ ampliou-se o projeto de organização das fotografias, propondo-se a criação do Cedoc-Sindmetal.

Aprovado o projeto, elaborou-se o *Diagnóstico para o planejamento e implantação do Cedoc-Sindmetal*, que teve como objetivo descrever e avaliar detalhes da situação da documentação existente no sindicato, além de indicar as principais medidas que deveriam ser tomadas. Nesta fase foi feita a caracterização dos conjuntos documentais.

A metodologia para o desenvolvimento do *Diagnóstico* envolveu as seguintes etapas: planejamento; levantamento de dados, por meio da observação direta da documentação presente nos diversos setores que compõem o sindicato; preenchimento de formulários e conversa com os usuários/funcionários; estudo e avaliação da documentação e redação do texto.

Desse modo, o *Diagnóstico* apontou não somente as características dos documentos, mas também os problemas relacionados a sua guarda, uso e circulação, além dos recursos e infraestrutura existentes.

⁵ O Cedoc-Sindmetal conta com a participação de dois colaboradores desde sua concepção: um coordenador e um assistente.

Tabela 1

Formulário para levantamento das características das fotografias da Imprensa para elaboração do *Diagnóstico*

Documento(s): Fotografia
Procedência: Resultados de registros fotográficos de eventos como eleições, greves, congressos, reuniões, campanhas, seminários, assembleias etc.
Política de acumulação: As fotografias são incorporadas à Imprensa após sua produção pelo repórter fotográfico do sindicato (Carlos Marx e Eduardo Metroviche). Tipo de uso: Interno (x) Pesquisa (x) Outro () Especificar: Uso da diretoria; Pesquisadores externos (estudantes); Imprensa.
Usuário sugere incorporação do documento ao Cedoc-Sindmetal? Sim (x) Não () Indiferente () Observações:
Data da documentação: Período estimado: 1962-2003 (1962-1990 PB em papel; 1990-2003 coloridas em papel)
Estado de conservação: Bom (x) Razoável () Ruim ()
Armazenamento: Nos armários de ferro 1 e 2.
Acondicionamento: As fotografias estão acondicionadas em 1.657 envelopes, alguns dos quais trazem indicações, à caneta, dos dados: assunto, local, data e repórter fotográfico.
Sistema de organização: Organização em envelopes soltos e em envelopes agrupados nas pastas suspensas armazenadas no armário da Imprensa. As pastas suspensas estão dispostas em ordem “numérico-temática”. A organização das pastas suspensas segue a relação de informações que consta em um “índice” elaborado pelo mesmo jornalista.
Total estimado: 114.294 fotografias

Fonte: Fundo Cedoc-Sindmetal

A partir do *Diagnóstico*, foram avaliados e discutidos aspectos gerais da documentação, destacando-se seu potencial para a formação do Cedoc-Sindmetal. Foram identificados problemas com a documentação, como acúmulo e descarte sem critério, dispersão documental e falta de espaço físico.

Embora tenha se tornado uma fonte fundamental para o planejamento do Cedoc-Sindmetal, o *Diagnóstico* não foi estruturado a partir dos princípios e da terminologia arquivística, pois observou o documento “isoladamente” e não em uma perspectiva contextualizada. O levantamento sistematizado das atividades que deram origem a esses documentos, fundamental na prática arquivística, também não foi realizado.

Em decorrência desse aspecto, procura-se, na fase 2, preencher as lacunas e inconsistências da fase 1, delimitando claramente as diferenças entre biblioteconomia e arquivologia em relação ao tratamento documental e considerando a natureza orgânica dos documentos arquivísticos.

As dificuldades encontradas para o desenvolvimento da fase 1 foram, sobretudo, relativas à falta de espaço físico de trabalho e de recursos materiais e físicos.

Fase 2

Na fase atual do projeto, o foco do trabalho é a organização do acervo fotográfico do sindicato em uma perspectiva arquivística. Para tanto, as fotografias passam pelas etapas a seguir:

Higienização e triagem

Os envelopes com conjuntos fotográficos são retirados fisicamente da Imprensa (Figura 1). Em seguida as fotografias são higienizadas e passam por uma triagem em que são separadas em dois grupos: o primeiro composto de fotografias repetidas e demasiadamente semelhantes, que retornam à Imprensa, e o segundo formado por fotografias representativas de seus contextos de produção e que mais se aproximam das atividades que lhes deram origem. Este grupo é organizado e guardado no Cedoc-Sindmetal.

Figura 1

Envelopes com conjuntos fotográficos provenientes da Imprensa



Fonte: Fundo Cedoc-Sindmetal

Fotógrafo: João Carlos Vieira de Freitas

Identificação

Envolve a identificação dos eventos ou atividades que geraram as fotografias, a partir da pesquisa sobre as ações realizadas pela instituição e do levantamento de informações junto aos diretores sindicais. Há conjuntos fotográficos de contextos diferentes, mas reunidos em um mesmo envelope, o que dificulta sua rápida identificação. Também existem envelopes somente com negativos ou somente com positivos. Para o registro de parte das informações pesquisadas, são preenchidas fichas de identificação (Tabelas 2 e 3):

Tabela 2

Ficha dos registos fotográficos em papel

Nº do envelope:
Data:
Responsável Cedoc:
Repórter fotográfico:
Data(s) dos registos fotográficos:
Negativos:
Cor:
Assunto(s) I [Substantivos]:
Assunto(s) II [Nome do evento]:
Assunto(s) III [Propósito]:
Assunto(s) IV [Nome pessoal]:
Local I [Empresa/instituição]:
Local II [Cidade-Estado]:
Observações:

Fonte: Fundo Cedoc-Sindmetal

Tabela 3

Ficha dos registos fotográficos digitais

Nº do CD:
Data:
Responsável Cedoc:
Repórter fotográfico:
Data(s) dos registos fotográficos:
Cor:
Assunto(s) I [Substantivos]:
Assunto(s) II [Nome do evento]:
Assunto(s) III [Propósito]:
Assunto(s) IV [Nome pessoal]:

Local I [Empresa/instituição]:
Local II [Cidade-Estado]:
Observações:

Fonte: Fundo Cedoc-Sindmetal

Classificação e ordenação

Com o objetivo de ordenar o acervo fotográfico a partir das atividades que lhe deram origem, o Cedoc-Sindmetal está estruturando um *quadro de arranjo* (Tabela 4). O termo *arranjo* “englobaria as operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter permanente” (GONÇALVES, 1998, p. 11).

Não há um método ideal para classificação de documentos arquivísticos, pois tudo depende da natureza da entidade e dos documentos. Considerando as particularidades do sindicato, optamos por uma abordagem mista da classificação (*estrutural e funcional*).

Tabela 4

Amostra do quadro de arranjo codificado

1 PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ⁶
1.1 Seminários ⁷
1.1.1 Seminários de Formação ⁸
1.1.1.1 Reportagens Fotográficas ⁹
1.1.1.2 Cartazes
1.1.1.3 Relatórios
1.2 Assembleias
1.3 Reuniões

Fonte: Fundo Cedoc-Sindmetal

Conforme se vê no quadro de arranjo, o método de arquivamento adotado é o duplex, em que “a documentação é dividida em classes, conforme os assuntos” (PAES, 2008, p. 83), partindo-se do geral para o específico. Neste método também é possível abrir outras classes, de forma ilimitada.

⁶ Grupo: definido a partir das atividades, projetos, eventos, departamentos etc.

⁷ Subgrupo: é a tipificação dos eventos.

⁸ Subgrupo.

⁹ Série: foi definida a partir das tipologias documentais mapeadas de forma genérica no *Diagnóstico*.

O desafio na elaboração do quadro de arranjo está no fato de não haver um organograma preciso no sindicato e mesmo na dificuldade de mapear todas as atividades realizadas pela instituição no presente e no passado.

De fato, este desafio parece permear as entidades sindicais como um todo, como aponta Lo Schiavo (1997, p. 14): “As funções e atividades desempenhadas pelas entidades de classe, portanto, não são estáticas. São criadas, desenvolvem-se e desaparecem de acordo com os rumos tomados pela luta travada entre as categorias profissionais e os grupos detentores do capital”.

Acondicionamento e armazenamento

Após a higienização, triagem, identificação, classificação e ordenação, as fotografias são acondicionadas de duas formas:

- fotografias em suporte papel: são acondicionadas em material de qualidade arquivística (Figura 2). Seu armazenamento é feito em um arquivo de aço de pintura eletrostática.
- fotografias digitais: após sua produção, as fotografias digitais são gravadas em CD pelo repórter fotográfico e acondicionadas em uma pasta. Este acondicionamento é intermediário e o Cedoc-Sindmetal estuda alternativas para preservar a informação digital.

Figura 2

Conjuntos fotográficos acondicionados em material de qualidade arquivística



Fonte: Fundo Cedoc-Sindmetal

Fotógrafo: João Carlos Vieira de Freitas

Descrição

Com a necessidade de se realizar uma descrição mais apurada dos conjuntos, para além da identificação inicial, foi estruturado um *inventário da documentação* (Tabela 5), que servirá de referência para a configuração de uma base de dados, em fase de planejamento.

Tabela 5

Inventário da documentação (exemplo)

Nº do registro: É o número interno do sistema ou sequencial de fichas preenchidas manualmente.
Fundo: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região
Grupo/subgrupo: Participação e Promoção de Eventos (1) / Seminários (1.1) / Seminários de Formação (1.1.1)
Série: Reportagens Fotográficas (1.1.1.1)
Caracterização: A série é composta de fotografias dos seminários de formação, que também produzem outros tipos de documentos, tais como cartazes e relatórios.
Gênero: Iconográfico
Suporte: Papel
Técnica/formato/cor: Fotografia/positivo/PB
Estado de conservação: Bom
Acompanha negativos? Sim
Legenda/título: IV Seminário de Formação
Autoria: Eduardo Metroviche
Datas de produção: 1996.08.12.
Quantidade de documentos: 8
Descritores/descrição: IV Seminário de Formação realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco que discutiu os seguintes temas: (...). Nas fotografias figuram os diretores sindicais (...).
Assuntos categorizados:
Permanente?: Sim
Notação: FJ00002
Localização (física): Armário de aço/Gaveta 1
Localização (digital): Participação e Promoção de Eventos (1) / Seminários (1.1) / Seminários de Formação (1.1.1) / Reportagens Fotográficas (1.1.1.1) / IV Seminário de Formação (1.1.1.4)
Condição de acesso: Disponível para empréstimo interno
Condição de reprodutibilidade: Não é permitida a reprodução
Observações:
Compilador/Data: João Carlos/2010.06.05
Supervisor/Data: André de Araújo/2010.06.10

Fonte: Fundo Cedoc-Sindmetal

A dificuldade da fase 2 está na falta de dados que contextualizem por completo as fotografias, daí o nível de descrição intermediária entre “fundo” e “série”.¹⁰

Com vistas à captação de recursos externos, o Cedoc-Sindmetal também tem elaborado alguns projetos, inclusive no âmbito do Memórias Reveladas, do qual é parceiro.

A busca de qualificação na área da arquivologia tem sido outro objetivo da equipe de trabalho, por meio da participação em cursos, eventos e trocas de experiências.

Embora o Cedoc-Sindmetal atue em uma sala intermediária no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (Figura 3), algumas pesquisas de caráter acadêmico e jornalístico têm sido atendidas, o que sinaliza a continuidade e ampliação do projeto.

Figura 3

Espaço físico do Cedoc-Sindmetal



Fonte: Fundo Cedoc-Sindmetal

Fotógrafo: João Carlos Vieira de Freitas

Fase 3

Na fase 3 do projeto, esperamos alcançar as seguintes metas: gerenciamento da documentação de forma integrada; início de um projeto de gestão documental que acompanhe o documento desde sua produção até sua idade permanente, quando for o caso; organização dos conjuntos documentais a partir dos princípios arquivísticos; término da sistematização das atividades meio e fim realizadas pelo sindicato; ampliação do quadro de arranjo; elaboração da tabela de temporalidade; constituição de um espaço definitivo de trabalho e de guarda do acervo; transferência progressiva dos documentos para esse espaço; aquisição de mobiliário,

¹⁰ O Cedoc-Sindmetal parte dos conceitos de fundo, grupo, subgrupo e série estabelecidos pelo *Dicionário de terminologia arquivística*. Cf. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1996.

estrutura física, materiais e equipamentos; continuidade no processamento técnico do acervo e dos serviços; formação e organização de uma Biblioteca de Referência e Apoio cujos temas se aproximem das linhas de ação do sindicato e também dos interesses da categoria metalúrgica; automação do acervo; armazenamento e acondicionamento dos documentos em materiais de qualidade arquivística; disponibilização parcial ou total do acervo na internet; elaboração de projetos para captação de recursos; qualificação profissional contínua dos colaboradores; ampliação do intercâmbio com outras instituições; estabelecimento de políticas de acesso, de circulação e de reprodução dos documentos; treinamento de usuários internos e externos; produzir informação e conhecimento por meio de exposições, publicações, bibliografias especializadas etc.; tornar o Cedoc-Sindmetal um centro difusor de informações acerca dos movimentos sindicais, sociais e políticos.

Desafios

Na implantação e desenvolvimento do Cedoc-Sindmetal, a equipe de trabalho tem lidado com os seguintes desafios:

Teórico-metodológicos

- organizar a documentação em um contexto que ainda busca sua maturidade e cujas discussões são recentes no Brasil;
- em relação à organização das fotografias, o seu tratamento é complexo, pois se trata de documentos cujo referencial de origem se perde. Neste ponto, a contextualização das fotografias no momento de sua produção é necessária e urgente, de modo a minimizar as lacunas no processo descritivo;
- elaboração de um quadro de arranjo que contemple toda a diversidade de atividades e ações do sindicato, ainda que muitas não existam mais e que outras passem a existir, de acordo com as orientações das futuras diretorias.

Institucionais

- inexistência de uma política de gestão documental;
- lacunas na documentação;
- produção e acumulação de documentos de características não precisas;
- atividades não estáticas;
- mudança de políticas de trabalho e de diretoria, o que poderá, no futuro, dificultar o alinhamento e amadurecimento das políticas documentais;
- delimitação da documentação institucional x documentação particular.

Conclusão

O Cedoc-Sindmetal, ao disponibilizar aos seus usuários ativos e em potencial um amplo acesso aos recursos de informação, deve estar empenhado na salvaguarda do patrimônio arquivístico e bibliográfico do sindicato.

Como ferramenta para pesquisa e formação da categoria metalúrgica, diretores sindicais e comunidade externa, o Cedoc-Sindmetal pode contribuir para a memória sindical local e brasileira, sobretudo no âmbito do projeto Rumo aos 50.

É preciso, primordialmente, que os responsáveis pela gestão administrativa e sindical reconheçam a importância das atividades de organização documental para se tornarem difusores dessa mentalidade.

Neste ponto é que se torna essencial a conscientização dos próprios sindicatos de que devem atentar para a produção, acumulação, organização, guarda e acesso de seus documentos. Estas ações devem ter como referência a contextualização dos documentos, elemento chave dos documentos de arquivo.

A implantação e desenvolvimento do Cedoc-Sindmetal indica que as entidades sindicais devem atuar de forma diferenciada no tratamento documental, considerando as demandas específicas das categorias e das linhas políticas e de atuação de cada diretoria, como já foi apontado no estudo de Lo Schiavo (1997).

O trabalho coletivo, a troca de experiências profissionais e o debate acadêmico poderão auxiliar não só no amadurecimento das questões teórico-metodológicas relacionadas às práticas documentais, mas também servirão de base para a produção de conhecimentos arquivísticos tão caros às ações e lutas que envolvem o mundo do trabalho.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivos*. São Paulo: ARQ-SP; Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 1998. (Projeto Como Fazer).
- LO SCHIAVO, Rita de Cássia Martinez. *Roteiro para organização de arquivos de entidades de classe*. 1997. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo; Loyola, 1999.
- MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (org.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: CUT, 2009.
- MIRANDA, Orlando. *Sindicato e classe operária: história do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco*. 1987. 2 v. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*.
3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

SINDICATO dos Metalúrgicos de Osasco e Região.
Histórico. Osasco, SP: Sindmetal, 2005. Disponível
em: <<http://www.sindmetal.org.br/Sindicato/historico.html>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

Remando contra a maré

Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, uma experiência de memórias e arquivos não oficiais

Paula Ribeiro Salles¹
Sebastião Lopes Neto²

Resumo

Este artigo apresentará as reflexões e iniciativas desenvolvidas na construção do Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. A trajetória desta Oposição Sindical se insere na história das lutas operárias/sindicais e populares das décadas de 70 e 80. Entendemos que é urgente promover ações de recuperação, preservação, divulgação e sobretudo de valorização do patrimônio cultural representado pelos arquivos e memórias dos movimentos sociais e lutas dos trabalhadores. São muitos os questionamentos e dúvidas de como fazer isso. Apresentamos aqui o caminho percorrido por um grupo de militantes-colaboradores que se uniram na proposta de enfrentar este desafio.

Palavras-chave

Sindicalismo; Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo; memória de trabalhadores; arquivos de trabalhadores.

*Meu pai contou para mim,
Eu vou contar para meu filho
E quando ele morrer?
Ele conta para o filho dele.
É assim: ninguém esquece.³*

Este artigo apresenta as ações desenvolvidas pelo projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo desde seu lançamento em novembro de 2007, colocando seus avanços e dificuldades. O objetivo central desse projeto é preservar e construir a história/memória da OSM-SP, do ponto de vista dos trabalhadores(as), e torná-la disponível às gerações atuais e futuras.

As principais bandeiras de luta da OSM-SP foram a transformação da estrutura sindical no Brasil e a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, defendendo uma política sindical classista. Caracterizou-se por defender as Comissões de Fábrica como construção das “estruturas horizontais de poder”. São marcos que delimitam sua existência cada

¹ Historiadora, mestranda pela PUC-SP. Bolsista do CNPq. Colaboradora do Projeto Memória da OSM-SP-IIEP.

² Coordenador da Associação Projeto Memória da OSM-SP e do IIEP.

³ Palavras do índio Kalé Maxacali citadas por Cecília Coimbra no livro *Um tempo para não esquecer: 1964-1958*, de Rubim Santos Leão de Aquino.

uma de suas participações nas eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo de 1967 até 1993. Na década de 1980, a OSM-SP passou a se chamar MOSM-SP (Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo).

A OSM-SP teve uma estrutura organizativa ampla e democrática, representada nos Grupos e Comissões de Fábricas, nos Setores – coletivos de metalúrgicos e apoiadores da OSM organizados nas grandes regiões industriais da cidade – e na Coordenação Geral. A OSM-SP teve também iniciativas intercategorias (por exemplo, interfábricas), associativas (como associações de trabalhadores) e de formação política e profissional, com destaque para a Escola Nova Piratininga.

Atuou nas greves operárias do final da década de 70, dirigindo um movimento que irrompeu e organizou uma greve geral da categoria metalúrgica mesmo com a diretoria do Sindicato sendo contra. Nas lutas contra a ditadura militar teve três militantes assassinados – Olavo Hansen, Luiz Hirata e Santo Dias. Participou ativamente da Central Única de Trabalhadores (CUT) desde os debates de sua criação, no final dos anos 1970, e durante toda a década de 1980.

O projeto Memória da OSM-SP, ao longo dos seus três anos de existência, tem direcionado suas ações para a recuperação e organização do arquivo da OSM-SP e para a coleta de entrevistas com ex-militantes. Além disso, o projeto tem investido na mobilização de uma rede de participantes e apoiadores, realizando reuniões nos antigos setores da oposição e organizando encontros gerais.

O acervo da OSM-SP: método e resultados

O acervo da OSM-SP está sob custódia do IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas, associação sem fins lucrativos voltada a pesquisas e estudos nas áreas de educação, trabalho e memória, sempre com ênfase no trabalhador. O projeto também criou em 2010 a Associação Projeto Memória da OSM-SP, fortalecendo uma rede de ex-militantes com vistas à sua sustentação política e financeira.

Ações e resultados

Recuperação de arquivos

O projeto organizou uma rede de ex-militantes da OSM-SP com a qual conversa sistematicamente e debate sobre a necessidade de reconstruir a sua história. Desta forma, recupera paulatinamente os arquivos do movimento. Os arquivos de militantes doados se somam ao fundo da OSM-SP. Os arquivos de entidades que estiveram muito próximas ao movimento se agregam como coleções ou fundos separados. Dentre as ações de recuperação, destaca-se o acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV) na digitalização de cerca de seis mil documentos da OSM.

Programa de entrevistas

Como forma de reconstruir a história da OSM-SP do ponto de vista dos sujeitos envolvidos neste movimento, optou-se por um programa de história oral pautado por entrevistas dirigidas. Dentre os pontos discutidos na construção deste programa estiveram o papel do entrevistador, o roteiro, a entrevista e a transcrição. A caracterização do entrevistado e a autorização de uso do depoimento foram sendo padronizadas no decorrer do projeto. Até o momento foram coletadas 41 entrevistas, sendo 34 individuais e sete coletivas. Desta coleção, treze entrevistas estão em processo final de transcrição, e as demais, disponíveis em áudio.

Organização e disponibilização do arquivo da OSM-SP

O arquivo da OSM-SP está aberto à consulta pública com agendamento prévio. O acervo não apresenta uma organização única e padronizada; existem conjuntos temáticos e tipológicos com descrições sem critério homogêneo. Portanto, não existe um instrumento de pesquisa único; temos listagens e um diagnóstico prévio que ajudam na busca dentro do arquivo. No momento, este diagnóstico está sendo atualizado e padronizado com o intuito de facilitar a busca de documentos.

Uma intervenção de caráter arquivístico com vistas ao acesso fácil, preciso e público vem sendo pleiteada junto às instituições financiadoras, em editais específicos, desde 2008. Em novembro daquele ano, o arquivo se associou à rede parceira do projeto Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. Até o momento não conseguiu apoio financeiro necessário para aprimorar a organização/preservação do seu acervo. Atendemos, em 2010, cerca de dez pesquisadores, sendo que dois estavam ou ainda estão produzindo trabalhos acadêmicos a respeito da OSM-SP.

Nestas condições, o projeto optou por pinçar coleções e temáticas importantes deste acervo, em forma de objetos de divulgação. Dentre elas destacam-se:

- 1) CD-ROM de apresentação do projeto: *A saga da Oposição Metalúrgica de São Paulo – Estávamos lá*. É uma seleção de documentos (“textos históricos” e cordéis), fotos, depoimentos e uma linha do tempo que procura contextualizar o período de 1964 a 1992, com uma apresentação feita para o lançamento do projeto Memória da OSM-SP em novembro de 2007.⁴
- 2) Digitalização de cerca de 6 mil documentos/30 mil imagens sobre a OSM-SP/MOSM-SP que estão sob a guarda do CPV. Uma iniciativa realizada no âmbito da parceria entre CPV/CME-USP (Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP) e IIEP. Disponível para consulta no IIEP.
- 3) Seleção e digitalização de boletins e documentos de dez comissões de fábricas e inter-fábricas da região Sul. Realizada por companheiros próximos ao projeto como proposta de divulgação da iniciativa. Nomes das comissões de fábricas e boletins selecionados:

⁴ Todo o conteúdo deste CD está disponível no site www.iiep.org.br.

Fábricas		Boletins
1. Barbará	6. Monark	Faísca Oeste
2. Catterpillar	7. MWM	Piquetão Sudeste
3. Filtros Mann	8. Prada	Piquetão Sul
4. Massey Ferguson	9. Villares	
5. Metal Leve	10. Walita	

- 4) Digitalização de 80 fitas VHS que registram a atuação da OSM-SP nas décadas de 1980 e 1990. A necessidade de digitalização veio das más condições de conservação das fitas VHS. Disponível em CD para consulta no IIEP.
- 5) Em dezembro de 2010, foi lançada a *Revista do banco de dados de jornais e publicações da OSM-SP*, pontapé da Campanha 2011 “Contemos nossa história”. Disponível em www.iiep.org.br (Banco de dados). A seleção de documentos feita para esse lançamento foi baseada no texto da OSM-SP *Retrospectiva bibliográfica*. Este texto foi elaborado por Vito Giannotti com a colaboração de vários outros companheiros. Disponível em www.iiep.org.br (textos históricos). A cronologia de jornais e publicações apresentada nesta revista foi feita com base neste texto e aprimorada. A esta escolha juntam-se os esforços, tão importantes, de organização do conjunto documental Imprensa, que integra o arquivo da OSM-SP, e da identificação de parte dos documentos da OSM-SP da coleção digital do CPV.

O diagnóstico do acervo

Ao longo do trabalho com o arquivo da OSM-SP, foram identificadas outras coleções e fundos no chamado “arquivo da Oposição”. O recolhimento de novos conjuntos contribuiu para que se estabelecesse uma política de separação documental. O diagnóstico dos conjuntos de documentos existentes no IIEP está em processamento. A decisão de separar por fundos e coleções, de acordo com o princípio arquivístico da proveniência, não é tão óbvia quando se trata de um movimento que formou ampla rede de relações e influência.

A OSM-SP foi incentivadora e promotora de muitas iniciativas. É o caso, por exemplo, das associações de trabalhadores que foram criadas no início dos anos 80 nos setores da OSM-SP. As associações de trabalhadores foram uma iniciativa da OSM-SP respaldada pelos sindicatos que haviam sido ganhos dos “pelegos” pelas nascentes Oposições. Essas associações se transformaram nas CUT Zonais, espaços de organização interfábricas de categorias, de apoio à criação de sindicatos do funcionalismo público autorizados na Constituinte e de atividades e reuniões intercategorias. Essas CUT Zonais faziam parte da estrutura de base, intercategorias da CUT Regional Grande São Paulo, nas quais a OSM-SP também teve grande participação.

Momento memorável dessa CUT Regional foi o lançamento da campanha “Fora Collor”, iniciativa dessa estrutura dentro da CUT estadual de São Paulo. As atividades e o trabalho coletivo intercategorias viabilizaram a Campanha Salarial Unificada de 1985, que reuniu diversas categorias operárias – vidreiros, químicos, borracheiros, plásticos, têxteis, metalúrgicos, entre

outras –, foi vitoriosa em seus resultados e promoveu no pós-64 a primeira e única negociação coletiva intercategorias.

Outra iniciativa marcante da OSM-SP foi a Escola Nova Piratininga, escola profissionalizante criada nos anos 1980, coordenada durante muito tempo pela OSM-SP/MOSM-SP. Teve vida jurídica e funcional independente do movimento. Exemplos deste tipo podem se estender, como para a ampla rede de relações e iniciativas deste movimento sindical. Nesse sentido, torna-se imprescindível ter em mãos o histórico dessas iniciativas e redes de influência, para que as decisões de organização arquivística sejam tomadas.

Tendo em vista este panorama, alguns critérios já se estabelecem: quanto ao fundo OSM-SP, constituído pelos documentos acumulados pelos coordenadores da fase final do MOSM-SP e guardados no IIEP, devem-se agregar as doações individuais de militantes avaliadas como documentos guardados da militância; quanto aos conjuntos mais densos e autônomos, como o da Escola Nova Piratininga, ou de entidades que estiveram muito próximas ao movimento, mas tinham objetivos e vida próprios, optamos por formar fundos ou coleções de acordo as características da documentação. Nesse sentido, começa a se esboçar uma divisão classificatória no acervo do IIEP/Projeto Memória OSM-SP. Mesmo que não seja descrita em profundidade, citamos abaixo esta proposta inicial de divisão a fim de dar uma dimensão do acervo em construção:

- FUNDO OSM-SP/MOSM-SP – veja a descrição deste fundo no Anexo 1
- FUNDO ENP (Escola Nova Piratininga)
- COLEÇÃO HISTÓRIA ORAL – composta de entrevistas feitas pelo Projeto Memória
- COLEÇÃO RLO (Reconstrução de Lutas Operárias) – doada por uma militante da OSM-SP e participante desta entidade de assessoria e formação do movimento sindical da década de 80
- COLEÇÃO WALDEMAR ROSSI – conjunto de vídeos relacionados à atuação deste dirigente da OSM-SP, não só no movimento como em outras instâncias
- COLEÇÃO CUT – conjunto de documentos da CUT, reunidos por Sebastião Neto no cargo de dirigente da central
- COLEÇÃO CPV (digital) – coleção de documentos copiados digitalmente do acervo do CPV sobre a OSM-SP/MOSM-SP – 6 mil documentos em processo de identificação

Conclusão

A trajetória da OSM-SP se insere na história das lutas operárias/sindicais e populares das décadas de 1970 e 80 que ganharam representatividade pela sua ação conjunta. Foram centenas de iniciativas populares que aconteceram em toda a cidade de São Paulo e no restante do Brasil. O movimento sindical cutista no seu nascedouro era, pelo menos nas regiões metropolitanas, absolutamente ligado aos movimentos populares. Hoje, na memória dos militantes, se confundem as referências a sua participação nas Oposições, na criação da CUT, no movimento popular.

Estes movimentos de trabalhadores e, particularmente, o movimento popular daquele período, que foram fundamentais para enterrar a ditadura civil-militar, não têm hoje – a rigor –

um lugar na história. Salvo iniciativas esparsas e referências em artigos acadêmicos, essa é uma memória que está se perdendo ou se perdeu. A parte da luta dos trabalhadores que não ganhou uma direção sindical foi, pouco a pouco, relegada ao ostracismo. Um pacto tácito se estabeleceu na conformação da nova realidade da estrutura sindical, que manteve as piores características da estrutura getulista: a unicidade e o imposto sindical. Ao ser permitida a pluralidade das centrais e com o peso da lei da unicidade na base, cortou-se o oxigênio necessário ao enfrentamento das bases com as direções pelegas. É preciso lembrar que a Força Sindical irrompe alavancada pelas forças que elegeram Collor. Ao se estabelecerem duas grandes Centrais – CUT e Força Sindical –, é firmado um pacto tácito de não agressão. O posterior desdobramento disso é uma reforma sindical pouco substancial nos governos Lula, consolidando uma vida sindical que joga para o terreno da história e da memória as Oposições Sindicais.

O quanto a existência e a influência das Oposições foram relevantes é um tema para debates. O quanto a OSM-SP contribuiu para aquele momento das lutas dos trabalhadores ou para o desenho daquela que seria a Central ÚNICA dos Trabalhadores já foi objeto de estudo de vários acadêmicos, historiadores e até mesmo de teses internas aos congressos da CUT. A Tese 10 defendida pela Articulação, corrente majoritária da CUT, e aprovada no congresso de 1988 em Belo Horizonte, alterou substancialmente a participação das bases nos congressos da CUT, enfraquecendo a participação da representação dos trabalhadores rurais e das Oposições Sindicais nos congressos posteriores. Essa mesma Tese 10 dizia que as “Oposições Sindicais foram matriz ideológica da CUT”.

Pois bem, centenas dessas Oposições tiveram vida efêmera, golpeadas pelo desemprego, pela cooperação entre pelegos e patrões, ou debilitadas pelos obstáculos legais e financeiros impostos à sua existência. Mas receberam a pá de cal nos anos 1990, internamente, pelas modificações estatutárias feitas na CUT e, externamente, pela nova institucionalidade. A precariedade e as dificuldades das Oposições no seu dia a dia levaram à má preservação dos seus arquivos, não existindo uma política de amparo e sustento para isso.

Há, regionalmente, exceções a essa política de extermínio das lembranças. Caso notável é o do CPV – hoje Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro e, até 1989, Centro Pastoral Vergueiro, que atuou desde 1973 na assessoria aos movimentos sindical e popular em São Paulo e desenvolveu esse papel de recolher “tudo”. Desde a queda das atividades dos movimentos populares e sindicais característicos da década de 1980, o CPV vem perdendo sua vitalidade, e hoje necessita de apoio financeiro urgente para que possa proteger sua relevante coleção.

Estes movimentos foram amplos e tiveram uma “capilaridade” muito significativa. Capilaridade no sentido de atingirem a “base” tão reivindicada pelos movimentos de esquerda. Nesse sentido, sua produção documental representa também esta rede, esta amplitude e, ao mesmo tempo, esta dispersão/fragmentação e fragilidade, no sentido de acompanhar os altos e baixos desses movimentos. Como resolver o problema da preservação desta memória/história/arquivos de “ontem”? Esta preservação deve ser pensada de forma estanque para as massas documentais e “memórias” acumuladas? Como fica a memória/história/arquivos dos movimentos de trabalhadores hoje?

A OSM-SP foi matriz de parte das centenas de oposições sindicais criadas na década de 1980. Algumas oposições sindicais se tornaram diretorias sindicais expressivas, entre outras:

Metalúrgicos de BH e Contagem, São José dos Campos, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Porto Alegre e Canoas. Ao contrário destas, a OSM-SP e muitas outras, e também a maioria dos movimentos populares ligados a elas, não se institucionalizaram. Nesse sentido, seus acervos/memórias/histórias correm maior risco de dispersão e desaparecimento no momento atual de enfraquecimento de movimentos desse tipo. Se a OSM-SP, ao longo de sua existência, preservou seus documentos por um esforço militante de metalúrgicos e apoiadores, e recentemente lança o projeto Memória, que atua com dificuldades financeiras, o que dizer da história das Oposições Sindicais como um todo e, mais ainda, da miríade de movimentos populares que foram base de sustentação não só das Oposições. Como estão sendo preservadas, recolhidas, reconhecidas estas memórias?

O Comitê de Solidariedade aos grevistas metalúrgicos do ABC, em 1980, é mais um exemplo deste tipo de ação coletiva (movimento sindical e popular). O comitê era constituído de trabalhadores metalúrgicos e de outras categorias de várias cidades da Grande São Paulo, e apoiadores do movimento popular nos bairros de periferia, que criaram redes de apoio econômico aos trabalhadores em greve – ajudando na conta de luz, no botijão de gás e na comida do dia a dia. Onde está essa memória, a não ser na cabeça das pessoas que estão envelhecendo?

Essa parte da história/memória do movimento dos trabalhadores no Brasil deve ter o reconhecimento devido. Estamos preocupados aqui com este tipo de memória por conhecer sua força de atuação e, em contrapartida, sua fragilidade na disputa por um lugar na história. Como pensar um projeto de memória hoje para este patrimônio cultural? As iniciativas já estabelecidas nos centros de documentação estruturados dariam conta deste arsenal de documentos e memórias? Qual é o melhor lugar para estes acervos? Como garantir sua preservação?

Percebemos, ao longo do projeto Memória da OSM-SP, a necessidade de mais debate neste campo de disputa pela memória. É urgente promover ações de recuperação e divulgação desses “tipos de arquivo e memórias” – de movimentos sindicais e populares não institucionalizados – que por sua vez contemplarão também um “tipo de história”. São muitos questionamentos/dúvidas sobre como fazer isso. Um caminho de aprendizado que se pauta na certeza da sua importância.

Anexos

1. Descrição do fundo OSM-SP conforme a Nobrade⁵

1. ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Código de referência: BR BR SPIIEP,XX OSM (cadastro Conarq)

1.2 Título: Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

1.3 Datas de produção: 1967-1993

⁵ Disponível no banco de dados Memórias Reveladas: <www.an.gov.br/mr>. Os itens apresentados nesta descrição seguem a numeração proposta pela Nobrade.

1.5 Dimensão e suporte:

Filmográfico(s) – fita(s) videomagnética(s) – 84 item(ns)
 Filmográfico(s) – fita(s) videomagnética(s) – 76 item(ns)
 Iconográfico(s) – cópia(s) por contato – 3300 item(ns)
 Iconográfico(s) – fotografia(s) – 3673 item(ns)
 Iconográfico(s) – negativo(s) fotográfico(s) – 3950 item(ns)
 Sonoro(s) – fita(s) audiomagnética(s) – 262 item(ns)
 Textual(is) – sem especificação – 200 caixas arquivos/10 ml/60.000 imagens (estimativas)
 Tridimensional(is) – sem especificação – 7 item(ns)
 Bibliográfico(s) – periódico(s) – 500 título(s)

2. ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de SP – 1984-1993
 Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – 1967-1984

2.2 História administrativa/biografia

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo tem suas origens ligadas a três grupos diferenciados: os católicos da antiga militância em Juventude Operária Católica – JOC e Ação Católica Operária – ACO, que mais tarde se unificam na Pastoral Operária – PO, militantes de organizações de esquerda e sindicalistas isolados, em menor peso. Nasce, portanto, trazendo referências diversificadas que constituirão suas propostas centrais, enquanto exemplo de sindicalismo classista, combatendo a estrutura sindical e organizando os operários em seus locais de trabalho. É uma história que teve início na década de 1960 e se estendeu até início dos anos 1990. A história do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a partir de 1964, é marcada por intervenções por parte do Estado através do Ministério do Trabalho e da Polícia Política, e eleições fraudulentas devido à ação dos mesmos interventores nomeados pela ditadura militar. Desde a primeira disputa na eleição para a diretoria o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1967, a OSM-SP participou de todas as eleições sindicais realizadas de três em três anos, exceto em 1975, ocasião em que foram presas várias lideranças. Na década de 1980, a OSM-SP passou a se chamar de MOSM-SP (Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo).

Entre 24 e 26 de março de 1979, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo realizou seu Primeiro Congresso, aprovando suas teses, sistematizando suas reflexões sobre a situação sindical no Brasil, bem como sua estratégia de atuação sindical junto aos sindicatos e aos trabalhadores metalúrgicos. A Oposição também realizou outros Congressos, em 1980 e 1984.

Na década de 1980, a OSM-SP passou a se organizar em Setores por regiões metalúrgicas (Sul, Norte, Leste, Oeste, Sudeste) e com uma Coordenação mais definida.

Também participou ativamente das diversas iniciativas que resultaram na criação da CUT, como o ENOS (Encontro Nacional de Oposições Sindicais), ENTOES (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical) e Anamos (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais). A OSM-SP articulou dentro da CUT a corrente chamada CUT Pela Base, defendendo os princípios sistematizados em seu primeiro Congresso.

No final da década de 80, o Movimento de Oposição Sindical começa a se enfraquecer, resultando no seu desaparecimento após a eleição de 1993, o que pode ser considerado o marco do término de suas atividades.

2.3 História arquivística (história da acumulação)

O arquivo da OSM-SP custodiado pelo IIEP é fruto da acumulação, guarda e preservação realizada por parte da Coordenação da OSM-SP.

Por volta de 1986, o arquivo da OSM-SP estava totalmente desorganizado, disposto em grandes caixas de papelão na sede da OSM-SP, na rua Riachuelo, quando foi realizada sua primeira organização, como parte da pesquisa da tese de doutoramento de Carmen Lúcia Evangelho Lopes, defendida em 29/4/1992, no departamento de Sociologia da USP, intitulada *A organização dos metalúrgicos de São Paulo*. Nesta

intervenção, o acervo foi organizado por fábricas e regiões da capital paulista, a partir dos núcleos industriais de empresas metalúrgicas, entre outras, acondicionado em caixas arquivos e pastas pendulares de papelão, e foi criada uma notação. (Instrumento de pesquisa não encontrado).

No final dos anos 90 o IIEP, ainda não institucionalizado, assumiu a guarda do arquivo da OSM-SP.

Uma segunda intervenção ocorreu por volta de 1999-2001, como parte do mestrado de Cristiano dos Reis Souza, na FFLCH-USP, que resultou em uma dissertação intitulada *Comissões de fábrica: Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), 1978-1984*. Neste momento, parte do acervo foi reagrupado. Foram criados conjuntos conforme funções e/ou temas, dentre eles: Eleições sindicais; Greves; Comissões de fábrica, Formação, (in)formação... (veja em Sistema de arranjo). Além disso, o material foi reacondicionado e uma descrição por item documental foi realizada na parte tratada. Desde 2007, o IIEP, por meio do projeto Memória, vem recolhendo doações de documentos de ex-militantes da OSM-SP no intuito de contribuir para a complementação do fundo, porém essa documentação tem sido mantida separada.

2.4 Procedência

OSM-SP – Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – 1967-1980 – Entrada no IIEP em 2001 por acumulação de parte dos dirigentes da OSM.

MOSM-SP – Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de SP – 1980-1993 – Entrada no IIEP em 2001 por acumulação de parte dos dirigentes do MOSM-SP.

A partir de 2007, várias doações de pessoas físicas foram realizadas, a fim de complementar o arquivo da OSM-SP, e ainda estão em processo de identificação.

3. ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

3.1 Âmbito e conteúdo

O acervo do IIEP retrata a história da organização dos trabalhadores metalúrgicos da cidade de São Paulo, no período de 1960 a 1990, especialmente através da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo na amplitude de suas relações: com as organizações católicas de esquerda e militantes de organizações políticas e/ou sindicais; com os trabalhadores metalúrgicos e outras categorias através das Comissões de Fábrica e Associações de Trabalhadores; com as Diretorias Sindicais de SP e região nas lutas grevistas do período ou na disputa eleitoral; com movimento sindical e político na criação da CUT, com oposições sindicais de outras categorias nos Encontros regionais e nacionais. Sua amplitude temática se constituiu pela organização e resistência operária na capital paulista e região no período da ditadura militar e no processo de redemocratização do Brasil.

3.2 Sistema de arranjo

Organizado parcialmente em 20 (vinte) dossiês por função/atividade ou assunto: acompanhamento imprensa, assembleias, campanha salarial, congressos, coordenação e setores, CUT, CUT Pela Base, doações individuais, eleições (1972-1993), formação-informação, greves, interfábricas, metalúrgicas, processo de reintegração, propaganda e publicidade, publicações – cronologia, seminários, sindicatos e centrais sindicais; 06 (seis) séries tipológicas: filmográficos, iconográficos, imagens digitais (textuais), publicações, sonoros, tridimensionais. Só descrito em nível de fundo.

4. ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

4.1 Condições de acesso

Com restrição – Necessidade de organização

Com restrição – Necessidade de prévio aviso

5. ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

5.1 Localização dos originais

Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro – São Paulo

5.2 Localização de cópias

Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro – São Paulo

Centro de Memória Sindical – São Paulo

Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp – São Paulo

5.3 Unidades de descrição relacionadas

Cedoc/CUT, Central Única dos Trabalhadores. Centro de Documentação e Memória Sindical – Coleção Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – MOSM-SP

Cedoc/CUT, Central Única dos Trabalhadores. Centro de Documentação e Memória Sindical – Fundo da Comissão Organizadora do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – Regional São Paulo

6. ÁREA DE CONTROLE

6.1 Nota do arquivista

Bibliografia e outras fontes utilizadas

BATISTONI, Maria Rosângela. Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987). 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. – Não definido

Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. TESES APROVADAS. São Paulo, 24 a 26 de março de 1979. Fonte: <http://www.iiiep.org.br/index1.html> – Não definido

7.3 Data da descrição: 20/08/2010

2. Listagem de jornais e outras publicações disponibilizadas on-line⁶

1969 jornal LUTA OPERÁRIA. Coleção incompleta: 03 exemplares.

1970 HISTÓRICO DO MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL NO BRASIL – DE 1900 ATÉ 1970. Reedição de agosto de 1980. (10 p.)

1971 jornal LUTA METALÚRGICA. Não temos exemplares deste jornal.

jornal NOTÍCIAS METALÚRGICAS. Temos apenas 01 exemplar.

1976 jornal LUTA SINDICAL. Publicado de fevereiro/1976 a fevereiro/1984. Coleção completa: 43 exemplares.

1978 DOSSIÊ ELEIÇÕES DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO – SP – 1978-90. CPV. Agosto de 1990. (293 p.)

COMISSÃO DE FÁBRICA – UMA FORMA DE ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA – TOSHIBA, SIEMENS, PHILCO, MASSEY. VOZES/OSM-SP: Petrópolis, 1981. (33 p.)

jornal JORNAL DOS JORNAIS (Exemplares existentes no arquivo: de 04/12/1978 até 22/12/1980. Nossa coleção está incompleta.)

⁶ Banco de dados disponível em <www.iiiep.org.br/index1.html>, seção Banco de Dados. Revista/guia do banco de dados disponível em <www.iiiep.org.br/index1.html>, seção Publicações.

- 1979** ENOS E ENTOES – 1979-1980. DOSSIÊ CPV. março de 1995. (486 p.)
- ENTOES – ANAMPOS – 1981-1982. DOSSIÊ CPV. março de 1995. (233 p.)
- COLETÂNEA DE DOCUMENTOS DO I CONGRESSO DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE SÃO PAULO – REALIZADO EM 24 E 25 DE 1979. (45 p.)
- A LUTA É NOSSA – COMITÊ DE SOLIDARIEDADE – UMA DAS PROPOSTAS DAS OPOSIÇÕES SINDICAIS. 1979. (7 p.)
- COMISSÃO DE FÁBRICA. Outubro de 1979 – cadernos da OSM-SP n. 1. (7 p.), caderno feito por grupo de militantes sindicais da OSM-SP dos setores Sul, Leste, Oeste, Cidade Ademar e outros.
- CONTRIBUIÇÃO PARA UM PROGRAMA DE AÇÃO SINDICAL UNITÁRIA. Março de 1979. (9 p.)
- OSM – Jornal dos Jornais – publica o caderninho n. 2 em outubro de 1979: “SOBRE AS GREVES” – texto de LENIN de 1899. (17 p.).
- 1980** 1º DE MAIO – UM DIA DE LUTA. [1980] produzido pela OSM-SP, Pastoral Operária de São Paulo, FASE e Centro de Educação Popular – Sedes Sapientiae. (9 p.).
- CORDÉIS DE PEDRO MACAMBIRA. Esses cordéis, assim como o prefácio de sua coleção escrito por Florestan Fernandes, podem ser consultados no site www.iiep.org.br/index1.html.
- ESTATUTOS DA COB – Central Operária Boliviana. Editado pela OSM-SP. Maio de 1982. (20 p.)
- MÁQUINAS PIRATININGA – 35 DIAS DE GREVE! Produzido por trabalhadores das Máquinas Piratininga e OSM em colaboração com: 13 de maio – Núcleo de Ed. Popular, Grupo de Ed. Popular URPLAN e Equipe Reconstrução de Lutas Operárias. São Paulo, 1981. (27 p.)
- “SOMOS HUMANOS, NÃO PEÇAS DE REPOSIÇÃO...” (8 p.)
- 1981** ELEIÇÕES METALÚRGICAS – 1981. dossiê CPV. Agosto de 1984. (287 p.)
- TUDO SOBRE A 1ª CONCLAT – A CAMINHO DA CENTRAL ÚNICA. Editado pela Comissão Nacional Pró-CUT e CIDAS (Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical). Editora do Grêmio Politécnico, São Paulo: outubro de 1981. (85 p.)
- COMO GANHAR UMA ELEIÇÃO SINDICAL FAZENDO 13 PONTOS. Reconstrução Lutas Operárias. Caderno 2. [1ª e 2ª edição – 1982 e 1984]. (26 p.)
- O QUE É O SINDICALISMO CLASSISTA – QUANDO O SINDICATO SERVE AOS TRABALHADORES. Jornal dos Jornais – Caderno Especial n. 4 – [1980]. (10 p.)
- SINDICALISMO CLASSISTA. CPV e MOSM-SP. Maio de 1989. (13 p.)
- 1982** CENTRAIS SINDICAIS MUNDIAIS: FSM, CIOSL e CMT. Texto publicado em 1982 pela OSM-SP, em colaboração com CEPASE, FNT, RENOV e 13 de MAIO. Reproduzido e atualizado pelo MOSM-SP em 1986. (18 p.).
- SEMINÁRIO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E A POLÍTICA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SP. Dez/1982. Promovido e organizado pela OSM-SP. (17 p.)
- NAS RAÍZES DA DEMOCRACIA OPERÁRIA – (A HISTÓRIA DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO). Editado pelo Grupo de Educação Popular do URPLAN. Maio de 1981. Coleção Cadernos do Trabalhador 4. (39 p.)
- 1983** MORATÓRIA ... O QUE É ISSO? Março de 1983. Contribuição para o artigo de capa do Jornal Luta Sindical/OSM-SP. Caderno. (7 p.)
- 1984** PATRÕES BUSCAM NOVO FÔLEGO PARA NOS EXPLORAR. Contribuição para o artigo de capa do Jornal Luta Sindical n. 42/ OSM-SP. Janeiro de 1984. (10 p.)
- O LIVRO NEGRO DA CIPA NA ARNO. Dossiê CPV. Março de 1984. (52 p.)
- CIPA E A JUSTIÇA DO TRABALHO – LUTA NA ARNO: A CIPA A SERVIÇO DO TRABALHADOR, UMA GRANDE BATALHA NA JUSTIÇA DO TRABALHO. Editado pela Reconstrução de Lutas Operárias. Caderno 5. [1985]. (18 p.)
- CUT PELA BASE. Editado pela Comissão Sindical Nacional da ANAMPOS. Junho 1982. (11 p.)
- CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DO TEXTO “SOBRE A ORGANIZAÇÃO NOS LOCAIS DE TRABALHO”. Janeiro de 1983. (54 p.)

METALÚRGICOS DE SÃO PAULO – SOBRE AS ELEIÇÕES SINDICAIS DE 84. Texto para debate. OSM-SP/Setor Sul. Outubro de 1983. (12 p.)

ENCONTRO DE FÁBRICAS DE SÃO PAULO. Setembro de 1983. OSM-SP. (42 p.)

CEM ANOS DE LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA NO BRAIL – 1880-1980. Escrito por Vito Giannotti. s.d. (22 p.)

“A MAIOR PONTE DO MUNDO” de Domingos Pellegrini Jr.

“LUTA SINDICAL” – RADIOGRAFIA DE UM JORNAL OPERÁRIO. CPV: 1984.

COMISSÃO DE FÁBRICA. Dossiê CPV. Março de 1984. (178 p.)

AUTONOMIA SINDICAL DOSSIÊ CPV: fevereiro de 1985.

NOTÍCIAS DAS GREVES – 01 A 08 NOV. 85 – CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA. Dossiê CPV. Novembro de 1985. (149 p.)

BELLA CIAO. 1983.

DISCUTINDO A ESTRUTURA SINDICAL. CPV. Julho de 1985. (47 p.)

MINHA REVOLTA NÃO SE VENDE! HISTÓRIA DE UMA LUTA DE RESISTÊNCIA AO FACÃO. Editado pelo Reconstrução de Lutas Operárias. Caderno 4. [1984]. (19 p.)

1985 COMISSÕES DE FÁBRICA EM SÃO PAULO – DADOS SOBRE COMISSÕES DE FÁBRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SUA ORIGEM, LUTAS, COMPOSIÇÃO, ESTATUTOS E OUTROS ITENS. Reconstrução de Lutas Operárias. Caderno 6. maio de 1985. (13 p.)

COMISSÃO DE FÁBRICA DA ASAMA: CONSTRUINDO A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA. Reconstrução de Lutas Operárias. Caderno 7. abril de 1986. (54 p.)

“40 HORAS – UNIFICAR AS LUTAS – CONSTRUIR A CUT” – TESE PARA O CONGRESSO ESTADUAL DA CUT ELABORADA PELA COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE S. PAULO E APROVADA EM ASSEMBLEIA PARA ELEGER DELEGADOS EM 30 DE ABRIL DE 1985. (13 p.)

1986 CMT/CIOSL/FSM – AS CENTRAIS SINDICAIS MUNDIAIS. MOSM-SP. 2ª ed. 1986. (18 p.)

O QUE É A CLAT – A CENTRAL CRISTÃ. (21 p.)

TRIBUNA DE DEBATES n. 1 , TRIBUNA DE DEBATES n. 2, TRIBUNA DE DEBATES n. 3

SUBSÍDIOS – 3º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO. São Paulo, maio de 1986. (23 p.)

PROPOSTAS DE TESE – 3º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO. São Paulo, maio de 1986. (20 p.)

RESOLUÇÕES DO III CONGRESSO. Movimento de Oposição Metalúrgica /SP – Metalúrgicos da CUT – maio de 1986. (30 p.)

CONSTRUIR A CUT PELA BASE. TESE PARA O 2º CONGRESSO ESTADUAL DA CUT DO ESTADO DE SÃO PAULO – E DO 2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT. São Paulo, junho 1986. Metalúrgicos da CUT – MOSM-SP. (11 p.)

jornal OLHO VIVO – outubro/1986 a abril/1999

3. Fotos selecionadas do arquivo da OSM-SP



1



2



3

Descrição das fotos

Foto 1: “Assembleia dos 30 mil.” Assembleia da campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, em 30 de outubro de 1979, na rua do Carmo em frente à sede do sindicato. Faixa das fábricas: “Villares”, “Telefunken”, “Bandeirantes”, “Irlemp, até a vitória”, “Liberdade de Organização e Manifestação dos Trabalhadores”, “Comissões de Fábrica – Salário Substitutivo ou Greve”. Autor: Ricardo Alves.

Foto2: Greve geral de 1979. Piquetão na av. Nações Unidas na zona sul. Novembro/1979. Autor: Jesus Carlos.

Foto 3: 1º de maio de 1980 em São Bernardo do Campo. Presença da Oposição Metalúrgica de São Paulo. Autoria: Marly Rodrigues.

Referências bibliográficas

BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto operário: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo nas greves e comissões de fábrica (1978-1980)*. São Paulo: IIEP; Rio de Janeiro: NPC, 2011 _____ . *Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)*. Tese (Doutorado em Serviço

Social) – PUC, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.iiep.org.br/sistema/arquivos/lidas/tese.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

DE GRACIA, Giuseppina Rosaria. *Da autonomia à institucionalização: a proposta de organização independente e autônoma desenvolvida na região da Mooca, São Paulo*. Dissertação

(Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1997.

FARIA, Hamilton J. B. de. *A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo, 1986.

GIANNOTTI, Vito. *A liberdade sindical no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes. *A CUT por dentro e por fora*. São Paulo: Vozes, 1990.

_____. *A CUT ontem e hoje: o que mudou das origens ao IV Concut*. São Paulo: Vozes, 1991.

GÓES, Marina Piza Sampaio. *Educação popular: a experiência do Conselho de Escolas de trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Educação) – USP, São Paulo, 2001.

MARTINS, Heloisa de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.

REVISTA do CEPE. *Revés do avesso – Política sutura ecumenismo. A história da Oposição Metalúrgica*. São Paulo, Centro Ecumênico de

Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima, ano 15, abr.-maio 2006.

RODRIGUES, Iram J. A trajetória do novo sindicalismo. In: RODRIGUES, I. J. *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes; Educ; Unitrabalho, 1999.

_____. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta; Fapesp, 1997.

Outras

Descrição do fundo OSM-SP: <http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp>

Banco de dados dos jornais e publicações da OSM-SP: <http://www.iiep.org.br/index1.html>

Publicações do Projeto Memória: <http://www.iiep.org.br/index1.html>

Textos históricos do Projeto Memória: <http://www.iiep.org.br/index1.html>

O projeto de tratamento do acervo da Comissão Pastoral da Terra

*Weniskley Coutinho Mariano*¹

Resumo

Neste trabalho cumprimos o objetivo primordial de divulgar o que está sendo realizado na Comissão Pastoral da Terra (CPT) no que se refere ao seu acervo documental. Trabalhando naquela entidade foi possível adquirir experiência com o trato de documentos e é através deste artigo que, além de divulgar o trabalho, exponho minhas impressões acerca do projeto de indexação, digitalização e acondicionamento do acervo da CPT. Para cumprir com este objetivo, falarei sobre as fontes, descreverei o acervo e sua acessibilidade, abordando a localização, o histórico da sistematização dos conflitos no campo e o primeiro projeto de tratamento do acervo; e entraremos no processo do trabalho efetivo, os problemas, possíveis soluções e perspectivas.²

Palavras-chave

Comissão Pastoral da Terra; conflitos no campo; indexação; digitalização; trabalhadores rurais.

Introdução

O objetivo desta comunicação é expor a execução dos trabalhos de digitalização do acervo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no que se refere ao acervo institucional. Desta forma pretende-se contribuir com projetos futuros tanto da Pastoral da Terra quanto de outras entidades ligadas aos trabalhadores do campo em seu cotidiano de luta por terra, água e direitos. Porém, esta comunicação não será feita de maneira a apenas mostrar o itinerário das atividades executadas, e sim para identificar não somente os pontos fortes, mas também suas possíveis falhas. Os principais pontos discutidos aqui serão a metodologia utilizada para o cadastro no índice geral e a ausência de um aplicativo de busca que proporcionasse uma experiência após o cadastro e digitalização de parte do acervo para fins de avaliação. É importante observar que algumas situações também são causadoras de dificuldade no trabalho, como o próprio tamanho do acervo e as condições financeiras da entidade, incapaz de fazer, por si só, este tipo de trabalho, que tem um alto custo.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Goiás e estagiário no Setor de Documentação da secretaria nacional da Comissão Pastoral da Terra.

² Devido à sua incoerência com o resultado do trabalho, o título foi alterado para melhor adequação. O título desta comunicação no seminário foi “Indexação de arquivos: breve análise da metodologia de digitalização do acervo da Comissão Pastoral da Terra”.

A fonte desta comunicação é, na verdade, um relato de experiência acompanhado das impressões que tive na execução do trabalho na CPT. Não há da minha parte nenhuma outra experiência com indexação e acondicionamento de arquivos que não tenha sido naquela entidade, seja como trabalhador ou como pesquisador. Desta forma, preferi não me aventurar na vasta literatura acerca deste tema para evitar equívocos. Tratarei apenas do trabalho e do que aprendi nele, e levarei em consideração também, como fonte, as propostas feitas pela Pastoral aos órgãos financiadores, os registros da metodologia e uma entrevista que me foi concedida no Setor de Documentação da secretaria nacional. Há que se observar que esta comunicação não segue fielmente o previsto no resumo, pois tivemos que alterar a proposta no decorrer do seu desenvolvimento.

Observando os resultados no final da execução do primeiro projeto da CPT, vimos que a equipe não conseguiu concluir algumas metas estabelecidas, no entanto, não foi somente por causa das duas faltas apontadas anteriormente, mas também pela ausência de um inventário produzido previamente para o conhecimento holístico do acervo tratado por uma das frentes de serviço. Existe, de fato, uma metodologia para a organização nos diferentes acervos e em pastas, mas é possível concluir que faltou principalmente um levantamento prévio do acervo a ser indexado, higienizado e digitalizado, o que proporcionaria um melhor planejamento e execução dessas tarefas. Assim, teríamos, possivelmente, antes de sua execução, uma matriz metodológica padrão que seria aplicada durante o trabalho, e isto poderia até compensar a falta do aplicativo de gerenciamento. Percebemos também que a ausência de uma metodologia específica para seleção de palavras-chave poderá ser prejudicial à pesquisa.

O acervo e sua acessibilidade

O acervo da Comissão Pastoral da Terra está localizado na secretaria nacional, em Goiânia (GO), onde é realizada a maior parte do trabalho burocrático da entidade e, inclusive, do Setor de Documentação. O acesso aos documentos ainda é, de certa forma, restrito, mas com o passar dos anos vem avançando no sentido de se tornar mais amplo, seja por meio de estratégias que facilitem o contato, seja com o auxílio de publicações. Desde seu surgimento, em 1975, a CPT registra os conflitos que envolvem os trabalhadores do campo como uma forma de denunciar a violência sofrida por eles. Com esses registros fica mais fácil o trabalho daqueles que se interessam pelos documentos da entidade, tanto para trabalhos acadêmicos quanto para a militância em movimentos sociais. Em 1983, foi publicado o livro *CPT: Pastoral e compromisso*, no qual constam o resultado de pesquisas elaboradas até julho de 1981 sobre os conflitos de terra e um relatório sobre a violência contra os trabalhadores. Em 1985, surge o *Caderno de conflitos*, uma publicação que também contém relatórios sobre conflitos, tabelas e textos analíticos. Os textos são produzidos por colaboradores a fim de contribuir para a compreensão da realidade do campo (CPT, 2010).

Pesquisar na CPT ficou mais fácil com a sua informatização no final dos anos 1980. O primeiro aplicativo em que eram registrados os conflitos foi o DBase, mas com o passar do tempo ele não correspondia mais às necessidades do Setor de Documentação, e em 1994 surgiram as primeiras conversas sobre a digitalização, embora a ideia somente tenha se concretizado por volta de 2007-2008, quando o primeiro projeto foi aceito por uma entidade financiadora. Em 2000, criou-se um novo banco de dados em SQL Server, o DataCPT, onde é

registrado o histórico de cada conflito, bem como as fontes, possibilitando, assim, maior agilidade para gerar relatórios, atender aos pesquisadores e produzir o caderno *Conflitos no campo Brasil*. Vale ressaltar que a metodologia para registro dos casos possibilitou maior integração entre a secretaria nacional e as regionais. Após o início da digitalização em 2008, com a aprovação do projeto pela Fundação Ford, é possível ao interessado ter acesso às imagens dos documentos, podendo solicitar, não só presencialmente, mas também por telefone ou e-mail, aquilo que deseja pesquisar (CPT, 2010). Porém, não foi prevista naquele primeiro projeto a aquisição de um aplicativo de busca que, mesmo se utilizado internamente, pudesse facilitar ainda mais o trabalho. Essa questão será comentada mais adiante.

Conservação, digitalização e publicação

A digitalização tem como objetivo básico possibilitar melhor acesso ao conteúdo, proporcionar o desenvolvimento de novas formas de uso do acervo e contribuir para a sua preservação, evitando que os documentos sejam manuseados excessivamente ou mesmo de forma incorreta, deixando-os em péssimo estado de conservação (AMARAL, s.d.). Sua disponibilização na rede mundial de computadores cria uma espécie de biblioteca universal onde não há lugar específico para o acervo, propiciando novas possibilidades de uso, estudo e produção de conhecimento. Além disso, isto é importantíssimo para a militância dos movimentos sociais do campo, pois de acordo com Cássia Regina, coordenadora do Setor de Documentação da CPT:

O acervo de documentação existe para dar voz àqueles que não têm voz neste País, parafraseando Dom Tomás Balduino. A cada ano desde 1985, é lançado um relatório sobre os conflitos no campo, denunciando assassinatos, ações de pistoleiros, expulsões, despejos, trabalho escravo, na tentativa de levar a público a imoralidade com que são tratados os problemas sociais e os excluídos do campo neste País. Através dos dados conseguimos mapear onde e quem faz violência no campo no Brasil. (LUZ, 2011)

Com essa perspectiva, a entidade conservou mais de quinhentas mil páginas de documentos e iniciou a digitalização pelos arquivos sobre os conflitos no campo, pois já estavam sistematizados por estado, número de identificação, município e nome do conflito (LUZ, 2011). Posteriormente, iniciou-se o trabalho de indexação e digitalização do acervo institucional, totalizando cerca de trezentas mil páginas digitalizadas até dezembro de 2010. No começo deste ano, um levantamento feito no setor determinou que, hoje, temos para identificar, cadastrar, higienizar, digitalizar e arquivar permanentemente cerca de 14.500 páginas de documentos referentes a conflitos não sistematizados ocorridos antes de 1985; 17.500 páginas de documentos do acervo institucional referentes à atuação das regionais e grandes regiões da CPT e informes emitidos pela secretaria nacional; 55 mil páginas de documentos do acervo Brasil Geral; cinquenta mil recortes de jornais do acervo Brasil Geral referentes aos temas voltados à

realidade do campo brasileiro e ao cenário nacional; e cerca de cinquenta mil fotos para serem, por fim, disponibilizadas ao público no site da CPT nacional.³

Indexação, acondicionamento e metodologia

No Setor de Documentação há duas frentes de trabalho: uma que trata dos conflitos no campo no Brasil e outra que cuida da indexação dos documentos do acervo institucional, e a este é que daremos atenção nesta comunicação. Esse acervo é composto por documentos produzidos pelas instâncias nacionais da CPT, sobre a natureza e funcionamento da entidade, assim como por agentes da Comissão, assessores e colaboradores, sobre: realidade do campo, culturas camponesas, luta pela terra, violência no campo, questões agrárias, trabalho escravo e superexploração, e formas de resistência dos camponeses. O trabalho de seleção, indexação e digitalização desse acervo teve início em 2008 juntamente com os conflitos. A empresa que realiza a higienização e digitalização também elaborou o aplicativo para a indexação.

Nesse aplicativo, o acervo é dividido em três:⁴ Estrutura Organizacional, composto por documentos institucionais das assembleias nacionais, conselho diretor, secretariado nacional, regionais, grandes regiões, equipes de base e dioceses; Documentos Temáticos, com diversos assuntos dos quais podemos destacar, para este seminário, documentos sobre trabalhadores rurais, migrantes, cultura camponesa, atingidos por barragens, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, educação no campo, luta pela terra, gênero, questão indígena, ribeirinhos, romarias, superexploração, trabalho escravo, violência no campo, trabalho infantil etc.; e Conflitos, que contém fotos sobre água, terra, trabalhistas, sindicalismo no campo, meio ambiente, política agrícola, garimpo e mineração. Este último acervo contém apenas fotos, pois a outra frente de trabalho do setor já trata da documentação textual sobre esses assuntos, entre outros.

A metodologia⁵ foi construída ao longo do trabalho. À medida que iam aparecendo os documentos, ela foi sendo elaborada e reelaborada, e foram cadastradas as pastas no aplicativo e também os tipos de documentos.

Problematização

Indexação de documentos é, de certa forma, um trabalho árduo, pois necessita de atenção às informações, pesquisa, treinamento e, principalmente, metodologia. Registrar informações equivocadas pela falta de um desses pontos pode gerar confusão na hora da pesquisa e prejudicar o trabalho de quem necessita delas. A meu ver, em nosso trabalho na CPT, faltaram algumas coisas que eram necessárias, como um levantamento, pelo menos, do acervo institucional, que é o nosso foco, uma matriz metodológica produzida previamente, um método para a escolha de palavras-chave e um aplicativo de busca para ser utilizado mesmo que internamente.

³ www.cptnacional.org.br.

⁴ Ver Anexo 1.

⁵ Ver Anexo 2.

O levantamento foi feito de forma dedutiva levando em consideração apenas a quantidade de caixas-box contidas no acervo e as informações que foram colocadas do lado de fora das caixas, como quantidade de documentos e assuntos. Esta ausência pode ter sido a causa de outro problema, que é a ausência de uma matriz metodológica. Chamo de matriz, pois consideramos que não há como definir uma metodologia padrão para a indexação documental porque cada acervo tem sua particularidade, e no nosso caso a particularidade é o público-alvo e os eixos de ação da entidade. Porém, ao menos uma matriz metodológica poderia ter sido planejada se houvesse um levantamento mais aprofundado da documentação e se, no decorrer do trabalho, fôssemos acrescentando algumas particularidades sem sair dessa padronização.

O fato de a metodologia ter sido construída no decorrer do trabalho gerou considerável perda de tempo e alguns equívocos. Além disso, se em sete meses de trabalho alguns pontos da metodologia necessitaram de revisão e reelaboração, a documentação que já foi indexada e digitalizada continuará com a forma de trabalho antiga, o que poderá acarretar incoerência metodológica e gerar, possivelmente, certa confusão na hora da pesquisa.

O outro problema é a falta de um aplicativo de busca que, mesmo se fosse usado internamente, poderia facilitar, por exemplo, a correção de alguns equívocos. Hoje as correções são feitas, porém de forma árdua, pois temos que vasculhar as pastas tanto digitais quanto físicas para localizar o erro. Seria também uma ferramenta de teste na qual poderíamos simular o trabalho do pesquisador e, dependendo do caso, aprimorar a metodologia. Esse aplicativo também facilitaria o trabalho de atendimento presencial ao pesquisador, já que hoje as imagens, apesar de não estarem disponíveis na internet, podem ser solicitadas no Setor de Documentação, porém é preciso verificar primeiro as pastas físicas e, com o código da indexação, solicitar as imagens à empresa que digitaliza os documentos. E levará algum tempo até que o pesquisador as tenha em seu poder.

Enfim, a última observação que considero necessária é a falta de uma metodologia específica para o cadastro das palavras-chave. A meu ver não existe tal metodologia, as palavras são escolhidas de forma aleatória e isso poderá dificultar a pesquisa.

Mas é preciso observar que esses problemas têm causas específicas, como: o custo do trabalho de indexação e digitalização, a equipe reduzida diante de uma grande quantidade de documentos, a falta de informações sobre metodologias e treinamento, e a própria inexperiência da entidade. Sabemos que o custo é alto e como a CPT, de acordo com seu estatuto social, é uma entidade sem fins lucrativos e não conta com autonomia financeira, necessita de financiamentos para dar andamento aos projetos. O primeiro, que foi executado de 2008 a 2010, foi financiado pela Fundação Ford, e devido ao seu encerramento a Pastoral busca outra entidade financiadora. A procura de financiamento pode representar um problema, já que essas entidades listam uma série de exigências que podem se confrontar com a proposta da instituição que deseja digitalizar seu acervo e disponibilizá-lo na internet. Algumas delas também têm como política não fazer o pagamento de funcionários, ou seja, a CPT teria que arcar com despesas trabalhistas, mas atuando de acordo com sua situação financeira, ocasionando em alguns casos a possibilidade de ter uma equipe reduzida. Esta pequena equipe ficaria responsável por fazer todo o levantamento prévio da documentação, além de indexá-la, enviá-la para a empresa que fará a digitalização e a higienização, e depois disso arquivá-la.

Embora o tema “digitalização de documentos” esteja na pauta de muitas discussões, e até existam vários manuais e recomendações, eles não chegaram à CPT, e isso pode ser uma das causas da ausência de uma matriz metodológica. A Pastoral da Terra, apesar de já sistematizar o acervo de conflitos há muitos anos, não fez o mesmo com o acervo institucional, e a inexperiência em digitalizar toda essa documentação, bem como na articulação com entidades financiadoras e empresas que fazem trabalhos de digitalização e higienização, também contribuiu para as falhas.

Considerações finais

Devemos considerar que, mesmo diante desses problemas, o fato de disponibilizar na internet cerca de quinhentas mil páginas de documentos sobre os conflitos por terra no Brasil, desde meados de 1975, é algo extraordinário que contribuirá tanto para a produção de conhecimento científico quanto para as lutas das organizações sociais camponesas, pois esse acervo é considerado o mais completo do país sobre o tema. E esse trabalho conta com contribuição não só acadêmica, mas também de pessoas que há muito tempo militam a favor da população camponesa, e levando em conta a sua experiência de luta, esta ajuda, e muito, no trato da documentação, no acréscimo de informações e na elaboração da metodologia.

Para a segunda etapa a CPT prevê a indexação, digitalização e acondicionamento de cerca de 196 mil páginas de documentos e mais quarenta mil fotos aproximadamente. Prevê também a aquisição de um programa de gerenciamento eletrônico de documentos que possibilite a comunicação entre os três bancos – o DataCPT, que contém o histórico dos conflitos, o acervo CPT, que contém os documentos temáticos e institucionais, e o banco de imagens; cadastro on-line de documentos das instâncias da CPT e de textos analíticos; e consulta on-line das imagens dos documentos por agentes da CPT, por pesquisadores e pelo público em geral (CPT, 2010). Além disso, a metodologia está quase toda pronta, o que está sendo acrescentado no momento são algumas particularidades de temáticas novas que vão surgindo ao se abrir cada caixa-box. Mas torcemos para que o projeto desta segunda etapa seja aprovado ainda neste semestre para darmos continuidade ao trabalho, o que será de grande valia para o entendimento da situação do campo no Brasil.

Referências bibliográficas

AMARAL, Cléia M. G. Diretrizes para a digitalização no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br>>.

Acesso em: out. 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Setor de Documentação. Metodologia: acervo CPT.

Goiânia, fev. 2011.

_____. Proposta. Em atendimento ao termo de referência: Acondicionamento, indexação e

digitalização de parte do acervo documental da secretaria nacional da CPT e disponibilização ao público de todo o acervo. Goiânia, nov. 2010.

_____. Organização da CPT. Goiânia, fev. 2010.

Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>.

Acesso em: mar. 2011.

_____. Proposta. Em atendimento ao termo de referência: Acondicionamento, indexação e digitalização de parte do acervo documental da

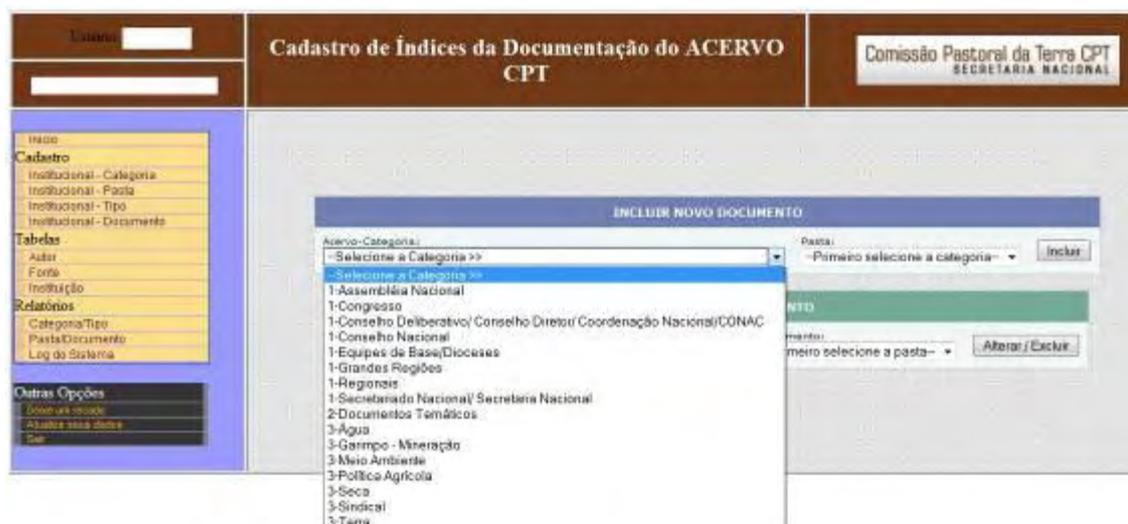
secretaria nacional da CPT e disponibilização ao público de todo o acervo. Goiânia, 2007.

Nacional, mar. 2011. Entrevista a Weniskley Coutinho Mariano.

LUZ, Cássia R. S. Digitalização do acervo da Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: CPT

Anexos

1. Acervos no cadastro de índices



Acervo 1, Institucional; acervo 2, Temático, e acervo 3, Conflitos (fotos).

2. Metodologia

1 – Seleção

1.1 – Os documentos que não foram selecionados para serem digitalizados na primeira etapa (2008-2010) são arquivados em caixas-box da seguinte forma: **Correspondências** (exceto as cartas referentes ao institucional) – em ordem cronológica crescente nas caixas, e em ordem numérica crescente das caixas; **Assuntos temáticos** – em ordem numérica crescente com documentos em ordem cronológica crescente; **Periódicos** – em ordem cronológica crescente; e **Procurações** – em ordem cronológica crescente;

1.2 – Os demais documentos são organizados em: Estrutura Organizacional, Ações e Atuações, e Conflitos. Os documentos da Estrutura Organizacional são os referentes às reuniões das instâncias da CPT em suas áreas de atuação, separados por assunto; e

1.3 – Documentos que tratam de conflitos específicos são conferidos com o banco de conflitos e repassados à equipe de documentalistas para o devido registro no sistema DataCPT.

Obs.: Alguns documentos não têm dados relevantes para pesquisa e por isso não serão digitalizados, mantendo-se na mesma ordem cronológica nas respectivas pastas. Por exemplo: pauta sem comentário, se existe relatório; manuscritos, relatos de trabalho de grupo em assembleias ou reuniões, se existe síntese dos relatos dos grupos, que será digitalizada; folhas de canto; convites; material de outras fontes, provavelmente distribuídos na reunião; avaliações internas rotineiras das equipes na secretaria nacional; relatórios de atividades individuais dos membros do secretariado nacional;

correspondências individuais entre cursistas e assessores dos cursos e encontros nacionais de formação, e das grandes regiões e regionais.

2 – Datação

2.1 – Alguns documentos foram redigidos em uma determinada data, porém se referem a um fato que já ocorreu ou irá ocorrer. Neste caso, levamos em consideração a data do fato e não a data em que o documento foi produzido; e

2.2 – Para documentos sem data, mas cujo texto se refere a um evento já ocorrido e datado, será considerado o último dia do mesmo mês do evento. Quando o documento não tem data, mas se refere a um evento previsto e datado, será registrado como do último dia do mês anterior à data do evento. Quando o documento não tem dia nem mês, somente ano, registramos como sendo do último dia do ano. Nos casos em que não há nenhuma data, nem ano, tentaremos aproximar a década pelo conteúdo do documento e colocaremos o último dia do último mês do último ano da década, e preencheremos o campo data dúvida para avisar o pesquisador de que a data é incerta.

3 – Autoria

3.1 – Se não consta a autoria do documento, mas percebemos com clareza que se trata de algo produzido pela CPT, mas sem assinatura de autor, ou de instância, será identificada como autora a própria CPT;

3.2 – Nos que não têm autor, mas contêm a instância, ela é identificada como autor, e no campo “instituição” indicamos a CPT.

4 – Distribuições nos acervos

4.1 – Os documentos referentes à **Estrutura Organizacional** são distribuídos por instância, conforme a planilha Acervo Estrutura Organizacional.¹ São distribuídos em pastas por instância, por ano, organizados em ordem cronológica *crecente* dentro das pastas, e as pastas em ordem cronológica *crecente* entre si. É relevante observar que a instância não é quem produziu o documento, mas sim aquela sobre a qual o documento emite opinião. Quem produz o documento é identificado como sendo o autor. Os projetos, planejamentos, avaliações e relatórios de atividades das instâncias não serão digitalizados. No caso de relatórios e subsídios, se porventura os subsídios estiverem anexados aos relatórios e/ou identificados como anexos, o conjunto é cadastrado uma só vez, salvaguardando os assuntos dos subsídios nas palavras-chave do relatório e a relação com outras instâncias no campo relacionamento. Notas ao público e comunicados são identificados separadamente; e

4.2 – No acervo **Ações e Atuações** os documentos são arquivados e cadastrados em pastas, conforme os temas na planilha Acervo Ações e Atuações que segue os eixos de ação da CPT, que são: água, direitos e terra. Assim, eles são organizados em ordem cronológica *crecente* dentro das pastas e as pastas em ordem cronológica *crecente* entre si. O campo “assunto” pode ser utilizado para registrar outras informações que não se encaixem nos outros campos do cadastro.

5 – Metodologias especiais

5.1 – Os documentos das Romarias da Terra são cadastrados no acervo Ações e Atuações, sendo que cada pasta refere-se aos anos em que elas ocorreram. São consideradas como autoras desses documentos as instituições que organizaram determinada romaria ou eventuais nomes de pessoas que possam aparecer nos documentos. Neste caso é incluída no campo “observação” de cada pasta uma nota explicativa dizendo que, neste caso, o campo “autor” não é referente ao autor do documento, mas sim àquelas pessoas e entidades que organizaram o evento. Quando o documento é um recorte de jornal, há um campo fonte para especificar em qual jornal a notícia foi publicada. Algumas romarias são registradas no banco de conflitos; neste caso, portanto, será incluído o número no campo “conflito” no final da ficha de cadastro. Este campo servirá para interligar esse acervo ao banco de conflitos e para se ter acesso ao histórico produzido pela equipe de documentalistas;

¹ A CPT está organizada em: Assembleia Nacional, Congresso, Coordenação Nacional, Regionais (21 em todo o território nacional), Grandes Regiões, Equipes Locais e Secretaria Nacional. Ela articula-se com as demais pastorais e organismos sociais ligados à CNBB, com movimentos sociais nacionais e internacionais.

5.2 – Os documentos dos cursos/encontros nacionais de formação também receberam uma metodologia específica na qual a datação considerada é a data do documento e não a data do fato. Isso é feito devido a certa impossibilidade de se determinar a data do fato, pois vários cursos começaram em um certo ano e perduraram ainda por dois ou mais anos. Além disso, em vários documentos não é possível identificar de que ano se trata. Neste caso também é incluída uma observação em cada pasta explicando o caso. As correspondências desses eventos não serão digitalizadas, exceto quando contiverem abordagem de relevância analítica. Elas são cadastradas nas pastas correspondentes aos seus respectivos anos, porém como um só documento, e não serão digitalizadas. Os textos-base utilizados no curso são cadastrados nas pastas de seus respectivos assuntos. O campo “observação” de cada cadastro deve conter um comentário dizendo a que curso e ano o texto se refere. Os documentos dos cursos/encontros de formação realizados por algumas grandes regiões e regionais ainda não são indexados, pois a quantidade deles que foi encontrada no acervo da CPT Nacional ainda é muito pequena, dessa forma estão sendo separados para o caso de serem encontrados mais documentos, e assim verificarmos a sua relevância analítica. A reduzida quantidade dos documentos e a baixa relevância dos que foram encontrados deve-se ao fato de que pouquíssimas regionais realizaram o evento, e a quantidade dos que continuaram realizando os eventos de formação é menor ainda; e

5.3 – Conflitos: este acervo, como foi dito anteriormente, contém apenas fotos, já que há um banco de dados específico para cadastro dos conflitos com documentos textuais.

5.3.1 – No arquivo físico, as fotos encontradas, agrupadas em álbuns ou envelopes por representar um único evento, conflito, lugar ou grupo de pessoas, serão acondicionadas em envelopes brancos (máximo de seis por envelope), intercaladas com entrefolhamento e afixadas em pastas suspensas com grampos de plástico. O envelope terá uma etiqueta com a informação que referencia a coleção e um índice indicando a sequência numérica das fotos. Fotos diversas encontradas separadas serão acondicionadas em envelopes (máximo de seis por envelope), com agrupamento pelo tema ao qual corresponde no banco de dados. Acima do envelope haverá uma etiqueta com a informação que referencia o grupo. O número do cadastro de cada foto será escrito no verso da foto, no canto direito inferior, com lápis específico para este tipo de trabalho. As pastas serão guardadas no arquivo obedecendo à ordem numérica dos acervos, e, dentro dos acervos, em ordem alfabética das pastas temáticas. As fotos referentes aos conflitos específicos serão arquivadas em ordem alfabética dos estados (por extenso), dentro dos estados em ordem alfabética dos municípios, e dentro dos municípios em ordem numérica dos conflitos;

5.3.2 – No arquivo digital (banco de dados), as fotos serão cadastradas em um dos acervos já existentes: Estrutura Organizacional, Ações e Atuações, ou Conflitos. No caso de coleções, o nome da coleção deverá ser repetido no título do cadastro para que ela possa ser identificada em meio aos outros documentos da pasta.

6 – Identificação e organização das fotos

6.1 – Nos casos em que as fotos são relacionadas a conflitos específicos que contêm identificação, como nome do local, grupo social em conflito, nome do conflito ou ação, ano, elas são cadastradas no acervo Conflitos, indicando o código do conflito. Quando a foto tem informação incompleta, mas possui indicações (informação escrita na foto, ou evidente na própria foto), é possível cadastrá-la no acervo Conflitos e citar o código do conflito a que ela pode se referir, e marcar o campo “dúvida”;

6.2 – Quando a foto está insuficientemente identificada – falta nome do local, ou grupo social em conflito, ou nome do conflito ou ação, ano –, mas a própria foto mostra sinais de violência ou ação, ela é cadastrada no acervo Conflitos, pelo tipo de ação visível na foto, por exemplo, manifestação, acampamento etc. Intitulamos o cadastro como “não identificada”, local desconhecido, e a datação é definida por dedução;

6.3 – As fotos não mostram violência ou ação e falta identificação – nome do local, grupo social, ano, conflito, ou descrição da ação: cadastrar no acervo Ações e Atuações, em pastas temáticas (ribeirinhos, seringueiros, quilombos, camponeses, mulheres, movimento sindical etc.);

6.4 – Fotos de encontros, cursos, seminários são cadastradas no acervo Ações e Atuações em sua respectiva pasta;

6.5 – Em fotos com grupos de pessoas são identificadas somente aquelas com o rosto virado para a câmera. Para relacionar os nomes às pessoas no grupo, registramos os nomes das pessoas na ordem, da esquerda para a direita, e apontando a posição de cada uma;

6.6 – Para as fotos que não têm data do evento, mas contém data da revelação, levamos este dado em consideração e marcamos o campo “dúvida”.

Memória, história e trabalho

Uma experiência de preservação de acervos em Pernambuco

Luiz Anastácio Momesso¹
Maria do Socorro de Abreu e Lima²

Resumo

Este artigo trata da experiência de preservação de documentos de trabalhadores realizada pelo Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais, formado por professores e alunos da Universidade Federal de Pernambuco. Além de recolher e disponibilizar materiais para estudos e pesquisas, o Nudoc procura sensibilizar estudantes e trabalhadores para a importância de constituir e preservar acervos relativos à história dos trabalhadores e dos movimentos sociais em geral.

Palavras-chave

memória; movimentos sociais; acervos.

Os trabalhadores da cidade e do campo, ao longo do tempo, têm dado inúmeras mostras de criatividade, combatividade e capacidade de organização para enfrentar o patronato e os desafios que as diferentes conjunturas lhes colocam. Constituindo-se enquanto classe a partir de suas experiências e valores, organizações e lutas, conforme Thompson (1987), as classes trabalhadoras têm, na comunicação, um ponto de partida fundamental para se firmarem enquanto sujeitos coletivos: é com a troca de ideias, de informações, é pelo debate e pela argumentação, pelo discurso e pela disputa que vão sendo construídas alternativas de organização e enfrentamento à exploração e à opressão vivenciadas no capitalismo. E, sempre que possível, os trabalhadores elaboram algum material escrito: um panfleto de denúncia, um convite para algum encontro, uma rifa para custear algum gasto, nos seus primórdios. Os grupos mais organizados e ativos criam pequenos jornais, quase sempre de periodicidade irregular. Se a entidade é mais estruturada, tem seus documentos oficiais, o que se tornou uma exigência para o seu próprio funcionamento, a partir da criação da CLT.

Apesar de não haver, em geral, uma consciência quanto à necessidade de se preservar essa documentação, particularmente aquela que é elaborada no dia a dia, nas lutas, na relação com a categoria, nos embates entre diferentes correntes que compõem o movimento, algumas lideranças ou organizações mais atentas conseguem recolher e guardar parte do que é produzido pela categoria ou pelo movimento, o que se constitui numa fonte de inestimável valor histórico e que permitiu a formação de alguns acervos importantes para a memória dos trabalhadores.

¹ Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Professora do Departamento de História da UFPE.

Como acontece com qualquer tipo de fonte, é necessário que se levem em conta as possibilidades e limites dessa documentação, considerando em que circunstâncias e como foi produzida, o que ela representa, o que deixa de informar etc. De qualquer modo, como já foi dito, continua sendo de inestimável valor, pois é algo feito por trabalhadores. Aqueles que produzem a riqueza, da qual não usufruem, elaboram análises, propostas, projetos, por exemplo. Produzem panfletos, jornais, teses para congressos e tantos outros materiais de comunicação a serviço da organização, mobilizações e lutas, muitas vezes na perspectiva de uma transformação mais profunda da sociedade.

E se hoje, com o avanço do neoliberalismo, para muitos essa possibilidade de transformações parece um projeto mais utópico, se o questionamento da centralidade do trabalho está colocado na ordem do dia (ANTUNES, 1997), a possibilidade de resistência à exploração do capital e construção de alternativas continua sendo uma questão significativa.

Essas observações não são feitas no âmbito de uma visão tão otimista sobre os trabalhadores como aquela que perpassou a década de 80, quando tudo parecia novo, dinâmico e promissor nos movimentos sociais em geral (SADER, 1988). Partem, sim, de uma reflexão no âmbito do ofício do historiador: se a história, já há bastante tempo, ampliou sua visão limitada quanto ao que constituía seus objetos, suas abordagens e suas fontes (BURKE, 1992), na prática isso emperra na falta de uma documentação mais expressiva da parte dos setores subalternos da população. É nesse sentido que o compromisso com a memória dos movimentos sociais se constitui também numa expressão de resistência ao domínio do capital, que, particularmente nos anos 90, procurava aparecer como a única possibilidade viável de organização da sociedade, com um Estado o mais ausente possível e uma democracia encarada mais como liberdade empresarial e de consumo (MONTAÑO, 2002).

Mas a memória dos movimentos sociais não está só no âmbito dos documentos escritos, até porque boa parte daquilo que se faz nem sempre passa por decisões oficialmente tomadas, e muitas vezes brota da espontaneidade das massas, particularmente nos períodos em que há ausência de liberdade, como durante a ditadura civil-militar de 64. E assim se coloca a necessidade de adotar um trabalho com fontes orais, baseado em depoimentos e entrevistas. Novamente, é preciso ter clareza quanto às possibilidades e limites do uso desse tipo de fontes. Afinal, lidamos com algo construído *a posteriori*, além do fato de que um mesmo acontecimento, se relatado por diferentes pessoas, se constitui numa “multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (PORTELLI, 1996, p. 106). Isto sem considerar o próprio papel daquele que realiza as entrevistas, problema que também se coloca para quem trabalha com fontes escritas.

Apesar de todas essas preocupações, colher documentos escritos, audiovisuais ou orais de trabalhadores e de movimentos sociais, cuidar dessa documentação, divulgá-la e incentivar iniciativas nesse sentido é um desafio e um compromisso para com Clio e para com os sujeitos sociais menos considerados e valorizados no mundo presente.

Como muitas vezes os trabalhadores estão dispersos e nem sempre fazem parte do mercado formal de trabalho, os arquivos formados trazem mais essa limitação: as vozes ouvidas são, em geral, daqueles que se apresentam como uma categoria organizada. E como nossa sociedade é ainda marcada por uma dominação masculina, em que pese os esforços dos

movimentos feministas e de mulheres, e as conquistas efetivadas, o material que se disponibiliza é, geralmente, produzido tendo essa marca. A luta das mulheres tem mais esse espaço a ser ocupado, que é o espaço da memória.

A preservação da memória e da história dos movimentos sociais em geral e, particularmente, no caso dos trabalhadores, não é algo fácil. Além da falta de recursos, não existe uma preocupação particular em relação ao material produzido pelos movimentos. As entidades não dispõem de pessoas que possam, de maneira sistemática e adequada, cuidar de seu próprio acervo. Não se considera a construção e preservação da memória como tarefa dos trabalhadores e movimentos, nem ela é vista como um campo de disputa e resistência. Afora isso, existem ainda dificuldades materiais concretas, como a precariedade das instalações de muitas sedes, a falta de espaço, a infestação de insetos, por exemplo. Não se pode esquecer, ainda, dos problemas existentes no período da ditadura, quando muitos documentos foram destruídos ou se perderam na tentativa de serem resguardados da repressão.

No caso de Pernambuco, para o período anterior ao Golpe de 64, temos uma fonte inestimável constituída pela coleção do jornal *Folha do Povo*, publicado pelo PCB desde os anos 40 e que vai até 1960, quando deixa de circular, substituído pelo semanário *A Hora*. Esta coleção encontra-se no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, que possui outros periódicos específicos de trabalhadores, como o jornal *O Tear*, órgão do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, assim como alguns exemplares do jornal *Letras Femininas*, publicado pelo Sindicato dos Comerciários no ano de 1949, e que estão à disposição para pesquisa.

Nos anos 80 do século XX, quando da derrocada do regime militar e do ascenso dos movimentos sindicais e populares, algumas iniciativas foram feitas no sentido da preservação da memória em Pernambuco. A Fundação Joaquim Nabuco implementou o projeto “O movimento político-militar de 1964 no Nordeste: catálogo de história oral”, pelo qual foram realizadas cerca de cem entrevistas englobando um amplo leque de posições, da direita à esquerda, promotores do golpe e vítimas dele. Dentre os entrevistados, alguns eram ligados ao movimento sindical de antes de 1964, como a operária do setor têxtil do Recife Júlia Santiago, vereadora pelo PCB no breve período da legalidade deste partido (1945-1947) e que teve ampla e destacada militância político-sindical, entre outros. Mais recentemente esta fundação tem recebido acervos de figuras importantes na luta dos trabalhadores, como Miguel Arraes, ou lideranças diretamente ligadas a elas, como Francisco Julião.

Ainda naquele período organizou-se um projeto promovido pelo Grupo de Trabalho Sindical do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, que realizou uma série de entrevistas com metalúrgicos que participaram da retomada das lutas no final dos anos 70 e que se organizaram como Oposição no início dos anos 80, assumindo o sindicato em 1981.

Também é dessa época a organização de um conjunto de entrevistas feitas pelo Departamento de Memória da Federação das Associações de Moradores de Casa Amarela (FEACA). Este bairro, palco de muitas lutas populares, tinha em suas imediações uma grande fábrica têxtil, conhecida como a Macaxeira. Assim sendo, seu acervo contava com muitos depoimentos de antigos operários. Estes dois projetos tiveram a participação de professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contudo, seus acervos, por diferentes motivos, não foram mais localizados.

Outras duas iniciativas importantes tiveram como palco este estado: as pesquisas do professor José Sérgio Leite Lopes e equipe, que fizeram uma série de entrevistas com antigos trabalhadores da fábrica de tecidos Paulista, resultando na publicação do livro *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés* entre outras, e, mais recentemente, na elaboração de um vídeo com novas entrevistas a vários(as) operários(as) desta e de outras fábricas do estado, denominado *Tecido-Memória*. E as do professor Moacir Palmeira, que acompanhou e documentou, durante longo tempo, as atividades da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape).

Após muita pressão, nos anos 90 foram disponibilizados para consulta os arquivos do DOPS, que possuem importante material sobre sindicatos, partidos e movimentos sociais. Em que pese o fato de constituir-se num material que há de ser consultado com bastante cuidado, tornou-se possível o acesso a uma série de documentos, inclusive de partidos clandestinos, apreendidos durante as ditaduras do Estado Novo e de 64, assim como se permitiu conhecer um pouco as ações e as visões de uma instituição de controle e repressão social, mesmo no período democrático.

Já mais recentemente, por iniciativa de alguns professores do Departamento de História da UFPE, foi possível salvar do descarte parte dos processos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Em 2004, foi assinado um convênio entre a UFPE e o TRT, e atualmente cerca de duzentos mil processos estão abrigados no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, disponíveis para pesquisa, o que já resultou em algumas monografias e dissertações. Contudo, embora exista uma compreensão sobre a importância desse tipo de acervo e vários encontros de caráter nacional e estadual tenham sido realizados com vistas a debater e sensibilizar o Poder Judiciário e a sociedade em geral a esse respeito, o fantasma do descarte continua rondando esse tipo de documentação, vista por certos juízes e mesmo por membros do Poder Legislativo como um estorvo, um excesso, um material sem relevância.

Outro passo importante foi a organização do acervo da CUT, que disponibiliza para consulta seu material na sede da entidade, em Recife. Foi realizada com apoio de um professor vinculado ao Nudoc. Mas ainda existe um acervo com materiais esperando para receber tratamento. A informação é que, das CUT estaduais do Nordeste, apenas Pernambuco tem acervo organizado, sendo que boa parte da documentação relativa ao sindicalismo estadual refere-se aos anos 90.

Embora, na década de 80, os estudos sobre a classe trabalhadora e os movimentos sociais estivessem num crescendo, fruto das mudanças políticas e da própria mobilização, das propostas e lutas travadas na época, não é mais esse o quadro vivenciado no final do século. A década de 90 viu o enfraquecimento do movimento sindical, que foi abrindo mão de reivindicações históricas na tentativa de se adaptar a um quadro de ofensiva neoliberal. O desmonte do Estado de bem-estar social foi implementado no âmbito dos países centrais e, no caso brasileiro, os governos adotaram sistematicamente uma política de repressão às greves e descumprimento de acordos, tendo no horizonte a tentativa de flexibilização da legislação trabalhista, com claros prejuízos para os trabalhadores (SADER; GENTILI, 1996). As camadas populares e os setores mais engajados foram diversificando suas reivindicações, as lutas por direitos foram se pulverizando a partir de diferentes sujeitos e a identidade passou a ser o foco aglutinador de boa parte dos movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, contudo, as lutas no campo ampliaram-se e se diversificaram com a emergência de outras demandas além daquelas comumente encaminhadas pelo sindicalismo rural. Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pode ser tomado como exemplo da luta pela reforma agrária até o momento (CARTER, 2010).

No que diz respeito ao Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais (Nudoc), ele foi fundado em 2005 por professores e alunos dos departamentos de História, Comunicação Social e Serviço Social, que estavam empenhados em realizar cursos de formação para trabalhadores em sindicatos e para movimentos sociais, cursos e oficinas de comunicação sindical e popular, tanto fora como dentro da universidade, encaminhadas como atividades de extensão.

Ao fazer a proposta de formação do núcleo, outra questão era apontada por esses professores: a constatação de que, no caso de Pernambuco, quase nada existia que pudesse servir de apoio aos cursos de formação que alguns sindicatos reivindicavam à universidade. Nessa época, boa parte dos quadros sindicais foram se renovando, já que alguns passaram a atuar no âmbito da política institucional e, para os novos, as lutas e conquistas dos anos 80 eram muitas vezes desconhecidas. Outro aspecto considerado foi que as prioridades e preocupações do movimento sindical de então iam mais no sentido de uma formação profissional ou de cursos que contribuíssem para as negociações com os patrões, do que no da recuperação da história das classes trabalhadoras. E quando se falava da história, as referências de modo geral eram as pesquisas e publicações da região Sudeste, tomadas como a história da classe operária do Brasil.

Também se constatou que não era muito comum a preocupação com a preservação e organização dos materiais produzidos pelas entidades e lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Raras entidades tinham acervo preservado e organizado. Em muitos casos iam sendo reunidas publicações, fotografias, filmagens etc. em algum armário ou depósito.

Nos cursos de extensão, especialmente quando se tratava da história das lutas e organização dos trabalhadores ou do movimento sindical, chamava-se a atenção dos presentes para a necessidade de preservar os materiais produzidos por eles, que eram registros importantes para a recomposição de sua história. Procurava-se desenvolver o que era chamado de consciência da preservação da memória. Assim, a proposta de se criar o Nudoc nasceu na área de extensão, com a preocupação principal de exercer uma ação junto aos trabalhadores e movimentos sociais, contribuindo para o desenvolvimento da consciência da importância de sua história e da necessidade de preservá-la. Com este objetivo têm sido realizadas diversas atividades. No momento está sendo preparado um vídeo com orientações sobre o que constitui um documento, a importância de sua preservação, como tratá-lo, guardá-lo etc., que será colocado à disposição das entidades e movimentos.

Assim, o Nudoc, criado por portaria do reitor, atua principalmente em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão, com o pressuposto de que ensino, pesquisa e extensão não se dissociam. O aprendizado dos alunos bolsistas e colaboradores voluntários acontece nos cursos e debates sobre história dos trabalhadores, sindicalismo, entre outros, bem como em aulas teóricas e práticas sobre fontes e documentação, seu tratamento, organização etc. A ação extensionista se dá principalmente junto aos trabalhadores e movimentos, buscando despertar a preocupação com sua história, a necessidade de preservar e organizar seus documentos, e no trabalho efetivo de organizar seus acervos. Essa atividade constitui um trabalho de pesquisa.

Após lidar com o acervo de uma entidade, muitos alunos, além do aprendizado, sentem-se atraídos para realizar trabalhos de conclusão de curso, de iniciação científica, e, em alguns casos, começam a elaborar projetos para mestrado. Dessa forma o Nudoc cumpre um de seus objetivos, que é despertar o interesse, incentivar e facilitar a pesquisa tendo como objeto os movimentos sociais.

Quanto aos acervos, o Nudoc mantém duas linhas de trabalho. Uma se dedica a recolher, tratar, organizar e disponibilizar para consulta documentos, em outras palavras, construir um centro de documentação. A segunda, considerada mais importante, é localizar acervos existentes em entidades, associações, movimentos, ONGs etc., contribuir para sua organização e preservação, e torná-los acessíveis à pesquisa por meio da informação sobre sua existência e seu conteúdo, digitalizá-los e colocá-los em rede, o que ainda não está sendo feito por falta de recursos. Esses acervos podem permanecer onde estão ou serem doados e colocados sob a guarda do Nudoc.

O conjunto documental do Núcleo de Documentação ainda é bastante restrito, e foi iniciado a partir de doações de seis professores. Parte dele é composta por boletins, panfletos e pequenas publicações dos movimentos populares dos anos 70 e 80. Como se sabe, apesar da intensa repressão que se abateu particularmente após a decretação do Ato Institucional n. 5, de dezembro de 1969, os movimentos sociais procuraram resistir de alguma forma. Se a dificuldade em atuar a partir dos sindicatos aumentou, os movimentos de bairro aglutinavam as pessoas, a Igreja Católica abria suas portas, as mulheres se mobilizavam. Ainda em meados dos anos 70, organiza-se o Movimento Contra a Carestia, com o objetivo de denunciar o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e a política do arrocho salarial, encaminhando ao governo um abaixo-assinado, feito em nível nacional, com mais de um milhão e cem mil assinaturas reivindicando medidas urgentes contra a inflação. Em 1975, é criado o Movimento Feminino pela Anistia, buscando articular as lutas em defesa dos presos políticos, pelo retorno dos exilados e pela conquista da anistia. Outro acontecimento importante em 1975 foi a declaração do Ano Internacional da Mulher, feita pela ONU, o que impulsionou vários debates e contribuiu para a organização das mulheres. Em outubro foi criado o jornal *Brasil Mulher*. Outro periódico que divulgava lutas e reflexões sobre o feminismo foi o *Nós Mulheres*. O núcleo possui exemplares desses periódicos, assim como material sobre a luta pela Anistia e o Movimento Contra a Carestia, que inicialmente se chamava Movimento do Custo de Vida.

Faz parte do acervo do Nudoc a coleção dos jornais *Opinião* e *Movimento*. O semanário *Movimento*, que, apesar de enfrentar a censura com frequência, circulou entre 1975 e 1981, definia-se como sendo uma “imprensa democrática, nacionalista e popular de resistência ao modelo em implantação” (isto é, capitalista), segundo seu editor Raimundo Rodrigues Pereira (AQUINO, 1999, p. 121). Ao eleger como público também os trabalhadores, tratava não só de temas políticos e econômicos, mas noticiava e questionava as condições de vida da população em geral e divulgava sua cultura, suas lutas. Assim sendo, constitui-se numa importante fonte para quem estuda o período.

Ainda no final da década de 70 o movimento estudantil vai retomando seus espaços. Tanto a UFPE como a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) participam desse processo. “Estudantes de todo o Brasil se reúnem em Salvador para reorganizar a UNE” é uma

das notícias publicadas no boletim informativo do DCE da Rural, de maio de 1979, que faz parte do acervo do Nudoc.

Vale destacar o papel histórico das lutas dos trabalhadores rurais em Pernambuco após a Segunda Guerra mundial, tanto nas Ligas Camponesas quanto no sindicalismo rural, duramente perseguidos pelo Golpe de 64. Ao longo dos anos 60, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura foi assumindo uma postura mais crítica em relação à ditadura e posicionando-se, mesmo que timidamente em alguns momentos, na defesa dos trabalhadores e pela justiça social, de tal modo que, ao findarem os anos 70, estava participando da organização de lutas do sertão ao litoral. Muitas mobilizações foram feitas para garantir o reassentamento e a indenização das famílias expulsas quando da construção da barragem de Itaparica, em Petrolândia. E na Zona da Mata, apesar de todas as pressões, os canavieiros entraram em greve em 1979. Vários boletins, cartazes, jornais e relatórios da Fetape e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) fazem parte do nosso acervo, assim como boa parte do que foi produzido ao longo dos anos 80 com relação à organização das mulheres trabalhadoras rurais do estado, que tiveram importante atuação em nível nacional no sentido de que a questão de gênero fosse assumida pelas entidades de trabalhadores rurais na época (ABREU E LIMA, 2005).

Também é dos anos 80 a documentação produzida pela Equipe de Comunicação Sindical (Ecos), da qual o núcleo recebeu uma parte quando a entidade se extinguiu.

Boa parte dos movimentos sociais, assim como os sindicatos mais combativos, participaram, no final dos anos 70 e ao longo dos 80, das lutas democráticas, pelo fim da ditadura e pela implantação de um Estado de direito, bem como pela elaboração de uma nova constituição. Desde os anos 80 deu-se a reforma partidária, e a atuação dos movimentos nos partidos políticos passou a acontecer com mais tranquilidade.

O material do Nudoc está organizado por fundos, divididos também por assuntos. Até agora foram organizadas 37 pastas, geralmente por siglas, como MST, Contag etc., mas igualmente por temas, como Direitos Humanos e Gênero, por exemplo. Possui ainda uma série de recortes de jornais ainda não catalogados, com notícias sobre as lutas sociais dos anos 80 em âmbito local.

Afora esta documentação, temos um acervo relativo à organização de esquerda Política Operária (Polop), particularmente em sua fase pós-75. Esta organização, fundada em 1961, colocava a questão do socialismo na ordem do dia numa época em que a tendência era o predomínio das ideias reformistas (REIS, 2007). Enfrentando várias dificuldades ao longo da ditadura, esta organização veio a desaparecer em meados dos anos 80. Estamos catalogando, no momento, documentos e jornais do Partido dos Trabalhadores, com material produzido em nível nacional, mas também local.

Um dos desafios que se colocam para o Nudoc é concluir a catalogação dos documentos existentes e ampliar o acervo com novas doações. Além da necessidade de digitalizar a documentação, o que só tem sido feito em relação ao jornal *Movimento*.

O acervo está sendo organizado em três modalidades: o material escrito, os materiais audiovisuais e fotos, e as entrevistas.

Em relação aos audiovisuais, o acervo compõe-se de filmes e documentários relacionados a temáticas de interesse dos trabalhadores, disponíveis para uso pelos movimentos. Existe a proposta e foram realizados alguns ensaios de organização de um vídeo-debate, que por meio da projeção de filmes ou documentários promova debates sobre temas de interesse do momento ou assuntos específicos de uma categoria, de movimentos etc. No acervo existem também registros de acontecimentos feitos pelos movimentos e pelo Nudoc, como uma marcha nacional do MST em que uma bolsista com uma filmadora integrou a comitiva, em um ônibus que saiu de Recife para Brasília, e filmou a viagem e o evento. No momento, um projeto de extensão está se dedicando a um acervo de audiovisual relacionado à Fetape, constituído por um filme, alguns documentários e uma quantidade de fitas com imagem bruta, em VHS, a maioria compondo-se de registros realizados para pesquisa.

Outra modalidade de documento são as entrevistas. Existem cerca de quarenta entrevistas que foram gravadas a partir de pesquisas feitas por professores, para suas teses, ou por alunos, para suas monografias. A mais completa foi feita com o militante tecelão, depois dirigente metalúrgico, Carlúcio Castanha, e trata de sua atuação antes de ir para São Paulo e se tornar uma das referências do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgico, quando ainda trabalhava em fábricas têxteis de Recife. Como foi filmada, pretende-se, posteriormente, fazer um vídeo a respeito. Existe também um volume de entrevistas realizadas com José Duarte, dirigente ferroviário comunista que atuou durante muito tempo no meio sindical desta categoria, bem como com outras pessoas que conviveram com ele especialmente em Bauru, São Paulo, onde era maquinista de trem da Noroeste, ou ainda nos cárceres da ditadura.

Outro propósito do Núcleo de Documentação é assessorar sindicatos para que eles próprios assumam a tarefa de preservar a sua memória. Apesar das dificuldades e do ritmo das atividades levadas pelos sindicalistas no seu dia a dia, consideramos que é possível criar essa prática se pelo menos uma parcela dos dirigentes e militantes se sensibilizar a respeito. Recentemente foi desenvolvida uma atividade de cooperação com o Sindicato dos Gráficos de Pernambuco nesse sentido. Como este sindicato já possuía um acervo de documentos composto por livros de atas, jornais e fotografias, o trabalho foi bastante facilitado. Foram realizadas várias entrevistas com dirigentes e com sindicalistas e militantes históricos. Já estão transcritas. No momento trabalha-se na elaboração de uma revista histórica a partir de documentos selecionados e na elaboração de um vídeo para circular na categoria e no movimento sindical. Isto se constitui num aspecto relevante do projeto: o material coletado não visa apenas facilitar pesquisas no âmbito acadêmico, na medida em que recolhe e disponibiliza fontes para estudos e dissertações. Possui um viés voltado, fundamentalmente, para possibilitar que os trabalhadores tenham acesso ao conhecimento que está sendo elaborado a partir da pesquisa e, assim, percebam-se como sujeitos e como classe que, ao longo do tempo, vem construindo sua história.

Este ano está sendo iniciado, com apoio do MEC, um projeto que visa fazer um trabalho semelhante envolvendo dez sindicatos. Contamos com a participação de dez bolsistas do curso de História e cinco de Comunicação Social, além de alunos voluntários.

Esse é um aspecto importante da metodologia de trabalho do Nudoc: vincular de fato atividades de ensino, pesquisa e extensão. Alunos de História pesquisam a documentação, alunos de Comunicação Social trabalham na elaboração dos vídeos, fazendo, em conjunto, as

entrevistas e discutindo as diferentes etapas do projeto. Todos obtendo conhecimentos e se relacionando com os movimentos sociais, neste caso, com o movimento sindical. Desta forma o Nudoc está também preparando futuros pesquisadores dos movimentos sociais.

Vários bolsistas são de iniciação acadêmica. São alunos que cursaram o segundo grau em escolas públicas. Como vêm do meio popular, consideramos que isso tem facilitado também o interesse pelos temas propostos. Mas os projetos são abertos à participação dos alunos em geral.

O Nudoc tem mantido ainda uma parceria mais próxima com a Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP), que edita um jornal trimestral e com quem desenvolveu algumas atividades de divulgação das lutas que continuam na atualidade com a campanha Pelo Direito à Memória e à Verdade. Os vídeos do acervo têm ajudado nesse sentido.

O Núcleo de Documentação vem fazendo um levantamento de acervos existentes em entidades, associações, movimentos, ONGs e mantendo contatos com vistas a conhecê-los e discutir possibilidades de cooperação, com objetivo de organizá-los e disponibilizá-los para pesquisa. Um dos acervos localizados, o dos professores da rede pública estadual, foi recentemente digitalizado para ser colocado em rede. Alguns têm certa organização, mas não o tratamento necessário. Muitos são ajuntamentos de publicações dos movimentos, misturados com outros papéis, guardados em caixas ou em algum armário. Dentre os acervos localizados e com os quais o Nudoc tem contato, destacamos:

- A documentação da ACR, antiga Ação Católica Rural, que atuava na região Nordeste com certa influência no movimento dos trabalhadores rurais durante a ditadura. Está bem preservada e compõe-se de documentos internos à entidade e também do jornal *Grito no Nordeste*, editado trimestralmente desde meados dos anos 60.

- A organização feminista SOS Corpo, que possui, ao que tudo indica, o melhor e mais organizado acervo específico do estado, embora não esteja digitalizado. O Centro de Mulheres do Cabo também possui um acervo importante.

- A CPT, Comissão Pastoral da Terra, organização da Igreja Católica cuja atuação específica se dá na defesa das lutas dos camponeses, possui um acervo significativo em documentos sobre as lutas no campo e as condições dos trabalhadores.

- O MST, que está entre os mais organizados e ativos do país. No que se refere à documentação, este movimento mantém um acervo em sua sede, na cidade de Caruaru.

Existem dificuldades relacionadas à falta de melhores condições materiais, técnicas e financeiras, como, por exemplo, o valor das bolsas e a falta de recursos para diversas atividades. Faltam equipamentos para que se possa trabalhar na digitalização dos documentos, atividade indispensável para que sejam disponibilizados para consulta on-line. O Nudoc também não conta com equipamentos de filmagem e edição para realizar registros de acontecimentos, entrevistas, elaborar documentários, tendo que recorrer a empréstimo junto a professores ou alunos e ao uso do laboratório do Departamento de Comunicação, quando disponível.

As instalações do núcleo são precárias. Foram necessários muitos os esforços para se ter um local na universidade que pudesse acolher a documentação, conseguindo-se, até o

momento, apenas um espaço provisório e não adequado no Centro de Artes e Comunicação. Nele foi sendo recebida e acomodada precariamente a documentação.

O que se pretende apontar neste trabalho é que, de um lado, ele parte de uma orientação política da universidade que se propõe integrar e servir à sociedade, e, de outro, está colocada a preocupação de um grupo de professores que criou e luta para viabilizar o Nudoc como meio de concretizar seus propósitos. Ele é apresentado como a possibilidade de um espaço público dos movimentos sociais dentro da universidade. Busca desenvolver a compreensão da importância da história dos trabalhadores tanto entre os próprios trabalhadores como na academia. Trata-se de uma ação efetiva, atual. A forma de organização dos acervos das entidades, que está se concretizando, compõe a condição material deste propósito, constituindo-se em uma atividade de extensão. Por outro lado, a construção de um centro de documentação e de um centro de informações sobre acervos dos movimentos sociais concretiza um apoio efetivo à atividade de pesquisa. Contudo, como o vínculo concreto do Nudoc com a reitoria ocorre no plano da extensão, e este aspecto não é valorizado efetivamente no âmbito das universidades, a Pró-Reitoria de Extensão não dispõe de recursos suficientes. Como as ações que se situam no campo exclusivo da pesquisa são muito mais reconhecidas e prestigiadas, as possibilidades de atuação do Nudoc se ressentem, particularmente, dessa limitação.

Referências bibliográficas

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. UFPE; Oito de Março, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1997.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 101-130.
- REIS, Daniel Aarão. *Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 55-71.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST/UESB) e a memória dos trabalhadores do sudoeste baiano

*Rita de Cássia Mendes Pereira*¹

Resumo

O trabalho tem por objetivo apresentar os resultados das atividades desenvolvidas pela equipe do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/UESB), que tem a responsabilidade da conservação preventiva de um amplo acervo documental, proveniente dos arquivos da Justiça do Trabalho. Dedicado à inventariação, sumariação e reprodução digital de documentos dos sindicatos e à construção de bases catalográficas e trabalhos monográficos sobre o trabalho na região sudoeste da Bahia, o LHIST busca afirmar-se como uma instituição-memória especializada na identificação e preservação de acervos, dedicada ao desenvolvimento de ações que têm como objeto a guarda e a difusão da memória social do trabalho e dos movimentos sociais; a investigação sobre as relações de trabalho, as reivindicações e as principais formas de luta dos trabalhadores; a reconstrução da história e memória da advocacia trabalhista e do movimento sindical.

Palavras-chave

acervo; memória; trabalhadores.

A história social do trabalho situa-se entre os vários campos de pesquisa que desde a segunda metade do século XX suscitaram o aparecimento de novas tendências teórico-metodológicas. A partir dos contributos de autores da história marxista inglesa, como Eric J. Hobsbawm (1987, 1981) e Edward Thompson (1987), desenvolveram-se importantes pesquisas empíricas e reflexões teóricas, tendo como foco as relações de trabalho e a organização e luta dos trabalhadores da cidade e do campo. Essas pesquisas resultaram numa ampla produção bibliográfica, orientaram a construção de programas e cursos de pós-graduação e demandaram a constituição de centros de referência e documentação e pesquisa sobre o trabalho e o trabalhador.

Inicialmente voltados para a reflexão sobre escravidão e trabalho livre ou para a história do movimento operário, os estudos subordinados ao campo da história social do trabalho avançaram, mais recentemente, para as representações dos mundos do trabalho e do trabalhador, do lazer e do ócio e das múltiplas identidades – de gênero, étnicas, geográficas, nacionais – que, ao lado das identidades de classe, contribuem para o ordenamento das classes trabalhadoras e para a construção de modos específicos de leitura, distinção e apropriação do mundo social. Em um contexto de afirmação de novos paradigmas, novos

¹ Professora titular do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

objetos e novas formas de abordagem que, nas últimas décadas, possibilitaram a ampliação do conceito de objeto histórico e a noção de fonte histórica, o mundo do trabalho passou a ser considerado, também, como objeto privilegiado de estudos do imaginário, do cotidiano e das relações de poder.

Mas a construção de uma história social do trabalho capaz de agregar as problemáticas propostas pela historiografia contemporânea exige dos pesquisadores a reflexão sobre a natureza e o acesso às fontes de pesquisa. Cláudio Batalha (2000, p. 156), ao avaliar as fontes de pesquisa para a história operária no Brasil, chamava a atenção para “toda uma série de ‘novas’ fontes, como processos da Justiça do Trabalho ou a iconografia do movimento operário, que ainda precisam ser devidamente exploradas”. A essas fontes, Negro propõe agregar outras, “a começar pelas fontes orais da Justiça do Trabalho”, e, ainda, “arquivos da polícia e das Delegacias Regionais do Trabalho. Assim como, nos sindicatos, pode ser interessante pesquisar atas de assembleias sindicais e atas de reunião de diretoria, sem esquecer a imprensa e outras fontes” (NEGRO, 2006, p. 203).

Ao historiador dedicado às áreas emergentes, assim como aos campos tradicionais de pesquisa, impõe-se como tarefa não apenas a identificação de acervos documentais passíveis de exploração. Mais do que isso, insinua-se como um importante campo de atuação profissional a organização, a guarda e a preservação de fontes históricas e a organização de bases de dados que possam servir de suporte ao desenvolvimento de estudos e pesquisas. À investigação propriamente dita, compreendida como análise e reflexão sobre os dados fornecidos pelas fontes, agrega-se, como tarefa do pesquisador, o resgate e conservação preventiva das fontes, particularmente quando essas fontes estão ameaçadas de desaparecer sem deixar vestígios. Nessa perspectiva inserem-se as ações desenvolvidas, desde 2000, por pesquisadores vinculados ao Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Quinze anos após a implantação do curso de história da UESB e frente às novas experiências com a pós-graduação, era condição essencial para o desenvolvimento da pesquisa histórica em âmbito regional a atuação junto às instituições produtoras de documentação, no sentido de garantir a preservação, ordenação e registro de fontes e, mesmo, assumir a guarda de documentos que, de outra maneira, seriam descartados. Dessa forma, ao Departamento de História da UESB apresentou-se, ainda em 2000, como tarefa premente, assumir a guarda de processos da Justiça do Trabalho, produzidos no âmbito da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, subordinada à 5ª Região do Tribunal de Justiça do Trabalho.

Diante da alegada impossibilidade da conservação *in loco* da documentação produzida pela junta, um convênio firmado entre a universidade e a presidência da Vara do Trabalho de Vitória da Conquista transformava o Departamento de História em fiel depositário de documentos que já não se prestavam às funções propostas para o tribunal. Vislumbrava-se, por meio dessa doação, que a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia pudesse vir a se constituir em um centro de referência e documentação sobre o trabalho, de interesse comum a pesquisadores da história e do direito.

A implantação da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, abrangendo, além do próprio município sede, diversos outros que compõem a região sudoeste da Bahia, data de 1963. Em quase quarenta anos de existência da junta, foi ali produzida uma rica documentação, elucidativa das relações de trabalho, do desenvolvimento socioeconômico

da região e da estruturação de organismos voltados para a mediação entre trabalhadores e patrões, como os sindicatos de trabalhadores.

Como espaço de conciliação e conflitos, as juntas de conciliação e julgamento produziram uma ampla documentação que, disponível à investigação, possibilita inventariar dados sobre as relações de trabalho, as demandas dos empregados, os resultados das querelas trabalhistas; permite identificar os vários agentes sociais envolvidos nos processos; torna possível destacar e analisar os diferentes enunciados discursivos sobre o trabalho e as condições de vida dos trabalhadores.

O acervo documental da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, colocado sob a guarda da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, constituía-se de cerca de trinta mil processos trabalhistas, livros de protocolo, registro de visitas de advogados, cálculos de custas e emolumentos, todos concernentes ao período de 1963 a 92. Esta documentação apontava para um enorme leque de possibilidades de pesquisa em história social, história econômica, e nas áreas de história das instituições e direito. Entretanto, por conta de uma série de reformas na estrutura física da UESB, entre 2002 e 2003 os documentos acabaram sendo depositados em condições da mais absoluta insalubridade, sujeitos ao ataque de ratos e insetos e às intempéries.

Somente no final de 2003 constituiu-se uma equipe, formada por docentes, pesquisadores e estudantes, que assumiu a responsabilidade do resgate, da higienização e conservação preventiva dos documentos, da inventariação e sumariação do acervo, além do atendimento ao público, já que, com certa frequência, cidadãos demandavam cópias de documentos (registros de emprego, atos de suspensão de penhora etc.) para serem utilizados em processos de aposentadoria ou na negociação de bens.

Ainda sem um espaço físico com capacidade para o acondicionamento e exploração dos documentos, foi criado, no início de 2004, o Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST), tendo como escopo a identificação, seleção, sumariação, preservação e abertura à consulta pública de documentos escritos e imagéticos relevantes para o estudo do trabalho e dos movimentos sociais na região sudoeste da Bahia. Vinculado ao Departamento de História da UESB e subordinado aos pressupostos metodológicos propostos pelo grupo de pesquisa Acervo, Memória e Patrimônio, então cadastrado no CNPq, o projeto do Laboratório de História Social do Trabalho estabelecia como principal objetivo, primeiro, tornar acessível ao público o acervo documental da Justiça do Trabalho.

O núcleo inicial do acervo documental do LHIST/Uesb, composto por processos e códices diversos produzidos pela Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, foi posteriormente ampliado com a integração de novos documentos produzidos pela junta até a sua extinção, por força da criação das varas do trabalho, e a agregação de processos oriundos das varas do trabalho de Itapetinga e de Vitória da Conquista. O reconhecimento do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como centro de estudos e produção de conhecimento histórico na área de história social do trabalho resultou, ainda, na transferência para sua responsabilidade de um importante acervo documental e bibliográfico, constituído por jornais e revistas produzidos por correntes internacionalistas e partidos políticos de esquerda durante a ditadura militar.

A conservação preventiva, ordenação e indexação de dados de toda essa documentação que integra o acervo (processos trabalhistas, códigos diversos, jornais, revistas e outros documentos relativos à história e memória do trabalho e dos movimentos sociais) são, pois, uma das linhas de ação do L HIST/UESB. A documentação é inventariada, submetida a tratamento técnico e acondicionada em caixas-arquivo e estantes de aço, nas salas destinadas ao laboratório, em um anexo da Biblioteca Central, no *campus* da UESB de Vitória da Conquista. Todo o trabalho de tratamento, recuperação, acondicionamento e conservação preventiva do acervo, bem como a criação de bases de dados para o compartilhamento das informações, foram desenvolvidos em conformidade com a orientação recebida de técnicos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), em consonância com os termos de convênio firmado com a UESB e a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, sob a tutela da Fundação Pedro Calmon. O acervo documental do L HIST/UESB é aberto à consulta pública por pesquisadores e cópias de documentos são franqueadas aos cidadãos que, frequentemente, procuram o laboratório.

Imbuída do propósito de constituir uma base de dados ampla, que pudesse servir de subsídio às pesquisas sobre a história do trabalho em âmbito regional, a equipe do Laboratório de História Social do Trabalho viu-se previda pela necessidade de identificar e personalizar outros grupos documentais, disponíveis em instituições-memória e em sindicatos de trabalhadores da região. Apresentava-se, assim, como uma segunda linha de ação, a produção de bases de dados para o desenvolvimento da história do trabalho e dos movimentos sociais que contemplassem o inventário realizado em outras instituições-memória da região sudoeste da Bahia – como o Arquivo Municipal e o Museu Regional de Vitória da Conquista –, em sindicatos e outras organizações sociais representativas dos trabalhadores da região. O resultado parcial desse trabalho se consolidou com a publicação, em 2007, de um *Catálogo de referência e documentação para a história social do trabalho na região sudoeste da Bahia*, do qual constavam os dados da documentação da Justiça do Trabalho extraídos dos processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, mediante o uso de fichas catalográficas, e indexados em bases digitais. A esses dados foram acrescentados, no catálogo, alguns indicadores de existência, localização e condições de consulta de documentos concernentes ao mundo do trabalho na região de Vitória da Conquista.

O projeto de estruturação do L HIST/UESB e de produção do catálogo foi viabilizado com os recursos do prêmio Memória do Trabalho no Brasil, concedido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, com recursos da Petrobras, por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac/Minc) e com apoio institucional do Ministério do Trabalho e Emprego. Os recursos provenientes da premiação foram aplicados, ainda, na aquisição de equipamentos e material de consumo destinados à organização e ao tratamento técnico da documentação.

Desde 2004, diante da imensa possibilidade de pesquisa oferecida pelas fontes disponíveis e amparados na legislação trabalhista em vigor e na documentação escrita e imagética coeva, encontrada em outros arquivos, e em documentos orais relativos à história e memória dos trabalhadores, coletados no curso das pesquisas, docentes vinculados ao Departamento de História da UESB, bem como estudantes universitários e de ensino médio, vinculados ao L HIST como bolsistas ou voluntários, dedicaram-se ao desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre relações de trabalho, formas de luta dos trabalhadores e organização sindical na região de Vitória da Conquista.

Entre os vários projetos de investigação histórica produzidos e submetidos ao debate público está, em primeiro lugar, a organização de uma base de dados com vistas à individualização das categorias de trabalhadores que, nas quatro últimas décadas do século XX, recorreram à esfera judicial para reivindicar o cumprimento da legislação trabalhista em vigor. O projeto foi inicialmente desenvolvido pelo discente Rômulo Prado, bolsista de iniciação científica do CNPq entre 2004 e 2005, e contou com a participação de estudantes do ensino médio que, desde 2004, contemplados com bolsas de iniciação científica júnior da Fapesb, atuaram no tratamento primário, organização e indexação de dados da documentação.

Também a partir dos dados coletados nas fontes da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, a discente Marielle Leles Neves, bolsista de iniciação científica do CNPq entre 2005 e 2006, dedicou-se ao projeto de individualização e análise dos processos judiciais impetrados por trabalhadores rurais; Vanessa Sant'Anna, bolsista do CNPq entre 2007 e 2008, investigou a participação da mulher no mercado de trabalho; e os dados sobre economia regional nessas mesmas fontes foram o objeto de investigação do discente Danilo Silva, bolsista entre 2009 e 2010. Já o discente Ramon Santos Gusmão, bolsista de iniciação científica da Fapesb entre 2006 e 2008, procedeu à inventariação e catalogação de matérias relativas ao mundo do trabalho nas hemerotecas do Arquivo Municipal e do Museu Regional de Vitória da Conquista.

Em 2005, teve início, no âmbito do Laboratório de História Social do Trabalho, o projeto de construção da memória e história dos sindicatos de trabalhadores que, na região sudoeste da Bahia, atuaram como mediadores nas relações e conflitos entre patrões e empregados nas quatro últimas décadas do século XX, inicialmente desenvolvido pelo discente Ildimar França Nascimento, bolsista da Fapesb entre 2005 e 2006. De 2006 a 2008, vários outros projetos foram desenvolvidos com vistas a inventariar, organizar e catalogar documentos em sindicatos de trabalhadores da região sudoeste da Bahia, empreendidos pelos estudantes/bolsistas Geciane Brito, Uelber Souza, Thiago Dantas, respectivamente dedicados à organização, inventariação e sumariação dos documentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, da Associação de Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ADUSB) e do Sindicato dos Bancários de Vitória da Conquista. O trabalho foi ampliado com a pesquisa empreendida, entre 2007 e 2008, por Charliana Porto, bolsista da Fapesb que se dedicou a identificar a participação de sindicatos, federações e advogados trabalhistas em processos apresentados por trabalhadores rurais à Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, no período de 1963 a 2003, e associar os dados obtidos com a história e memória dos sindicatos e outras formas de organização dos trabalhadores rurais da região de Vitória da Conquista nas quatro últimas décadas do século XX.

Atualmente, o trabalho da equipe do LHIST encontra-se estruturado em torno de duas grandes linhas de pesquisa: a primeira visa explorar os dados da documentação da Justiça do Trabalho e demanda, para o seu desenvolvimento, um trabalho permanente de organização e conservação preventiva desta documentação; a segunda tem por objetivo a recuperação da memória e história dos sindicatos de trabalhadores que, na região sudoeste da Bahia, atuaram como representantes dos trabalhadores e como mediadores das relações e conflitos com os patrões nos últimos quarenta anos do século passado.

Associado à primeira linha está o projeto de indexação de dados visando a sua divulgação na página do LHIST/UESB na internet e em uma segunda edição do *Catálogo de referência e documentação para a história social do trabalho: Vitória da Conquista e região*, a ser disponibilizado em mídias digitais. Ainda sobre a documentação da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, mas amparados em outras fontes complementares de pesquisa, vários projetos vêm sendo desenvolvidos, a saber: 1) a investigação sobre as relações de trabalho e as ações reivindicatórias envolvendo crianças e jovens, bem como sobre o perfil dos pequenos trabalhadores que recorreram à Justiça do Trabalho pelo cumprimento da legislação trabalhista relativa ao menor, projeto em desenvolvimento pelo discente/bolsista da Fapesb José Pacheco dos Santos Júnior; 2) o projeto de individualização dos processos de mulheres trabalhadoras, com vistas à elucidação das relações de trabalho e do perfil dessas mulheres, desenvolvido pela discente Rosana dos Santos Souza, bolsista do CNPq; 3) o projeto de reconstrução da história e de recuperação da memória e dos discursos dos juizes trabalhistas que atuaram no município de Vitória da Conquista no período da ditadura militar, desenvolvido pela discente Lorena Farias dos Santos, bolsista da Fapesb; 4) o projeto de reabilitação da memória dos advogados que atuaram ao lado dos trabalhadores, em processos individuais ou impetrados por sindicatos, no mesmo período, desenvolvido pela discente Emille Ribeiro Santos; 5) o projeto de reconstituição da memória dos trabalhadores do café que, na década de 1970, em um contexto de lutas contra as más condições de trabalho encontradas nas fazendas, apresentaram suas reivindicações à Justiça do Trabalho, desenvolvido pelo discente Domingos Lemos Silva.

Subordinadas ao conceito de micro-história, essas investigações inserem-se em um movimento nacional de valorização das fontes do judiciário trabalhista e corroboram as conclusões apresentadas por Negro (2006, p. 201):

Longe de vítimas passivas ou de fantoches manipulados, há atores que entram em cena alargando as possibilidades da lei e do direito, conseguindo resultados e justiça. O mais das vezes, é verdade, fica claro que é preciso energia e disposição para travar os embates. Ao mesmo tempo, também fica claro que há direitos pelos quais vale a pena lutar, enfrentando a morosidade do judiciário.

Associado à segunda linha de pesquisa, dedicada à recuperação da história e memória dos sindicatos dos trabalhadores, encontra-se em desenvolvimento, encampada pela ação da discente Kamilla Matias, o projeto de inventariação e digitalização de documentos escritos e imagéticos produzidos pelos sindicatos e outras organizações sociais de representação e defesa dos trabalhadores. Vislumbra-se, com essa ação, a organização de um acervo de imagens relativo à história dos movimentos sociais da região de Vitória da Conquista na segunda metade do século XX.

Os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo LHIST têm contribuído para elucidar aspectos fundamentais das relações de trabalho; para traçar um panorama da economia regional a partir do perfil dos empregadores e trabalhadores que, nas quatro últimas décadas do

século XX, recorreram à esfera judicial como instrumento de mediação das relações de trabalho; para elucidar as condições de trabalho, as reivindicações e as principais formas de luta empreendidas por setores específicos do mundo dos trabalhadores, como mulheres, crianças e jovens e trabalhadores rurais; para reconstruir a história e memória da advocacia trabalhista e do movimento sindical da região de Vitória da Conquista; e para desvendar discursos e representações sobre o trabalho em fontes orais e escritas.

Como centro de documentação, o Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia busca afirmar-se como uma instituição-memória especializada na identificação, preservação, guarda e difusão da memória histórica e cultural dos trabalhadores. Por outro lado, pretende ser uma instância aberta à interação e convívio com a sociedade, voltada ao desenvolvimento de atividades, programas e ações que têm como objeto a guarda, o trato e a difusão da memória social do trabalho. Nesta perspectiva inserem-se, também, as iniciativas de realização de seminários voltados à divulgação de estudos e pesquisas sobre história e memória do trabalho e de cursos dedicados à qualificação de pessoal para o trato com fontes documentais.

Referências bibliográficas

BATALHA, C. H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 145-158.

HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

NEGRO, A. L. O que a Justiça do Trabalho não queimou. *Politeia – História e Sociedade*, v. 6, n. 1, p. 193-209, 2006.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

A experiência do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência em Movimentos Sociais e Políticas Públicas do Campo (CPDA/UFRRJ)

*Juliana Gomes Moreira*¹

*Carolina Thomson Rios*²

*Mariana Vieira*³

*Marco Antonio Teixeira*⁴

Resumo

Neste artigo buscamos socializar a experiência e metodologia de trabalho do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas do Campo (CPDA/UFRRJ). Apresentaremos os desafios e limites deste trabalho para a preservação da memória documental, bibliográfica, audiovisual e oral das organizações sociais do campo e seus sujeitos, enfatizando a necessidade e importância destes centros arquivísticos para a preservação da memória dos trabalhadores do campo e da cidade.

Palavras-chave

arquivo e memória; centro de documentação; memória camponesa; memória sindical; MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais; trabalhadores rurais.

A partir dos anos 1970, as universidades passaram a ter maior interesse pela problemática histórica da realidade brasileira. Isto provocou um processo de criação de centros e núcleos de documentação interessados em temáticas variadas, que muitas vezes estavam vinculados às linhas de pesquisa específicas de cada centro ou programa e que, ao longo do tempo, foram ganhando autonomia. Desde então, a universidade vem se firmando como guardiã de memória e se tornou um *locus* para a demanda de recuperação, organização e descrição de documentos em acervos de referência (ANDRADE, 2009).

Esta tarefa foi assumida, principalmente, devido ao difícil acesso aos documentos e à necessidade de resguardar fontes importantes para a pesquisa científica, seja pela ausência de entidades dedicadas à preservação do patrimônio documental, seja por descaso dos poderes públicos e das instituições privadas. A solução encontrada foi constituir espaços de guarda e

¹ Graduanda em Ciências Sociais, assistente técnica do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência em Movimentos Sociais e Políticas Públicas do Campo (NMSPP).

² Graduanda em Ciências Sociais, estagiária do NMSPP.

³ Graduanda em Ciências Sociais, estagiária do NMSPP

⁴ Mestrando em Ciências Sociais, assistente de pesquisa do NMSPP.

organização das fontes, envolvendo a universidade nos esforços de preservação documental em âmbito nacional, regional ou local (CAMARGO, 2009). A deficiência de acesso às fontes incide, também, na dificuldade que têm as organizações sociais de garantir continuidade e organização a seus acervos documentais, de forma apropriada ao uso cotidiano e à pesquisa histórica, que foge de seus interesses imediatos. Muitos destes arquivos estão em condições precárias, sem acondicionamento e tratamento adequados, e muitas vezes dispersos, sob a posse dos indivíduos (lideranças, dirigentes etc.) que vivenciaram as experiências de forma direta. Isto impossibilita não só a pesquisa, como também a construção de uma memória própria sobre a inserção dessas entidades nos processos sociais na contemporaneidade.

A preocupação com a guarda dos acervos, em período recente, está na pauta das organizações sindicais, como é o caso do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT. Porém há uma lacuna maior, nesta árdua tarefa de preservação, no que se refere aos trabalhadores do campo, pois poucos são os esforços de registro de dados e informações, assim como limitada é a demanda para possibilitar a construção de centros de documentação que atendam a esses casos específicos (NMSPP, 2005).

Com esta preocupação, e seguindo a tendência de algumas universidades de ter um papel na guarda da memória social, em 1997 a professora e pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Leonilde Servolo de Medeiros, deu início à construção do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP), vinculado à linha de pesquisa Movimentos Sociais, do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). No entanto, este núcleo consolidou-se com sala própria somente em 2003, a partir de uma chamada pública do programa Cientistas do Nosso Estado, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), por meio do projeto *Movimentos sociais, mudanças políticas e culturais: uma leitura a partir dos trabalhadores rurais*. Nesse momento, com a incorporação de pessoal especializado nas atividades cotidianas de um centro de documentação, foi dado início ao reconhecimento e organização da documentação para constituição do arranjo do NMSPP (2004).

A documentação que compõe o seu acervo foi reunida ao longo de inúmeras atividades de pesquisa e assessoria realizadas junto a organizações sindicais de trabalhadores rurais e movimentos sociais. Os fragmentos de arquivos pessoais foram doados por Afrânio Raul Garcia Jr., Ana Maria Motta Ribeiro, Ezequiel Dias, Francisco Josué de Castro, Gisélia Potengy, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Emília Pacheco, Maria José Carneiro, Moacir Palmeira, Nelson Ribeiro, Victor de Araújo Novicki e William Santos Assis. Há também documentação oriunda de arquivos extintos e/ou reduzidos, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase) e AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. Do acervo constam ainda materiais doados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf/Sul), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetagr/RJ). Novos documentos vêm sendo constantemente recebidos.

No caso do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência em Movimentos Sociais e Políticas Públicas do Campo, é necessário assinalar que se entende por documento qualquer

elemento gráfico, iconográfico, plástico, fônico pelo qual o homem se expressa. O livro, o artigo de revista, o jornal, o relatório, o processo, o cartaz, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário. Enfim, tudo o que seja produzido por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos pela atividade humana. Trata-se de um arquivo de tipo permanente, e a idade da documentação, em geral com mais de 25 anos, ultrapassou totalmente o uso primário, restando-lhe o valor histórico e o resgate científico, social e cultural, em que se sistematiza a passagem da esfera da administração para a da construção histórica (BELLOTTO, 2004).

Temos sempre dialogado, de forma sistemática, com as teorias arquivísticas, o que nos assegurou criar uma estrutura mínima que atendesse certas exigências funcionais de um centro documental de referência, garantindo a composição de um todo intelectualmente compreensível e íntegro à sua matéria viva – o documento (NMSPP, 2006). No entanto, a equipe que trabalha no NMSPP tem sua formação na área das ciências humanas e sociais, com especial interesse nas temáticas relacionadas ao mundo rural. Isto porque acreditamos que a intimidade com o campo de ação do fundo possibilita uma compreensão maior dos processos históricos específicos, o que ajudará a reconhecer as lacunas existentes no acervo e na classificação. Afinal, os critérios estabelecidos e as decisões tomadas sofrem interferência subjetiva daqueles que trabalham diretamente na documentação, o que não quer dizer que o resultado não seja objetivo (BOURDIEU et al., 1999).

Por isso, o documento é tratado para além do imediato, visto que o seu conteúdo tem uma aparência que precisa ser desvelada para expressar os elementos da simbologia presente, uma vez que ele não está, nem esteve, parado no tempo e, por isso, não pode ser tratado como coisa. O objetivo primeiro é reconhecer o quadro de institucionalização do documento, o que acarreta o deslocamento da memória e da cultura imediata, oferecendo-lhe um novo propósito. Valoriza-se, pois, a concepção de memória social como algo não apenas “instrumentalizado”, mas, principalmente, como um sistema de significados que é gerado ao longo do tempo e é produto de determinadas construções políticas e históricas, num campo permeado de tensões e conflitos.

Os objetivos do núcleo compreendem a reunião, preservação, análise e posterior disseminação de documentos representativos das lutas no campo: das organizações patronais e de trabalhadores rurais (sindicais e não sindicais) ao longo da história; das rupturas e articulações entre elas; das categorias produzidas por esses sujeitos do meio rural brasileiro; das relações institucionais, mediante as políticas públicas voltadas para a questão agrária e fundiária, entre outros aspectos relacionados, de modo a valorizar, resgatar e preservar a memória social do campo em seus suportes físicos e virtuais.

Incorporando a este fim o público consulente e suas demandas, o fundo volta-se principalmente para servir à pesquisa acadêmica. Como um arquivo de referência, o diferencial é justamente o arranjo, ou a forma em que se apresenta a documentação. Ele não refaz o arquivo natural das instituições, pois o intuito não é reproduzir a instituição que produziu o documento, mas sim apresentá-la por determinado prisma, ligado à lógica que foi impressa à organização do acervo (SILVA, 1972).

Conforme a diversidade do material que compõe o acervo, fez-se necessário organizá-lo por grupos tipológicos, numa estratégia de otimização para o acesso e para que os documentos possam ser explorados de forma exaustiva, segundo os propósitos especificados.

O NMSPP tem os seguintes setores de classificação: biblioteca, documentação e audiovisual (ver Apêndice 1). Os setores de audiovisual e biblioteca se enquadram nos princípios de classificação da biblioteconomia, com diretrizes próprias. Porém, é importante destacar que no processo de descrição do material audiovisual, especificamente das entrevistas, priorizamos indexar os temas e conteúdos pertinentes aos fundos do NMSPP. A seguir detalharemos esses processos de classificação.

O setor de Biblioteca tem hoje 4.378 documentos: 49 CDR, que trazem dados de estudos, levantamentos, pesquisas e seminários de instituições governamentais, universitárias e não governamentais diversas; 11 CDs com músicas selecionadas sobre a temática do fundo; 70 DVDs com filmes e documentários sobre temas relacionados às lutas dos trabalhadores do campo no Brasil; 24 fitas VHS com filmes e documentários (em processo de conversão de mídia para DVD); 1.170 artigos oriundos de periódicos nacionais e internacionais, e também de revistas nacionais de grande circulação; 788 títulos/livros; 200 títulos entre monografias, dissertações e teses recentes; e ainda 2.066 títulos classificados como “trabalho”, categoria que reúne ensaios, apresentações em congressos, seminários, projetos e relatórios de pesquisa, materiais sobre seminários universitários e institucionais.

No processamento do material do NMSPP, o tratamento de peças individuais é considerado um risco, sobretudo no que se refere à classificação e conservação de documentos textuais históricos e manuscritos, pois a separação das peças pode deixar escapar a documentação básica de uma atividade ou processo. Por isso, há uma forte preocupação com a articulação entre os setores, que se faz mediante as vias de busca das informações, elaboradas com base na padronização dos termos (descritores/palavras-chave), conceitos e categorias apontados na análise de cada documento. Esses caminhos são construídos a partir de bibliografia de referência e de reuniões de equipe, nas quais são debatidos temas como a construção de uma listagem de linguagem controlada, a definição dos critérios de classificação, ordenação e prioridades das séries documentais, bem como os setores de inserção de cada documento.

Desse modo, no setor de maior volume documental do NMSPP, o de Documentação, o arranjo organiza os documentos de forma seriada, ou processual. Por isso, elaborou-se uma planilha específica de acesso aos conjuntos documentais, onde estão sistematizadas as informações que exprimem a relação entre os documentos seriados, permitindo, inclusive, o manuseio entre eles e entre os setores. No Setor de Documentação, o critério de classificação adotado privilegia as organizações produtoras (autoras) dos documentos, em detrimento do seu processo de coleta. Entendemos que este é o melhor procedimento para manter o caráter orgânico, aquilo que liga um documento a outro. Assim, a essência do documento, que é a informação em si, determina o critério de classificação, sendo mais importante do que a proveniência dos documentos doados, considerando a estrutura e a substância. A documentação reunida, mesmo que seja oriunda de diferentes arquivos e doadores, associa-se pelo processo que representa e não pela identidade dos sujeitos

“coleccionadores”, principalmente porque todos esses doadores ofereceram ao NMSPP somente parte de seus arquivos.

Fazemos então um grande esforço para rever a trajetória de cada documento, levando em conta o sujeito, o contexto e a intenção com que foi produzido. Neste arranjo, as organizações sociais sobrepõem-se, hierarquicamente, aos conjuntos temáticos e se solidificam na classificação dos sujeitos organizados: organizações sindicais rurais; organizações não sindicais – nomeadas a partir da identidade dos sujeitos em luta (Sem Terra, Atingidos por Barragens etc.); organizações não governamentais; organizações governamentais e organizações religiosas. Os documentos podem ser de entidades tanto da classe trabalhadora quanto da patronal, de modo a respeitar a integralidade e pluralidade das organizações e ações no campo. De acordo com a linha de intervenção dos doadores do NMSPP, este acervo detém um volume maior de materiais e informações sobre as organizações de trabalhadores do campo, pois o intuito é exatamente resguardar e divulgar o material por eles produzido e acumulado.

Para facilitar a pesquisa, o objetivo na classificação foi construir formas diversas de acesso ao conjunto temático, enfatizando a substância dos documentos por meio dos descritores, sumário, resumos, remissivas, enfim, de tudo que pode apontar para as ligações e continuidades, tanto de temas como de processos documentais, entre dossiês, séries e conjuntos, aquilo que salienta a organicidade e estrutura da documentação. Buscamos oferecer ao pesquisador/consulente economia de tempo, precisão na busca e evitar a superficialidade dos dados, garantindo o máximo de possibilidades e coincidências entre a necessidade do leitor e aquilo que o acervo oferece, ainda que essa coincidência nem sempre seja precisa (SILVA, 1972).

Todos esses elementos apresentam-se nas planilhas de consulta, que são fundamentais à pesquisa. Estas planilhas são as fichas de cada dossiê (documentos seriados) e/ou unidade documental. Nelas foram reproduzidos todos os elementos identificados durante a investigação para a classificação documental – as datas limite/período de produção, a quantidade de pastas que possuem os conjuntos, séries, subséries e dossiês, o local físico de armazenamento, eventuais anexos, número de páginas etc. (ver Apêndice 2).

O Setor de Documentação tem ainda cartazes diversos, ainda não organizados, produzidos por campanhas em prol da reforma agrária, de divulgação das atividades de sindicatos de trabalhadores rurais e federações, das ações da Igreja, como a Romaria da Terra e o Grito dos Excluídos, e do MST. Temos aproximadamente cinquenta cartazes para disponibilizar à consulta, após organização e catalogação.

Para a construção de arranjos de determinado arquivo, nem sempre é possível usar um único método para diferentes documentos e necessidades. Por isso, é preciso ter clareza sobre os fins de cada arquivo e sobre o método principal que deve ser utilizado. Assim, no setor de audiovisual, para organizar um conjunto de entrevistas importantes para a memória da lutas do campo (áudio, transcrições e aquelas veiculadas em periódicos, revistas e jornais de circulação nacional), o planilhamento se fez por unidade documental, diferindo o modelo de planilha conforme o tipo (se transcrição e áudio ou *clipping*). Porém, ainda assim, as planilhas de cada documento são acessadas em séries, conforme a atividade principal do entrevistado no momento da entrevista, e classificadas em proximidade com os grandes conjuntos do Setor de Documentação. As séries são: Acadêmicos/Intelectuais; Assesores de Formação e Educação;

Assessores Jurídicos; Assessores Técnicos; Gestores Públicos; Igrejas/Agentes Religiosos; Lideranças e Dirigentes de Organizações Não Sindicais de Trabalhadores Rurais; Lideranças e Dirigentes de Organizações Não Sindicais Patronais; Lideranças e Dirigentes de Organizações Sindicais de Trabalhadores Rurais; Lideranças e Dirigentes de Organizações Sindicais Patronais; Lideranças e Dirigentes Partidários (ver Apêndices 3 e 4).

De todas as formas possíveis para apresentar a substância dos documentos, a descrição é a que necessita de um dos mais rigorosos métodos para divulgação e controle dos conteúdos disponíveis no acervo. Por isso, fez-se a padronização da linguagem que reduz o número de símbolos diferenciados para um mesmo tema ou assunto identificado na classificação. Esse procedimento facilita a compreensão dos termos que serão utilizados pelo usuário em sua busca, ampliando potencialmente a pesquisa e descartando o que for irrelevante. A descrição permite exibir categorias importantes que potencializam o interesse da pesquisa e impossibilita generalizações e/ou dispersão, capazes de evidenciar sinônimos e/ou assuntos díspares com escrita singular, como por exemplo:

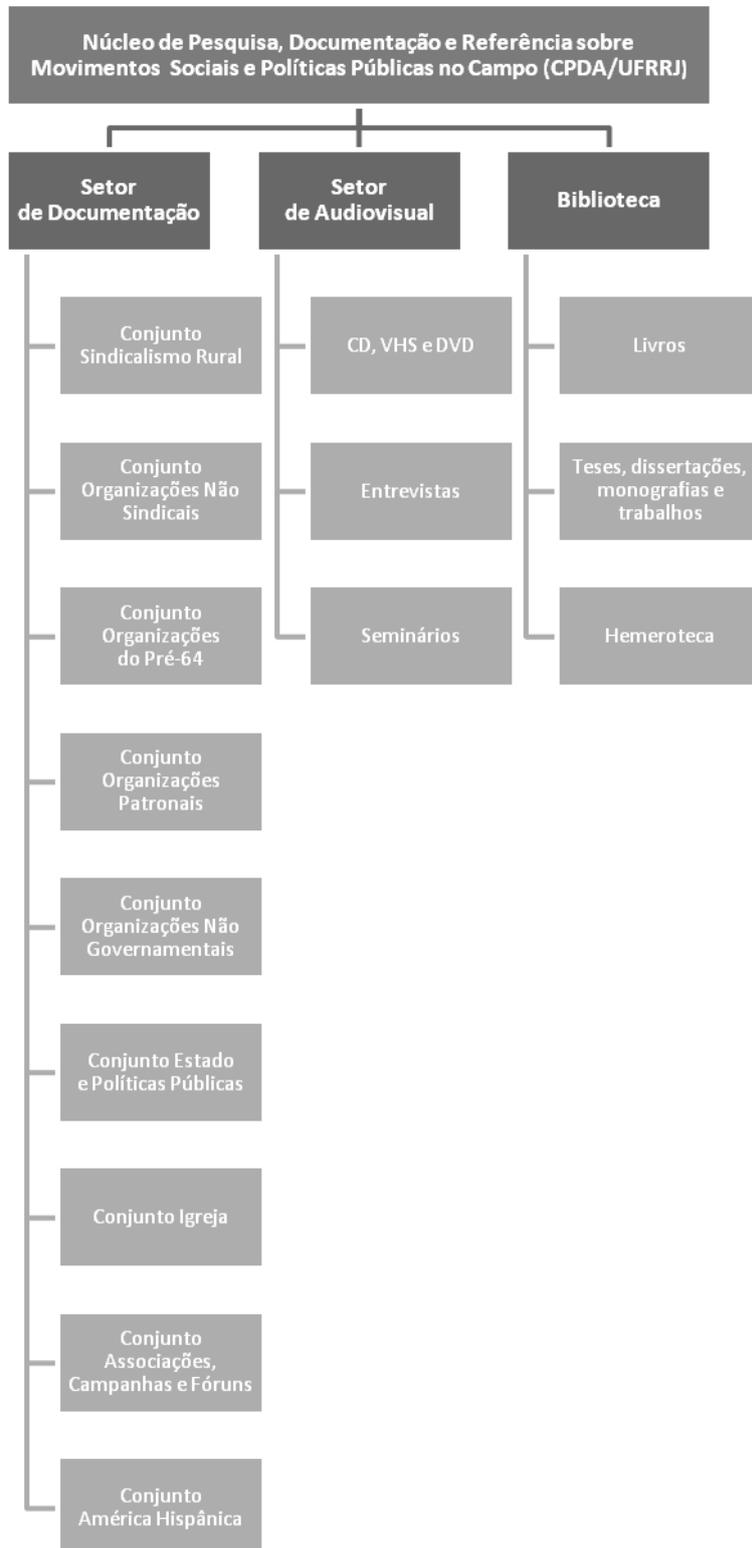
- | | |
|--|---|
| ▪ Assistência judiciária | Assistência jurídica |
| ▪ Período colonial brasileiro | Período colonial |
| ▪ Governo FHC (1995-1998) | Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) |
| ▪ Extrativismo | Extrativismo sustentável |
| ▪ Escravidão | Escravidão contemporânea |
| ▪ CUT – Central Unitária dos Trabalhadores da Colômbia | CUT – Central Única dos Trabalhadores |
| ▪ Agroquímicos | Agrotóxicos |

Quanto à vertente da pesquisa, a produção do NMSPP está vinculada, principalmente, às atividades da linha de pesquisa Movimentos Sociais, do CPDA/UFRJ. Por meio dessas investigações há um movimento de retroalimentação do acervo, pois, à medida que os pesquisadores/consultantes analisam os documentos deste fundo, eles identificam lacunas nos processos documentais, e, ao buscar respostas para a construção de seus objetos, acabam ampliando a gama de materiais no acervo, o que possibilita preencher algumas das lacunas presentes nos processos documentais.

Os objetivos das pesquisas não são naturais a cada acervo, eles são atribuídos aos arquivos e aos documentos conforme controle e reconhecimento dos valores simbólicos, que se dão à medida que os documentos estão sendo organizados e utilizados. Os arquivos, ao mesmo tempo em que representam fragmentos de realidade e trazem informações sobre os processos estudados, são também produto da necessidade de reconstrução da memória, concedidos a partir de determinados elementos que, por sua vez, devem estar explícitos aos estudiosos (LOPEZ, 2002). Desse modo, o NMSPP tem servido também a pesquisadores externos ao CPDA/UFRJ, pois não se atém às demandas de pesquisas pontuais. Procura garantir acesso a um determinado volume documental de forma a suprir carências de informação para um conhecimento profundo sobre a pesquisa, métodos e objetos de trabalho para análise social do campo brasileiro.

Apêndices

1. Organograma



2. Planilhas de acesso ao Setor de Documentação

Descrição:

Fundo: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

Conjunto:

Série:

Subsérie:

Dossiê:

Classificação:

Fundo: MSPP

Conjunto:

Série:

Subsérie:

Complemento:

Código: MSPP/

Documentos:

Número de pastas:

Produção:

Período:

Ano de:

Precisão de data:

sem data [] data exata [x] data provável [] década certa [] década provável []

Resumo:

Notas:

Observações:

Anexos:

Remissivas:

Descritores:

3. Planilhas de acesso às entrevistas (áudio e transcrições)

Dados da entrevista:

Entrevistado(s):

Dados biográficos:

Entrevistador(es):

Contexto de produção:

Data:

Local:

Roteiro: [] sim [x] não

Observações:

Classificação:

Fundo: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

Setor: Audiovisual

Conjunto: Entrevistas

	Assessores de formação e educação
	Assessores jurídicos
	Assessores técnicos
	Gestores públicos
	Lideranças e dirigentes de organizações não sindicais de trabalhadores rurais
	Lideranças e dirigentes de organizações não sindicais patronais
	Lideranças e dirigentes de organizações sindicais de trabalhadores rurais
	Lideranças e dirigentes de organizações sindicais patronais
	Produtores rurais
	Trabalhadores rurais
	Outros:

Material

Tipo	Código	Quantidade/ tempo deduração	Disponibilidade para consulta	Obs.:
Fita k7			Não	
Mp3			Não	
Transcrição				

Descritores:

Sumário:

4. Planilhas de acesso às entrevistas (*clipping*)

Dados da entrevista:

Entrevistado(s):

Dados biográficos:

Entrevistador(es):

Veículo de produção:

Título da matéria:

Data:

Local:

Observações:

Classificação:

Fundo: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

Setor: Audiovisual

Conjunto: Entrevistas

Assessores de formação
Assessores jurídicos
Assessores político-educacionais
Assessores técnicos
Gestores públicos
Lideranças e dirigentes de organizações não sindicais de trabalhadores rurais
Lideranças e dirigentes de organizações não sindicais patronais
Lideranças e dirigentes de organizações sindicais de trabalhadores rurais
Lideranças e dirigentes de organizações sindicais patronais
Produtores rurais
Trabalhadores rurais
Outros:

Material

Tipo	Código	Número de páginas	Disponibilidade para consulta	Obs.:
Impresso				

Descritores:

Sumário:

Referências bibliográficas

ANDRADE, Ana Célia N. de. O mundo dos trabalhadores no acervo do Cedoc/PUC-SP. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (org.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2009. p. 191-200.

BELLOTTO, Heloísa Liberali. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

BERTOLETTI, Hester Caldas. *Como fazer programa de reprodução de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Como Fazer, 7).

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 45, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA SINDICAL (Cedoc/CUT). *Guia de apresentação*. São Paulo, jan. 2001.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC/FGV). *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

CPDOC 30 anos. Textos de Célia Camargo [et al.]. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2003.

FOSKETT, Anthony Charles. *A abordagem temática da informação*. Brasília: Ed. UnB, 1973.

LOPEZ, André Ancona. *Como descrever documento de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Como Fazer, 6).

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ; Unrisd, 2002.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO (NMSPP).

Relatório técnico de atividade. Projeto de cooperação técnica IICA/BRA/03/005 – “Participação Social – Nead”, em contrato celebrado entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Rede de Desenvolvimento, Ensino e Sociedade (Redes). Nov. 2010.

_____. Relatório. 2006.

_____. Relatório de atividades. Faperj (Programa Cientistas do Nosso Estado) e Nead/MDA. Abr. 2005.

_____. Relatório de atividades. Faperj (Programa Cientistas do Nosso Estado) e Nead/MDA. Out. 2004.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

SILVA, Benedicto. *Origem e evolução dos descritores*. Rio de Janeiro: FGV, 1972. (Série Informação & Comunicação, 7).

O Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj) e suas coleções pessoais de trabalhadores sindicalistas

Uma análise tipológica

Marcos Aurelio Santana Rodrigues¹

Resumo

Esta comunicação tem por objetivo fazer uma análise tipológica de documentos de coleções pessoais de trabalhadores sindicalistas, presentes no acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj) – especificamente as dos colecionadores Geraldo Cândido, Carlos Henrique Latuff, João Ângelo Labanca, Luiz Branco do Valle, Roberto Morena e Ulisses Lopes –, tendo em vista compreender as relações entre os documentos e as atividades dos titulares dessas coleções, utilizando uma metodologia que permite reconhecer os tipos documentais colecionados no âmbito de suas vidas, privadas e militantes, em alguns movimentos sindicais no Rio de Janeiro. A partir de um acervo organizado em dois fundos, dezenove coleções institucionais, oito originárias de pesquisas acadêmicas e trinta e duas pessoais, destacamos as seis mencionadas com o intuito de descrever particularmente as atividades desta espécie de colecionador, partindo dos seus tipos documentais e constituindo mais uma forma de disponibilizar informações aos nossos usuários.

Palavras-chave

tipologia; documentação; coleções pessoais; arquivos pessoais; memória operária.

A problemática dos arquivos e coleções pessoais e dos tipos documentais

Partindo da problemática dos arquivos pessoais, que cada vez mais vem sendo discutida no campo da arquivologia – e defendidos esses arquivos como um tipo de acervo que deve passar por tratamento arquivístico,² assim como os documentos administrativos e institucionais –, propõe-se neste trabalho problematizar os arquivos como constituintes das atividades que possibilitaram a produção desses documentos, muitos deles ligados à vida profissional, intelectual, pessoal e política dos seus autores.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Supervisor de documentação do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj) da UFRJ. Bolsista de desenvolvimento tecnológico, DT1B, do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área de Cultura, da Fundação Casa de Rui Barbosa.

² Cf. ARTIÈRES, 1998; THOMASSEN, 2006; COOK, 1998, entre outros.

Refletindo sobre os acervos pessoais presentes no Amorj, verificamos que não se trata especificamente de arquivo ou fundo, mas, na verdade, de coleções, pois eles não foram necessariamente gerados pelas suas atividades, e sim colecionados concomitantemente às ações realizadas, e tiveram relações diretas e indiretas com suas atividades. Portanto, a partir de uma discussão que vem sendo feita no campo arquivístico, propomos uma abordagem das coleções particulares de trabalhadores que militaram nos meios sindicais do Rio de Janeiro que estão no mencionado arquivo.

Lucia Maria Velloso de Oliveira, em um projeto de pesquisa sobre os arquivos pessoais do Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, defende que “os documentos produzidos e reunidos por indivíduos ao longo de sua existência representam seu desempenho de funções na sociedade, na vida familiar, suas ideias, preconceitos, afetos, desafetos etc.” (OLIVEIRA, 2010, p. 2). Assim, consideramos que estas noções podem nos ajudar a compreender as coleções particulares também como tal, mesmo ressaltando que há diferenças substanciais nos sentidos e nas formas de recolhimento, reunião e significado.

Essas diferenças podem ser explicadas a partir do aspecto da autoria, pois para que um conjunto de documentos pessoais possa ser identificado como arquivo ou fundo pessoal ele deve ter ligação direta com as atividades dos seus produtores, ou melhor, com as atividades que o geraram e que estiveram relacionadas diretamente com os autores, seja na vida profissional, seja na social etc. Por outro lado, identificando outros conjuntos documentais como coleções, como é o caso dos que colocamos em discussão aqui, podemos considerar que não são necessariamente originários das atividades dos indivíduos que os recolheram e reuniram e que, mesmo sendo produzidos por outros indivíduos ou instituições, tiveram relações com as atividades profissionais, militantes, políticas e sociais dos seus colecionadores.

Além disso, seguindo uma noção enunciada por Oliveira (2010, p. 4), a qual acrescenta que o processo de produção de um arquivo pessoal, “longe de ser regulado por regimentos, estatutos ou norma, resulta em um conjunto variado de documentos distintos em forma e em estrutura”, podemos considerar que coleções pessoais, como são as do Amorj, também não passaram por regras institucionais específicas e contêm uma considerável variedade de documentos. Na maioria dos casos, predominam os periódicos, como jornais, boletins e informativos, fato que parece apontar para a maior facilidade de colecionamento desta espécie documental que teve circulação pública nos momentos em que foi incorporada pelos colecionadores.

É importante destacar que entre as espécies documentais os periódicos não figuram como documentos de arquivo, conforme se verifica com Heloísa Liberalli Belloto (2002), principalmente pela sua natureza bibliográfica. No entanto, considerando-se a configuração das coleções pessoais, é possível levar em conta que os periódicos as constituem e que estiveram e estão associados, direta e indiretamente, às atividades dos colecionadores.

A partir destas questões – e também das informações que eram emitidas nos periódicos sobre os colecionadores e suas atividades sindicais e políticas –, e tendo em vista os tipos documentais que conformam os sentidos das coleções pessoais, consideramos ser possível verificá-los nas ditas coleções e compreender as relações que os documentos puderam ter com as atividades dos seus colecionadores. Isto porque, como disse Oliveira (2010, p. 6), uma análise tipológica “tem como objeto o estudo do tipo documental e permite estabelecer a relação entre

os documentos e as atribuições, competências, funções e atividades do titular de um arquivo”, lembrando que ela está se referindo a um objeto muito específico, que são os arquivos pessoais do Arquivo Histórico da Fundação Casa de Rui Barbosa, e nós estamos redimensionando algumas destas noções para compreender estes aspectos nas coleções pessoais do Amorj.

Por outro lado, a autora ressalta que “a utilização da metodologia da Tipologia Documental permitirá reconhecer os tipos de documentos produzidos no âmbito da vida privada” do indivíduo (OLIVEIRA, 2010, p. 6), que, nos casos analisados aqui, permite retratar algumas atividades políticas e sociais de trabalhadores que militaram nos movimentos sindicais e políticos. Foram colecionados e reunidos documentos que podem nos permitir rever certos aspectos do passado de militantes que dedicaram parte de sua vida às discussões e combates sobre relações de trabalho, organização política e social dos trabalhadores, atividades estas entrelaçadas com várias outras relações culturais, e que, com tantas diferenças, mantiveram a preocupação de guardar acervos que permitem a releitura do passado.

Acrescentamos, a fim de esclarecer mais as noções que estamos operacionalizando aqui, que tipo documental, como define Bellotto, “é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (BELLOTTO, 2002, p. 91).³ Em outras palavras, o tipo está relacionado à atividade que o gerou. Nesta direção, a autora assinala que a análise tipológica desdobra-se no sentido de identificar as atividades que possibilitaram a geração desses tipos, os quais tomamos também como possibilidade de agrupamento neste ou naquele conjunto documental a partir das atividades que os ligaram e estimularam os colecionadores a colocá-los no mesmo arranjo intelectual e físico. Desse modo, partindo da noção de “respeito aos fundos” e do “princípio da proveniência” (DUCHEIN, 1986), considerando ainda a “ordem original” dada pelos colecionadores, procuramos compreender a própria historicidade dos documentos⁴ e as relações que puderam ter com as ações dos indivíduos que os reuniram. Assim, como diz Bellotto, “chegar-se-á ao ponto de encontro desejado entre o documento (suporte, meio, contextualização) e sua função (aquilo que se pretende ao emitir-se o documento)” (BELLOTTO, 2002, p. 93).⁵

O Amorj e suas coleções pessoais: análise das tipologias

O Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj) é um núcleo de pesquisa e documentação fundado em 1987, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e voltado para a recuperação, registro e preservação do patrimônio material e imaterial referente à história do trabalho, dos trabalhadores e suas organizações.⁶

³ Capítulo “Os tipos documentais”.

⁴ Cf. BLOCH, 2002; FOUCAULT, 2002; LE GOFF, 1996, capítulo “Documento/Monumento”.

⁵ Capítulo “Como fazer análise tipológica”.

⁶ Ver o texto de apresentação do Amorj em: <www.ifcs.ufrj.br/~amorj/apresentacao.htm>. Acesso em: 9 jan. 2010.

Em toda a sua história, o Amorj tem tentado cobrir as características de constituição e trajetória de diversos segmentos da classe trabalhadora, sua experiência de trabalho em diferentes ambientes, esforços de reprodução, manifestações culturais e várias formas de resistência e atuação política, além da história das instituições relacionadas ao mundo do trabalho, constituindo-se, como disse Pierre Nora, em um “lugar de memória”⁷ dos operários do Rio de Janeiro.

O arquivo reúne hoje um significativo acervo oriundo de iniciativas de pesquisas acadêmicas, de doações e aquisições, organizado em vários conjuntos documentais. Especificamente, o acervo do Amorj está disposto em dois fundos institucionais, dezenove coleções institucionais, oito de pesquisas acadêmicas e trinta e duas pessoais, compreendendo espécies de documentos arquivísticos, bibliográficos (principalmente livros e periódicos) e iconográficos (sobretudo cartazes e fotografias), além de material audiovisual.⁸

Das coleções pessoais, que podem ser caracterizadas pela heterogeneidade de *espécies documentais*, destacamos seis, com o intuito de relacionar apenas atividades dos colecionadores por meio de *tipos documentais*. Este procedimento visa disponibilizar mais informações aos usuários do arquivo, tanto sobre os documentos quanto sobre as militâncias de trabalhadores, que constituem o foco central do Amorj, ou seja, a preservação e a pesquisa da “memória operária” e das “identidades” constituídas através de suas ações políticas e sociais.⁹ Em suma, nos detemos em analisar as coleções pessoais dos seguintes trabalhadores sindicalistas: Geraldo Cândido, Carlos Henrique Latuff, João Ângelo Labanca, Luiz Branco do Valle, Roberto Morena e Ulisses Lopes.¹⁰

Destacamos também que uma das características comuns a estas coleções são os agrupamentos de espécies diferentes, que se referiam às atividades em que seus colecionadores estiveram envolvidos. Assim, o sentido dado à ordem das coleções reflete justamente estas relações. Além disso, ressaltamos que nos deparamos com as coleções já organizadas e que, nesse caso específico, nos concentramos em compreender, de um lado, as opções metodológicas que nortearam estas organizações e, de outro, como a tipologia poderia contribuir para descrever novas informações que não haviam sido consideradas anteriormente.

Deste modo, procuramos identificar as espécies e os tipos documentais, caracterizando-os em cada coleção, além de verificar a recorrência de espécies e tipos, considerando também as relações com as atividades, a vinculação entre as espécies, os tipos e a datação.

A primeira coleção assinalada é a de Geraldo Cândido, que foi membro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Minérios e Combustíveis e da Associação dos Funcionários do Metrô do Rio de Janeiro, da qual também foi diretor. Foi membro do Sindicato dos Metroviários

⁷ Sobre a noção de “lugares de memória”, ver NORA, 1993.

⁸ Ver: <www.ifcs.ufrj.br/~amorj/acervo.htm>. Acesso em: 9 jan. 2010.

⁹ Cf. POLLAK, 1989.

¹⁰ As demais coleções pessoais são de colecionadores que militaram em outros movimentos sociais e políticos que eram não especificamente sindicais, conforme as selecionadas aqui e que se tornaram objetos de análise. Portanto, diante destas opções, elas não serão discutidas neste trabalho, mesmo se considerando que enriqueceriam mais a investigação tipológica. Devido aos nossos limites, deixaremos este projeto para outra oportunidade.

do Rio de Janeiro e diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio de Janeiro. No campo político atuou como militante do Partido Comunista Brasileiro e do Partido dos Trabalhadores (PT).

De acordo com o catálogo-guia do Amorj (2007), a coleção Geraldo Cândido, que tem como datas-limite os anos de 1979 e 1996, é constituída por documentos que foram recolhidos ao longo de sua militância político-partidária e sindical, destacando-se os períodos em que atuou no Sindicato dos Metroviários, na CUT e no PT, ocupando diferentes cargos. A documentação, que chegou ao arquivo sem ordenamento do colecionador, foi organizada tomando-se como referência um arranjo que pudesse dar conta dos diferentes tipos e conteúdos dos documentos, bem como da trajetória política e sindical de Geraldo Cândido.

Vale lembrar que este trabalho de organização e classificação, do mesmo modo que o realizado nas outras coleções que se seguem, fez parte das opções metodológicas do Amorj em cada época de incorporação de novas coleções e fundos ao seu acervo. Sendo assim, não julgamos tais procedimentos, apenas apontamos seus resultados. É provável que não tenha sido possível considerar os princípios de “proveniência” e “ordem original” em certos casos, pois, dadas a natureza e as condições das doações, é possível que os documentos estivessem completa ou parcialmente desorganizados, o que não permitiria essa avaliação.

A coleção está organizada especificamente da seguinte forma: série 01, documentos pessoais; série 02, atividades político-sindicais, subdividida em metroviários e outros sindicatos; série 03, atividades na Central Única dos Trabalhadores, subdividida em CUT nacional e do Rio de Janeiro; série 04, Partido dos Trabalhadores, subdividida em PT nacional, do Rio de Janeiro e de outros estados; série 05, outras entidades.¹¹ Entre estas cinco séries, foi feito o arranjo da coleção considerando-se as atividades de seu colecionador e sua participação em instituições sindicais e partidárias.

As principais espécies documentais identificadas na coleção Geraldo Cândido, em cada série, são: série 01, entrevista; série 02, depoimentos, acordo coletivo, cartaz, manifesto, boletim, jornal, informativo, apostila de curso, com destaque para as atividades referentes ao Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro; série 03, relatório, estatuto, resoluções, declaração, folheto, informativo, correspondência; série 04, manifesto, resoluções, circular, prestação de contas, boletim, artigo não publicado, manifesto.

De modo geral, é possível dizer que as espécies mais recorrentes nesta coleção são: boletins, jornais, circulares, resoluções e folhetos, configurando uma presença maior dos documentos produzidos por instituições sindicais e políticas e alguns poucos por atividades administrativas. Em outras palavras, eles permitem verificar aspectos das atividades do colecionador à frente de instituições sindicais, como o Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro e a Central Única dos Trabalhadores, e políticas, como o Partido dos Trabalhadores.

A partir destas informações, podemos considerar os seguintes tipos documentais: *documentos pessoais* de Geraldo Cândido, referentes a depoimentos sobre suas atividades militantes no Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro e no Partido dos Trabalhadores, entre 1980 e 85; *atividades sindicais* relacionadas aos Metroviários e outras entidades, entre 1982 e

¹¹ Ver AMORJ, s.d., Catálogo da coleção Geraldo Cândido.

92, e à Central Única dos Trabalhadores, entre 1979 e 92, documentos produzidos por estas instituições nos períodos mencionados, tais como acordos coletivos, estatutos, resoluções, declarações, manifestos, relatórios e periódicos, além de correspondência; *atividades político-partidárias* relacionadas ao PT, entre 1983 e 92, documentos produzidos pelo partido, como manifestos, resoluções, circulares e periódicos; atividades relacionadas a *outras entidades políticas e sindicais*, entre 1984 e 89, documentos produzidos por elas, como periódicos.

Se pudermos falar em recorrência de tipos documentais, nos remetemos às atividades sindicais e partidárias, pois são as que mais figuram na coleção. Deste modo, parece ser possível dizer que as espécies periódicos (jornais, boletins e informativos) foram as mais recorrentes e as mais reunidas por Geraldo Cândido, relacionando-os às atividades que ele desenvolveu entre 1979 e 96, tanto nos meios sindicais como nos políticos.

A segunda coleção assinalada é a de Carlos Henrique Latuff, que é cartunista, com trabalho dedicado a movimentos sindicais e sociais, no Brasil e no exterior. Latuff iniciou a carreira em um boletim do Sindicato dos Estivadores no ano de 1990. Contribuiu com trabalhos para o movimento zapatista do México e de libertação da Palestina, além de publicar charges sobre o holocausto da Segunda Guerra Mundial, por meio de um concurso promovido pela Casa da Caricatura do Irã. Teve seus trabalhos publicados nas revistas *DMagazine*, da Itália, *Poder da Classe Trabalhadora*, da Coreia do Sul, na edição brasileira da *Mad*, além de *A Estrela de Toronto*, entre outras revistas e jornais (AMORJ, 2007).

A coleção, que tem como datas-limite os anos de 1992 e 2008, está organizada, agrupando espécies documentais, da seguinte forma: série 01, periódicos; série 02, cartazes; série 03, publicações; série 04, panfletos; série 05, desenhos; série 06, documentos diversos.¹² É importante ressaltar que, na coleção, grande parte dos documentos se refere às atividades do colecionador junto ao Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (Proderj) e que a organização seguiu o critério cronológico, e em ordem decrescente.

Na série 01, assinala-se que os títulos dos documentos catalogados referem-se às manchetes das edições dos jornais, a maior parte em formato tabloide, e que os mais recorrentes deles são os intitulados *Argumento*, *Bate-Pronto*, *Cidade em Questão*, *Clube de Engenharia*, *Comunidades*, *Divulgando*, *Folha Blumenauense*, *Movimento*, *Nascente*, *Radioativo*, *Sinfa/Sinforme*, *Sintrasef*, *Sintuff/Assuff* e *Unificado*.

Destes periódicos, destacamos que os mais recorrentes são os jornais do Sintuff, do Sintufjrj, além de *Divulgando* e *Movimento*. Na série 02 destacam-se cartazes ligados a instituições como: Associação dos Servidores da Universidade Federal Fluminense (Asuff), Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Fluminense (Sintuff), Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sintufjrj), Associação dos Servidores do Proderj, Unidade Ferroviária, Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos (FNTTA), Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ASUFRJ), Sindicato dos Eletricitários de Niterói, Sindicato dos Servidores da Secretaria de Justiça do Rio de Janeiro e Sindicato dos Radialistas. Na série 03, livros publicados pela FNTTA, Centro Estudos e Ação Comunitária, Partido dos Trabalhadores (PT), Grupo Pela Vida, Sindicato dos Radialistas, Intercom, Núcleo Piratininga de Comunicação

¹² Ver AMORJ, s.d., Catálogo da coleção Carlos Henrique Latuff.

(NPC) e Movimento em Defesa do Serviço Público. Na série 04, panfletos publicados pelo grupo Pela Vida, Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ASUFRJ), Instituto de Comunicação Sindical e Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência (Sindsprev). Na série 05, o destaque é para desenhos feitos em nanquim, no original. A série 06 refere-se a ofícios do Proderj.

As principais espécies documentais identificadas na coleção Carlos Henrique Latuff, em cada série, são: série 01, periódicos, com jornais, informativos, boletins, na verdade edições completas que possuem trabalhos do Latuff, com imagens de pequenas a médias; série 02, cartazes, com trabalhos em tamanhos A3 e A2; série 03, publicações, principalmente livros; série 04, panfletos, com trabalhos em A4, A5 e A6; série 05, desenhos, feitos em nanquim, muitos não publicados; série 06, documentos diversos, como ofícios.

A partir destas informações, podemos considerar os seguintes tipos documentais: *periódicos*, produzidos entre 1992 e 2004; *cartazes*, entre 1990 e 99; *livros, panfletos, desenhos*, entre 1997 e 2008, com maior recorrência em 2007; e *ofícios*, entre abril e maio de 1998. Todos estes tipos, essencialmente ligados à produção do cartunista, revelam tanto parte de sua obra quanto o traço humorístico e crítico de suas charges, permitindo, assim, fazer uma leitura das lutas sindicais por meio desta linguagem que pode contribuir para entender essas lutas no período de 1990 a 2008.

Quanto a possíveis recorrências de tipos documentais nos remetemos aos periódicos e aos desenhos, pois são os que mais constam na coleção e podem apontar para a importância que as atividades de desenhar e publicar na imprensa sindical tiveram na vida profissional do colecionador, com destaque para outro tipo de mídia, também presente, que é a dos cartazes e dos panfletos, considerando-se que estes últimos têm relações mais estreitas com o Proderj e o sindicato da categoria.

A terceira coleção é a de João Ângelo Labanca, que foi bacharel em direito, advogando no estado da Guanabara por muitos anos e dedicando-se depois ao teatro, cinema e televisão. Foi um dos pioneiros da produção cinematográfica, empresário teatral, circense e proprietário de cinemas no antigo Distrito Federal. Militante sindicalista, participou de lutas da classe artística. Desde a fundação da Casa dos Artistas, Labanca foi um dos que lutaram pela lei que regulamentou a profissão de artista e técnico (lei n. 6.533, de 1978), sendo também um dos seus divulgadores em palestras e seminários por todo o Brasil (AMORJ, 2007).

A coleção, que tem como datas-limite os anos de 1910 e 92, está organizada em doze séries, a saber: série 01, referente a sindicatos e instituições, entre 1931 e 85; série 02, partidos políticos, entre 1967 e 92; série 03, discursos parlamentares, entre 1954 e 85; série 04, atividades no Congresso Nacional, entre 1964 e 87; série 05, governo federal, principalmente a Presidência da República, ministérios e secretarias de governo, entre 1935 e 87; série 06, governos estaduais e secretarias de governo, entre 1961 e 80; série 07, legislações federais e estaduais, entre 1937 e 81; série 08, entidades patronais, entre 1953 e 87; série 09, instituições religiosas, entre 1966 e 85; série 10, campanhas sobre o petróleo e a anistia, entre 1954 e 76; série 11, diversas entidades, entre 1957 e 87; série 12, documentos bibliográficos, publicados

entre 1910 e 87.¹³ Não é demais falar que a coleção de João Ângelo Labanca é uma das que contêm documentos originais mais antigos no acervo do Amorj.

As principais espécies documentais presentes na coleção, portanto, são: série 01, estatuto, regimentos, livros, anais, regulamento; série 02, manual, jornal, programa, depoimento, artigo; série 03, discurso; série 04, resenha, código penal, legislação previdenciária, legislação trabalhista, Constituição brasileira; série 05, conferência, livro, entrevista, discurso, exposição de motivos, relatório, projeto; série 06, relatório, discurso; série 07, mandado de segurança, decreto-lei, projeto de lei, portaria, instrução, Consolidação das Leis do Trabalho, Constituição brasileira, relatório, estatuto, regulamento; série 08, anotação, apostila de curso; série 09, livro; série 10, livro, resolução; série 11, livro; série 12, livro, periódico, recorte de jornal.

Diante destas informações, podemos considerar os seguintes tipos documentais: *sindicatos e instituições*, que estiveram presentes entre aquelas em que o colecionador desenvolveu atividades militantes, como o Sindicato dos Atores, o Sindicato dos Jornalistas, o Sindicato dos Metalúrgicos, a Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil. O segundo tipo documental identificado foi o referente a *partidos políticos*, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O terceiro tipo diz respeito a *discursos parlamentares*, principalmente de deputados federais. O quarto refere-se ao *Congresso Nacional*, sobretudo aos documentos e publicações produzidos pela Câmara e ao Senado. O quinto está relacionado aos documentos produzidos pelo governo federal, especialmente pela *Presidência da República*, pelos *ministérios* do Trabalho, Educação e Cultura, Agricultura, Planejamento, Previdência, Justiça, Viação e Obras Públicas. O sexto, aos *governos estaduais* do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Alagoas, com destaque para relatórios anuais. O sétimo, a *legislações federais e estaduais*, com ênfase nas leis trabalhistas brasileiras. O oitavo é referente às chamadas *entidades patronais*, como Sesi e Senac. O nono, a *entidades religiosas*, como o Instituto Brasileiro Judaico de Cultura e Divulgação, Arquidiocese de Vitória, Comissão Nacional de Pastoral Operária e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O décimo, a *lutas pelo petróleo* e à Petrobras, e também sobre anistia e Congresso Nacional. O décimo primeiro, a *publicações de entidades* políticas e sindicais nacionais e estrangeiras. O décimo segundo, a *livros e periódicos* em geral. Em suma, estes tipos permitem verificar as atividades em que João Ângelo Labanca esteve envolvido junto a instituições sindicais, religiosas e, também, governamentais e legislativas.

A quarta coleção é a de Luiz Branco do Valle, que foi da diretoria do Centro Acadêmico da Escola de Química e do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ. Foi funcionário da Petrobras, atuando na Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e compondo a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinação de Petróleo (Sindipetro) em Duque de Caxias (AMORJ, 2007).

A coleção, que tem como datas-limite os anos de 1981 e 97, está organizada da seguinte forma: documentos pessoais; movimento estudantil, com ênfase nas atividades relacionadas à reitoria, à Escola de Química e ao movimento estudantil da UFRJ, especialmente na congregação e na Escola de Química; movimento docente, sobretudo os movimentos em centros acadêmicos da UFRJ, no Diretório Central dos Estudantes, União Nacional dos Estudantes e União Estadual

¹³ Ver AMORJ, s.d., Catálogo da coleção João Ângelo Labanca.

dos Estudantes; Refinaria Duque de Caxias, principalmente o programa de saúde do trabalhador, o Sindipetro e a Associação dos Engenheiros Petrobras (Aepet); Petrobras, com destaque para o fundo de pensão Petros; movimento sindical; Federação Única dos Petroleiros; eleições sindicais; congressos e seminários sindicais; campanhas salariais; Reduc, particularmente as atividades ligadas à administração.¹⁴

As principais espécies documentais identificadas na coleção Luiz Branco do Valle, em cada série, são: circular, correspondência, convite e comprovante de rendimentos, referentes aos anos de 1986 a 91; quanto às atividades na UFRJ, entre 1980 e 87, destacam-se documentos como jornal, pauta e ata de reunião, calendário escolar, relatório, portaria, ofício, memorando, discurso, boletim, folheto, anotações; em relação ao movimento docente, entre 1985 e 87, podemos destacar as seguintes espécies: boletim, estatuto, panfleto; sobre o movimento estudantil na UFRJ, entre 1981 e 87, correspondência; quanto à Reduc, destacando-se o programa de saúde do trabalhador, assinalam-se espécies como relatório, projeto, cartilha, apostila, manual de instruções, norma e carta, além de ata de reunião, convite, questionário e tese; no que se refere à Petrobras, entre 1991 e 95, destacam-se espécies como boletim e informativo; em relação à Petros, entre 1981 e 97, edital, convite, panfleto, carta, jornal, estatuto, cartilha, folheto, ata de reunião, circular, planta técnica, desenho técnico, recorte de jornal, apostila, anotações, relatório, programa, manual, panfleto; quanto aos partidos políticos, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o Partido Democrático Brasileiro (PDT), entre 1980 e 96, sobressaem documentos como livro, boletim, panfleto, carta, informativo, ata de reunião, manifesto, recorte de jornal, depoimento; quanto ao movimento sindical, entre 1991 e 96, a ênfase está em edital, convite, carta, manifesto, lista, boletim, panfleto, livro; sobre as campanhas salariais destacam-se relatório, informativo, ata, livro e circular. De qualquer forma, o que fica claro é que a principal espécie documental, pelo aspecto quantitativo, é o periódico, especialmente boletim, jornal e informativo.

Com estas informações, podemos considerar os principais tipos documentais: *atividades na Escola de Química e militância no movimento estudantil da UFRJ*, com documentos de natureza diversa produzidos pela escola, pela reitoria da universidade e pelo diretório acadêmico dos estudantes de química; *militância no movimento docente*, com documentos diversos produzidos pelos centros acadêmicos da UFRJ, Diretório Central dos Estudantes (DCE), além da União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Estadual dos Estudantes (UEE); *Refinaria Duque de Caxias*, com documentos diversos produzidos pela administração da refinaria, pela Aepet, pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e pelo fundo de pensão Petros; *partidos políticos*, com documentos produzidos pelo PT, PSTU, PDT, por políticos e pela imprensa; *movimento sindical*, com documentos produzidos principalmente pelo o Sindicato dos Petroleiros de Caxias (Sindipetro) e Federação Única dos Petroleiros.

A partir desses tipos, portanto, é possível compreender as atividades do colecionador Luiz Branco do Valle, relacionadas à sua vida acadêmica como estudante do curso de Química e à militância no movimento estudantil na UFRJ, além de suas atividades profissionais, na Reduc, e militantes, no movimento sindical dos petroleiros da Petrobras, especialmente naquela refinaria.

¹⁴ Ver AMORJ, s.d., Catálogo da coleção Luiz Branco do Valle.

A quinta coleção é a de Roberto Morena, que iniciou sua militância sindical e política em 1917, destacando-se na organização dos trabalhadores marceneiros e entalhadores. Em 1924, ingressou no então Partido Comunista do Brasil (PCB) e, em fins de 1935, assumiu posto na direção do partido no Rio Grande do Sul. Foi secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Na década de 1960, atuou no movimento sindical brasileiro, como membro do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e dirigente do Pacto de Unidade e Ação. Participou, durante o governo do presidente João Goulart (1961-64), da organização de duas greves gerais. Foi também conselheiro do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Na Tchecoslováquia, após o golpe de 1964, passou a representar o Brasil junto à Federação Sindical Mundial (AMORJ, 2007).

A coleção, que tem como datas-limite os anos de 1880 e 1979, está disposta em microfilmes de 16 mm,¹⁵ organizando-se da seguinte forma: parte I, série 01, referente à morte de Roberto Morena, com documentos que abrangem o período de 1975 a 78; série 02, documentos produzidos pelo colecionador sobre sindicalismo e política, entre 1942 e 78; série 03, sindicatos e outras instituições, entre 1947 e 77; série 04, dirigentes sindicais, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outros, entre 1942 e 77; série 05, movimentos sindicais; série 06, notícias na imprensa, entre 1880 e 79; série 07, correspondência que o colecionador manteve com vários missivistas, entre 1942 e 79; série 08, correspondência que manteve com sua esposa, Maria Eugênia, entre 1945 e 68; série 09, correspondência que Maria Eugênia recebeu de amigos, entre 1965 e 77; série 10, correspondência diversa, entre 1968 e 78; parte II, série 01, artigos produzidos por Roberto Morena, muitos deles manuscritos, entre 1953 e 73; série 02, correspondência enviada pelo colecionador, entre 1948 e 78; série 03, documentos enviados ao colecionador, em 1952; série 04, entidades diversas, entre 1967 e 79.¹⁶

As principais espécies documentais identificadas na coleção Roberto Morena, em cada série, são: parte I, série 01, discurso, carta e reportagem; série 02, artigo, boletim, discurso e carta; série 03, artigos e textos; série 04, artigo, relatório, resolução e reportagem; série 05, artigo e texto; série 06, reportagem e fotografia; série 07, carta; série 08, carta; série 09, carta; série 10, carta; parte II, série 01: requerimento, projeto, artigo e texto; série 02, carta e telegrama; série 03, requerimento, artigo, texto, abaixo-assinado; série 04, comunicado, proclamação, carta, reportagem.

A partir destas informações, podemos considerar os seguintes tipos documentais: discursos sobre a *morte de Roberto Morena* e homenagens póstumas; análises de Roberto Morena e notícias sobre *sindicalismo e política*; *artigos e textos produzidos por outros sindicatos e instituições* acerca de atividades sindicais; artigos de dirigentes sindicais, militantes do PCB e outros, sobre problemas políticos e econômicos, além de atividades sindicais no Brasil e no

¹⁵ A coleção de documentos microfilmados de Roberto Morena faz parte, originalmente, do acervo do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (Asmob), constituído em 1977 em Milão, na Itália, e, em 1994, custodiado ao Centro de Memória e Documentação (Cedem) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Em 1991, o Amorj adquiriu junto à Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, responsável pelo Asmob na Itália, cópias microfilmadas de todo o seu acervo disponível na época, totalizando 133 rolos de microfilmes (80 de 35 mm e 53 de 16 mm), com cerca de cem mil fotogramas de documentos, entre os quais os de Roberto Morena, que junto com a documentação de Astrogildo Pereira, jornalista, escritor e militante do PCB, formaram os primeiros fundos do Asmob na década de 1970.

¹⁶ Ver AMORJ, s.d., Catálogo da coleção Roberto Morena.

exterior; *artigos do PCB* sobre a organização do partido em nível nacional e internacional; reportagens publicadas na *imprensa* sobre política, economia e socialismo no Brasil; *correspondência recebida e enviada*; correspondência entre Roberto Morena e Maria Eugênia, sua esposa; *correspondência enviada* por amigos a Maria Eugênia; *correspondência diversa*; produção de *artigos, requerimentos e projetos* por Roberto Morena sobre repressão política, economia, sindicalismo e programas na Rádio Praga, na atual República Tcheca; *documentos recebidos* por Roberto Morena produzidos por autores e instituições diversas, acerca de atividades sindicais e problemas políticos nacionais e internacionais.

Considerando estes tipos é possível compreender atividades e aspectos da militância e do pensamento de Roberto Morena, por meio de discursos fúnebres, da sua produção sobre sindicalismo e política, das reflexões de sindicatos e outras instituições sobre suas atividades, da correspondência que manteve com diversos missivistas, das reportagens publicadas na imprensa e das suas atividades políticas fora e dentro do parlamento brasileiro, quando foi deputado federal. De todo modo, a coleção de Roberto Morena figura como uma das mais significativas, pois, além de sua abrangência tipológica, estende-se por um longo tempo, que se refere a pelo menos sessenta anos de sua atividade nos meios sindicais e políticos do Brasil.

A sexta coleção analisada é a de Ulisses Lopes, que foi liderança metalúrgica e integrou a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Além do sindicato, foi filiado ao PCB e participou de inúmeras atividades e eventos da categoria no período 1955-64 (AMORJ, 2007).

A coleção, que tem como datas-limite os anos de 1955 e 63, está organizada da seguinte forma: série 01, referente a posses e atividades no sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, entre 1955 e 63; série 02, 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Materiais Mecânicos e Materiais Elétricos do Brasil, em 1957; série 03, 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Materiais Mecânicos e Materiais Elétricos do Brasil, em 1959; série 04, 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Materiais Mecânicos e Materiais Elétricos do Brasil, em 1961; série 05, 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Materiais Mecânicos e Materiais Elétricos do Brasil, em 1963; série 06, Conferência Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Materiais Mecânicos e Materiais Elétricos do Brasil, em 1956; série 07, 1º Encontro Intermunicipal de Jovens Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em 1960.¹⁷

As principais espécies documentais identificadas na coleção Ulisses Lopes, em cada série, são: série 01, fotografia, cartão-postal e flâmula; série 02, fotografia e lapela; série 03, fotografia, flâmula, diploma e credencial; série 04, fotografia; série 05, fotografia e lapela; série 06, fotografia, flâmula, credencial e texto datilografado; série 07, fotografia, flâmula, lapela, recorte de jornal e texto datilografado. É relevante assinalar que a espécie documental mais recorrente nesta coleção pessoal é a fotografia.

A partir destas informações, podemos considerar os seguintes tipos documentais: posse de diretorias e atividades do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro junto à categoria de trabalhadores metalúrgicos e outras, destacando-se ainda a visita do cosmonauta russo Yuri Gagarin; conferência, encontro e congressos, como 1º, 2º, 3º e 4º Congressos Nacionais dos

¹⁷ Ver AMORJ, s.d., Catálogo da coleção Ulisses Lopes.

Trabalhadores nas Indústrias de Materiais Mecânicos e Materiais Elétricos do Brasil, realizados em várias cidades do país e tendo sempre a participação dos metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Com esses tipos, podemos compreender a militância do colecionador Ulisses Lopes junto às manifestações dos metalúrgicos, a partir das fotografias referentes às cerimônias de posse das diretorias do sindicato, aos congressos nacionais e encontros da categoria, registrada também em objetos que certificaram sua participação em tais eventos, como flâmulas e lapelas alusivas, além de carteiras credenciais e anais e programas dos encontros, entre 1955 e 64, ou seja, um período da atividade militante de Ulisses. É relevante destacar que esta coleção, entre todas as de cunho pessoal, é a que concentra maior quantidade de fotografias referentes a congressos e atividades de uma categoria profissional, no caso a dos metalúrgicos.

Considerações finais

Se for possível comparar estas coleções pessoais de trabalhadores militantes nos movimentos sindicais presentes no Amorj, podemos dizer que existem alguns tipos documentais predominantes, relativos às suas atividades, como registros de atividades sindicais e político-partidárias, discursos, depoimentos, correspondência, legislação, movimentos estudantis, artigos na imprensa, reportagens, requerimentos e projetos. Há também tipos relativos aos conjuntos das espécies, como periódicos, livros, fotografias, cartazes, panfletos e desenhos. Todos estes tipos, em suma, fizeram parte de atividades que deram sentido de existência aos próprios documentos nas coleções e à memória dos colecionadores.

Essas recorrências que foram verificadas, em um aspecto geral, não significam de modo algum qualquer possibilidade de padronização dos tipos da nossa parte, mas mostram justamente diferenças importantes entre eles, pois foram colecionados de modos muito distintos e específicos, e atenderam essencialmente as particularidades e vontades de perpetuação de suas experiências ao longo do tempo. É nesse sentido que podemos perceber a diversidade e a multiplicidade de formas de acumulação e colecionamento de registros que permitem “reler” as atividades e os acontecimentos em que estes colecionadores aqui pinçados estiveram presentes.

Podemos considerar, portanto, que por mais diversos que tenham sido os tipos aqui agrupados e catalogados pelo Amorj, agora objetos de análise, eles parecem refletir parte das memórias dos colecionadores, suas atividades e seus modos de se constituir como sujeitos históricos em meio às práticas sindicais e políticas.

Em resumo, a partir da problemática dos arquivos pessoais, pudemos circunscrever uma tipologia das seis coleções citadas e propor uma reconstituição de informações e contextos arquivísticos, os quais podem nos permitir descrever tanto os conjuntos dos documentos quanto as atividades dos seus colecionadores, uma vez que eles militaram ou militam em movimentos sindicais e políticos, no Brasil e no exterior, em especial no que se refere à atuação de Geraldo Cândido, Carlos Henrique Latuff, João Ângelo Labanca, Luiz Branco do Valle, Roberto Morena e Ulisses Lopes.

Referências bibliográficas

- ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO (Amorj). *Guia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Amorj; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/arquivos/guia.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2010.
- _____. Catálogo da coleção Carlos Henrique Latuff. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/arquivos/Carlos_Henrique_Latuff.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2010.
- _____. Catálogo da coleção Geraldo Cândido. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/arquivos/geraldo_candido.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2010.
- _____. Catálogo da coleção João Ângelo Labanca. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/arquivos/JO%C3%83O%20ANGELO%20LABANCA.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2010.
- _____. Catálogo da coleção Luiz Branco do Valle. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/arquivos/LUIZ%20BRANCO%20DO%20ALLE.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2010.
- _____. Catálogo da coleção Roberto Morena. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/arquivos/ROBERTO%20MORENA.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2010.
- _____. Catálogo da coleção Ulisses Lopes. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/arquivos/Ulisses_Lopes_catalogo.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2010.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. *Como fazer análise diplomática e tipológica de documento de arquivo*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BLOCH, Marc. A observação histórica. In: _____. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 129-149, 1998.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas técnicos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982-ago. 1986.
- DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 151-167, 1992.
- FOUCAULT, Michel. Introdução. In: _____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.
- LOPEZ, Andre Porto A. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gagoatá*, Niterói, n. 15, p. 69-82, 2003.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Análise tipológica em arquivos pessoais: uma representação do código social. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. Projeto de pesquisa. Disponível em: <http://www.casa.ruibarbosa.gov.br/dados/DOC/bolsistas/2010/FCRB_Selecao_de_Bolsistas_2010_Analise_tipologica_dos_documentos.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2009.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, n. 3, 1989.
- SCELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- THOMASSEN, Theo. A first introduction to Archival Science. *Arquivo e administração*, Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 5, p. 5-16, jan.-jun. 2006.

Archivo de Gobierno de la Provincia de Córdoba, Argentina

Documentação relativa ao mundo do trabalho (1943-1955)

Patricia B. Roggio¹

Resumo

As organizações operárias são atores institucionais essenciais em nossa história sociopolítica; os sindicatos da província de Córdoba ocuparam um lugar chave dentro do movimento operário argentino. Além disso, as instituições estatais envolvidas nas questões relativas ao mundo do trabalho foram se transformando em função dos distintos modelos de gestão estatal imperantes, particularmente no período que este estudo aborda, quando aparece o modelo do Estado benfeitor. A preservação e o acesso à documentação resultante da relação entre sindicatos e instituições estatais são essenciais para a reconstrução das lutas operárias, as condições de vida material dos setores populares, seus imaginários, ideologias e, em geral, o que na historiografia se denomina “*historia desde abajo*”. Com base nestas considerações, o estudo apresenta uma caracterização geral do *corpus* documental produzido pelos sindicatos e pelas instituições estatais com quem aqueles se relacionavam, existente na Série Governo, do Archivo de Gobierno de la Provincia de Córdoba, no período que se estende de 1943 a 1955. O estudo tem o objetivo de pôr em evidência a importância e o valor dessa documentação, em particular se temos em conta os sucessivos golpes de Estado que aconteceram no país e provocaram a destruição de grande parte dos arquivos das organizações sindicais.

Palavras-chave

sindicatos; instituições estatais; produção documental.

Introdução

O “mundo do trabalho” na província de Córdoba, na primeira metade do século XX, constitui a temática em torno da qual se desenvolveram as minhas pesquisas, inscritas na área de história social.²

¹ Licenciada em História. Professora titular da Escuela de Archivología, Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba. Professora titular da licenciatura em História desta faculdade. Membro do Centro de Estudios Históricos Professor Carlos S. A. Segreti, unidade associada ao Conicet. Pesquisadora na área de história social.

² Entre os diversos autores que abordam esas temáticas, podemos citar Ofelia Pianetto para o período entre séculos e a primeira metade do século XX; meus estudos que tratam de questões relativas ao mundo do trabalho entre 1914 e 1955; e os trabalhos de Mónica Gordillo e James Brennam, que estudam a etapa do *cordobazo* e os sindicatos classistas em Córdoba.

A história do movimento operário na província de Córdoba adquire particular importância porque ocupa um lugar chave no que diz respeito ao desenvolvimento e evolução do movimento operário nacional, o que fica em evidência com o grande número de estudos que abordam a questão.

A respeito da documentação correspondente à primeira metade do século XX existente nos arquivos de diferentes organizações sindicais de Córdoba, pode-se constatar que é sumamente escassa, em algumas ocasiões inexistente e, no pior dos casos, as entidades sindicais carecem de arquivos.³

As razões que explicam esta situação são de ordens diversas – falta de consciência sobre a importância de se conservar o patrimônio documental, carência de uma norma clara, por parte do Estado provincial, que regulamente o que se refere ao tratamento e conservação da documentação. A isto se somam as consequências que as diversas interrupções da ordem institucional ocorridas no país a partir de 1930⁴ trouxeram para a documentação sindical, já que em inúmeros casos os governos, de fato, procederam à apreensão e destruição de grande parte do acervo documental das organizações sindicais.

A exposição feita neste seminário tem por objetivo atentar para a importância e valor do *corpus* documental da Série Governo, do Archivo de Gobierno de la Provincia de Córdoba, para a reconstrução da ação das instituições estatais que lidavam com as questões relativas ao mundo do trabalho e das organizações sindicais, no período entre 1943 e 55. É em razão da escassa documentação existente nos arquivos sindicais no período indicado, que o acervo documental do Archivo de Gobierno adquire particular relevância.⁵

O recorte temporal selecionado se explica, em primeiro lugar, pelas consequências que o golpe de Estado de 1943 teve sobre o movimento operário de Córdoba e pelas profundas transformações que se produzem durante os governos peronistas no âmbito institucional, tanto estatal quanto sindical.

Algumas considerações sobre o Archivo de Gobierno de la Provincia de Córdoba

O Archivo de Gobierno de la Provincia de Córdoba não tem data de fundação conhecida; existem, de fato, alguns antecedentes legislativos que faziam referência à necessidade de se compilar a documentação emanada do Poder Executivo provincial, e eles

³ Entre os sindicatos visitados em Córdoba, capital, encontram-se: Confederación General del Trabajo, Delegación Córdoba; Unión Tranviarios Automotor; Sindicato de Trabajadores de la Alimentación; Sindicato de Obreros Sastres, Costureras y Afines; Unión Obrera de la Construcción, Unión Obrera Gráfica, Unión Obrera Metalúrgica; Unión Obrera Gastronómica; Sindicato de Luz y Fuerza; Sindicato de Obreros Panaderos; Unión de Educadores de la Provincia de Córdoba; Sindicato de Empleados de Comercio; Sindicato de Empleados Municipales. Cabe lembrar que estas entidades sindicais pertencem a diferentes etapas da história provincial.

⁴ Na história argentina aconteceram seis golpes de Estado, e eles abrangeram os seguintes períodos: 1930-32, 1943-46, 1955-58, 1962-63, 1966-73 e 1976-83.

⁵ A divisão política e administrativa na Argentina contempla as províncias, com seus respectivos governos comandados pelos governadores. Esta divisão equivale ao governo estadual no Brasil. (N. do T.)

remontam ao ano de 1869. O mais importante antecedente constitui a lei n. 1.763, de 1905, pela qual se cria o cargo de arquivista dos Ministérios, estabelecendo, entre outras coisas, que o Oficina del Archivo de los Ministerios seria dividido em duas seções, uma para cada Departamento. Em 1926, regulamentou-se, por decreto, a forma de realizar consultas e estudos, assim como as questões relativas ao cuidado da documentação. No ano de 1943 se estabelece, também por decreto, a transferência da documentação anterior a 1900 para o Archivo Histórico Provincial. Em 1990, igualmente por decreto, é aprovada uma nova estrutura orgânica para o arquivo, criando-se a Dirección General de Archivos, subordinada à Secretaría Legal y Técnica. A Dirección General de Archivos contou com dois departamentos: o Departamento Archivo Histórico e o Departamento Archivo de Gobierno. Esta situação muda em 1995, quando se rebaixa de categoria a Dirección General de Archivos, que passa a formar a Subsecretaria de Archivo. Em 1999, acontece outra mudança que implica em uma desvalorização ainda maior, pois, de Subsecretaria de Archivos, ela se transforma em Gerencia Geral de Archivos, subordinada à Fiscalía de Estado. O arquivo depende hierarquicamente da Subsecretaría Legal y Técnica de la Fiscalía de Estado, e esta depende do Poder Ejecutivo. Teoricamente, o Archivo de Gobierno de la Provincia é um arquivo intermediário, no entanto, visto que o Archivo Histórico se encontra saturado, como consequência do escasso espaço físico, o Archivo de Gobierno deve conservar documentos de segunda e terceira idade.⁶

Neste arquivo se conservam documentos dos ministérios, secretarias e suas dependências e repartições. A documentação está ordenada em tomos encadernados a partir do ano de 1902. As séries se organizam por ministérios, que no decorrer do tempo estavam sujeitos a modificações (TANODI, 1968, p. 57-58).

Para a realização deste estudo, consultou-se a Série Governo entre os anos de 1943 e 55. Esta série contém uma variada tipologia documental, da qual se extraiu a documentação relacionada ao que denominamos genericamente “mundo do trabalho”, produzida tanto pelas instituições estatais quanto pelas organizações sindicais, na comunicação que mantinham com o governo provincial.

O valor da tipologia documental da Série Governo: 1943-1955

Por carecerem de auxílio descritivo, os tomos foram revisados folha por folha; no total, foi possível identificar 840 impressos, os quais conformam tanto expedientes como documentos individuais, relacionados com o tema em questão.

Uma primeira classificação do *corpus* documental, realizada para se estudar a temática, consistiu em diferenciar e ordenar cronologicamente os documentos com base nas instituições que os originaram.

Quanto à documentação produzida por *instituições governamentais*, cabe assinalar que as *instituições de ordem provincial* que produziram documentos relativos ao mundo do

⁶ Dentro das séries, os documentos se encontram em ordem cronológica, numérica correlativa. Os ministérios enviam seus documentos concluídos, com respectivos índices ou inventários; no arquivo, ao se formarem os tomos ou conjuntos de papéis encadernados, são acrescentados a eles os índices sumários ou documentos individuais (FUERTES, 2008).

trabalho e foram identificadas na documentação são as seguintes: a Intervención Federal en Córdoba (1943-1946, 1947-1948), o Ministerio de Gobierno e Instrucción Pública, o Ministerio de Asuntos Gremiales, o Departamento de Gobierno, o Departamento Provincial del Trabajo, a Delegación Regional de la Secretaría de Trabajo y Previsión, a Oficina de Protección Obrera, a Caja Provincial de Jubilaciones y Pensiones, la Sección Conflictos Gremiales, los Consejos de Conciliación y Arbitraje; a Comisión Provincial de Control de Abastecimiento, a Oficina de Informaciones y Prensa, a Inspección de Sociedades Anónimas de la Provincia, Comisarías y Subcomisarías, a Jefatura de Policía de la Capital, a Dirección General de Jefaturas Políticas, a Jefatura de Investigaciones. Sección Orden Social y Político, a Comisión Administradora de las Casas para Obreros y Empleados, a Comisión provincial de Control de Abastecimientos, o Instituto de Previsión Social de la Provincia, o Ministerio de Asuntos Gremiales.

Com relação à documentação que provinha de *instituições de ordem nacional*, é possível identificar como produtores da documentação: o Poder Ejecutivo Nacional, o Ministerio del Interior, a Secretaría de Trabajo y Previsión, o Instituto Nacional de Previsión Social, a Comisión Nacional de Precios y Salarios, o Ministerio de Hacienda de la Nación, a Confederación General del Trabajo.

No que diz respeito à *tipologia documental*, encontramos decretos, circulares, relatórios, notas, atas, memorandos, cédula de notificação, laudos arbitrais, comunicados, resoluções, ditames.

Com relação ao *conteúdo substancial* da documentação analisada, para o período 1943-46, que corresponde ao governo de fato, o conteúdo dos documentos reflete de maneira clara as modificações institucionais que provocavam os governos efetivamente e o impacto que sua atuação exercia sobre o movimento operário.

A respeito da documentação emanada do *governo nacional*, ela põe em evidência o papel central que cumpria a Secretaría Nacional de Trabajo y Previsión.

Destacam-se as disposições que a partir do governo central ordenavam a adoção, por parte dos interventores provinciais, de políticas destinadas a fechar organizações sindicais, fiscalizar a atuação de dirigentes sindicais, especialmente os de orientação comunista; controlar e limitar a liberdade de expressão; fiscalizar e confiscar a produção escrita das organizações sindicais.

Da mesma forma, encontraram-se relatórios, requeridos à província pela Secretaría de Trabajo y Previsión, referentes às organizações beneficentes que existiam tanto na capital quanto no interior provincial. Isto é extremamente valioso na hora de se entender a diversidade de instituições não estatais relacionadas com a assistência aos setores populares, logo substituídas pela Fundação Eva Perón.

Quanto à documentação emanada do *governo provincial* para o mesmo período, nela destacam-se as disposições relacionadas com medidas de controle, censura e fechamento de entidades sindicais. O valor desta documentação reside, em especial, na informação que contêm os documentos de caráter "sigiloso" ou em segredo, que evidenciam o envio de instruções, por

parte dos interventores federais, aos chefes políticos departamentais ou às autoridades policiais para efetuar a intervenção, fechamento e apreensão da documentação de organizações sindicais, em particular daquelas identificadas ideologicamente com o comunismo.

Da mesma forma, foram localizadas ordens para que o poder policial ou das chefias departamentais elaborasse listas de trabalhadores que pertencessem a sindicatos de orientação comunista. O intuito era fiscalizar a ação destes trabalhadores ou providenciar sua detenção.

A documentação encontrada permite também reconstruir o roteiro que seguia a documentação confiscada dos sindicatos, que geralmente era remetida ao interventor federal, e deste ao governo nacional, ou ficava sob custódia das autoridades policiais.

Deduz-se ainda, da referida documentação, a política seletiva de perseguição às entidades identificadas ideologicamente com o comunismo, ligadas à CGT n. 2, liderada por comunistas e socialistas, que foi, de fato, fechada pelo governo.

Da mesma maneira, encontram-se registros que evidenciam a situação de particulares detidos por suas ligações com o comunismo, atividade que, entre 1943 e 46, em geral é realizada pela repartição de “Seguridad Pública” dentro da polícia; inclusive são postas em evidência atividades de perseguição a trabalhadores. Tudo isso aparece em documentos que têm caráter “sigiloso”.

Foram identificadas também instruções emitidas pela Secretaría de Gobierno e Instrucción Pública, que determinam a estrita regulamentação das reuniões e as permissões policiais necessárias para realizá-las. No caso dos sindicatos, estabelecia-se que as reuniões, naquelas entidades que não foram fechadas, deveriam contar com permissão policial e realizar-se em locais fechados, o que mostrava o forte controle sobre as organizações dos trabalhadores.

Esta documentação permite apreciar o caráter arbitrário da atuação das forças policiais com relação aos sindicatos.

Outra documentação dá conta da retirada da razão social de diferentes entidades e da criação de sindicatos paralelos, sendo o caso mais latente o do Centro de Empleados de Comercio de Córdoba.

O controle e censura à imprensa é outro aspecto cujo rastreamento torna-se possível por meio da documentação encontrada no arquivo. Nesse sentido, aparecem as instruções do interventor federal ao ministro de Gobierno e Instrucción Pública, para que ordene aos chefes políticos dos departamentos que remetam à Secretaría Geral de la Gobernación, com caráter sigiloso e por meio da autoridade policial superior das localidades, os diários, jornais e revistas que se editem em cada povoado, indicando o título da publicação, periodicidade, localidade, nome do diretor, administrador e redatores, tiragem, zona de influência e filiação política. Devia-se remeter um exemplar de cada publicação de forma contínua, e informar a identidade dos correspondentes e agentes das ditas publicações em cada localidade: nome, nacionalidade, endereço, ocupações particulares. Os diretores das publicações deveriam ser notificados destes procedimentos. Estas medidas de controle se estendiam ao Círculo de la Prensa da cidade de Córdoba.

Da mesma maneira, encontraram-se instruções aos chefes políticos departamentais, à Dirección General de Jefaturas Políticas e à Inspección de Jefaturas Políticas, indicando as formas de atuação e controle que deveriam ser implantadas para outras organizações da sociedade civil

relacionadas ao comunismo, tais como a Acción Argentina, a Junta Juvenil por la Libertad, o Colegio Libre de Cultura Popular, o Movimiento Popular por la Paz.

Outra documentação interessante é a que contém listas de detidos por razões políticas e sindicais na prisão da capital.

Torna-se evidente a importância que as autoridades davam à divulgação da gestão do governo, e sobre isso é significativo o decreto sancionado pela Intervención Federal em 1944, pelo qual se regulamentava a atuação do Departamento de Difusión.⁷ Este decreto nos permite apreciar um aspecto chave e por sua vez inovador, que se desenvolverá logo nos governos peronistas, e que está relacionado com o aparelho de propaganda do Estado.

Comprovou-se igualmente a existência de dispositivos destinados a regulamentar de maneira estrita ou impedir o direito de reunião, decretos destinados a regulamentar e estabelecer sanções para um conjunto de questões relativas a comportamentos sociais em bailes públicos, bagunça na via pública, embriaguez e consumo de outras substâncias químicas, normas de cadastro e identificação em hotéis, jogos de azar, introdução, venda e posse de armas e explosivos, reuniões públicas, vagabundagem e mendicância, delitos cometidos por menores de 18 anos etc.

Da mesma forma, identificou-se uma ampla variedade de documentos que dizem respeito ao aumento do intervencionismo estatal na regulação das relações entre capital e trabalho, isto é, à mediação do Estado nos conflitos ou à fiscalização do cumprimento da legislação operária, assim como às disposições destinadas a estabelecer preços máximos aos artigos de primeira necessidade, sanções pela violação a essas disposições, que consistiam em amedrontamento, multa, fechamento de estabelecimentos etc.

Sobre o modo como as instituições do Estado provincial atuavam com relação às questões operárias, é reveladora a nota que, em 1944, o subdelegado de Corral de Bustos envia ao chefe político do departamento de Marcos Juárez, após um pedido de relatório ordenado pela Jefatura Política, na qual relata a atividade desenvolvida pela subdelegacia no que tange às entidades operárias, em estreita colaboração com a Secretaría de Trabajo y Previsión Social, delegacia regional com base em Villa María.⁸

⁷ O objetivo dessa repartição era centralizar e coordenar a propaganda oficial. É interessante, nesse sentido, assinalar que o decreto estabelece que o escritório teria um Departamento de Archivo e Mesa de Entradas que compreendia as seguintes seções: "a) Hemeroteca: arquivo de publicações que se refiram ao governo da província; b) Biblioteca destinada à consulta dos redatores; c) Archivo fotográfico: onde se guardará a documentação gráfica de aspectos administrativos, atos do governo etc.; d) Discoteca: arquivo fonográfico de locuções, discursos e esclarecimentos, que se encontram registrados em versão radiofônica ou diretamente; e) Fichário geral: terá catalogados exemplares de todos os diários, periódicos e revistas que se editem na província; f) Álbums especiais: sobre a obra realizada pelo senhor interventor e seus ministros; g) Archivo interno: guardará cópias em papel carbono dos noticiários, comunicados, síntese de notícias etc. dados pelo Escritório de Informações e Imprensa".

⁸ Nesses documentos constam os associados a diferentes organizações sindicais, com a ajuda da autoridade policial, as conquistas obtidas pelas diversas organizações de classe, a atuação dos conselhos de conciliação etc.

Existem também circulares do inspetor-geral de Jefaturas Políticas estabelecendo salários, alimentação, descansos etc. para os trabalhadores da colheita na província.

Há relatórios ao interventor federal sobre a atuação do delegado interventor da Delegación Regional de la Secretaría de Trabajo y Previsión, quanto à ação da secretaria relativa à violação das leis do trabalho em diversos estabelecimentos industriais e comerciais. Nesse sentido resultam sumamente valiosas as informações que provêm de localidades do interior da província, pois nos permitem conhecer as condições de trabalho nos estabelecimentos fabris do interior e as políticas adotadas pelas empresas e pelo Estado, informação que dificilmente se refletia na imprensa da capital.

Com relação ao período 1946-55, os documentos encontrados para esta etapa na Série Gobierno nos permitem perceber o aumento da capacidade de intervenção do Estado nos conflitos entre capital e trabalho, na fiscalização das condições de trabalho, na fixação dos índices salariais, na aplicação do estatuto do trabalhador rural etc. A documentação existente possibilita notar de maneira clara o alto grau de dependência das instituições provinciais em relação às ordens que provinham do governo nacional.

Na documentação identificada encontram-se relatórios sobre a atuação da Comisión Provincial de Control de Abastecimiento e os decretos que provinham da intervenção provincial, punindo os infratores.

Também são interessantes os decretos pelos quais se estabelecem os preços máximos dos artigos de primeira necessidade. Estes são significativos não só porque possibilitam o conhecimento do custo da “cesta básica” de alimentos e a relação de consumo dos setores populares, mas por terem sido estabelecidos de maneira diferenciada por departamento, o que nos permite visualizar as diferenças existentes nas diversas regiões do interior provincial. Esta ação sobre os preços era controlada pela Comisión Provincial de Control de Abastecimiento.

Cabe destacar a ampla variedade de documentos, tais como notas, relatórios, laudos arbitrais, cujo valor reside no fato de nos permitirem conhecer aspectos relativos às condições materiais de vida dos trabalhadores, tanto da capital quanto de diversas localidades do interior provincial – moradia, condições sanitárias –, assim como as condições de trabalho – dispositivos sobre os horários de abertura e fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais, aumento de salários, indenizações, doenças laborais e acidentes de trabalho, normas para admissão dos empregados na administração pública etc.

Do mesmo modo, informações ligadas às condições habitacionais aparecem nos dispositivos relacionados com a regulamentação da Comisión Administradoras de las Casas para Obreros y Empleados de San Vicente. Normas a respeito da construção de ranchos em áreas urbanas; outras decretando a isenção de impostos para casas construídas por funcionários e operários; ou dispositivos destinados a indicar o modo de se aplicar a legislação relativa à redução dos aluguéis.

Resultam valiosos os documentos que informam sobre o desemprego e as transferências ocorridas na administração pública após a chegada dos governos peronistas ao poder na província; as transferências acontecem na capital Córdoba e em outras prefeituras do interior.

Também são significativas as resoluções da Secretaría de Trabajo y Previsión declarando a legalidade ou ilegalidade das greves, fundamentalmente em razão dos argumentos que as sustentam. Este é o caso das greves dos trabalhadores rurais que acontecem em diversas partes do país, inclusive em Córdoba, em agosto de 1947, nas quais se pode perceber a ação da Inspección General de Delegaciones Regionales de la Secretaría de Trabajo y Previsión.

Com relação aos documentos produzidos pelas *entidades de classe*, o valor da documentação que se encontra no Archivo de Gobierno está em nos permitir ver, em primeiro lugar, o impacto que a ruptura da ordem constitucional de 1943 teve sobre o funcionamento normal das entidades da classe operária e, em segundo lugar, as transformações que se produzem na relação entre os trabalhadores e o Estado, e, por sua vez, em dar conta das melhorias nas condições materiais de vida e trabalho que eles experimentaram no decorrer dos governos peronistas.

Cabe destacar que a documentação consultada permitiu identificar um grande conjunto de entidades sindicais, em particular do interior provincial, e, em inúmeros casos, os nomes dos seus dirigentes, quantidade de filiados etc. Isto a reveste de especial importância, já que muitas dessas entidades não aparecem em outra documentação da época.

A relação a seguir contempla algumas das entidades de classe que foi possível identificar: Sociedad de Resistencia de Obreros Panaderos y Ayuda Mutua, Unión Obrera Molinera de Córdoba, Unión Obrera Molineros-Molino Centenario, Sindicato de Fideeros y Anexos, Sindicato Obrero de la Construcción, Sindicato de Obreros Ladrilleros de la Provincia de Córdoba, Sindicato de Obreros Caleros y Anexos de Malagueño, Sindicato de Obreros Mosaístas, Sindicato de Obreros Sastres, Costureras y Afines, Federación de Obreros y Empleados Municipales de la Provincia de Córdoba, Sindicato de Empleados Públicos de la Provincia, Asociación de Maestros de la Provincia de Córdoba, Comité de Córdoba de la Confederación de Maestros, Asociación Mutualista “Seguro de Vida del Maestro”, Asociación de Enfermeras, Enfermeros y Anexos, Asociación de Empleados de Hospitales y Sanatorios, Federación de Asociaciones Ferroviarias de Córdoba, La Fraternidad, Asociación Obrera de la Industria del Transporte Automotor (AOITA), Federación Obrera Gastronómica Provincial, Confederación General de Empleados de Comercio, Centro de Empleados de Comercio Ayuda Mutua y Acción Gremial, Centros de Empleados del Comercio y la Industria, Unión General de Mozos y Socorros Mutuos, Federación de Sindicatos del Personal del “Consortio ANSEC” de la República Argentina, Centro de Protección de Chauffeurs, Círculo Sindical de la Prensa, Federación de Asociaciones Católicas de Empleadas. Federações: Unión Obrera Provincial, Federación de Círculos Católicos Obreros, Círculo de Córdoba.

Organizações sindicais do interior provincial: Sindicato de Estibadores de Marcos Juárez, Asociación Obrera de Oficios Varios de Ticino, Sindicato de Oficios Varios y Estibadores de Camino Aldao, Sindicato de Estibadores de Justiniano Posse, Centro de Obreros Panaderos Autónomos de Villa María y Villa Nueva, Sociedad de Estibadores de Corral de Bustos, Sindicato de Estibadores Unidos de Ballesteros, Sindicato de Obreros de la Construcción del Bell Ville, Centro de Estibadores de Idiazában, Sindicato de Estibadores de Monte Leña, Sindicato de Estibadores de San Marcos Sud, Sociedad de Oficios Varios de Laguna Larga, Sindicato de Estibadores de Justiniano Posse, Centro Obrero de Oficios Varios de San Marcos Sud, Sociedad

Obrera de Oficios Varios de Lozada, Sindicato de Salineros de Lucio V. Mansilla, Sindicato de Oficios Varios de Corral de Bustos, Sindicato de Oficios Varios de Miramar, Sociedad de Obreros Panaderos de San Francisco, Sociedad Obrera de Oficios Varios y Estibadores Unidos de Monte Maíz, Sociedad Obrera de Oficios Varios de Bismarck, Centro de Obreros Estibadores de San Antonio de Litín, Sociedad Unión Obreros Municipales y Ayuda Mutua de Río Cuarto, Sindicato de Obreros Fideeros de San Francisco del Establecimiento Tampieri.

Com relação à *tipologia documental*, inclui notas, relatórios e cartas.

Sobre o *conteúdo substancial* da documentação consultada, é possível assinalar diferenças entre a etapa que se inicia com a intervenção federal logo após o golpe de Estado de junho de 1943 e a que abrange os governos peronistas entre 1946 e 55.

A maior parte dos documentos da primeira etapa é dirigida ao Executivo provincial, quer dizer, aos diversos interventores ou ao ministro do governo de plantão. Em geral, nesta etapa, o objetivo da comunicação que os dirigentes sindicais mantinham com o Estado provincial era alertar para a problemática que trazia o fechamento das entidades de classe, a censura ao direito de reunião e às publicações sindicais. O valor desta documentação está em permitir ver as consequências que teve a interrupção da ordem constitucional e a implantação do Estado de exceção com relação ao funcionamento das entidades sindicais, o fechamento de sedes de sindicatos, com apreensão de documentação, e em particular aquela de orientação comunista. Nesse sentido se destacam as notas enviadas por dirigentes de diversas organizações sindicais da capital e do interior provincial, reclamações da Unión Obrera Provincial, que refletem o modo como se exerce o controle das entidades sindicais, por meio da polícia e dos chefes políticos departamentais.

Esta documentação não só possibilita perceber, de fato, a postura dos sindicatos frente ao governo, como também identificar as organizações sindicais existentes tanto na capital provincial, como nas cidades e povoados do interior da província; isto resulta especialmente importante porque a maior parte da documentação produzida por estas entidades, em particular as de localidades do interior, foi perdida, por diversas razões. Alguns destes documentos contêm informações extremamente importantes relacionadas aos nomes dos trabalhadores que ocupavam cargos dentro dos sindicatos, orientação ideológica das entidades, quantidade de filiados. Assim, durante o governo, efetivamente, os sindicatos, sobretudo do interior, deviam remeter uma listagem com nome e sobrenome dos filiados. Em certas ocasiões estas listas eram confeccionadas pelas autoridades policiais com base no material apreendido nos sindicatos e enviadas ao poder político.

Algumas notas e relatórios enviados pelos sindicatos ao governo estadual permitem, além disso, perceber as condições materiais de vida dos trabalhadores, índices salariais, reclamações, conteúdos de petições, contratos de trabalho, indenizações por doença etc. Os comunicados possibilitam conhecer o trabalho das entidades operárias, seus estatutos, documentação que permite identificar a orientação ideológica da associação, as obrigações dos filiados, o montante das mensalidades que eles deviam pagar etc.

Existem também notas dirigidas à Secretaría Nacional de Trabajo y Previsión, nas quais os trabalhadores denunciavam a situação de abandono em que se encontravam, ou, no caso dos

funcionários públicos, comunicados destinados a denunciar a perda do emprego, em inúmeras ocasiões, segundo os trabalhadores, por razões políticas.

Há informações de entidades operárias, relatando, em especial a partir de 1947, a falta de respeito à Lei de Abastecimento, denunciando a alta de preços dos produtos de primeira necessidade em diversas localidades do interior.

Cabe ressaltar que há na série consultada um elevado número de *cartas*, que de forma particular eram enviadas à esposa do presidente da nação, María Eva Duarte de Perón, e elas pertencem geralmente a pessoas sem recursos que solicitam uma pensão, um posto de trabalho, uma máquina de costura, ajuda para construção de moradia etc. Em outros casos, trata-se de funcionários ou empregados transferidos de seus serviços, ao que parece sem causa justificada, que enviavam notas à esposa do presidente e titular da Fundação Eva Perón, para que intercedesse a fim de lhes recuperar o cargo. Em todas elas os remetentes manifestavam de diversas maneiras sua total adesão a Perón, desde os momentos iniciais; alguns aludem à Revolução de 1943, outros ao movimento de 17 de outubro de 1945 ou à sua pronta filiação ao Partido Trabalhista ou ao Partido Único da Revolução. O valor desta correspondência está no fato de que os setores populares geralmente carecem de voz nas fontes históricas, sabemos deles por meio de matérias jornalísticas, debates nas câmaras, estatísticas etc.; estas notas, entretanto, nos oferecem a possibilidade de “escutar” o sujeito social sem intermediações, e, por outro lado, esta correspondência nos permite perceber o modo como foi se construindo o imaginário em torno da figura de Perón e, fundamentalmente, de Eva Duarte de Perón. Tudo isto por meio das qualificações que são atribuídas às suas figuras e dos argumentos levantados para dar conta da lealdade a Perón e a Eva. Inclusive, é significativo o fato de que várias das cartas encontradas e que eram dirigidas a Eva são posteriores à data da sua morte.

Estes são alguns dos elementos que nos permitem reconstruir a documentação encontrada na Série Governo do referido arquivo, e cabe mencionar que há, ainda, documentação a ser consultada em outras séries, que seguramente contribuirão para ampliar nosso conhecimento em torno das questões relativas ao “mundo do trabalho” na província de Córdoba.

Considerações finais

A análise feita aqui nos permite extrair algumas conclusões. A partir de um enfoque historiográfico resultam evidentes duas questões que no nosso entender são centrais: em primeiro lugar, o impacto que as rupturas da ordem institucional têm sobre o normal funcionamento das instituições e organizações da sociedade civil e sobre a conservação da sua produção documental. Esta inferência, ainda que pareça óbvia, não deve deixar de ser assinalada em um país como o nosso, atravessado ao longo de sua história por essas rupturas, cujas consequências tiveram um impacto trágico, não só com relação à violação dos direitos das pessoas, mas também na ordem institucional e no que se refere à preservação da documentação.

Em segundo lugar, parecem evidentes as profundas transformações, na ordem institucional e na atuação do Estado em questões relativas ao mundo do trabalho, operadas

durante as gestões peronistas. Isto trouxe um contato estreito entre o Estado e as entidades sindicais, o que explica a existência do importante *corpus* documental produzido por entidades de classe na sua comunicação com o Estado provincial, que se guarda no Arquivo de Governo.

Do ponto de vista da arquivística, acreditamos que o estudo consegue pôr em evidência a importância que tem a documentação existente no Archivo de Gobierno de la Provincia de Córdoba, especificamente, neste caso, na Série Gobierno entre 1943 e 55, para levar a cabo a reconstrução da atuação das instituições e organizações que lidavam com questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Esta análise nos leva também a refletir em torno da importância dos arquivos, tanto estatais quanto de organizações da sociedade civil, e a insistir na imperiosa necessidade de uma normatização que abranja toda a problemática arquivística, procurando a integração de critérios dos diversos atores.

Referências bibliográficas

- ARQUIVO de Governo da Província de Córdoba. Série Gobierno. Anos 1943-1955.
- ASHFORD D. *La aparición del Estado de bienestar*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.
- BERROTARÁN, Patricia. *Del plan a la planificación: el estado durante la época peronista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2003.
- BERTRANOU, Julián; PALACIO, Juan Manuel; SERRANO, Gerardo (compiladores). *El país del no me acuerdo: (des)memoria institucional e historia de la política social en la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.
- CAMPIONE, Daniel. *Orígenes estatales del peronismo*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2007.
- _____. El aparato del Estado: sus transformaciones (1943-1946). In: *Cuaderno del Cepas*, n. 1. 2. ed. Buenos Aires, 1997.
- DI STEFANO, Roberto; SABATO, Hilda; ROMERO Luis Alberto; MORENO, José Luis. *De las cofradías a las organizaciones de la sociedad civil: historia de la iniciativa asociativa en la Argentina (1776-1990)*. Buenos Aires: Edilab, 2002.
- FUERTE, María del Rosario. Universidad Nacional de Córdoba. Facultad de Filosofía y Humanidades. Escuela de Archivología. Cátedra: Archivos Administrativos e Históricos. *Visita n. 7*. *Archivo de Gobierno*. Córdoba, 2008. (inérito)
- HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general: teoría y práctica*. 7. ed. Sevilla (España): Diputación Provincial de Sevilla, 1995.
- ROGGIO, Patricia. Los conflictos obreros en la industria en la Córdoba peronista, 1946-1955. Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia, 10. Rosario, sept. 2005, CD.
- _____. Cambios, permanencias y resistencias: el accionar del Estado en la cuestión obrera en la Córdoba peronista (1946-1955). In: MOREYRA; CONVERSO; FERREYRA et al. *Estado, mercado y sociedad, II*. Córdoba: CEH Prof. Carlos S. A. Segreti, 2001.
- _____. El mundo del trabajo, discurso e instituciones del Estado (Córdoba, 1913-1943). In: MOREYRA, CONVERSO, FERREYRA, GONZALES, MALATESTA, REMEDI, ROGGIO, SOLVEIRA. *Estado, mercado y sociedad*. Córdoba: CEH Prof. Carlos S. A. Segreti, 2000.
- _____. El mercado laboral en la ciudad de Córdoba (1914-1946). In: Carlos S. A. Segreti, *in memoriam. Historia e historias*. Córdoba: CEH Prof. Carlos S. A. Segreti, 1999.
- _____. Condiciones de vida material de los trabajadores en Córdoba: la problemática de la salud (1930-1946). In: MOREYRA, Beatriz;

SOLVEIRA, Beatriz (comp.). *Estado, economía y sociedad en Córdoba (1880-1950)*. Córdoba: Centro de Estudios Históricos, 1997.

RUFEIL, Marta Z. *Manual de teoría archivística y glosario*. Córdoba: Brujas, 2009.

TANODI Aurelio. *Guía de los Archivos de Córdoba*. Collectanea Archivística. Universidad Nacional de Córdoba. Facultad de Filosofía y Humanidades. Escuela de Archiveros. Córdoba, 1968.

Sessão de comunicações II

**RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES
NA CIDADE E NO CAMPO**

Coordenação: Inez Terezinha Stampa

Apresentação

Inez Terezinha Stampa¹

A ditadura civil-militar brasileira, que vigorou de 1964 a 1985, redefiniu e limitou as ações mais avançadas do movimento organizado dos trabalhadores brasileiros, tanto na cidade quanto no campo. Contudo, essa estratégia não imobilizou de todo a classe trabalhadora, sendo possível afirmar que os trabalhadores contribuíram de forma decisiva para o processo de redemocratização do nosso país.

De forma geral, a análise das ações coletivas de trabalhadores durante as décadas de 1960 a 1980 permite demonstrar uma série de mudanças que ocorreram no período. Observa-se a redefinição do capitalismo no país, com as mudanças adotadas na produção, o que teve reflexos diretos no “mundo do trabalho”, sobretudo no que se refere aos trabalhadores. Tal cenário trouxe, por exemplo, profundas modificações para a composição e organização das classes trabalhadoras. Destaca-se, ainda, o fato de a ditadura ter empreendido consideráveis esforços para a repressão e desarticulação das ações opositoras ao regime.

Cabe referir, ainda, que no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, mais precisamente nos anos de 1950, os trabalhadores brasileiros e os seus sindicatos, estes liderados pela aliança dos militantes comunistas e trabalhistas, obtiveram avanços substantivos quanto à organização, mobilização e participação na vida política nacional. Por essa razão, o aparato repressivo do regime foi especialmente vigilante em relação aos trabalhadores, obtendo sucesso quando a vigilância e a tentativa de redefinição das ações coletivas dos trabalhadores da cidade e do campo se tornaram mais contundentes e brutais. Mas nem mesmo o enorme aparato repressor engendrado foi capaz de estancar as lutas sociais como pretendia o regime.

Não obstante as grandes dificuldades enfrentadas, as organizações de trabalhadores resistiram como puderam, com avanços e recuos. A luta constante contra as duras condições impostas, em resistência às investidas de patrões e militares, mostrou-se afinal um poderoso instrumento de luta contra a ditadura civil-militar no Brasil.

Nesse sentido, a preservação e a difusão das informações contidas nos arquivos do mundo dos trabalhadores é elemento integrante e fundamental da luta pela defesa e valorização do patrimônio histórico-documental brasileiro – e, portanto, da nossa memória –, visando-se, nesse caso, o conhecimento das formas de resistência e de conquista de direitos e garantias pelos trabalhadores brasileiros.

Em grande parte, é possível encontrar a memória dessas lutas em acervos de trabalhadores e de organizações sindicais, políticas e sociais. Mas esse importante trabalho de recuperação exige alguns cuidados especiais. Em primeiro lugar, ele deve ser de seus trabalhadores, de todos os seus trabalhadores, tanto na cidade como no campo, o que o tornará mais completo e interessante. A memória do mundo dos trabalhadores não pode ser tratada

¹ Assessora de coordenação do Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas pelo Arquivo Nacional e professora da PUC-Rio. É autora, entre outras publicações, de *Nos trilhos da privatização: ferrovias e ferroviários do Rio de Janeiro* (São Paulo, Annablume, 2011).

como uma memória institucional ou de grupos, mas sim como a memória de uma classe.

Deve-se evitar, ainda, idealizar ou aviltar grupos e pessoas durante o processo de construção ou recuperação dessa memória. Não basta o alerta genérico de que a história é composta por versões ou relatos embasados em visões seletivas e particulares. É preciso trabalhar essa seletividade e particularidade. Longe de negar o conflito e as disputas em torno da construção da memória, cabe encontrar formas de trabalhar esse conflito.

Por outro lado, estender o olhar para além do recorte temporal de 1964-1985 pode ser uma estratégia valiosa para a memória da resistência dos trabalhadores no período da ditadura civil-militar brasileira, no sentido de buscar elementos que permitam entender como essa resistência foi possível e, também, as suas consequências.

Considerando essas perspectivas, os artigos apresentados na segunda parte desta coletânea revelam uma grande diversidade de objetos de estudo, vinculando questões como processos trabalhistas, crianças e jovens trabalhadores, a experiência de categorias como os ferroviários e os petroleiros, o papel dos acervos no processo de reconstrução da história de grupos de oposição à ditadura, bem como o potencial para a pesquisa da memória do mundo dos trabalhadores em arquivos e centros de documentação no Brasil.

Nesse sentido, propõe-se iniciar a leitura a partir do artigo “Os mundos das crianças e dos jovens trabalhadores no acervo do L HIST/Uesb (Sudoeste da Bahia, 1963-1983)”, de José Pacheco dos Santos Júnior, que apresenta os resultados de pesquisa sobre as crianças e os jovens trabalhadores que, nos anos de 1960 a 1980, isto é, nas duas primeiras décadas de existência da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista (BA), deram início a processos de reclamação contra seus empregadores.

No que se refere à questão dos processos trabalhistas, cuja preservação encontra-se na ordem do dia em razão dos riscos gerados pela destruição sistemática de documentos promovida por órgãos do Poder Judiciário, recomenda-se a leitura dos artigos “Justiça, direitos e reivindicações: processos judiciais trabalhistas na Justiça do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, anos 1960”, de Mário Cléber Martins Lanna Júnior e Maria Aparecida Carvalhais Cunha, que busca demonstrar a importância desses acervos para a história do trabalho no Brasil, tomando-se como exemplo o caso analisado sobre os dissídios coletivos dos trabalhadores de Minas Gerais na década de 1960, e o artigo “Por uma apologia dos processos trabalhistas: riqueza documental e ‘consciência legal’ dos trabalhadores”, da Paula García Schneider, uma reflexão sobre como os trabalhadores porto-alegrenses recorriam a sua “consciência legal” no contexto de economia de guerra – que vigorou entre 1942 e 1945, lutando contra a exploração e a revogação de direitos.

De forma mais geral, a discussão sobre o potencial para pesquisa dos acervos do mundo dos trabalhadores está presente no artigo “Acervos da repressão e história dos trabalhadores: potencialidades de pesquisa e formas de acesso”, de Rafaela Leuchtenberger, que selecionou para apresentação três conjuntos documentais sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo: o Fundo DEOPS/SP, o Grupo Dops/Santos e o Grupo Departamento de Comunicação Social (DCS) do Fundo Secretaria de Segurança Pública.

Já no que se refere a categorias específicas de trabalhadores, recomenda-se a leitura dos artigos “A luta por direitos na formação da classe trabalhadora: os ferroviários da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (1930-35)”, de Rossano Rafaelle Sczip, que busca compreender a luta pela efetivação de direitos como um dos aspectos fundamentais na formação da classe trabalhadora, trazendo como exemplo o caso dos ferroviários da Estrada de Ferro São Paulo-Rio

Grande que foram a greve, em outubro de 1934, para cobrar do Estado e dos patrões a efetivação de um direito garantido em lei e que não vinha sendo cumprido, e “Petrobras – Trabalhadores organizados”, de Sergio Retroz e Miriam Collares Figueiredo, resultado direto de pesquisa sobre as organizações dos trabalhadores da Petrobras que teve por objetivo desvendar qual é a capacidade de organização e mobilização desses trabalhadores a partir da recuperação do seu histórico de lutas.

A experiência de salvaguarda da documentação da Política Operária – Polop, grupo de resistência à ditadura militar brasileira, está registrada no artigo “Tessituras revolucionárias: memórias da Política Operária”, de Aurélio de Moura Britto e Túlio Souza de Vasconcelos. Os autores demonstram como a preservação desse conjunto documental permitirá a reconstrução das memórias das lutas, proposições e enfrentamentos teóricos e práticos engendrados no período da ditadura militar.

Por fim, registre-se que os artigos apresentam uma pluralidade de visões, interesses e objetos de estudo, o que demonstra a riqueza dos acervos do mundo dos trabalhadores. O que parece unir esses textos, além da qualidade das investigações realizadas, é a temática da memória e da resistência dos trabalhadores analisada a partir da compreensão de que estes são sujeitos essenciais da história.

Os mundos das crianças e dos jovens trabalhadores no acervo do L HIST/UESB (Sudoeste da Bahia, 1963-1983)

José Pacheco dos Santos Júnior¹

Resumo

O trabalho tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa sobre as crianças e os jovens trabalhadores que, nas duas primeiras décadas de existência da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista (BA), deram início a processos de reclamação contra os seus empregadores. A coleta e a análise de dados relativos ao perfil do “menor” trabalhador na documentação da Justiça do Trabalho entre 1963 e 1983, a observação e sumariação dos relatos constantes dos processos, das reclamações apresentadas pelos “menores” ou seus responsáveis, das defesas apresentadas pelos empregadores e das decisões proferidas pelos magistrados, e o cotejamento das informações com a legislação em vigor, relativa ao trabalho de crianças e adolescentes, permitiram elucidar as condições decisivas para que esses “menores” buscassem, por intermédio da Justiça, fazer valer seus direitos. Assim, a Justiça do Trabalho representa um campo privilegiado de luta para os trabalhadores, um *lócus* para o registro e recuperação de suas reivindicações, expectativas e histórias de vida, e os documentos ali produzidos são fundamentais para a construção de uma história e memória do trabalho infanto-juvenil.

Palavras-chave

processos trabalhistas; Justiça do Trabalho; trabalho infanto-juvenil.

Se supomos que o direito não passa de um meio pomposo e mistificador através do qual se registra e se executa o poder de classe, então não precisamos desperdiçar nosso trabalho estudando sua história e formas. (...) O direito importa, e é por isso que nos incomodamos com toda essa história. (THOMPSON, 1987, p. 359)

Há mais de uma década, Batalha (1998, p. 156), em um texto sobre as fontes para a historiografia do movimento operário, alertava para a necessidade de “empreender uma reavaliação das fontes tradicionais e de ampliar o leque das fontes empregadas”. Apontava, então, para a possibilidade de releitura de fontes tradicionais (como jornais e textos literários) e, ainda, sugeria a utilização de “novas” fontes, a exemplo dos processos da Justiça do Trabalho. Mais recentemente, Negro (2006), em um texto dedicado a avaliar a importância dos arquivos

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), sob orientação da professora doutora Rita de Cássia Mendes Pereira. E-mail: pachecojr1@gmail.com.

do Tribunal Regional do Trabalho para a construção da História Social do Trabalho, argumenta favoravelmente à implantação de ações destinadas à preservação e à efetiva utilização dos processos da Justiça do Trabalho como fontes para a pesquisa histórica e denuncia a tendência à destruição e descarte em massa que essa documentação vem sofrendo ao longo dos últimos anos sob o aval da lei n. 7.627, de 10 de novembro de 1987, que determina a “eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contado o prazo da data do arquivamento do processo”.²

O presente trabalho, tomando como base documental os processos originados no âmbito da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, subordinada ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, tem por objetivo elucidar aspectos relativos aos mundos das crianças e dos jovens trabalhadores da região de Vitória da Conquista, no Sudoeste da Bahia.

Fundada no final de 1963, a Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Vitória da Conquista abrange, desde o seu início, além do município sede, diversos outros que compõem a região sudoeste da Bahia. O acervo documental produzido desde a sua implantação, constituído por processos trabalhistas, livros de protocolo, livros de visitas de advogados, livros de custas e emolumentos, livros de atas e outros documentos, encontra-se sob a guarda do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/UESB). O trabalho de organização, inventariação e sumariação desta documentação evidenciou a possibilidade de reconstrução da história e da memória dos trabalhadores em âmbito regional, de desvendamento das relações de trabalho e dos ritmos da economia regional, tomando como fonte os processos e, em especial, as reclamações trabalhistas que, paulatinamente, se impuseram como mecanismo de pressão dos trabalhadores pelo pagamento de direitos previstos em lei.

O ponto de partida de nossa pesquisa foi a indexação dos dados dos processos gerados na junta, nas suas duas primeiras décadas de existência, mediante o uso de fichas catalográficas destinadas a levantar as principais características (gênero, idade, categoria profissional, empregadores, reclamações, jornada de trabalho) dos trabalhadores que recorreram à Justiça do Trabalho visando a garantia de direitos. Em seguida, foram destacados os processos nos quais “menores” trabalhadores, pessoalmente ou por meio de seus representantes legais, figuravam na condição de reclamantes, buscando-se assinalar os motivos e resultados/desfechos das suas reclamações. Na sequência, procedeu-se à elaboração de uma base de dados, com o resumo das informações sobre os menores trabalhadores (idade, gênero, ofício, jornada de trabalho) e sobre os processos por eles protagonizados.

Cotejados com a legislação relativa à proteção do trabalho do “menor”, os dados destacados dos processos trabalhistas, e as histórias que eles comportam, possibilitam dar relevo às diversas faces e contornos do trabalho infanto-juvenil, aos conflitos decorrentes das relações de trabalho envolvendo os pequenos trabalhadores e a aspectos importantes do desenvolvimento socioeconômico do sudoeste baiano nas duas primeiras décadas da ditadura militar.

Sobre a estrutura e a atuação do Judiciário Trabalhista no período do regime militar, Regina Morel e Elina Pessanha (2007, p. 91) ressaltam que “há muitas indicações de que a

² BRASIL. Lei n. 7.627, de 10 de novembro de 1987. Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências. Disponível em: <www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=131519>. Acesso em: 23 mar. 2011.

Justiça do Trabalho representou, nesse período autoritário, um dos poucos espaços de defesa de direitos sociais”. De acordo com Souza (2008, p. 93), “em geral, para os trabalhadores, a ação na Justiça do Trabalho tornava-se um meio legítimo de tentar assegurar direitos sonogados, reaver direitos subtraídos ou resguardar direitos ameaçados”. O número crescente de processos iniciados a cada ano é indicativo do aumento da credibilidade da instituição. Como ressalta Silva (2010, p. 47), “é preciso entender o uso dos recursos na Justiça do Trabalho como mais uma possibilidade de estratégia de luta da classe trabalhadora que erroneamente é vista como passiva e manipulada”.

Os êxitos dos trabalhadores nos processos ajudaram a ampliar a credibilidade das Juntas de Conciliação e Julgamento e, em consonância com o crescimento do número de processos, verifica-se um número cada vez maior de ações trabalhistas impetradas por “menores” trabalhadores, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970.

Condicionada por diversos interesses políticos, econômicos, sociais, ao longo do século XX no Brasil, a legislação voltada ao trabalho infanto-juvenil sofreu inúmeras transformações. Algumas características foram mantidas, a exemplo da proibição do trabalho noturno aos menores de dezoito anos:

No período de 1932 a 1988, a idade mínima para admissão ao emprego ou trabalho foi alterada várias vezes: entre 1932 e 1967, foi 14 anos de idade, em 1967 foi reduzida para 12 anos de idade, e em 1988 foi repostado a 14 anos de idade, onde permaneceu até 2000. Várias características da lei se mantiveram constantes ao longo deste período: os menores de dezoito anos não poderiam trabalhar durante a noite ou se envolver em qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que foi realizado, comprometesse a sua saúde, segurança ou moral. (OLIVEIRA, 2009, p. 358)

Contudo, como salienta Faleiros (2009, p. 40), “a estratégia de manutenção das crianças no trabalho é a prática que contraria o discurso da proteção”. Além disso, ineficaz na sua tarefa de fiscalização, o Estado termina por corroborar a existência do trabalho do “menor”, mesmo em condições absolutamente contrárias ao que estava previsto na legislação.

Em uma ação datada de 1982, o juiz presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, Crésio Dantas Alves, ao comentar a ocorrência de trabalho em “horário proibido para menor”, acrescentou que “isto acontece, por falta de fiscalização do órgão competente, negligenciando com a exploração do menor. A lei existe; cumpri-la e fiscalizar o seu cumprimento, é o mais difícil”.³

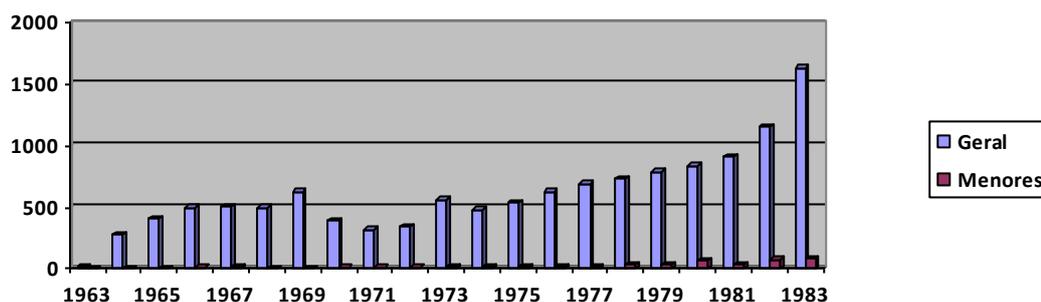
Na circunscrição dessa junta, como no restante do país, é crescente o número de “menores” trabalhadores que, por meio de seus responsáveis legais, vislumbrando angariar a proteção que a lei oferecia, recorreram à Justiça do Trabalho contra seus patrões. Como pode

³ Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST/UESB). Seção Processos Trabalhistas. Processo trabalhista n. 393/82.

ser visto no Gráfico 1, desde 1964, um ano após a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, registra-se a presença, na documentação, de crianças e jovens trabalhadores que, após a demissão, desafiando seus ex-patrões por meio de ações na Justiça do Trabalho, exigiram o cumprimento da legislação trabalhista que os protegia. Nas duas décadas abarcadas por esse trabalho foram 563 ações trabalhistas movidas por menores.

Gráfico 1

Processos trabalhistas por ano

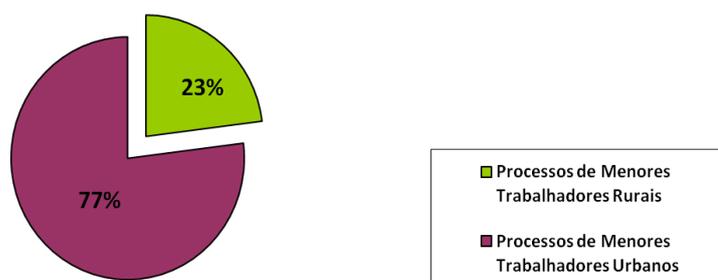


Fonte: Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST/UESB)

Como mostra o Gráfico 2, a grande maioria dos “menores” trabalhadores que acionaram o Poder Judiciário estava associada a atividades urbanas.

Gráfico 2

Processos por categoria profissional/zona (1963-1983)



Fonte: Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST/UESB)

Em 77% das ações, as crianças e jovens que figuram nos processos atuavam no terceiro setor da economia como balconistas, comerciários, ajudantes, serventes, vendedores etc. Esses dados estão em consonância com as informações relativas ao desenvolvimento da economia de Vitória da Conquista a partir dos anos 60.

No início da década de 1960, como resultado de um conjunto de ações desenvolvimentistas do governo JK nas áreas da indústria automobilística e construções e modernização de eixos rodoviários, Vitória da Conquista reforça a sua vocação de cidade como espaço de entreposto, estimulando, também, o seu comércio e o crescimento urbano e populacional. (FONTES, s.d.)

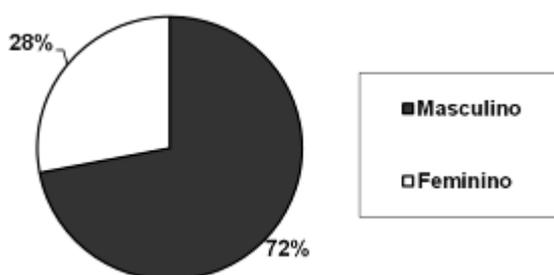
As ações empreendidas pelos pequenos trabalhadores rurais totalizam 23% dos processos impetrados por menores trabalhadores no período de 1963 a 1983. Com uma presença tímida no quantitativo de processos até o final da década de 1970, os menores trabalhadores rurais protagonizam, nesse período, apenas 24 ações trabalhistas. Já no curto período compreendido entre 1980 a 1983, foram registradas 107 ações trabalhistas envolvendo crianças e jovens trabalhadores rurais. Na grande maioria dos casos, esses “menores” trabalhadores, em companhia dos pais, familiares e outros trabalhadores rurais, têm seus nomes associados a dissídios coletivos resultantes das ações iniciadas por trabalhadores de fazendas de café da região.

A maior incidência de processos envolvendo jovens e crianças vinculados ao trabalho rural a partir de 1980 resulta, entre outros fatores, da introdução sistemática da cultura do café na região, da transformação de Vitória da Conquista em importante polo cafeeiro e da organização e mobilização dos trabalhadores do café, que, inclusive, protagonizaram um movimento grevista, em maio de 1980, pelo cumprimento e alargamento de direitos.

No tocante ao gênero, dos trabalhadores com idade inferior a dezoito anos que, no período compreendido entre 1963 e 1983, impetraram ações na Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, 72% são do sexo masculino, enquanto as meninas figuram em 28% dos processos, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3

Gênero dos menores trabalhadores na documentação



Fonte: Processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista (1963-1983)

Estes dados parecem indicar que os meninos assumiam a grande maioria dos postos de emprego destinados a crianças e jovens na região de Vitória da Conquista. Entretanto, como argumenta Irma Rizzini (2000, p. 382), um número menor de meninas trabalhadoras que

o de meninos nos processos não significa que elas trabalhem menos. Muitas vezes, essas pequenas trabalhadoras estão atuando em ambientes domésticos, sem registro formal de trabalho. Dados da própria Organização Internacional do Trabalho (2003, p. 223) indicavam, em 2003, que, “para as meninas, a ocupação remunerada mais comum na infância e adolescência é o serviço doméstico”. Estas meninas encontram-se subordinadas a condições de exploração econômica e social que se reproduzem, muitas vezes camufladas como relações de pseudoparentesco, que fazem delas “afilhadas” ou “filhas de criação” ao invés de empregadas. Ainda no século XX, reafirmam-se, nas relações de trabalho que envolvem crianças e adolescentes do sexo feminino, valores e papéis de gênero arraigados na sociedade, que naturalizam a inferioridade feminina e reservam prioritariamente às meninas o serviço doméstico: “nas nossas sociedades cabe à menina, principalmente, realizar o trabalho infantil doméstico em casa ou em casa de terceiros e, ao menino, o trabalho pesado fora de casa ou na rua” (FESTA; CANELA, 2003, p. 51).

Conclusão

O inventário dos dados relativos ao perfil do “menor” trabalhador na documentação da Justiça do Trabalho e das suas reclamações, a análise dos discursos dos empregadores e advogados, bem como das decisões proferidas pelos juízes, são procedimentos que permitem reconstruir alguns aspectos fundamentais das relações de trabalho envolvendo crianças e jovens em âmbito regional. As ações das crianças e dos jovens trabalhadores, ainda que em menor quantidade se comparadas aos processos desencadeados por adultos, permitem afirmar que estes não se calam diante das más condições de trabalho e da negação de direitos.

A documentação da Justiça do Trabalho aponta para as intrínsecas relações entre trabalho, direito e justiça no mundo contemporâneo e contribui para a quebra dos paradigmas que insistem em afirmar a passividade dos pequenos trabalhadores frente à superexploração e a condições de trabalho humilhantes. Assentada, fundamentalmente, sobre esse tipo de fonte, a pesquisa, cujos resultados parciais são aqui apresentados, lança luz sobre a originalidade do trabalho infanto-juvenil, na medida em que contribui para a conservação e ampliação do acesso aos documentos da Justiça do Trabalho e para a sua valorização enquanto fonte histórica. Ao eleger estes documentos como base para o desenvolvimento da pesquisa empírica, o trabalho contribui para o resgate e preservação da memória das crianças e dos jovens trabalhadores e, em um plano mais geral, para a reflexão sobre a natureza dos conflitos e negociações trabalhistas no âmbito do judiciário.

Como salienta Silva (2008, p. 61),

é possível sermos muito mais generosos com os processos, lembrando que eles são patrimônio coletivo; não são do Poder Judiciário, não são da Universidade, não são desse ou daquele pesquisador – esta documentação é da sociedade, é a sociedade que a produz.

Preservar esta documentação e utilizá-la, efetivamente, para a construção da história do trabalho e das lutas sociais é um compromisso com a memória dos trabalhadores, com a história particular de todos esses homens, mulheres, crianças e jovens que, sem abdicar de outras formas de luta, depositaram no judiciário as suas expectativas.

Referências bibliográficas

- BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 145-158.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-96.
- FESTA, Regina; CANELA, Guilherme. *Trabalho infantil e gênero: uma leitura da mídia do Mercosul*. Brasília: OIT; Andi, 2003.
- FONTES, José Raimundo. *O novo ciclo de desenvolvimento de Vitória da Conquista*. Disponível em: <<http://www.conquistadetodos.com.br/index.asp?site=artigos/ver.asp&codigo=27>>. Acesso em: 27 ago. 2009.
- MOREL, Regina; PESSANHA, Elina. A Justiça do Trabalho. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 2, p. 87-109, 2007.
- NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. *Politeia – História e Sociedade, Vitória da Conquista*, v. 6, n. 1, p. 193-209, 2006.
- OLIVEIRA, Oris de. Development of child labor law in Brazil. In: HINDMAN, Hugh D. (ed.). *The world of child labor: an historical and regional survey*. New York: M.E. Sharpe, 2009. p. 357-360.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Boas práticas de combate ao trabalho infantil: os 10 anos do IPEC no Brasil*. Brasília: OIT, 2003.
- RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 376-405.
- SILVA, Claudiane Torres da. *Justiça do Trabalho e ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985): atuação e memória*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- SILVA, Fernando Teixeira da. O historiador e os processos trabalhistas no Brasil. *Anais do II Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2008. p. 56-61.
- SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. *Lei e costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- THOMPSON, Edward. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Justiça, direitos e reivindicações

Processos judiciais trabalhistas na Justiça do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, anos 1960

Mário Cléber Martins Lanna Júnior¹

Maria Aparecida Carvalhais Cunha²

Resumo

Os processos trabalhistas são evidências da cultura política dos trabalhadores, da percepção desses sujeitos históricos sobre seus direitos e a visão que tinham do Estado brasileiro. A guarda e preservação desses documentos é o principal objetivo de centros de memória e de documentação integrados ao Fórum Nacional em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra). O acervo formado pelos processos reproduz parte importante da história do trabalho no Brasil, como no caso analisado nesse artigo, sobre os dissídios coletivos dos trabalhadores de Minas Gerais na década de 1960. Além de reproduzirem o ambiente específico da conjuntura da época, antes e depois de 1964, aponta para o relevante papel da Justiça do Trabalho, como espaço privilegiado de reivindicação e luta política.

Palavras-chave

Justiça do Trabalho; dissídio coletivo; década de 1960; Minas Gerais.

Introdução

As representações sobre a sociedade manifestam-se nos mais diversos lugares e situações. Na música, na mídia, na família, no trabalho, no banco da praça e da escola. São perceptíveis nas definições que as pessoas expressam sobre o poder e a organização social, ou mesmo sobre a origem da vida. São comportamentos culturais repletos de “filtros e intermediários deformadores”, como jornais, livros, amigos, religiosidade, ideologias, entre outros, todos interligados por um tipo de “circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica” (GINZBURG, 1987, p. 21).

A cultura popular no Brasil foi reconhecida e absorvida pelo poder público em especial após 1930 (CAPELATO, 1998; FERREIRA, 1997; GOMES, 1979; BATALHA, 1986). A Justiça do Trabalho protagonizou essa história, como parte do projeto político de poder e cooptação das massas. Ela assumiu o lugar da defesa dos direitos legais dos trabalhadores, que se apropriaram do discurso de justiça social e proteção, para construir sua argumentação de cidadão, para reivindicar e forjar identidades (SCHMIDT, 2010; GOMES; PESSANHA, 2010; FORTES, 1999; SILVA, 2007; BIAVASCHI, 2007). A Justiça do Trabalho da 3ª Região foi palco da política e do

¹ Centro de Memória e Pesquisa da PUC-Minas.

² Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais.

reconhecimento da regulação do trabalho. Seu funcionamento e os processos ali julgados reproduzem parte da história de muitos brasileiros. Os processos guardados nesse tribunal formam um conjunto rico de fontes sobre a relação entre cidadão e poder público, como documentos que representam a visão de ambos os lados.

Memória do acervo

A Justiça do Trabalho, desde o final da década de 1990, vem implementando programas de gestão e preservação de sua documentação. Os regionais instalados em cada estado da federação estão instituindo centros de memória e de documentação, atualmente integrados a um Fórum Nacional em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra). O Memojutra funciona como instância de discussão e proposição de políticas públicas em prol da conservação, organização e disponibilização dessa documentação para pesquisa. Porém, tais iniciativas, embora venham se fortalecendo e apresentando resultados concretos nos últimos anos, não evitaram perdas irreparáveis no acervo nas primeiras décadas de funcionamento da instituição. Tendo como respaldo a lei n. 7.627, de 10 de novembro de 1987, que permite ao Judiciário trabalhista eliminar seus processos findos após cinco anos de arquivamento, “salvo os de importância histórica”, muito se perdeu de forma irrecuperável. Esta questão é muito complexa e aprofundá-la requer um artigo específico, porém, cabe ressaltar que esta lei continua em vigor, e conseguir sua revogação é um dos principais embates travados pelos setores organizados em torno da preservação desta documentação.

No entanto, apesar dos danos sofridos pelos processos judiciais na Justiça do Trabalho em todo o país, alguns fundos resistiram e estão sendo catalogados e disponibilizados para pesquisa. No caso da 3ª Região, Minas Gerais, o fundo de dissídios coletivos – ações envolvendo sindicatos de empregados e empregadores – está preservado na íntegra, e, embora em fase de higienização e catalogação, encontra-se disponível para pesquisa. O mesmo não se pode dizer dos dissídios individuais que passaram por recorrentes eliminações desde o final da década de 1980. A cada eliminação, questionáveis amostragens foram preservadas para guarda permanente como sendo de valor histórico. Porém, um fato emblemático alterou o destino de parte desses documentos. No momento em que a 3ª Região iria efetivar sua primeira eliminação de processos trabalhistas individuais, o Arquivo Nacional interferiu e evitou o descarte, recolhendo os processos para sua custódia e guarda. Desta forma, 220 mil autos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte, ajuizados entre 1941 e 1974, foram preservados e remetidos ao Rio de Janeiro sob os cuidados do Arquivo Nacional.

Em 2008, por meio de diligências da Justiça do Trabalho mineira junto ao Arquivo Nacional, esta documentação retornou à sua origem. Diante do compromisso assumido pelo Programa de Gestão Documental da 3ª Região em preservar esses documentos, foi instituído o Projeto de Análise, Catalogação e Disponibilização de Processos Trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte, entre 1941 e 1974. Uma equipe composta por dez estagiários, das áreas de história, direito e economia, sob a coordenação do Centro de Memória e da Diretoria de Arquivo do TRT da 3ª Região, iniciou os trabalhos de higienização, análise e catalogação do acervo. Esse fundo documental se encontra disponível para pesquisa e forneceu os processos analisados abaixo.

Trabalhadores e justiça nos processos trabalhistas

A regulação do trabalho ganhou relevância, no Brasil, na década de 1920, sendo seu marco histórico a Lei Eloy Chaves, de 1923, que determina a criação de aposentadorias e pensões para os empregados. Desde então, a questão esteve na pauta de diferentes acontecimentos políticos. Na década de 1940, a legislação específica foi consolidada e implantada a Justiça do Trabalho. O resultado foi um novo padrão de relacionamento entre trabalhadores e patrões, com a intervenção do Estado.

Esse novo padrão de comportamento interferiu na cultura política do brasileiro, ao mudar “o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (SANI, 1997, p. 306). A Justiça do Trabalho, em sua prática rotineira, criou costumes e expectativas, mediou conflitos coletivos e modificou a fisionomia política da sociedade brasileira. Os processos trabalhistas fazem parte do dia a dia desse órgão; eles revelam as identidades e memórias dos trabalhadores e empresários em relação à política. Ao reproduzirem pontos fundamentais do projeto de poder, como justiça, trabalho e direitos, tais documentos institucionalizam e registram os conflitos políticos. Os processos trabalhistas, nesse sentido, informam muito além das decisões legais e jurídicas; falam também das visões de mundo, concepções, ideologias e culturas políticas construídas ao longo das décadas. Representações que sofreram influências diversas, de propagandas, discursos políticos, meios de comunicação, construídas de acordo com a experiência de vida de cada pessoa e da realidade de sua condição social.

Alguns fragmentos desses processos exemplificam o interesse estratégico da pesquisa. Discursos que expressam valores amplos: moral, trabalho, escravidão, crime e justiça, todos centrados na sociedade e sua cultura política. Três processos ocorridos entre março de 1964 e o final de 1966 mostram questões gerais referenciadas por fatos políticos e sociais conjunturais, explícitas nos processos na forma do *custo de vida* e da *revolução vitoriosa*, referências à carestia de vida na década de 1960 e ao golpe militar de 1964. Observa-se, no plano geral, a radicalização do conflito de interesses, expresso de forma maniqueísta, com os trabalhadores e empregadores ocupando lados opostos e antagônicos.

Foi assim, por exemplo, no processo dos siderúrgicos de Coronel Fabriciano contra as Usinas Siderúrgicas Minas Gerais, a Usiminas, um mês antes do Golpe Militar de 1964. A reivindicação dos trabalhadores era de dois tipos: administrativa (como nutricionistas para o restaurante, mudanças no transporte e nos critérios de concessão de moradia) e salarial. Os trabalhadores estavam em greve e exigiam aumento de salário. O impasse foi solucionado com a intervenção do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. O acordo final elegeu o *custo de vida* como principal referência, ao determinar que: “A empresa efetuará a revisão salarial no dia primeiro de março de 1964, devendo o reajuste incidir na percentagem de elevação do custo de vida dos meses de janeiro e fevereiro de 1964.” O acordo seria revisto de 90 em 90 dias, “de acordo com os índices de custo de vida que forem apurados por uma comissão de empregados, empresa e Fundação Getúlio Vargas”.³

³ Processo DC 870/64, p. 15.

O tema *custo de vida* apareceu na maioria dos processos desse período, e era usado como referência para calcular o salário justo. O custo de vida é passível de cálculo, portanto, científico e racional. Nos processos, ele agrega valores ideológicos e forma com outros argumentos a visão de mundo dos trabalhadores e empresários da época. Foi assim, por exemplo, no processo movido pela Companhia de Cigarros Souza Cruz contra o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fumo de Belo Horizonte. Esse processo seguiu até o Tribunal Superior do Trabalho, onde a determinação anterior foi parcialmente modificada.

Os trabalhadores haviam solicitado aumento salarial. Não foram atendidos e entraram em greve. A empresa alegava a ilegalidade da greve e do aumento pretendido. Para o sindicato dos trabalhadores, o pedido da empresa era *esperteza*:

O pedido é sui generis. Não é petição de dissídios. É antidissídio. É para prevenir dissídio. Para evitá-lo. Para inibir qualquer pretensão da classe trabalhadora. (...) O que a Empresa possuiu em excesso é uma esperteza inexistente em outras empregadoras. Ela usa o expediente de amortecer a aspiração salarial de seus empregados, evitando sempre, mas, concedendo também sempre aumentos menores... concedendo aumentos de salário, inferiores aos reivindicados a empresa, segundo o recorrido, acalma a situação evitando ou mesmo tentando evitar os dissídios coletivos... Com a concessão de 35% em primeiro de março fluente, procurou ela evitar a eclosão do movimento aumentista. Mas não frisando a paz social.⁴

Os empresários sustentavam a tese da ilegalidade da greve no decreto-lei n. 9.070, de 15 de março de 1946, que versava sobre os dissídios e sobre em que momento era legal a greve, a saber, somente depois de cumpridos os “processos e prazos conciliatórios ou decisórios previstos (...)”.⁵ A Cia. Souza Cruz alegava que os fumageiros entraram em greve sem cumprir os prazos conciliatórios. Para os trabalhadores, isso era menos relevante naquele momento, afinal “(...) a greve instaurada não é ilegal, é fato social, para o qual o aplicador do direito do trabalho deve ter em linha de consideração os diversos aspectos que provocam a formação de tais processos”. No acórdão, a Procuradoria Regional do Trabalho considerou a greve legal e pediu o aumento salarial, devido à alta do *custo de vida*: “Torna-se imperativo de justiça a concessão de aumento razoável, para [que] os empregados, que concorrem com o seu trabalho para o sucesso econômico da empresa, não fiquem à margem desse sucesso.”⁶

A empresa recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) em defesa de seus direitos, chamou a decisão anterior de “atitude desastrosa”, porque desconsiderou a lei, julgou “pela conveniência”. Responsabilizou a Justiça do Trabalho, na figura dos juízes: “Se todos cumprirem a lei, inclusive os juízes, a paz e a ordem social serão mantidas (...)”. No acórdão

⁴ Processo DC 1.070/64, p. 25 e 28.

⁵ Art. 10, decreto-lei n. 9.070, de 15 de março de 1946.

⁶ Processo DC 1.070/64, p. 28.

final, assinado no Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1964, meses após o Golpe Militar, o TST manteve o aumento concedido anteriormente, mas considerou a greve ilegal, dentro dos preceitos do decreto-lei n. 9.070.⁷

O decreto-lei n. 9.070 foi revogado pela lei n. 4.330, de 1º de junho de 1964. Com esta lei, o regime militar limitou consideravelmente a possibilidade de greve. Meses antes, quando ainda vigorava o decreto-lei de 1946, empresários do setor de transporte apontavam o caminho. Diante do dissídio coletivo para aumento salarial, o Sindicato das Empresas de Veículos de Cargas de Belo Horizonte comemorou:

*Ademais, tanto perigo ou ameaça alguma de greve inexistente, sugestivamente, até os dias presentes nenhum movimento paredista foi denotado no setor das categorias profissionais e econômica do transporte rodoviário de cargas desta capital, nem mesmo de qualquer outra localidade do Estado de Minas Gerais, principalmente agora que impera o rigor da revolução Vitoriosa, a debelar todo e qualquer surto de perturbação da ordem pública e de desarmonia entre as classes obreiras e patronal.*⁸

A greve perturbava a ordem pública e retirava a harmonia entre trabalhadores e patrões. No caso do aumento, deveriam ser consideradas as condições financeiras, do setor e da sociedade. Para os empresários, o aumento era “excessivo e sem correspondência na realidade econômica financeira da atividade empresária da categoria”, apelavam eles para o artigo 766 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que assegurava justa retribuição às empresas. Os empresários associaram o aumento salarial à carestia e ao bem do povo. “Ora, então é imperioso se verifique a atual conjuntura econômica após a Revolução Vitoriosa, que tem como um dos seus escopos estancar a inflação e estabilizar os preços das utilidades e serviços postos à disposição do povo.”⁹

A lei n. 4.330 estancou a onda de greves da década de 1960. Aos poucos, a greve deixa de ser assunto nos processos. Nesse momento, passa a predominar o conteúdo ideológico e maniqueísta que contrapõe mundos distintos entre trabalhadores e empregadores, como mostram os argumentos abaixo, retirados de dissídios individuais julgados no final de 1966. O primeiro, um recurso feito pelo sindicato dos empregadores; o segundo, uma petição em favor do empregado:

E o que se pretende é mais por respeito ao Judiciário Trabalhista, jogando a segundo plano o interesse econômico, pois, a prevalecer a decisão estaremos diante de uma inversão completa de princípio de nosso direito,

⁷ Processo DC 1.070/64, p. 48-50.

⁸ Processo DC 1.732/64, p. 29.

⁹ Processo DC 1.732/64, p. 30.

*até da moral, quando então todos são criminosos nas suas várias modalidades, todos os patrões são ladrões e exploradores de seus empregados, não valendo os recibos passados e assinados (...).*¹⁰

*Acerto de contas dessa natureza, envergonha a qualquer um, e faz revoltar qualquer funcionário ou empregado, por mais humilde que se queira ser. Se vingar esse tipo de acordo de contas, estaremos no fim dos tempos, e o melhor seria então voltarmos ao tempo da escravidão, ou melhor ainda, que os empregados passem a pagar antecipadamente os empregadores o direito de serem furtados por estes.*¹¹

A ironia desses argumentos esconde dois sentimentos distintos. O primeiro testemunha a moral elevada dos empresários, depois do Golpe de 1964. O segundo prenuncia o receio de tempos piores para as classes trabalhadoras.

Conclusão

A Justiça do Trabalho é espaço privilegiado do conflito entre capital e trabalho, no Brasil. Ela foi criada para garantir o cumprimento da regulação desse conflito e tornou-se ao longo dos anos, formalmente, local apropriado para a reivindicação de direitos garantidos por lei. Posição fundamental para institucionalizar, sob o olhar atento do poder público, a relação entre capital e trabalho, ao possibilitar a real reivindicação do cumprimento da lei; mediar os conflitos sob a tutela do Estado; e, devido ao seu poder normativo, efetivar e expandir os direitos sociais.

Apesar dos limites em relação ao universo dos trabalhadores contemplados na pesquisa, será possível encontrar evidências sobre os valores, crenças, normas, tradições, costumes e ritos da cultura política brasileira. Como aponta Brodwyn Fischer (2006, p. 421), ao falar do efeito da legislação social na sociedade carioca das décadas de 1930 e 1940:

Porém, de fato, criou-se um espectro em que a ausência de direitos se tornou cada vez mais identificada à condição extrema de pobreza, enquanto a exigência por direitos se tornou a marca – e a esperança – dos cidadãos-trabalhadores que mais se beneficiaram da extensão do alcance da lei. O significado social e político desse espectro permanece um tema a ser explorado, mas sua mera existência indica quanto a lei na era Vargas auxiliou a forjar o perfil das desigualdades sociais no Brasil moderno.

Mesmo sem abranger a todos os brasileiros, esse projeto foi assimilado. “Em outros termos, a parafernália legislativa e o aparato jurídico eram acionados pelos trabalhadores por

¹⁰ Processo JCI 1.282/66, p. 10.

¹¹ Processo JCI 1.263/66, p. 27.

entenderem estes que o poder arbitrário do mundo da produção podia encontrar limites no terreno jurídico” (SILVA, 2007, p. 263). Os trabalhadores do passado buscavam a garantia do cumprimento da legislação trabalhista e elegeram a Justiça do Trabalho como aliada e caminho de justiça social.

O período do primeiro governo Vargas, por conseguinte, constitui um marco inicial para essa história, sendo caracterizado por um depoente – *bem ou mal, superável ou não o modelo – como o do início de um processo de inclusão social muito importante para os setores de trabalhadores urbanos...* (GOMES, 2006, p. 62, grifo do autor)

A Justiça do Trabalho acolheu parte significativa dos brasileiros, ao ser apropriada pelos trabalhadores como espaço de garantia de direitos. Sua efetiva instalação e atuação influenciou e foi influenciada pela cultura política do trabalhador brasileiro. Nesse sentido, o papel da Justiça do Trabalho foi muito além de garantir direitos, ela formou novos padrões de relacionamento e identidades entre as pessoas: trabalhadores, juízes, funcionários, gestores públicos e patrões.

Referências bibliográficas

- BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. *Le syndicalisme “Amarelo” a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Thèse de Doctorat de l’Université de Paris I, 1986.
- BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil, 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: LTr: Juntra; Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
- BRASIL. Decreto-lei n. 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências.
- FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Silva Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006. p. 417-456.
- FORTES, Alexandre. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil de 1917-1937*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- _____. Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados. *Revista de Estudos Históricos*, n. 37, p. 55-80, jan.-jun. 2006.
- _____; PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Trajetória de juízes*. Porto Alegre: Alegre Poa, 2010.
- PROCESSO DC 1.732/64. Arquivo da Justiça do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, 1964.
- PROCESSO DC 1070/64. Arquivo da Justiça do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, 1964.

PROCESSO DC 1070/64. Arquivo da Justiça do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, 1964.

PROCESSO JCJ 1.263/66. Arquivo da Justiça do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, 1966.

PROCESSO JCJ 1.282/66. Arquivo da Justiça do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, 1966.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. 9. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997. p. 306-308.

SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SILVA, Fernando Teixeira da Silva. Nem crematório de fontes, nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (org.). *Memória e preservação de documentos: direito do cidadão*. São Paulo: LRR, 2007. p. 31-51.

Por uma apologia dos processos trabalhistas

Riqueza documental e “consciência legal” dos trabalhadores

Paula García Schneider¹

Resumo

Nesta exposição, a partir da leitura e análise de processos *trabalhistas*² da 1ª e 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, do período 1942-1945 na cidade de Porto Alegre,³ pretende-se refletir sobre como os trabalhadores porto-alegrenses recorriam a sua “consciência legal” no contexto de economia de guerra e resistiam a sua exploração. No período da economia de guerra, sua exploração foi agravada pela revogação de algumas leis contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como, por exemplo: o trabalho noturno de crianças e mulheres, a prolongação da jornada de trabalho para dez horas etc. A conjuntura 1942-1945 estava marcada, por um lado, pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a colocação em andamento da Mobilização Econômica, o que implicava mobilizar todos os recursos econômicos existentes, incluindo-se o trabalho humano e, por outro, pelo fim da guerra e crise, e a saída do Estado Novo.

Palavras-chave

processos trabalhistas; economia de guerra; “consciência legal” dos trabalhadores.

Vivemos numa sociedade que é bastante injusta, coerentemente injusta, durante muitos séculos. Acredito que transformar uma sociedade como essa depende de uma democratização efetiva, que inclua o direito à memória, o direito ao passado, o direito de as pessoas conhecerem o sofrimento que essa sociedade impingiu a si própria. Ou a determinados grupos no seu seio, durante séculos. (CHALOUB, 2010, p. 102)

Um breve balanço historiográfico

A presente exposição se enquadra na tendência historiográfica que vem abrindo caminho desde os anos 1980. Nessa tendência, os pesquisadores começaram a procurar fontes judiciais como via de acesso ao cotidiano de homens e mulheres, cujas vozes não haviam sido

¹ Escuela de Historia, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina.

² Uma primeira versão desta exposição foi apresentada no *I Seminário Internacional de História do Trabalho e V Jornadas Nacionais de História do Trabalho*, realizados na Universidade Federal de Santa Catarina, em outubro de 2010.

³ Os processos trabalhistas dos anos de 1942-1945 da cidade de Porto Alegre, produzidos no marco da Justiça do Trabalho dos Conselhos Regionais do Trabalho da 4ª Região, encontram-se microfilmados e à disposição dos pesquisadores no Memorial Regional do Trabalho da 4ª Região, na cidade de Porto Alegre. Meu mais profundo agradecimento ao pessoal dessa instituição pela sua constante colaboração.

registradas nos documentos do poder Executivo e/ou Legislativo e na imprensa escrita. Nesta linha, na apresentação do livro *Direitos e justiças no Brasil*, as organizadoras expõem, com relação à história dos trabalhadores, que já “não se tratava simplesmente de pesquisar como viviam os operários e os trabalhadores em geral – mas sim de compreender como eles viam o mundo no qual viviam, e como as suas ações e sua visão de mundo faziam parte da história” (LARA; MENDONÇA, 2006, p. 10). No que se refere aos direitos e justiça, “mais que uma pesquisa sobre as origens de concepções e doutrinas jurídicas, se pretende compreender o modo como diversos direitos e noções de justiça se haviam produzido e como haviam entrado em conflito ao longo da história brasileira” (ibidem, p. 11).

Nesta linha, Silvia Regina Ferraz Petersen adverte que “a história da classe operária é a história de experiências e ações comuns e coletivas”, porque “sindicatos, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são (...) seus elementos constitutivos...” Ainda que não seja correto privilegiar só as manifestações formais da organização dos trabalhadores em detrimento da “experiência dos sujeitos em construir-se como classe, das resistências informais e cotidianas”, das “imperceptíveis, porém cruciais práticas e representações, tanto da dominação como da resistência na vida cotidiana” e dos “aspectos particulares da história dos trabalhadores” (KONRAD, 2006, p. 29).

Além disso, os pesquisadores do movimento operário começaram a examinar “as experiências cotidianas dos trabalhadores além das relações de trabalho e dos movimentos organizados” e “a lei e a justiça (especialmente a Justiça do Trabalho) deixaram de ser vistas como simples instrumentos de dominação de classe para configurar-se em recursos dos quais poderiam apoderar-se os diversos sujeitos históricos que lhes atribuíam significados sociais diferentes” (LARA; MENDONÇA, 2006, p. 11-12). Assim, encontravam-se, nos trabalhadores, agentes sociais que podiam configurar direitos pelos quais valia a pena lutar e conseguir melhores condições de vida e trabalho.

Em conformidade com esta argumentação, ao serem consideradas as demandas dos trabalhadores por direitos e o modo como as organizações se apropriavam das regras estabelecidas para enfrentar a resistência patronal, esses estudos conseguiram modificar os paradigmas tradicionais de análise do populismo e do corporativismo sindical (LARA; MENDONÇA, 2006, p. 12).⁴

Como sustenta Silvia Lara,

o direito, o justo, o legal e o legítimo não podem ser mais concebidos com algo tranquilo, ordenados por uma tradição intelectual específica (às vezes múltiplas, porém, sempre concebidas a partir de cima). Também não podem ser mais considerados como simples instrumentos a serviço da dominação. Pelo contrário, formam campos conflituosos, que constituem as relações sociais: campos minados pelas lutas políticas, cujos sentidos e significados dependem das ações dos próprios sujeitos históricos que os configuram. (LARA, 2010, p. 116)

⁴ Ver Silva e Costa (2001).

Assim, o direito tomado como um produto social “deixou de ser entendido como simples resultado de ideias e filosofias (...) para ser compreendido como um campo simbólico, como um conjunto de práticas discursivas ou dispositivos do poder”. E desta forma “suas instituições, práticas e discursos passaram a ser estudados na interação com os processos sociais e a partir de uma perspectiva francamente relacionada a questões historiográficas mais amplas” (LARA, 2010, p. 107-108).

Processos trabalhistas: riqueza documental

Os processos *trabalhistas* em geral contêm no início uma planilha com informações, na qual o reclamante inseria dados como: nome e sobrenome, profissão, número da carteira de trabalho e demandas. A partir da multiplicidade de processos lidos, vimos que quase em sua totalidade eles são iniciados por trabalhadores e expõem as seguintes demandas: reintegração ao trabalho, indenização e aviso prévio por demissão sem justa causa, salários atrasados, horas extras e férias não pagas. Além disso, contêm informações valiosas referentes às condições de trabalho, às relações entre os trabalhadores e destes com seus encarregados, inclusive, em alguns casos, se apresentam testemunhas e documentos que servem como prova, o que torna ainda mais rico o documento. Assim, percebemos que, nos processos, se consegue resgatar a voz, o cotidiano e as experiências dos trabalhadores. Estas informações não foram registradas nos documentos de uso mais convencional na história dos trabalhadores, como a imprensa, por exemplo. Além disso, o trabalhador podia dar entrada na reclamação através de um advogado ou não, e podia fazê-lo tanto por meio de um ofício como oralmente, o que pode remeter a um potencial direito “sem intermediários” e, com isto, a uma quantidade de dados amplamente significativos, que nos falam das potencialidades deste tipo de documentação e de sua importância para a história dos trabalhadores do Brasil.

Como então expôs Silvia Lara, os processos da Justiça do Trabalho

(...) registram (...) como as leis foram interpretadas e aplicadas (...), a atuação de magistrados, promotores e advogados, os conflitos e modos como foram encaminhados e solucionados (...) guardam também a história de muitas lutas individuais e coletivas por direitos, permitindo entrever o modo como pessoas e entidades pressionavam pela criação de normas jurídicas, ou como certas normas legais foram interpretadas de modos diversos ao longo do tempo ou em contextos diferentes. (LARA, 2010, p. 118)

Da mesma forma, outra potencialidade dos processos *trabalhistas* como fontes históricas é que eles surgem em variados locais de trabalho, não restringindo nosso olhar às relações de trabalho que se estabelecem na fábrica, mas sim a todo lugar de trabalho onde esteja presente a relação salarial e, por isso, o salário seja meio de vida.

Classe, consciência de classe e “consciência legal” dos trabalhadores

Optei por empregar o conceito de classe trabalhadora e não de classe operária, por considerar, como coloca Ricardo Antunes, que este conceito nos limitaria aos trabalhadores manuais, porquanto a noção ampliada de classe trabalhadora, quer dizer, a expressão “classe que vive do trabalho” pretende dar maior amplitude ao ser social que trabalha.⁵

Ao mesmo tempo, tem-se como ponto de partida a definição de classe social de Thompson. Entendida como:

o fenômeno histórico que unifica uma série de eventos díspares e aparentemente desconectados. Tanto no que se refere à matéria-prima da experiência como à consciência (...) se trata de um fenômeno histórico (...) algo que tem lugar de fato (...) nas relações humanas. (THOMPSON, 1989, p. XIII)

Desta forma, da perspectiva de Thompson, a classe “passa a existir quando alguns homens (...) sentem e articulam a identidade de seus interesses comuns e diante de outros homens cujos interesses são diferentes, e habitualmente opostos aos seus” (ibidem, p. XIII-XIV).

No entanto,

(...) a experiência da classe está amplamente determinada pelas relações de produção em que os homens nascem, ou nas que ingressam de maneira involuntária. A consciência de classe é uma forma na qual se expressam essas experiências em termos culturais: representadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se bem que a experiência aparece como algo determinado, a consciência de classe não. Podemos ver certa lógica nas respostas de grupos trabalhistas similares que têm experiências similares, mas não podemos formular nenhuma lei. (idem)

Seguindo Thompson, se poderia dizer que a experiência é uma forma de recuperação dos homens e mulheres como protagonistas do processo histórico, nem tanto como sujeitos livres e autônomos, senão, principalmente, como pessoas que experimentam sua própria situação e determinadas relações produtivas como necessidades e interesses e como antagonismos. Tais sujeitos em interação processam essa experiência em sua consciência e sua cultura de diversas e complexas maneiras, e em função disso atuam sobre seu contexto (THOMPSON, 2000, p. 182). Dessa maneira, este conceito pode explicar como o “desenvolvimento de múltiplas experiências organizativas transpassam o próprio surgimento da

⁵ Ver Ricardo Antunes, “La clase-que-vive-del-trabajo”, em *Los sentidos del trabajo* (Buenos Aires, Ed. Herramienta, 1995, capítulo 6, p. 91-108).

classe trabalhadora como sujeito coletivo ao transformar a unidade social dos setores populares em força política efetiva” (FORTES, 1999 apud KONRAD, 2006, p. 102).

Entretanto, a noção de “consciência legal” poderia explicar um determinado modelo de consciência de classe, onde a cultura política passou a ser associada à exigência pelo cumprimento da CLT, e “serviu para modelar a demanda dos trabalhadores por justiça” para construir “um horizonte cultural comum do que deveria ser dignidade e justiça nas questões de trabalho” (PAOLI, 1987; FRENCH, 2002, p. 10). Poderíamos dizer que a CLT, ao mesmo tempo em que consolidava a hegemonia, por meio da construção de um *corpus* legal que tudo regulava na esfera trabalhista, permitiu que o uso dessas leis trabalhistas por parte dos próprios trabalhadores passasse a ser parte das estratégias de luta da classe trabalhadora brasileira, gerando profundas transformações na sua própria organização política. Assim, deve-se dizer que, no que tange à luta pelos direitos e pelo cumprimento das obrigações do Estado nas décadas de 30 e 40, a consciência de classe ia tomando uma nova forma.⁶

Considerando o exposto por Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, a ordem jurídica da sociedade e a legislação do trabalho nem sempre foram meras amarras para dissolver a ação dos trabalhadores, mas sim um elemento formador de sua cultura e experiências, que, em certas conjunturas, ameaça romper a lógica de reciprocidade entre governo e trabalhadores (SILVA; COSTA, 2001, p. 234). Isto não significa que a classe trabalhadora tivesse os mesmos interesses do Estado, e muito menos da burguesia, ainda que, como se disse, não se possa omitir que o Estado tivesse “algum tipo” de intervenção na formação da classe trabalhadora brasileira.

Desta forma, resulta necessário revisar criticamente o que se conheceu como a ideologia da “outorga”. Essa construção ideológica dependia da seguinte concepção: Vargas havia concedido direitos aos trabalhadores sem que antes eles os pedissem, em uma clara política de esquecimento das lutas operárias da Primeira República (GOMES, 2001, p. 196). No entanto, parecia que a “ideologia da outorga” não convencera plenamente o trabalhador, quer dizer, a ideia de que os benfeitores sociais, após os anos 1940, foram apresentados à classe trabalhadora como um presente concedido pelo Estado não era uma “realidade absoluta” (GOMES, 2001, p. 165). Com relação a este ponto, Silva e Costa sustentam que é necessário pensar que o “agente social” não recebia as leis de “cima”, para serem apropriadas pelos de “baixo”, mas sim que se tratava de transformar o Estado em um instrumento contra as violações patronais, convertendo o discurso legal em uma arma apontada contra os empregadores (SILVA; COSTA, 2001, p. 234). Assim, os trabalhadores se constituíram como classe social na medida em que lutavam, e percebiam a legislação não como uma sujeição total e absoluta do sindicalismo ao Estado mediante um aparelho jurídico corporativo. Ainda que isto signifique negar que o Estado Novo procurasse controlar os trabalhadores com a finalidade de resolver os conflitos entre capital e trabalho, pretendendo resguardar a ordem política e social e a harmonia de classes.

⁶ Sobre a “função” das leis na construção da hegemonia e como foram apropriadas pelos trabalhadores como “armas de luta”, ver Fernando Teixeira da Silva, *A carga e a culpa* (São Paulo, Ed. Hucitec, 1995, p. 102).

Justiça do Trabalho e processos trabalhistas

A Justiça do Trabalho é uma das instituições criadas e implantadas desde o Estado Novo. Foi instituída oficialmente no 1º de maio de 1941 e tinha três instâncias: as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ), os Conselhos Regionais do Trabalho e o Conselho Nacional do Trabalho.⁷

As JCJ têm seu antecedente nas comissões mistas de conciliação, que funcionavam desde 1932. Eram compostas por três membros: dois delegados (um dos empregados, outro dos empregadores) e um presidente, nomeado pelo Ministério do Trabalho. Sua função era “dirimir os litígios originários de questões trabalhistas, no qual [sic] as partes devem ser empregados sindicalizados e que não afetem os coletivos ao que [sic] pertencem os litigantes” (ARAUJO apud CARONE, 1976, p. 137), quer dizer, resolver os conflitos entre capital e trabalho. O Conselho Regional do Trabalho da 4ª Região incluía sob sua jurisdição os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Por sua vez, o Rio Grande do Sul tinha duas JCJ localizadas em Porto Alegre.

A partir da leitura de planilhas de reclamações de processos trabalhistas dessas duas JCJ, percebe-se que em geral se expõem as seguintes demandas: reintegração ao trabalho, aviso prévio e indenização por demissão sem justa causa, salários atrasados, horas extras e férias não pagas. Também são recorrentes as demandas vinculadas à lei n. 62, de 1935, a qual estabelecia indenização de um mês por ano de trabalho efetivo, fração igual ou superior a seis meses, para os trabalhadores do comércio e da indústria, quando não existisse prazo estipulado para o término do respectivo contrato de trabalho ou se fosse demitido sem justa causa (BRASIL, 1935). Antes do tempo estipulado nenhuma indenização seria reclamada.

Em algumas ocasiões os dissídios terminavam em acordos, em outras o trabalhador desistia, pedindo-o explicitamente à junta ou não se apresentando para depor, e dessa maneira o processo trabalhista era arquivado. No entanto, em algumas oportunidades eles eram arquivados sem constar o pedido do trabalhador, do que se pode supor ser uma decisão unilateral da JCJ. Um elemento chave para a existência de um processo judicial desse tipo é a presença prévia de um conflito entre empregado e empregador, ou seja, uma situação que pode entender-se como de negação da pretendida harmonia nas relações de trabalho, exposta desde o corporativismo. Além do desencontro entre empregado e patrão, a apresentação de uma reclamação na Justiça do Trabalho implicava que o trabalhador possuía certo conhecimento da legislação trabalhista que o protegia como tal.

Antonio Luigi Negro, com relação à CLT e à disciplina empresarial, diz: “o fato da CLT ser um caderno de leis – leis frequentemente ignoradas pelos patrões –, com uma infinidade de disposições sobre condições de trabalho, não alterou as inumeráveis queixas de operários submetidos ao regime de despotismo empresarial, que estava respaldado pela Lei de Esforços de Guerra (a qual, diga-se de passagem, anulou vários desses dispositivos da CLT)” (NEGRO, 2004, p. 26) que legalizava o trabalho noturno para mulheres e crianças, o aumento da jornada de trabalho de oito a dez horas etc.

Como mencionamos, muitas das reclamações apresentadas na Justiça do Trabalho se encontram relacionadas à lei n. 62, de 1935. Por exemplo, na 2ª JCJ, em 24 de abril de 1943, Apolônia Araujo, que trabalhava em uma fábrica de meias desde 1922, chamada Indústria Geral

⁷ Em iframe.trt4.jus.br/portalttr/htm/memorial/index.htm, acesso em 24 maio 2010.

Ltda., recebia a título de salário Cr\$ 10 por dia,⁸ pagos quinzenalmente. Esta trabalhadora reclamava estabilidade trabalhista à empresa, já que se encontrava em tratamento médico desde dezembro de 1942. Desta forma, observamos que existia certa “consciência legal” por parte da trabalhadora, ao exigir o cumprimento dessa lei, que implicava, diretamente, estabilidade trabalhista para ela, pois esta foi uma das poucas leis não flexibilizadas pelos esforços de guerra.

Outro caso representativo é o que foi apresentado na 2ª JCI, em 9 de abril de 1943, no qual a trabalhadora Edith Oliveira Souza relata que na sua condição de ajudante de cozinha teve um acidente de trabalho, no dia 13 de março de 1943, motivo pelo qual passou oito dias no hospital. Ao ser dispensada na volta ao trabalho sem justa causa, declara que só recebeu Cr\$ 43, sendo que trabalhava dez horas por dia. Esta trabalhadora pleiteava o pagamento de horas extras, o que nos possibilita pensar que tinha consciência de que sua jornada de trabalho era de oito horas. Como expõe Maria Célia Paoli, a luta pelas oito horas de trabalho “é uma reivindicação que aparece em quase todas as greves que se fizeram de 1931 a 1935 (...) e também das poucas greves e paralisações que se tem notícia de 1936 a 1940 (...) as lutas pela jornada sempre eram acompanhadas das reivindicações sobre os índices salariais e as relações de trabalho, que sem dúvida incidiam sobre a intensidade do mesmo” (PAOLI, 1987, p. 86).

Além disto, Paoli sustenta que “a jornada de 8 horas é reivindicada junto ao pagamento correto das horas extras, o que em geral leva à luta pela reivindicação dos diversos índices salariais existentes em cada fábrica”, que por sua vez “leva ao debate sobre a produtividade (isto é, o pagamento por produto, por hora e dia trabalhado)”. Uma reivindicação que nos coloca diante de uma série de assuntos, como os horários de descanso, os intervalos no período de trabalho, turnos ou trabalho noturno. O que “finalmente leva à reivindicação que consta nos últimos lugares da lista dos motivos das greves: demissão de encarregados e chefes opressores e arbitrários, que exigem a produção à força” (PAOLI, 1987, p. 86-87).

Agora, a partir do que foi exposto anteriormente, vejamos alguns processos nos quais está presente o requerimento de jornadas de oito horas e o pagamento de horas extras. No mês de abril de 1943, um motorista da empresa porto-alegrense Beneficiadora de Leite S.A., após ser demitido sem justa causa, reivindica indenização e aviso prévio. Também alega não ter gozado de descanso semanal e reclama horas extras e horário noturno, o que nos leva a duas reflexões. A primeira é que este trabalhador conhece exatamente a duração das horas noturnas, que naquele momento era de 52 minutos com 30 segundos. Recordemos, pois, que a partir do decreto-lei n. 2.505, de agosto de 1940, estende-se a duração da hora de trabalho noturno, passando de cinquenta para 52 minutos (BRASIL, 1940). Além disso, no mesmo decreto-lei se estabelece que é possível reduzir o tempo de descanso de uma hora, por disposição do Ministério de Indústria e Comércio, e se considera trabalho noturno não mais o compreendido entre as 20h e as 6h da manhã, e sim das 22h às 5h. Isto nos leva à segunda reflexão: o trabalho se havia intensificado não só nas fábricas como também em diversos locais de trabalho.

Outro processo trabalhista exposto em condições similares é o de Mario Venturello, que litiga contra a mesma empresa, Beneficiadora de Leite S.A., na qual trabalhava desde 1937. Mario Venturello expõe no processo que foi despedido sem justa causa e sem aviso prévio.

⁸ Cr\$, cruzeiros.

Reivindicando além da indenização, alega ter trabalhado a Cr\$ 1,50 por hora em condições insalubres, e reclama descanso semanal, horas extras diurnas e noturnas. Disso deduzimos que este trabalhador também conhecia a legislação trabalhista que o amparava, assim como a duração das horas noturnas de trabalho de 52 minutos e 30 segundos. Tendo chegado a este ponto, creio ser pertinente dizer a que vamos nos referir ao falar em extensão da jornada de trabalho e sua intensificação. Segundo o sociólogo do trabalho Benjamin Coriat (2008, p. 77), “um aumento da produtividade do trabalho não permite aumentar mais que a quantidade de mercadorias produzidas em um mesmo tempo de trabalho, e não produz efeitos na massa de valor ‘novamente produzida’”. E “(...) o resultado fundamental de um aumento de produtividade do trabalho é reduzir o valor unitário das mercadorias, aumentando a quantidade produzida em um mesmo tempo”. Enquanto que:

(...) pelo contrário, um aumento do grau (social médio) da intensidade de trabalho se analisa em primeiro lugar como uma extração suplementária de mais trabalho no conjunto da sociedade, na medida em que todo aumento da intensidade do trabalho corresponde de fato a um aumento da jornada de trabalho social. (idem)

Desta forma, o trabalho “produz ao mesmo tempo não só mais produto, como também mais valor” (MARX apud CORIAT, 2008, p. 77).⁹ Isto é o que enfrentavam os trabalhadores porto-alegrenses durante a Mobilização Econômica, quer dizer, aumento da produtividade e intensidade do trabalho, o que possibilitou que entre 1942 e 1945 o crescimento industrial fosse de 9,4%, quase triplicando em comparação ao triênio anterior, quando o crescimento industrial havia sido de 3,9% ao ano (CYTRINOWICZ, 2000, p. 207).

Uma situação concreta na qual os trabalhadores resistem ao agravamento da intensificação da exploração é o caso exposto ante a 2ª JCI, em abril de 1943, pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico. O sindicato apresenta um processo no qual um dos seus associados, que trabalha na Companhia Geral de Indústrias, expõe que desde outubro de 1941 recebe um salário de Cr\$ 2 por hora, o qual foi reduzido desde janeiro daquele ano para Cr\$ 1,50. Neste processo, se bem que não se trate de aumento da jornada de trabalho, é possível pensar na redução de salário como *uma extração adicional de trabalho* no conjunto da sociedade. Situação similar se apresenta quando um trabalhador, em 1943, alega que, de Cr\$ 12 por dia recebidos quinzenalmente, passou a receber por peça produzida, diminuindo para Cr\$ 8, e solicita a recomposição da diferença. Ademais, é necessário dizer que, ao diminuir o que se paga por peça, não se diminuía só o salário do trabalhador. Ao se pagar menos por peça, podemos pensar, na medida em que a elevação do nível de salário depende do aumento da produtividade, esse empregado, para conseguir ter o mesmo nível salarial, terá que aumentar a produção e, concomitantemente, seu índice de exploração.

⁹ Karl Marx, *El capital*, libro I, vol. 2, sección quinta.

Esta última situação, ao menos a partir dos processos trabalhistas estudados, apresenta-se até o ano de 1945, que foi atravessado pelas greves ocorridas durante o processo de democratização do Brasil. Mais ainda, nas matérias jornalísticas sobre a greve geral daquele ano, lê-se que antes de decretar greve, no sábado, 6 de abril de 1945, os metalúrgicos haviam “pedido aos patrões aumento salarial de 40% no valor hora; aumento conforme tabelas proporcionais, nos trabalhos por peça” (DIMINUI a intensidade do surto grevista, 1945, p. 6). Este elemento é interessante de ser analisado, porque o que se pedia era aumento salarial em função da produção. Disso podemos deduzir que os níveis de produção eram suficientemente elevados no quadro das exigências da Mobilização Econômica, para que estes trabalhadores não pedissem unicamente aumento do salário mínimo. Desta forma, quando se reclamava aumento em função da quantidade de peças fabricadas, isto pode ser interpretado como uma pista para inferir que o grosso do salário era constituído pelas remunerações por produção. Por exemplo, na extração de carvão nas jazidas de San Jerónimo, Rio Grande do Sul, o ritmo de trabalho intensificou-se na medida em que a guerra levava à redução do fornecimento de petróleo. A produção, e portanto o trabalho, se elevou a tal nível, que se trabalhava 24 horas por dia, e isto à custa de maior exploração da mão de obra e da rotatividade constante de turnos.¹⁰

Quanto à racionalização da produção, um dos industriais mais importantes de Porto Alegre, A. J. Renner, tinha um grande “apreço pelo progresso científico, o que fazia de Renner um admirador e praticante dos métodos de ‘racionalização da produção’ fordista y tayloriana” (FORTES, 2001, p. 194). Mas o que implica a racionalização, seguindo o que expõe Benjamin Coriat, é que “(...) a ‘racionalização’ na medida em que se desenvolve, leva consigo a substituição da figura ‘curva’ da exploração (...) por uma figura ‘plana’: graças aos métodos tayloriano y fordiano, o processo de exploração tende a ‘unificar-se’ e ‘homogeneizar-se’” (CORIAT, 2008, p. 75). Isto é, “ao se tornar ‘científico’ se distribui de maneira análoga entre seções e ramos da grande indústria, fazendo triunfar em todas as partes as novas normas de trabalho e de produção. E ainda mais, estas podem ser introduzidas sem que necessariamente se façam grandes mudanças *tecnológicas*. Posto que, a forma ‘moderna’ pode introduzir-se mediante simples reajustes na organização do trabalho, empregando os mesmos instrumentos técnicos” (idem).

Na leitura dos processos se visualizam vários casos nos quais as relações trabalhistas são permeadas pela disciplina e o despotismo. Por exemplo, observa-se em alguns casos que atos de indisciplina do trabalhador eram sancionados com a sua demissão e o conseqüente desconto dos dias não trabalhados. Por exemplo, em uma sentença de processo de março de 1945, iniciado ao final de 1944, Alice Rocha Cortes Real, em palavras mais ou menos textuais do processo trabalhista, diz que haveria motivo justificado para rescindir seu contrato de trabalho por parte do empregador Secco e Cia Ltda., pois a reclamante, quer dizer, a trabalhadora “praticou atos de indisciplina e mau procedimento”. Se isto pode ser pensado como uma estratégia do patrão para não pagar indenização e para ter um motivo de dispensa, também é possível ser pensado como um ato de resistência da trabalhadora às relações de dominação hierárquicas.

Em alguns processos se encontraram casos em que o trabalhador é acusado de realizar incorretamente suas tarefas. Isto, em princípio, como desculpa para que o empregador tenha uma justificativa e possa dispensar o trabalhador sem aviso prévio nem indenização. Em julho de

¹⁰ Para o caso da greve na jazida de carvão, ver Moure (1979, p. 27-28).

1945, por meio do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, um trabalhador recorre à Justiça do Trabalho porque queria deixar seu trabalho. A finalidade do processo trabalhista que se inicia é que a saída do local de trabalho não seja interpretada como abandono de tarefas, o que poderia provocar a demissão por justa causa e, por isto, sem indenização nem aviso prévio. Neste quadro, segundo a legislação vigente, referente aos esforços de guerra, este trabalhador também se expõe a ser processado por deserção de seu local de trabalho. A empresa contra a qual se inicia a demanda é uma fábrica que produzia elementos cortantes, e no processo se faz referência à fabricação de tesouras e se detalha o seu “controle de qualidade”. Diz o trabalhador “que sempre foi norma da empresa, uma vez verificado qualquer defeito no fio das tesouras, simplesmente devolvê-las aos ajustadores para que as mesmas fossem retocadas”. No entanto, seguidamente se diz que “nos últimos seis meses, as tesouras devolvidas têm sido acompanhadas de advertências da Gerência, em termos ofensivos à dignidade profissional do reclamante, tratando-o de descuidado”, e que além disso, “não satisfeito com essa medida (...) insolente, [o] dia 14 do mês (...) entre 17 ou 18 horas, ao entregar as referidas advertências ao reclamante, o encarregado da seção, com o claro propósito de ridicularizar um trabalhador honrado e chefe de família, já que aos outros trabalhadores a nota de advertência foi entregue discretamente”. Assim, continua a queixa: “que o encarregado da seção vem perseguindo tenazmente o reclamante, com a intenção preconcebida de impedir que alcance o período garantido de estabilidade, obrigando-o a pedir demissão, pela pressão moral e por ataques a sua honra de cidadão e de profissional idôneo”. Também se faz referência a insultos, como “guampa”, e que o trabalhador “por qualquer pretexto ou motivo é vítima dos mais variados insultos, especialmente sobre sua fama profissional; que, não podendo suportar tão dolorosa situação, pois os vexames e insultos tornaram-se cada vez mais frequentes e graves, já que o reclamante não pode reagir para não dar pretexto à reclamada, vê-se na contingência de abandonar o emprego”. Enfim, embora este processo tenha ocorrido logo após a greve geral de 1945 e no marco do processo de abertura democrática, há referências às medidas de controle por parte do encarregado e às constantes situações de pressão às quais era submetido este trabalhador em particular, extensíveis, porém, a muitos outros trabalhadores. Isto nos leva a pensar em como o despotismo no local de trabalho era uma constante nas relações de trabalho e como o capital também construía “estratégias” para não cumprir um dos poucos direitos trabalhistas que não foram afetados pela “flexibilização” dos esforços de guerra. Um direito contido no decreto-lei n. 62, de 5 de junho de 1935, o qual estabelecia o direito à estabilidade trabalhista por dez anos, caso não se estabeleça um período menor no contrato de trabalho e, caso o patrão quisesse quebrar a relação trabalhista sem justa causa, sua obrigação de pagar aviso prévio e indenização.

Contudo, em outros casos, são os próprios trabalhadores que pedem desvinculação da relação trabalhista. Por exemplo, no ano 1945, na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento, Friederich Wilhelm Krieger, empregado da empresa Wallig e Cia. Ltda. desde abril de 1933, expõe que queria por vontade própria afastar-se de seu emprego, e por isso pede demissão por livre e espontânea vontade, porque não lhe convinha mais essa relação de trabalho. Possivelmente isto tenha a ver diretamente com a consciência por parte do trabalhador de, ante o abandono do seu trabalho, recorrer à Justiça do Trabalho para desfazer o vínculo empregatício, pois poderia ser processado pela Justiça Militar como desertor.

Conclusões

Espera-se, a partir dos casos analisados, chamar a atenção para a riqueza informativa que contêm os processos trabalhistas, pois se trata de dados que dificilmente podem ser obtidos em outros documentos. Com relação a sua importância como fonte para a construção da história dos trabalhadores brasileiros e a democratização do direito à memória e ao passado, resulta fundamental resguardá-los em sua totalidade.

Nos casos citados, vemos como no contexto de recrudescimento da exploração e revogação de leis contidas na CLT, os trabalhadores porto-alegrenses recorreram a sua “consciência legal” para exigir o cumprimento de leis trabalhistas que se consideravam justas. Isto é, os trabalhadores, na medida em que lutavam, percebiam a legislação trabalhista não como um elemento de sujeição absoluta e total ao Estado, o que nos permite pensar nas leis e na Justiça do Trabalho como muito mais do que instrumentos de dominação e encontrar nelas recursos que poderiam ser apropriados para os trabalhadores e pelos quais valesse a pena lutar e, dessa forma, conquistar melhores condições de vida e trabalho.

Os trabalhadores porto-alegrenses, entre 1942 e 1945, com maior ou menor grau de autonomia ante o Estado e o capital, mantiveram certa resistência, e a partir de suas experiências como classe e de sua “consciência legal” construíram estratégias para transpor as relações hierárquicas estabelecidas. Posto que a CLT não foi só um conjunto de normativas que legislavam e legislam o trabalho, mas também, como dissemos anteriormente, possibilitou explicar um determinado modelo de consciência de classe, onde a cultura política dos trabalhadores passou a ser associada à exigência de seu cumprimento. E “serviu para modelar sua demanda por justiça” possibilitando a constituição de “um horizonte cultural comum do que deveria ser dignidade e justiça nas questões do trabalho” (PAOLI, 1987; FRENCH, 2002, p. 10).

Como se demonstrou a partir da leitura e análise dos processos trabalhistas, encontramos o despotismo, a disciplina e o controle como constantes, se bem que, em maior ou menor grau, e em lugares de trabalho variados. No entanto, esses espaços de trabalho podem ser entendidos como uma instância na qual os trabalhadores tiveram experiências de resistência e acumularam forças para as lutas no processo de abertura democrática de 1945.

Da mesma forma, embora as medidas tomadas desde o Estado Novo tenham influído no processo de constituição dos trabalhadores como força política e a legislação prévia à CLT e a própria CLT tenham modelado as demandas dos trabalhadores no que consideravam como justo e digno em questões de trabalho, elas não foi algo definido e com significado em sentido único. Pois, como vimos nos processos trabalhistas, a partir de sua “consciência legal” os trabalhadores conseguiram utilizar as leis e os direitos como armas de luta, para defender o que consideravam legítimo e justo na esfera do trabalho a fim de conseguir melhores condições de vida e de trabalho.

Finalmente, se os conflitos de classe se viram canalizados através da composição de várias instituições e dispositivos do Estado Novo, o objetivo de uma sociedade harmônica sem luta de classes, ou seja, o fim dos conflitos entre patrões e empregados a partir da interlocução do Estado, em essência conflituosa, não pôde ser alcançado plenamente. Isso ficou claro nos processos trabalhistas analisados e na greve geral de abril de 1945, que sacudiu o estado do Rio Grande do Sul.

Para finalizar, resta dizer que a “ideologia da concessão”, amplamente refutada, uma vez mais é colocada em xeque e, desta forma, o direito, o justo, o legal e o legítimo já não podem ser concebidos como elementos ordenados desde cima, e como simples instrumentos colocados a serviço da dominação de classe. Posto que o local de trabalho e as leis trabalhistas conformam campos de luta, de dominação e de resistência cujas significações e novas significações dependem dos agentes sociais que os constituem.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Decreto-lei n. 62, 5 de junho de 1935. Assegura ao empregado da indústria ou do comércio uma indenização quando não exista prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato de trabalho e quando for despedido sem justa causa, e dá outras providências.
- _____. Decreto-lei n. 2.505, de 19 de agosto de 1940. Acrescenta novo parágrafo ao art. 12 do decreto-lei n. 2.308, de 13 de junho de 1940, e dá nova redação aos 1º e 2º de seu art. 13.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1976.
- CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da história: o direito à memória e os arquivos judiciais. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 90-105.
- CYTRINOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. US, 2000.
- CORIAT, Benjamin. *El taller y el cronómetro: ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa*. 15. ed. México, DF: Siglo XXI, 2008.
- FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/arquivos/fortes.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2010.
- _____. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.
- FRENCH, John D. *A legislação trabalhista brasileira: afogados em leis, mas famintos (por justiça?)*. Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. Luperj, 2001.
- KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/arquivos/glauciac.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2010.
- LARA, Sílvia Hunold. Trabalho, direito e justiça no Brasil. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 106-122.
- LARA, Sílvia Hunold; MENDOÇA, Joseli Maria Nunes. Apresentação. In: _____ (org.). *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 9-22.
- MOURE, Telmo Remião. *O operariado do Rio Grande do Sul e o Estado (janeiro a abril de 1945)*. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004.

PAOLI, Maria Célia. O trabalhador urbano na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio. *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

THOMPSON, Edward. *La miseria de la teoría*. Barcelona: Critica, 2000.

_____. *La formación de la clase obrera en Inglaterra*. t. 1. Barcelona: Critica, 1989.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 205-271.

DIMINUI a intensidade do surto grevista. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 6, 10 abr. 1945.

Acervos da repressão e história dos trabalhadores

Potencialidades de pesquisa e formas de acesso

Rafaela Leuchtenberger¹

Resumo

Busca-se neste artigo apresentar três conjuntos documentais presentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo: o Fundo DEOPS/SP, o Grupo DOPS/Santos e o Grupo Departamento de Comunicação Social (DCS) do Fundo Secretaria de Segurança Pública; com o objetivo de apresentar potencialidades de pesquisa no campo temático trabalhadores.

Palavras-chave

Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo; Delegacia de Ordem Política e Social de Santos; Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil do Estado de São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; trabalhadores.

O presente artigo tem por objetivo demonstrar as potencialidades para o estudo do mundo do trabalho de três conjuntos documentais presentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP): o Fundo DEOPS/SP; o Grupo DOPS/Santos, pertencente ao mesmo fundo; e o Grupo Departamento de Comunicação Social (DCS), do Fundo Secretaria de Segurança Pública. Da mesma maneira, pretende apresentar as diferentes atividades que vêm sendo desenvolvidas no APESP com o objetivo de facilitar e ampliar cada vez mais o acesso a tais acervos.

O primeiro conjunto, o Fundo DEOPS, trata-se de uma documentação bastante explorada pelos pesquisadores e a partir da qual já foi produzida vasta literatura sob diferentes óticas. Composto por pouco mais de mil metros lineares, equivalente a um quilômetro de documentação e está organizado em quatro conjuntos documentais: Prontuários das diferentes delegacias especializadas do DEOPS (170 mil fichas remissivas e 150 mil prontuários); Dossiês do Serviço Secreto (1.100.000 fichas remissivas e 9 mil dossiês); e Dossiês produzidos pelas Delegacias Especializadas de Ordem Política (1.500 dossiês) e Ordem Social (235 mil fichas nominais remissivas e 2.500 dossiês).

Logo após a extinção do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), pelo decreto n. 20.728, em 4 de março de 1983, sua documentação, produzida e acumulada, foi encaminhada para a Polícia Federal, ficando em sua posse até 1991, quando, após ampla discussão envolvendo diferentes setores da sociedade, resolveu-se encaminhá-la para o Arquivo Público do Estado de São Paulo, pelo decreto n. 34.216, de 19 de novembro.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e graduada com licenciatura e bacharelado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A princípio, o acesso aos documentos ficou restrito a familiares e aos próprios indivíduos fichados, buscando respeitar o decreto-lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e que, embora assegure a todo cidadão o direito de acesso às informações produzidas pelos órgãos públicos, restringe a abertura de documentos que de alguma maneira possam afetar a honra e violar a intimidade de pessoas ou a segurança do Estado. Intensos debates públicos envolvendo a participação de presos políticos, arquivistas, advogados, jornalistas e representantes da sociedade civil ocorreram entre 1991 e 1994, visando a elaboração de uma política democrática de acesso aos documentos. Baseando-se no artigo 21 do mesmo decreto-lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que estabelece que a “legislação estadual, do Distrito Federal, e Municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos”, estabeleceu-se que o uso das informações ficaria sob a responsabilidade dos consulentes, por meio da assinatura de termo próprio, o que foi normatizado pela resolução n. 38, de 27 de dezembro de 1994, da Secretaria de Estado da Cultura. Assim, foi possível conciliar os princípios democráticos de direito à informação e de resguardo da privacidade, atendendo também à demanda dos pesquisadores, os quais encontram na documentação DEOPS/SP um campo extremamente rico de informações sobre uma parte da história recente de nosso país.

Ao longo de seus 16 anos de abertura, o APESP atendeu cerca de trinta mil pessoas interessadas no acervo DEOPS/SP. O público pesquisador desta documentação é bastante variado, abrangendo acadêmicos, jornalistas, ex-presos políticos, arquivistas, advogados e demais cidadãos interessados.

Como fruto da abertura deste acervo, são inúmeras as publicações, de livros e artigos, reportagens e notícias, que dão visibilidade à documentação e suas informações, assim como colocam em pauta a discussão acerca dos acontecimentos do período de 1964 a 1985.

Além do atendimento ao público em geral, o Fundo DEOPS atende cotidianamente à solicitação de reprodução de documentos para fins jurídicos, realizando a busca da documentação, sua reprodução e autenticação de cópias. Desde 1995, foram realizados aproximadamente quatro mil atendimentos deste tipo.

O Fundo DEOPS encontra-se praticamente todo diagnosticado e organizado. Muito deste trabalho se deve a projetos realizados junto ao acervo, como o denominado Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983), que ocorreu entre 1998 e 2002, financiado pela Fapesp e coordenado pela professora doutora Maria de Aquino. Nesse projeto atuou-se com práticas de conservação, acondicionamento e produção de instrumentos de pesquisa para o segmento dossiês e deu-se início ao processo de microfilmagem. Foi resultado desta iniciativa também a elaboração de catálogos para os grupos documentais Delegacia Especializada de Ordem Social e Delegacia Especializada de Ordem Política. Outro projeto que teve grandes resultados em termos de agilidade de acesso à documentação foi a atuação do Projeto Integrado Universidade Arquivo (Proin), iniciada em 1996. Sua principal contribuição foi o tratamento da série Prontuários, realizando a digitação de todas as fichas – que correspondem a 150 mil prontuários – em um banco de dados, facilitando o acesso e pesquisa nos documentos. Outro grande avanço no sentido de agilizar o acesso aos documentos se deu com a participação do APESP no projeto Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, com a coordenação do

Arquivo Nacional e, no caso do APESP, patrocínio da Petrobras. No APESP, a primeira fase do projeto, encerrada em julho de 2009, teve como resultado a digitação de 340 mil fichas remissivas de dossiês do Serviço Secreto do DEOPS (entre elas todo o fichário temático que hoje é acessado apenas por banco de dados); a higienização, acondicionamento e digitação em banco de dados de 12.138 fichas da Delegacia de Ordem Social, das quais 1.630 foram digitalizadas; e a microfilmagem de 1.830 dossiês do Arquivo Geral do DEOPS.

Em termos de acesso a este conjunto documental, o APESP possui hoje uma proposta – encaminhada junto aos parceiros do Memórias Reveladas – de disponibilizar o acervo DEOPS on-line com sistema de segurança que reproduza os procedimentos adotados hoje na pesquisa presencial e que vêm se mostrando eficientes, uma vez que desde sua abertura a instituição não passou por qualquer problema de ordem jurídica. Dessa maneira, desenvolveu-se um sistema de cadastro on-line com todos os dados do pesquisador – inclusive a digitalização de um documento de identificação –, que, após aprovado, gera um termo de responsabilidade, a ser assinado pessoalmente por ele, seguindo o modelo do que é utilizado hoje pelo APESP, e um *login* não alterável. Após a efetivação do cadastro, o pesquisador poderá acessar toda a documentação digitalizada do acervo, ficando registrados, de maneira pesquisável aos administradores, os documentos acessados pelo pesquisador, com data e horário. Em termos de pesquisa, será possível salvar a imagem dos documentos. De acordo com a proposta, o cadastro deverá ser renovado de tempos em tempos, e o funcionário que aprovar o cadastro terá seu nome registrado junto ao histórico do pesquisador.

Por enquanto esta proposta está em fase de melhoramento e discussão sobre sua viabilidade, tanto dentro do APESP quanto com as instituições parceiras.

Enquanto o sistema de acesso é aperfeiçoado, o APESP vem providenciando a digitalização do acervo, de maneira que se deu início, em 2011, a um projeto de digitalização dos prontuários das diversas delegacias especializadas do DEOPS. Esta série é a única que começa sua produção em 1924 e a finaliza em 1983, sendo produzida durante todo o período de existência do órgão e, por isso, a mais pesquisada no APESP.

O outro conjunto documental explorado neste artigo é a documentação do DOPS/Santos, recolhida ao Arquivo Público do Estado de São Paulo em fevereiro de 2010. Esta documentação foi integrada ao Fundo DEOPS como um grupo e ainda não está acessível à consulta pública.

Esse conjunto documental foi descoberto pela imprensa, no Palácio da Polícia de Santos, sendo então contatado o Arquivo Público do Estado de São Paulo, uma vez que, pelo decreto estadual n. 34.216/91, que criou a comissão para o recebimento de arquivos que pertenciam ao antigo DEOPS, toda documentação produzida e acumulada por este órgão deveria ter sido entregue naquele momento ao APESP.

Desta forma, a equipe do Arquivo Público do Estado de São Paulo realizou visita técnica e providenciou o recolhimento no mesmo dia, em 25 de fevereiro de 2010.

Logo após o recolhimento, os documentos foram armazenados em quarentena no Arquivo Público, pois apresentavam grande volume de dejetos, sujidades e infestação de insetos. A partir de então, a documentação passou a receber tratamento técnico de conservação, o que desde janeiro de 2011 ganhou maior agilidade, uma vez que foi aprovada no

orçamento uma emenda parlamentar do deputado Adriano Diogo (PT) para, por meio de um convênio entre a Associação dos Amigos do Arquivo – qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – e a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (convênio n. 01/2010, processo 274.816./2010), tratar essa documentação e disponibilizá-la para consulta pública. Com esta verba foram contratadas pessoas e estão sendo comprados materiais de conservação.

A documentação é composta por 37 metros lineares, divididos em 10.900 prontuários e aproximadamente 45 mil fichas remissivas.

Paralelamente ao tratamento de preservação desta documentação, está sendo realizado o tratamento arquivístico, de modo que, assim que a documentação estiver tratada, possa realizar-se a incorporação da documentação ao acervo, com a elaboração de sistemas de acesso aos documentos e a preparação do quadro de arranjos. A partir dessa organização se tornará possível abrir a documentação para pesquisa pública, respeitando os procedimentos de acesso aprovados para a documentação do Fundo DEOPS, uma vez que se trata de parte do mesmo conjunto documental.

Nesse sentido foram realizadas, desde o início do ano, pesquisas na documentação, e concluiu-se que se trata de um grupo dentro do Fundo DEOPS que chamamos de DOPS/Santos – última denominação assumida pelo órgão.

Além disso, elaborou-se um projeto para realizar a digitalização dos fichários e criar um banco de dados dos registros constantes nas fichas para relacioná-los, facilitando e ampliando as possibilidades de acesso. Este projeto por enquanto não tem previsão de ser executado e está em fase de discussão.

A abertura dos documentos para consulta pública está prevista para julho de 2011.

O último acervo de que se pretende tratar neste artigo é o Grupo Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil de São Paulo, Fundo Secretaria de Segurança Pública. Esta documentação também foi descoberta a partir de denúncias apresentadas pela imprensa em março de 1999, quando a massa documental se encontrava abrigada num arquivo secreto, de acesso restrito, localizado no próprio Departamento de Comunicação Social. Em seu conteúdo e forma, se assemelha muito à documentação do extinto DEOPS (1924-1983), tendo sua produção, porém, ocorrido entre os anos de 1983 e 1999.

A partir dessa descoberta, foi grande a pressão popular e das entidades civis vinculadas aos direitos humanos, no sentido de que a documentação fosse aberta, averiguada e retirada do poderio da polícia (ato n. 4, D.O., 25/3/1999, Legislativo). Neste processo, foi criada uma comissão de deputados estaduais para avaliar o conteúdo dos documentos e decidir seu destino, sugerindo então a transferência da documentação para o Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O recolhimento do conjunto documental aconteceu em 7 de maio de 1999. Nessa época foram feitas algumas intervenções de prevenção, mantendo a estrutura organizacional que a documentação possuía no DCS. Além desse cuidado, nenhum outro tipo de tratamento documental foi realizado naquele momento, devido a problemas técnicos de diferentes ordens que foram encontrados.

Durante o ano de 2009, a equipe técnica do APESP iniciou um projeto de tratamento e organização desse acervo, realizando desde um diagnóstico de toda a documentação até sua higienização, desmetalização e acondicionamento.

Essa documentação foi aberta recentemente à pesquisa pública, pela resolução da Casa Civil n. 12, de 25 de março de 2010, que determina o acesso aos documentos mediante a assinatura de um termo próprio, no qual o pesquisador se responsabiliza pelo uso que fizer das informações obtidas nos documentos e de suas reproduções, seguindo o modelo adotado na abertura do Fundo DEOPS/SP.

Além disso, realizou-se a digitalização de todas as 52.194 fichas remissivas deste grupo e, com um *software* de reconhecimento óptico de caracteres (OCR), realizou-se a exportação das informações constantes nas imagens para um banco de dados pesquisável. Hoje o pesquisador pode realizar sua busca no fichário pelo banco de dados, que lhe apresenta a imagem das fichas e não apenas seus registros.

Apesar da semelhança dessa documentação com a do acervo DEOPS – sendo organizada por fichas remissivas e códigos numéricos e alfanuméricos –, ela não pôde ser identificada como parte integrante desse conjunto, pois sua produção corresponde a um período posterior à extinção do órgão, sendo, por isso, incorporada como um novo segmento.

Este acervo é composto por 1.220 dossiês (correspondendo a 62,41 metros lineares) e 52.194 fichas remissivas (correspondendo a 17,63 metros lineares). A documentação se divide em dois grandes grupos, um organizado por códigos numéricos e outro por códigos alfanuméricos, no mesmo modelo de organização e de estrutura arquivística adotada pelo DEOPS.

O mais interessante é que 63% de toda a documentação do DCS é composta por *clippings* com recortes de jornais, revistas e até reportagens veiculadas na internet, os quais compõem, principalmente, os dossiês numéricos, que se organizam em aproximadamente trezentos títulos.

Nesse sentido, a documentação se mostra mais interessante não pelo conteúdo das páginas dos dossiês – formadas em sua maioria por recortes de notícias –, mas sim pelas temáticas abordadas, demonstrando o que a polícia civil, mesmo em tempos de democracia, continuava considerando importante vigiar de perto. Assim, movimentos sociais continuaram a ser investigados, existindo vários dossiês de recortes sobre o MST (código 27), o Movimento Estudantil (código 194, USP e PUC, código 191 e 101), o Movimento dos Trabalhadores (código 130) e o Movimento Sindical (código 84), por exemplo.

Interessante também é o fato de existirem vários dossiês produzidos com notícias acerca de políticos estaduais e federais: Itamar Franco (198), Collor (116), Quércia (36), PC Farias (162), Maluf (203), Fernando Henrique Cardoso (221), entre outros; de Partidos Políticos: PMDB (97), PSDB (117), PSD (234), PC do B (121), PT (79), PFL (98); e de temáticas gerais: Sequestros (28), Igreja (78), Petrobras (138), Drogas (137), Eleições (301), Direitos Humanos (238), Tortura (304), Objetos Aéreos não Identificados (233) – temáticas que, como se pode perceber, estavam muito além do que se espera de uma polícia estadual.

Mas a parte dessa documentação que mais chama a atenção é a organizada por códigos alfanuméricos, tanto pelo fato de ser composta por documentos investigativos – existindo até

fotos feitas à paisana –, quanto por utilizar uma linguagem arquivística muito semelhante à usada pelo extinto DEOPS.

Os códigos de arquivamento criados pelo DEOPS há muito vem sendo estudados por pesquisadores a fim de entender a lógica de arquivamento utilizada pela polícia política, certamente com o objetivo de dificultar pesquisas e o acesso aos documentos por eles produzidos. Nestas pesquisas conseguiu-se chegar à compreensão de que o primeiro número utilizado referia-se a um tema principal, que seria complementado pela letra e pelo número que vinham na sequência, cada um realizando uma especificação maior do assunto (exemplo: 50 – setor de informações/D – Forças Armadas/7 – Cenimar). Porém, existem ainda muitas dúvidas a respeito dos temas representados por cada letra e número utilizados pelo DEOPS – que chegam a 5.060 combinações.

Essas teorias, de alguma maneira, podem ser agora espelhadas nos códigos utilizados pelo DCS após a extinção do DEOPS, uma vez que a equipe técnica responsável pelo Fundo DEOPS, ao realizar o diagnóstico da documentação acumulada, localizou uma listagem na qual os códigos são todos listados e nomeados. Apenas a título de exemplo, descobriu-se que o código 11-E-1 reúne documentos sob a temática *Administração Pública Estadual – Estadual Executivo*, enquanto a 11-E-3 trata da temática *Administração Pública Estadual – Estadual Judiciário*, da mesma maneira que o código 11-M-1 diz respeito a documentos relativos à *Administração Pública Municipal – Municipal Executivo* e 11-N-1 à *Administração Pública Federal – Nacional Executivo*. Desta maneira, o 11 designa a administração pública, a letra especifica de que tipo – se municipal, estadual ou federal – e o último número define se executivo (1), legislativo (2) ou judiciário (3). Confirmando a teoria de que o número inicial sugere um tema geral que vai sendo especificado por sua sequência.

Apesar de ser composta, em grande parte, por *clippings* de jornais, a abertura dessa documentação é muito importante, uma vez que enriquece as possibilidades de pesquisa envolvendo diferentes setores sociais – como a polícia, os políticos, os movimentos sociais, religiosos, entre outros – num momento tão próximo na história do Brasil, em que a democracia ainda apresentava grandes fragilidades.

O potencial de pesquisa na temática trabalhadores no Fundo DEOPS, Grupo DOPS/Santos e DCS

Procura-se, neste artigo, apresentar como as narrativas produzidas pelos órgãos da repressão, referentes a vigilância, espionagem, intimações e prisões, podem ser reapropriadas e reinterpretadas pelos estudiosos do mundo do trabalho, visando compreender não apenas a ótica da repressão em relação aos trabalhadores, mas também, e principalmente, as formas como eles reagem a essa repressão, e mais, quem eram os trabalhadores, como se organizavam, como se divertiam, onde e de que maneiras viviam, entre muitas outras possibilidades de análise.

As fontes são extremamente ricas nesse sentido, uma vez que trazem, além do discurso da polícia repressora que produziu os documentos, dando a eles forma e significado, a movimentação dos trabalhadores, por meio dos registros de suas atividades.

Assim, é possível localizar desde as informações mais elementares a respeito destes sujeitos – como se chamavam, onde moravam, sua naturalidade e filiação – até informações mais detalhadas, como o que diz respeito a sua atividade política, relações de trabalho e pessoais. Um bom exemplo nesse sentido é o prontuário de Allan Telles, que traz um conjunto de informações que podem ser analisadas por diferentes óticas. Allan foi detido por atividade comunista em 1931 e novamente em 1934. Consta em seu prontuário que era filho de Iliodoro Telles da Cunha e Alezandrina Telles da Cunha, tinha 25 anos em 1934, era solteiro, residente à rua Conselheiro Dantas, n. 25. Allan era de cor *parda*, o que se confirma pela sua fotografia de registro. Nas investigações de 1931, encontrava-se desempregado e seu último emprego havia sido em uma fábrica de chinelos, na rua Anhangabaú; apresentava-se, desta maneira, como sapateiro. Em 1934, deixara havia pouco um trabalho na Fábrica de Tellas de Arame da rua Joly, n. 30, onde tinha certa quantia a receber realizando *campanhas* na porta do local. No momento da investigação estava empregado na Lebre e Filho como operário.

Sabia ler e escrever, o que se confirma pelos documentos apreendidos pelo DEOPS e anexados ao seu prontuário. O primeiro deles é um bilhete que escreveu para sua mãe ao ser preso, denunciando de alguma maneira suas relações familiares: “Mamãe, estou passando bem, eles aqui me tratam bem. Mande alguma roupa para mim. Seu filho, Allan Telles”. Além disso, constam cinco folhas de rascunho com um texto escrito a lápis dirigido aos metalúrgicos – o qual deveria tornar-se um panfleto a ser distribuído. No texto, discute, com muita informação e demonstrando engajamento político, a crise do capitalismo, a exploração dos patrões, os baixos salários e a importância das oito horas de trabalho. Através da leitura deste texto torna-se possível identificar que Allan não era um militante muito de base, uma vez que não só se interessava pela formação dos trabalhadores como se sentia agente do processo.

Em outro documento do mesmo prontuário, o investigador do DEOPS informa como Allan estava vestido numa ocasião em que vinha sendo investigado: “roupa azul, chapéus panamá e a barba por fazer. Transportava também uma bengala, dando a impressão de que estava mancando de uma perna”.

Dessa maneira, os documentos anexados e produzidos pelo próprio DEOPS muito nos dizem a respeito deste trabalhador, investigado pela polícia política dos 21 aos 25 anos. Informações rascunhadas em diferentes documentos tornam possível traçar um perfil que vai desde seu engajamento político, suas relações familiares e de trabalho, seus modos de vestir, até os locais onde circulava entre trabalho e moradia.

Consegue-se, dessa forma, percorrer uma ampla trilha de informações que permitem a compreensão das manifestações políticas destes agentes, assim como de seus costumes, pois a documentação não só retrata a linguagem utilizada pela repressão e suas interpretações a respeito dos trabalhadores, como também a própria linguagem utilizada por eles, uma vez que, em seus anexos, traz grande variedade de tipologias documentais que transitam entre panfletos, jornais e demais publicações, até a transcrição de palavras de ordem repetidas em manifestações, os dizeres apresentados em faixas e bandeiras e mesmo falas completas, inclusive com vícios de linguagem, de discursos inteiros proferidos em palestras, comícios, reuniões e assembleias, além de documentação de ordem pessoal, como fotografias de família, cartas, bilhetes de amor e até documentos tridimensionais, como óculos, chaves, fitas K7, flâmulas e *bottons*.

Além disso, há na documentação grande quantidade de informações a respeito de associações de trabalhadores, fossem elas de caráter mutual, cooperativas populares de consumo, clubes recreativos ou associações de bairro, entre outras formas de agremiações. Através da documentação dos três acervos em questão – DEOPS/SP, DOPS/Santos e DCS, e, entre eles, principalmente os prontuários do Grupo DOPS/Santos, uma vez que remetia informações para o DEOPS/SP –, é possível localizar a composição das diretorias dessas entidades a cada nova eleição, as trocas de cargos no decorrer da gestão e, da mesma maneira, é comum a presença de estatutos nos anexos, tanto encaminhados pelas diretorias quanto por apreensão de documentos. A respeito dessas entidades é possível ainda conhecer os diferentes endereços que assumiram, como se organizavam internamente, as formas de coleta e arrecadação de verbas, os discursos proferidos em seu interior, assim como panfletos e jornais produzidos pela entidade. Há ainda informações referentes a datas e formato de reuniões e assembleias, além da narração de possíveis irregularidades que levaram a investigações mais profundas.

Assim, as informações existentes nos documentos abrem espaço para inúmeras e diferentes formas de percepção. Este é o caso do relatório de 11 de junho de 1946, encaminhado ao delegado de Ordem Política de São Paulo (prontuário 69.030), o qual informa que a associação de classe dos ferroviários da estrada de ferro sorocabana possuía uma sede com três salas, contendo mesas de bilhar e pingue-pongue. Esta informação, aparentemente desimportante, nos permite dimensionar que a instituição se propunha a ser um espaço de sociabilidade e que, devido ao seu tamanho, possuía uma boa condição financeira.

A leitura dos documentos traz ainda a possibilidade de perceber, nas entrelinhas das narrativas, da atuação política dos trabalhadores, a formação de grupos e alianças, as crises ocorridas no seio das entidades e movimentos o envolvimento com partidos e as relações com a própria polícia. Duas histórias diferentes demonstram um pouco algumas relações que podem ser traçadas. Uma delas se expressa no prontuário da “Associação dos entregadores de pães” (prontuário 46.277), de 1943, no qual se encontra um documento em que a categoria requer a instauração de um inquérito policial contra Albertino Paes Guedes, sócio da firma Santos S. Guedes, e Davi Gonçalves Fernandes, sócio da firma Fernandes, Irmão e Cia., por não respeitarem a legislação, uma vez que não estavam considerando os entregadores de pães como empregados, deixando de incluí-los no amparo legal da Justiça do Trabalho, e, ainda, por terem realizado modificações nos contratos sem discutir com a categoria, ocorrendo neste processo, inclusive, inúmeras ameaças. Os agentes do DEOPS concluem que, por ser um litígio trabalhista, deveria ser decidido pela Justiça do Trabalho, e os casos mencionados de ameaças, pela justiça comum, e não pela especial. O parecer é concluído com a observação de que:

Isto posto, verifica-se que a Associação dos entregadores de pães, por ignorância ou de má-fé, quis provocar a ação desta superintendência em um caso que de maneira alguma lhe diz respeito, mas sim a Justiça comum e do trabalho. Assim sendo opinamos pelo arquivamento destes autos, ressaltando aos interessados o direito de recorrer à justiça comum ou à do trabalho.

Este caso demonstra o quanto esta entidade acreditava nos direitos trabalhistas instituídos e estava à vontade para reivindicá-los junto à polícia.

A outra situação é apresentada no prontuário de 1954, do Sindicato dos Feirantes de Santos e São Vicente, presente na documentação do DOPS/Santos.

Os documentos trazem a informação de que, após serem feitas mudanças na organização da feira por parte das autoridades locais, em que se alterava toda a sua estrutura organizacional e estabelecia-se a proibição de venda de alguns artigos, Manuel Silvestre da Silva – apresentado como “comunista” – convocou uma reunião na qual “concitava” os feirantes a não aparecerem na próxima feira livre, o que fez também nas cidades vizinhas. Segundo o relato dos agentes, impediu inclusive os feirantes de comprarem verduras para revender, o que surtiu o efeito desejado, de modo que poucos vendedores apareceram na feira. Ainda assim, comunicam os agentes, os filhos do comunista Manuel, foram vistos rondando a feira, provavelmente para registrar quais feirantes estavam presentes. Essa história é bastante interessante, uma vez que aponta Manuel como único agente do processo, imputando-lhe todo um engajamento político que não é justificado nos documentos. Manuel, além de atuar sozinho, é apresentado como um homem ideologicamente consciente de suas ações e não como um trabalhador cidadão prejudicado e indignado.

Desta maneira, a mesma documentação que nos fala sobre os instrumentos de repressão e suas diferentes leituras é aquela que nos demonstra os instrumentos de rebeldia e resistência. Dentro dos dossiês, prontuários e fichários destes conjuntos documentais, torna-se possível ouvir a voz e o respiro dos trabalhadores, abrindo espaço para a compreensão de inúmeras formas de sociabilidade e resistência.

Esta documentação possibilita, ainda, a comparação e análise do trabalho em períodos sociais e políticos diferentes, mas com uma faceta vigilante e opressora bastante comum.

Todos eles foram produzidos com o objetivo de investigar a ação daqueles que representavam qualquer tipo de “perigo” ou “ameaça” à ordem estabelecida. Diferenciam-se pelo fato de que o DEOPS e o DOPS/Santos foram produzidos em períodos de forte repressão e ditadura, enquanto o DCS tem sua produção em plena democracia (1984-1999), atuando como uma continuação das delegacias de ordem social.

Toda esta documentação está aberta e acessível para consulta mediante assinatura de termo de responsabilidade, no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Referências bibliográficas

NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical. In: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi de. *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo. Arquivo do Estado; Imprensa Oficial.

CORREA, Larissa Rosa. *O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo*. *Revista Histórica – Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 33, p. 1-11, out. 2008.

A luta por direitos na formação da classe trabalhadora

Os ferroviários da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (1930-35)

“A consciência nítida dos direitos, eis o que se torna imprescindível!”

Rossano Rafaele Sczip¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo compreender a luta pela efetivação de direitos como um dos aspectos fundamentais na formação da classe trabalhadora. Entendemos que a busca por assegurar o cumprimento dos direitos sociais, contra a resistência empresarial, daria a tônica da primeira crise entre trabalhadores e a política trabalhista varguista, evidenciando as contradições entre a regulamentação dos direitos sociais e sua prática efetiva. Nossa hipótese é que os ferroviários da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande vão a greve, em outubro de 1934, para cobrar do Estado e dos patrões a efetivação de um direito garantido em lei e que não vinha sendo cumprido. Aqui a legislação social é vista como um campo de disputa entre Estado, patrões e a classe trabalhadora.

Palavras-chave

ferroviários; sindicato; Estado.

No dia 5 de outubro de 1934, mais de dois mil ferroviários da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), reunidos na “Sociedade Teuto-Brasileira”, em Curitiba, deflagraram greve. A greve atingiu proporções que talvez nem os sindicalistas imaginassem. Todo o tráfego das linhas Itararé-Uruguaí, Porto União-Marcelino Ramos, Ponta Grossa-São Francisco ficou interrompido durante os quatro dias de greve. Nem os insistentes apelos de Alexandre Gutierrez, superintendente da ferrovia, convocando os trabalhadores para retomarem o serviço, com a garantia de permanência no mesmo cargo, fizeram com que a greve refluisse.

O movimento paredista na EFSPRG começou à zero hora do dia 5 de outubro e foi encerrado no dia 9, após cinco dias de muitas negociações, pois já no segundo dia uma comissão, reunindo os sindicatos ferroviários, a polícia e o Ministério da Viação, foi instituída para solucioná-la. A greve foi encerrada e considerada vitoriosa, tendo a importância de 187 contos de réis “imediatamente aplicados como aumento de vencimentos e como começo de execução de pagamento de salários e ordenados estipulados na portaria em 1926” (*Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, ano XIV, n. 752, 13 out. 1943).

Na assembleia de Curitiba, foi lido um manifesto que esclarecia sobre os resultados negativos das negociações com o governo federal e convocava todos os sindicatos a se

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

declararem em “greve pacífica, único meio viável para que os operários conseguissem o almejado aumento dos vencimentos”. Após a leitura foi solicitado ao público que aguardasse a decisão das comissões das linhas Itararé-Uruguaí e São Francisco, a fim de que fosse decidido o movimento. Então, São Francisco envia um telegrama solidarizando-se com o movimento e anunciando a declaração “de um movimento paredista de caráter pacífico” naquela linha. Passados alguns minutos, chega o telegrama de Ponta Grossa, também se solidarizando com o movimento e comunicando a declaração de greve dos ferroviários naquela cidade, numa assembleia com quinhentas pessoas, e anunciando, ainda, que as instalações da ferrovia haviam sido entregues à corporação militar do 13º Regimento de Infantaria.

Deflagrada a greve, o sindicato entregou outro manifesto durante a assembleia e um terceiro no dia seguinte. Em ambos os boletins, percebe-se uma articulação entre o fato de possuírem direitos e a necessidade de ir a greve para fazê-los cumprir. A miserabilidade da categoria também aparece. A questão salarial é explorada, porém sempre pautada pela existência de uma lei que estipulava quanto um ferroviário deveria ganhar. Seus discursos e suas reivindicações se baseiam no fato de terem aquele direito e deste não ser cumprido.

O que não aparece, seja nas falas das direções do sindicato, seja na imprensa, que cobriu, desde os primeiros dias de setembro de 1934, toda a movimentação e negociação dos ferroviários, são as péssimas condições de trabalho. A falta de horas certas para as refeições e, muitas vezes, o impedimento para certas funções físicas, a variação brusca de temperatura na cabina da locomotiva, seus contínuos solavancos e trepidações que traziam riscos a saúde do maquinista não são citados. A existência de regulamentos despóticos, as punições e multas evidenciadas durante a pesquisa também não são citadas. A única reivindicação era o cumprimento da legislação. A greve foi deflagrada com o objetivo de que governo e patrões colocassem em vigor a tabela salarial aprovada em 27 de abril de 1926 e que já vinha sendo praticada em outras companhias desde setembro de 1934.

No final de setembro, depois de quatro meses de negociações com a comissão dos três sindicatos ferroviários da companhia EFSPRG, o governo apresentou uma proposta de 10% de reajuste salarial. No dia 27 daquele mês a categoria realizou assembleias para avaliar a proposta. Consideraram-na irrisória e decidiram pela greve caso o governo não atendesse suas reivindicações. Na imprensa disseram: “pedimos o que nos devem”, ou seja, o cumprimento do decreto de 1926.

A legislação como campo de disputa

O Estado, entre 1931 e 1937, criou uma série de leis trabalhistas, mas sem que se mostrasse efetivamente capaz ou disposto a assegurar sua implementação. De acordo com Fortes, “a busca por assegurar o cumprimento e a generalização de um leque de direitos básicos, contra a resistência empresarial, [deu] a tônica da primeira crise entre trabalhadores e a política trabalhista varguista” (1999, p. 32). O fato de que as reivindicações do movimento operário organizado tornaram-se objeto de normatização e fiscalização por parte do Estado pós-30, assim como de que este mesmo Estado *apresentava-se como inventor da legislação social*, abriu, assim, um novo campo de disputa entre Estado, patrões e trabalhadores, uma vez que a existência das leis sociais não garantia o seu cumprimento.

Pesquisas recentes no campo da história social do trabalho têm contribuído para que os trabalhadores brasileiros, principalmente entre 1930 e 1964, não sejam mais vistos como massas de manobra, manipuladas pela urbanização, pela grande indústria, pelo empresariado ou por líderes populistas. Estas pesquisas, além de contribuir para explicar como sistemas patronais de dominação foram apropriados pelos trabalhadores, explicam também como estratégias políticas vindas do alto são lidas e redefinidas, como, por exemplo, a lei de sindicalização de 1931. Estas pesquisas têm, ainda, colocado os trabalhadores no seu devido lugar, que é o de agente histórico, capaz de transformar a realidade. Estes trabalhadores não são mais vistos como se estivessem à espera do “arrocho salarial” para começarem a frequentar assembleias do sindicato; eles vão à luta por direitos.²

Os padeiros de Porto Alegre, após aguardarem por dois anos a efetivação do trabalho diurno e do repouso semanal remunerado, realizaram, em 1934, a primeira paralisação em defesa da legislação trabalhista no estado do Rio Grande do Sul (FORTES, 1999, p, 32). Ainda em Porto Alegre, devido ao acirramento da repressão (assassinato e prisão de lideranças comunistas) e do controle da vida sindical após as greves de 1934 e 1935 envolvendo padeiros, têxteis e metalúrgicos, os sindicatos “conduziram seu enfrentamento em um terreno comum: *havia leis e elas não eram cumpridas*” (idem, p. 34, grifo nosso).

Também em 1934 outras duas greves, no ABC paulista, chamam a atenção. Na primeira, a dos marceneiros de São Bernardo, os patrões apresentaram uma proposta de um adicional de 20% pela hora e meia trabalhada além do horário diário legal de oito horas. Os trabalhadores a rejeitaram, afirmando que o dia de oito horas, *já estabelecido por lei*, devia simplesmente ser feito cumprir pelo governo e não ser objeto de negociações com os empregadores (FRENCH, 1995, p. 53). Na segunda, os metalúrgicos da Pirelli de Santo André, por sua vez, “reivindicavam o reconhecimento por parte da companhia da sindicalização da fábrica e, com isso, o direito de voz ativa nas negociações salariais” (idem, p. 55). Deflagrada em 27 de outubro de 1934, a greve da Pirelli terminou seis dias depois sem qualquer tipo de vitória substancial e com a demissão dos líderes grevistas. Reportando-se a uma carta de um operário na qual escrevia que a vitória dos *empregadores* só fora conseguida pelo emprego de práticas terroristas que, parecia-lhe, não eram permitidas por lei, French conclui que “o grevista derrotado não denunciava como fraude as leis trabalhistas e a retórica simpática do regime: ao contrário, puxava a lei para o lado dos operários” (idem, p. 56). Ao legalizar a atividade sindical, “dificilmente o governo poderia reprimir os operários por organizarem reuniões públicas e atividades com essa finalidade”. A legalidade poderia servir ainda como um escudo, apesar de inadequado, contra a repressão dos empregadores. Ao analisar o processo de legalização da União Operária, fundada no ABC em 1919, French observa que solicitar o reconhecimento legal permitiria “atingir a meta que vinham perseguindo desde 1928: a organização dos operários para a luta contra os empregadores”. Tratava-se, portanto, ao que tudo indica, de uma estratégia dos ativistas da classe trabalhadora para garantir o cumprimento da legislação trabalhista. Estes exemplos demonstram como a classe trabalhadora soube se apropriar do discurso da outorga de direitos propagado pelo Estado, bem como redefinir as estratégias políticas vindas do alto.

² Destacam-se: FRENCH, John D. *O ABC dos operários*. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo; São Caetano do Sul: Hucitec, 1995. FORTES, Alexandre *et al.* *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999. BATALHA, Cláudio *et al.* (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

Em relação à greve dos ferroviários da EFSPRG em 1934, a noção do Estado pós-30 como inventor da legislação social esteve presente nos discursos da imprensa e dos ferroviários. Porém, um aspecto no discurso desta imprensa, que não é operária, chama a atenção: é a constante vinculação entre os ferroviários e a Revolução de 30, e a ideia de que por terem participado da Revolução de 30 teriam direito a direitos. A imprensa do Paraná e de Santa Catarina passa, desde os primeiros dias de setembro até a deflagração da greve, a justificar o direito a direitos, e mesmo a greve, caso as reivindicações não fossem atendidas, pela maneira “heroica” como os ferroviários teriam se pronunciado durante os eventos de 1930, ao apoiarem a Revolução.

No jornal do sindicato também estava presente a compreensão de que o Estado pós-30 foi o instaurador dos direitos e que os trabalhadores passaram a gozar de maior simpatia por parte deste Estado. Por outro lado, evidenciava que o fato de serem conhecedores das leis seria imprescindível para tentar evitar a burla destas pelos patrões. O conhecimento das leis era absolutamente necessário para fiscalizar sua aplicação. O Sindicato Ferroviário Catarinense reivindicava a legislação e alertava: “Procure conhecer as leis trabalhistas. (...) É necessário que os trabalhadores leiam essas leis, verifiquem sua aplicação, operem o serviço do seu policiamento. *A consciência nítida dos direitos, eis o que se torna imprescindível*” (O TRABALHO, ano I, n. 35, 12/5/1935, grifo nosso).³

Em outra edição do mesmo ano, o operário João Maria Cordeiro escreveu: “Proletários! Lembrai-vos que foi depois do eco revolucionário de 30, que fostes conhecedores dos teus direitos perante a lei. Não vos iludais com palavras da grande burguesia (...). Lembrai-vos sempre do nosso lema. A união faz a força e a força faz a lei” (O TRABALHO, ano I, n. 45, 21/7/1935).

Embora estas duas falas sejam posteriores à greve, podemos intuir que a compreensão acima exposta sobre os eventos de 30 – necessidade de conhecer as leis e a greve como instrumento capaz de fazê-las cumprir – já estaria presente na categoria antes da greve. Inclusive, portanto, não seria descabido supor que a ideia de que “a força faz a lei” pode ter se fortalecido no seio dos ferroviários após a greve de outubro de 1934, e por isso João Maria teria se expressado desta forma.

A imprensa deu ampla cobertura à movimentação dos ferroviários, situação esta que pode ter contribuído para criar um clima favorável para que a greve ocorresse. Não queremos com isto afirmar que a imprensa teria sido um agente mobilizador da categoria. Pelo contrário, a própria movimentação dos ferroviários pode ter influenciado nas matérias dos diferentes jornais que, de uma forma ou de outra, uns mais, outros menos, abordaram o tema contribuindo para o clima de reivindicação. Inclusive a relação com a imprensa pode ter sido usada pelos ferroviários para, por meio das “manchetes tendenciosas”, pressionar por uma solução. Por outro lado, é preciso levar em consideração que a proximidade das eleições de outubro de 1934 pode ter influenciado no posicionamento da imprensa. Um estudo mais aprofundado poderia revelar se o discurso da imprensa de ambos os estados, vinculando os ferroviários à Revolução de 30 e sua participação nela à noção de direito a direitos, seria porque estavam realmente do lado dos ferroviários; ou porque, com a proximidade das eleições, a imprensa tinha a intenção de

³ *O Trabalho*, órgão de imprensa do Sindicato Ferroviário Catarinense, cuja publicação se iniciou em setembro de 1934. Na Biblioteca Pública de Santa Catarina encontram-se edições de 1934 a 1937.

desgastar o governo de Getúlio ou, talvez, manter vivos os ideais mudancistas de 1930, para que todos aqueles que a reivindicavam se credenciassem para as eleições de 34. As relações estabelecidas com outros setores da sociedade certamente influenciaram no resultado positivo da greve, mas o papel central nesta conquista foi dos trabalhadores.

Para Marx e Engels, “a consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (...) Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (1999, p. 39), ou seja, o que determina a consciência é a posição que o indivíduo ocupa nas relações sociais de produção. Ao produzir as relações sociais em conformidade com a sua produtividade material, os homens produzem também, segundo Marx, as ideias, as categorias, isto é, as expressões abstratas dessas mesmas relações sociais. “Assim, as categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios” (MARX, 1982 apud VENDRAMINI, 2004, p. 25).⁴ Refletindo sobre o sentido da experiência nos estudos de Thompson, enquanto forma de apreensão da realidade, Célia Vendramini considera que para o autor “há uma íntima relação entre o pensamento e a realidade. A experiência surge espontaneamente no ser social. Mas não surge sem pensamento. Surge porque os homens são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao mundo” (2004, p. 26).

Desse modo podemos afirmar que o operário João Maria fala, em 1935, o que vivenciou em 1934. Os ferroviários da São Paulo-Rio Grande, entre eles os do ramal São Francisco, foram a greve para que governo e empresa colocassem em vigor a tabela de vencimentos aprovada em 1926, ou seja, usar a força para “fazer a lei” pode significar colocá-la em prática através da luta.

É preciso lembrar que, antes da deflagração da greve dos ferroviários, o governo apresentou uma proposta de 10% de reajuste salarial que foi rejeitada. Eles reivindicavam o cumprimento da legislação de 1926, o que conseguiram com a greve. Poderiam ter aceitado os 10% de reajuste ou mesmo apresentado como causas da greve os regulamentos despóticos que impunham multas e punições, e que já figuraram como causas de greves de ferroviários em tempos anteriores, ou ainda as péssimas condições de trabalho que faziam parte do dia a dia das oficinas e estações. Poderiam ter questionado o preço dos alimentos, o custo de vida. No entanto, o que fizeram foi se apropriar do discurso do Estado e lutar para que a legislação fosse posta em prática. Havia leis e elas não estavam sendo cumpridas. Leis estas que foram reivindicadas na greve dos padeiros de Porto Alegre em 1934, pelos metalúrgicos da Pirelli e marceneiros no ABC paulista e, ao que tudo indica, pelos ferroviários da São Paulo-Rio Grande na greve de outubro.

A história da ferrovia no estado de Santa Catarina se inicia, assim como na maior parte do território brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX e já foi alvo de algumas produções historiográficas. No entanto, estas obras têm preferido se ater ao período inicial da instalação das ferrovias no estado, abordando a ferrovia vinculando-a à indústria carbonífera, como fator que teria possibilitado o desenvolvimento da região sul do Estado, ou à história do Contestado (1912-1916), destacando-se, sobretudo, o papel desempenhado pela ferrovia no agravamento dos problemas sociais na região.

⁴ Karl Marx, “Cartas”, em K. Marx e F. Engels, *Obras escolhidas* (Moscou: Progresso; Avante, 1982, p. 544-555, tomo 1).

Mas não só de documentos oficiais, carvão e guerra é feita a história da ferrovia no território catarinense. Ela é feita também por homens e mulheres que sentiram e articularam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens e mulheres cujos interesses diferiam e geralmente se opunham aos seus. Ou seja, a exploração a que estavam submetidos criava entre os trabalhadores da ferrovia o elo em torno do qual identificavam seus interesses comuns, bem como os interesses a eles opostos, os dos patrões. Esta é a história dos ferroviários da Rede Viação Paraná-Santa Catarina (RVPRSC).

Referências bibliográficas

BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

FORTES, Alexandre. Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). In: _____ [et al.]. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários*. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo; São Caetano do Sul: Hucitec, 1995.

HALL, Michel. Prefácio. In: FORTES, Alexandre [et al.]. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

HOBBSBAWM, E. J. *Os trabalhadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a.

_____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b.

LEME, Dulce Maria P. de C. *Trabalhadores ferroviários em greve*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia alemã*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

SEGNINI, Líliliana R. Petrilli. *Ferrovia e ferroviários: uma contribuição para a análise do poder disciplinar na empresa*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. v. I-II.

VENDRAMINI, C. R. Experiência humana e coletividade em Thompson. *Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação da UFSC*, Florianópolis, n. 12, p. 25, 2004.

Jornais

A Notícia, (Joinville) 1930-37
O Estado, (Florianópolis) 1930-37
A Gazeta, (Florianópolis) 1934-37
Jaraguá, (Jaraguá do Sul) 1934
Correio do Povo, (Jaraguá do Sul) 1934
Correio de Mafra, (Mafra) 1933
O Trabalho, (Mafra) 1934-1937
O Regional, (Mafra) 1919
Correio do Paraná, (Curitiba) 1931-34
Diário da Tarde, (Curitiba) 1930-37
Gazeta do Povo, (Curitiba) 1930 e 1934

Revistas

Correio dos Ferroviários (Curitiba) 1933-1936

Petrobras

Trabalhadores organizados

*Sergio Retroz*¹

*Miriam Collares Figueiredo*²

Resumo

O presente trabalho é resultado de pesquisa sobre as organizações dos trabalhadores da Petrobras. Procura-se desvendar qual é a capacidade de organização e mobilização desses trabalhadores, entendendo que recuperar seu histórico possibilitaria compreender melhor a relação dos trabalhadores com a empresa e quais as bandeiras que levantaram juntos. Além disso, o tema escolhido se insere em um plano maior: ele é parte dos movimentos sociais, especificamente do movimento sindical, que marca a segunda metade do século XX no Brasil. Para dar conta do tema, tratamos de investigar as várias instituições ligadas à Petrobras constituídas por seus empregados, isto é, além dos sindicatos dos petroleiros (Sindipetros), a Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) e a Associação dos Mantenedores-Beneficiários da Petros (Ambep) deveriam ser igualmente contempladas.³

Palavras-chave

História dos trabalhadores; memória dos trabalhadores; movimento sindical petroleiro; Petrobras; organização dos trabalhadores; greves.

Este texto é parte de um projeto de pesquisa desenvolvido para o programa Memória Petrobras,⁴ entre os meses de fevereiro e maio de 2009, cujo objetivo foi entender a capacidade de organização e mobilização de trabalhadores da Petrobras por meio da recuperação de seu histórico. O tema escolhido se insere ainda em um plano maior: ele é parte dos movimentos sociais, especificamente do movimento sindical, que marca a segunda metade do século XX no Brasil.

Tratar da organização dos trabalhadores envolveu investigar as várias instituições ligadas à Petrobras constituídas por seus empregados. Isto é, além dos sindicatos dos petroleiros (Sindipetros), foram objetos de pesquisa a Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) e a

¹ Historiador, graduado pela Universidade de São Paulo. Programa Memória Petrobras.

² Historiadora, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais (CPDOC/FGV). Programa Memória Petrobras.

³ Este texto é fruto da pesquisa realizada pelo programa Memória Petrobras em parceria com o Museu da Pessoa. Contou com os pesquisadores: Márcia de Paiva, Sergio Retroz, Douglas T. Carvalho, Morgana Maselli e Inês Gouveia. Primeiro semestre de 2009.

⁴ O programa Memória Petrobras é a continuação do projeto Memória dos Trabalhadores Petrobras, iniciado em 2002, por meio de uma parceria entre a empresa e o Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo.

Associação dos Mantenedores-Beneficiários da Petros (Ambep). Foi preciso definir o papel de cada instituição em relação às lutas dos empregados da Petrobras e se havia confluência de interesses entre elas.

Para essa pesquisa, foram realizadas entrevistas com trabalhadores ligados às três instituições, além de levantamento bibliográfico e pesquisa no acervo documental e iconográfico. Cabe esclarecer que nosso intuito não foi esgotar o tema, mas sim explorar as potencialidades do acervo de entrevistas e documentos do programa.

O texto apresenta primeiro os principais momentos da história do movimento sindical petroleiro, com destaque para as greves e outras reivindicações, por se tratarem de eventos significativos e decisivos para o movimento como um todo. A segunda parte trata da história da Aepet, que, desde 1961, vem assumindo importante papel de liderança política na defesa da Petrobras e do monopólio estatal do petróleo. A terceira se dedica ao histórico da Ambep, instituição criada em 1981, com o objetivo de defesa da Fundação Petros de Seguridade Social e promoção de assistência médica contínua. Para finalizar, apontamos os movimentos em comum em defesa da Petrobras.

Esperamos que esse artigo venha a instigar e contribuir com questões importantes sobre os acervos que expressam as formas de resistência e luta de trabalhadores brasileiros por garantias de direitos.

Formas de organização

Tão antiga quanto a história da Petrobras é a memória da organização dos seus trabalhadores que há quase sessenta anos demonstram capacidade de criar sindicatos e entidades de luta por seus direitos e em defesa da Petrobras. Essas organizações, em diferentes contextos, convergiram em ações diante de questões de interesse nacional, como a privatização e o monopólio do petróleo.

O estabelecimento de instituições que legitimassem suas reivindicações e representação coletiva foi essencial para a luta dos trabalhadores da Petrobras. Criadas em momentos diferentes, motivadas por exigências da realidade histórica que se apresentava, espelham também a diversidade característica dos trabalhadores da empresa.

Movimento sindical petroleiro

A história do movimento sindical petroleiro no Brasil teve origem na Bahia, onde foi perfurado o primeiro poço oficial de petróleo do país, na cidade de Lobato, em 1939. Em 1948, a refinaria Landulpho Alves começou a funcionar em Mataripe e, em 1954, surgiu na Bahia a primeira associação de trabalhadores profissionais da indústria de petróleo, transformada em sindicato, dois anos depois. Em 1958, os petroleiros de Cubatão, em São Paulo, fundaram outro sindicato e os trabalhadores da refinaria de Manguinhos, que não era da Petrobras, organizaram a Associação dos Petroleiros, transformada, em 1959, no Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro. Essas foram as primeiras iniciativas de um movimento sindical que, atualmente, conta com 18 sindicatos, espalhados por todo o Brasil.

Carlos Sá Pereira fala de sua participação na criação do Sindipetro Amazonas, evidenciando as dificuldades enfrentadas:

A lei não permitia fazer sindicato, imediatamente, como hoje permite. Isso, também, foi uma conquista nossa de 64 para cá. Tinha que passar 6 meses como Associação, depois é que podia ser transformada em sindicato. Então, nós descobrimos que esse pedido, de formação de Associação, tinha sido engavetado. Porque a Superintendência e a Associação da Petrobras, na época, achavam que era um perigo, não só pelo contingente, como pelas reclamações que poderia haver. Aí, nós começamos a luta, mais ou menos em 58, luta essa que nos levou à fundação do sindicato.⁵

O processo de criação dos sindicatos não aconteceu sempre de forma tranquila; a ditadura militar, que se instalou no país em 1964, interrompeu essa evolução natural.⁶ Várias unidades de produção da Petrobras e sindicatos de petroleiros sofreram duras intervenções que desarticularam e enfraqueceram a organização dos trabalhadores. A Petrobras foi uma das primeiras empresas a serem ocupadas pelos militares. No dia 31 de março de 1964, o general Arthur Levy assumiu a presidência da Petrobras com a incumbência de manter a disciplina e, principalmente, o abastecimento de combustíveis.

Em seu depoimento, Geraldo Silvino,⁷ da diretoria do sindicato de Cubatão, conta que, no dia do golpe, os ativistas sindicais organizaram um bloqueio na porta e ocuparam a refinaria. O plano era resistir, mas dias depois o Exército ocupou a refinaria sem resistência, diante do recrudescimento do golpe militar. A invasão foi seguida de uma sucessão de prisões e interrogatórios.

Na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, assim como em Cubatão, várias pessoas foram presas e a refinaria foi ocupada por tropas do Exército. Além das prisões, muitos foram demitidos, chegando ao número de duzentos. Os sindicatos sofreram muito com o golpe, como conta o sindicalista e aposentado da Refinaria de Duque de Caxias, Manuel Egídio Filho:

O Sindicato foi cassado, banido, eles prenderam líderes sindicais, alguns fugiram e foi aquela reviravolta danada. O sindicato ficou parado algum tempo e depois voltou a funcionar, mas sob vigia, sob a custódia da polícia, do exército.⁸

⁵ Carlos Sá Pereira. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Manaus, 2003.

⁶ Os anos 1960 foram marcados pela construção de várias refinarias.

⁷ Geraldo Silvino de Oliveira. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 1988.

⁸ Manuel Egídio. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2009.

O ambiente hostil à organização dos trabalhadores não impediu a criação de outros sindicatos neste período. A liberdade sindical não existia. O estatuto dos sindicatos era padrão, fornecido pelo Ministério do Trabalho. A repressão local aos sindicatos era articulada pela Delegacia Regional do Trabalho, que deveria ser informada periodicamente sobre todas as atividades das entidades, inclusive prestação de contas e previsão orçamentária.

No final da década de 1970, o país começou a viver um período de abertura política que teve reflexos imediatos no movimento sindical. A movimentação política dos operários do ABC paulista inaugurou um novo momento na história dos trabalhadores do Brasil. Desde então, fala-se em um “novo sindicalismo” marcado pelo compromisso com a independência – seja esta em relação ao Estado ou à empresa – e pelo comprometimento com a organização pela base e as grandes assembleias, em oposição ao chamado “sindicalismo de cúpula”. O novo sindicalismo propunha-se a ser uma alternativa, independente dos partidos políticos, contra qualquer iniciativa de “*manipulação das massas*” (SCALETSKI, 2003, p. 89).

Ligado a esse novo sindicalismo, estava o movimento petroleiro, que, por se constituir basicamente por trabalhadores da Petrobras, apresentava singular diferença em relação aos seus companheiros do ABC paulista, oriundos do setor privado. Somava-se, portanto, às reivindicações por aumentos salariais e melhores condições de trabalho, a luta contra a privatização e o fim do monopólio estatal – pauta própria dos trabalhadores das estatais.

Nilson Viana Cesário entrou na Petrobras em 1979 e logo percebeu que, em uma empresa estatal, o movimento sindical poderia contribuir para a maior eficácia na luta pela democratização do país:

O fato de ser uma estatal e da concepção da estatal de não ter uma demissão sumária, existe um processo administrativo, eu me senti seguro. Então, em 80, eu iniciei a luta pela formação da Central Única dos Trabalhadores e a criação do Partido dos Trabalhadores. Dentro da Refinaria de Duque de Caxias, como torneiro mecânico, organizamos um grupo mínimo, porque a repressão era muito grande naquela época e começamos a discutir, qual a forma de organização dos trabalhadores. A primeira percepção que eu tive é que não dava pra fazer um trabalho a nível local, ou seja, só Duque de Caxias, só Reduc, considerando a Petrobras uma empresa nacional, era fundamental que a estruturação política dos trabalhadores deveria ser a nível nacional, com a aliança com todos os estados brasileiros onde tinha a presença da Petrobras, era fundamental pra alavancar mais uma celulazinha que fortalecesse a luta pela democratização do nosso país, pela abertura política do país.⁹

Para Scaletsky, a imagem do petroleiro como trabalhador organizado, atento aos rumos do país e fiel à defesa do patrimônio do povo brasileiro, é uma construção recente, que tem sua origem no início da década de 1980, com a greve dos trabalhadores da Refinaria do Planalto, em

⁹ Nilson Viana Cesário. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, 2009.

Paulínia, no estado de São Paulo (SCALETSKI, 2003, p. 85). Ao postular uma nova prática que os diferenciasses da maioria dos sindicatos do país, os sindicalistas de Paulínia e Mataripe se colocaram como fundadores do novo sindicalismo, dando-lhe a “*tonalidade negra do petróleo*” (p. 79). A realização de congressos com a base sindical, a luta contra as antigas estruturas organizacionais, a solidariedade às greves de outros setores faziam dos sindicalistas de Paulínia protagonistas deste novo momento sindical.

Greves e reivindicações

Greves são instrumentos legítimos para a conquista de direitos dos trabalhadores. Na história do Brasil, tiveram um papel fundamental na luta pela liberdade, pela democracia, pelo fortalecimento da cidadania e no chamamento da nação para o Estado de direito. Mário Soares Lima foi do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico-Petroleiro do Estado da Bahia. Lembra o que, segundo ele, teria sido a primeira greve dos petroleiros no Brasil, travada na Bahia, em 1960:

Na época, conversei com uns colegas do Rio e constatamos que a remuneração na Bahia era infinitamente inferior à do Rio de Janeiro e de São Paulo. Fui para o Rio várias vezes conversar com a Petrobras, mas era ainda um pouco repartição pública. Não era como hoje, uma administração mais profissional, atualizada. Eu sei que desse impasse veio a ideia de se fazer uma greve. E a coisa foi tomando corpo, e a direção da refinaria não acreditava nisso, porque uma boa parte dos operadores morava numa vila residencial anexa à refinaria. O que era um salário extra, porque a casa era dada de graça e a direção da empresa achava que o pessoal dali não ia fazer greve. Eu sei que no dia 1º de novembro de 1960 a greve começou. Foi a primeira greve de trabalhadores de petróleo em todo o Brasil. O pessoal da vila me procurou, e eu então disse a eles que ficassem tranquilos. O pessoal do partido comunista ficou hesitante e ostensivamente não nos apoiou. Porque fazia parte de um grupo político que apoiava a Petrobras e acreditava que a greve pudesse fragilizá-la. E todos nós também. Mas com três dias a greve terminou e conseguimos equiparar o salário da Bahia aos salários do Rio e São Paulo. A parte administrativa, porque a parte de refinaria só existia em Cubatão. Então nos equiparam a Cubatão.¹⁰

Mas não só de greves é feita a luta dos trabalhadores. Muitas reivindicações aconteceram sem paralisações. Os trabalhadores da Petrobras recordam conquistas e resistências que marcaram profundamente suas vidas e que demonstram que, mesmo durante a ditadura militar, as lutas não foram abandonadas.

¹⁰ Mário Soares Lima. Entrevista concedida ao Memória dos Trabalhadores Petrobras, Rio de Janeiro, 2003.

Jair Brega Marcatti fala de importantes conquistas do Sindicato de Cubatão (hoje parte do Sindipetro Litoral Paulista), entre os anos 1961 e 1963.

Nós tivemos uma assembleia em 1961, foi o primeiro acordo coletivo que se fez entre a Petrobras e os seus trabalhadores. Era uma pauta muito pesada, porque nós trabalhávamos oito horas e a lei não permitia que se trabalhassem oito horas, porque ela dizia que o trabalho em regime de turno era de no máximo seis horas e a Petrobras não queria dar. Nessa assembleia nós conquistamos o turno de seis horas, o auxílio de periculosidade, que era pago para chefia e para outros não era pago, foi estendido a todas as pessoas que trabalhassem, nós conseguimos as férias em dobro – foi a primeira vez no Brasil. Havia uns disparates aqui dentro de salário, nós conseguimos equipará-los. E depois nas lutas em Santos, de 1961 até 1964 onde tivemos uma atividade muito grande aqui na Baixada e no Brasil. Depois, com o golpe de 64, nós fomos sumariamente demitidos. Eu fui um deles.¹¹

Rene Jean Rodrigues Santana foi diretor do Sindipetro em Cubatão e em Aracaju, e lembra sua primeira participação em uma manifestação, em 1978:

A primeira luta sindical que tivemos foi em 1978, após o período do golpe militar. Quem começou a fazer os movimentos foi a refinaria de Cubatão. Em 1978, fizemos a Operação Amnésia, onde todo mundo esquecia o crachá de propósito. Formava-se uma fila muito grande para entrar. Nós entrávamos às sete ou oito horas – não estou lembrando bem o horário agora –, mas quando a última pessoa terminava de se identificar, já era hora do almoço. Nós passamos três dias fazendo essa operação. No quarto dia, a superintendência liberou a entrada de todo mundo. Este foi o primeiro movimento. Naquela época, estávamos reivindicando salário. Porque, com os governos militares, não tínhamos oportunidade de negociar. Estávamos pressionando para que houvesse negociação salarial. Eu não lembro de quanto, mas conseguimos nossos objetivos.¹²

Ivan Calasans Meneses, do Sindipetro Sergipe/Alagoas, lembra uma das primeiras reivindicações de que participou:

O ano de 1982 foi meio confuso, porque vínhamos daquele período de pós-revolução. Na minha casa havia tido um problema muito sério com

¹¹ Jair Brega Marcatti. Entrevista concedida ao Memória dos Trabalhadores Petrobras, São Paulo, 2004.

¹² Rene Jean Rodrigues Santana. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, 2004.

*meu irmão, que era comunista ativo. Tínhamos percebido a perseguição política e viemos meio assustados. Essa geração dos anos 1960 perdeu muito na formação política. Mas achei interessante a primeira luta. Como eu trabalhava no setor de encargos gerais, ia trabalhar em Carmópolis. Íamos para as bases em cima da caminhonete. Não tinha aquela proteção, não era um carro fechado. E, assim, quando chegávamos em Carmópolis, percebíamos que tinham dois restaurantes, sendo que um era somente para os engenheiros, para os funcionários graduados da Empresa. Isso é uma besteira, todos somos funcionários, produzimos na mesma empresa. Percebíamos que tinha que haver uma mobilização para acabar com isso. Víamos essas pequenas mudanças acontecerem de acordo com a mobilização do trabalhador.*¹³

Com a repressão durante o período militar, somente em julho de 1983 aconteceu uma greve aprovada em uma assembleia com cerca de seiscentos trabalhadores da refinaria de Paulínia, no estado de São Paulo. Na ocasião, o sindicalista Jacó Bittar, então presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, argumentou ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo:

*Não havia mais como segurar, o pessoal estava no ponto. O que pediam não era nada absurdo, simplesmente reivindicavam estabilidade no emprego e melhores condições de trabalho, reivindicações que a Petrobras podia atender.*¹⁴

Aos petroleiros de Paulínia juntaram-se os da Refinaria de Mataripe, na Bahia, dando um novo impulso ao movimento. As grandes questões do momento, como as pressões do FMI (Fundo Monetário Internacional), a crise econômica e as crescentes manifestações pela democratização confundiam-se com as aspirações do movimento petroleiro. Segundo Bittar:¹⁵

*A greve tinha um cunho político, claro. Era a campanha das Diretas. Evidentemente não se admitia isso na época, de jeito nenhum. O pessoal da refinaria ganhando o que ganhava, tendo o salário que tinha e fazendo uma greve? Era para desafiar mesmo. Eu considero que foram os grandes movimentos do ABC que aceleraram o processo de abertura no Brasil. Depois a elite política puxou para si. Essa é a verdade.*¹⁶

¹³ Ivan Calasans Meneses. Entrevista concedida ao Memória dos Trabalhadores Petrobras, Sergipe, 2004.

¹⁴ Jacó Bittar. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2003.

¹⁵ Jacó Bittar é um dos fundadores do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, em 1973. Foi presidente desta mesma entidade de 1973 a 1983, fundador do Partido dos Trabalhadores e também da Central Única dos Trabalhadores. Em 1988, elegeu-se prefeito de Campinas, cargo que ocupou no período de 1989 a 1992. Jacó Bittar. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2003.

¹⁶ Idem.

A ação do governo foi rápida e dura, como afirma Antônio Carlos Spis, sindicalista e um dos fundadores da Federação Única dos Petroleiros:

A pressão era muito grande. Eles começaram a demitir paulatinamente. A lista dos demitidos aparecia na imprensa de Campinas. Tinha telefonemas para ameaçar mães e esposas de trabalhadores. Eles mandavam viaturas da Petrobras, com vigilante dentro, para ir buscar as pessoas.¹⁷

A maior preocupação dos negociadores da empresa era de que a greve se estendesse a outras refinarias, para além de Paulínia e Mataripe (SCALETSKI, 2003, p. 93). Tropas do Exército entraram em prontidão. No dia oito de julho, três dias após o início da greve e um dia depois da adesão dos trabalhadores baianos, a Refinaria de Mataripe foi invadida por mil policiais militares. Ainda segundo Spis:

Na verdade, a inteligência do Exército tomou conta da refinaria, tirou a empresa das mãos da gerência e começou a administrar não como um conflito capital-trabalho, onde você tem que sentar e negociar, mas como se fosse uma guerra. Não tivemos como resistir depois do sexto dia.¹⁸

No dia 11 de julho, uma assembleia com trezentos trabalhadores decidiu pela volta ao trabalho. Ao final da greve, havia 152 demitidos em Paulínia e 189 na Bahia. Eduardo Scaletski (2003, p. 95) escreveu sobre a importância daquela greve para o movimento petroleiro:

Navegando ao longo da história do movimento petroleiro dos anos seguintes, percebe-se que a greve de 1983, independente de seus resultados objetivos, representou uma inflexão no movimento petroleiro nacional. Deixou uma herança com inúmeros significados para o sindicalismo petroleiro. Passou a ser obrigatório aos atores sindicais atribuírem às mobilizações o selo político. Afinal, o tipo de identidade que o petroleiro foi construindo não lhe permitia apenas reivindicar, menos ainda se fosse por razões econômicas.

Greves, paralisações e atos públicos passaram a ser práticas recorrentes no movimento petroleiro após os acontecimentos de Paulínia e Mataripe. Em 1988, com os debates em torno da nova Constituição, alguns temas passaram a ter maior relevância, como a manutenção do monopólio do subsolo brasileiro e a defesa da empresa estatal, e contra as privatizações. Nesse mesmo ano, ocorreu a primeira greve nacional petroleira na Petrobras. O estopim da greve de

¹⁷ Antonio Carlos Spis. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2003.

¹⁸ Idem.

1988 foi o reajuste dado aos bancários (26%), em comparação ao da Petrobras (4%). O então presidente da República, José Sarney, queria os fuzileiros navais nas plataformas e ameaçou usar a Lei de Emergência, convocando até uma reunião no Conselho de Segurança Nacional. Após a greve, os petroleiros conseguiram elevar o reajuste de 4% para 15%. O comando de greve, em Brasília, foi todo cercado pela polícia. José Geraldo Saraiva Pinto, petroleiro do Rio Grande do Norte, lembra sua participação:

Nessa greve saiu uma traquinagem da minha cabeça que era a seguinte: toda greve só quem fazia eram os escritórios. Você ia lá para fora e a produção continuava. Eu defendia: “Se a gente não parar a produção, a Petrobras não vai respeitar a gente.” Parada de 1 hora, parada de meia hora no escritório, não significa nada. A direção da Petrobras precisa entender que quem está mal é o seu homem que está lá na ponta. Mas como parar uma sonda? As sondas furavam aqueles poços no meio do mato. Elas estão lá no meio do mato. Eram oito sondas, se não me engano. E aí, como vamos chegar lá? Como vamos parar com o carrinho? O pessoal vai para onde? Daí veio a ideia: “Rapaz, se a gente conseguisse alugar um caminhão, fosse lá e botasse o pessoal dentro do caminhão? Eles param a sonda e vêm para a cidade protestar e voltam. Isso causaria um impacto grande.” Mas na verdade, nós não paramos a produção. E foi muito interessante, porque era como se o peão estivesse dando um grito de liberdade.¹⁹

A década de 1990 começou com uma inflação altíssima e com um novo presidente do país, o primeiro eleito pelo voto direto após a ditadura militar. Uma das primeiras ações do governo de Fernando Collor de Mello foi a adoção de um plano ambicioso de ajuste econômico. Já no primeiro mês de governo, Collor anunciou o Plano Nacional de Desestatização, que extinguiu várias empresas, entre elas, a Interbrás e a Petromisa. Durante o governo Collor, foram privatizadas 16 empresas, das quais cinco pertenciam ao grupo Petrobras: Petroflex, Copesul, Fosfértil, Goiasfértil e Álcalis do Rio Grande do Norte. As reivindicações dos petroleiros eram ignoradas pela empresa e pelo governo. Carlos Cotia Barreto, que foi diretor do Sindipetro Mauá, lembra o embate contra a privatização e fala sobre a criação do Movimento em Defesa do Sistema Petrobras:

O importante que eu quero registrar aqui é que em 1990, a gente foi para o movimento sindical sabendo qual era a nossa tarefa e que não seria básica, mais uma luta sindical só do ponto de vista de aumento salarial ou coisa desse tipo. Sabia que íamos enfrentar uma luta política também contra o projeto de privatização. Em 1990, nós fundamos o Movimento em Defesa do Sistema Petrobras. Foi um trabalho muito

¹⁹ José Geraldo Saraiva Pinto. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2003.

bom, muito intenso, na época do Governo Collor. Logo que o Collor entrou, ele colocou algumas propostas de emenda da Constituição – as PECs – e uma delas previa a privatização de todo o sistema: petróleo e petroquímico. E isso tramitava no Congresso por comissões, a gente fazia aquele trabalho corpo a corpo com parlamentares, deputados e senadores. Fazíamos atos nas diversas cidades, íamos às escolas, fazíamos palestras, levávamos material, explicávamos para o pessoal o que era petróleo, por que era estratégico, por que não podia ser privado, o que tinha acontecido onde ele foi privatizado.²⁰

Em fevereiro de 1991, os petroleiros decidiram deflagrar uma greve que foi considerada a mais radical em toda a história do movimento petroleiro. Nela, a produção foi completamente interrompida. Em certos momentos, chegou-se ao limite do confronto. Os trabalhadores paralisaram as atividades inclusive nas plataformas marítimas. A empresa cortou completamente as ligações com a terra, deixando os trabalhadores isolados. A tentativa de invasão fracassou. Quando eles atracavam nas plataformas, os trabalhadores abriam as mangueiras contra incêndio, obrigando-os a se afastarem dos jatos de pressão. Aviões da Aeronáutica faziam rasantes, mas tinham apenas efeito moral. Os helicópteros transportando soldados não conseguiam pousar, pois as plataformas estavam ocupadas por tambores (SCALETSKI, 2003, p. 141). A greve se encerrou no dia 21 de março, com 206 demitidos.

Organização sindical nacional

A primeira tentativa de criação de uma representação nacional dos petroleiros se deu por meio do Departamento Nacional dos Petroleiros, estabelecido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1987. O órgão tinha a finalidade de ajudar os trabalhadores da Petrobras a retomar os sindicatos que, devido ao regime ditatorial, haviam perdido seu poder de representação. Em oposição a essa iniciativa, sindicatos pouco ligados às bases criaram a Federação Nacional dos Petroleiros (Fenape), dissolvida oficialmente com a criação da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

A Federação Única dos Petroleiros foi criada em 1993, sob a denominação inicial de Federação Única Cutista dos Petroleiros. A entidade se fortaleceu durante a greve nacional da categoria, deflagrada em 1995, e tornou-se mais um espaço de reivindicações e lutas de âmbito nacional.²¹

José Genivaldo da Silva, um dos fundadores da FUP, conta como foi o processo de criação da federação e sua importância para que os trabalhadores reconquistassem os Sindipetros:

²⁰ Carlos Cotia Barreto. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2005.

²¹ A FUP atualmente conta com 12 sindicatos filiados: Sindicato do Ramo Químico e Petroleiro da Bahia, Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo e os Sindipetros de Amazonas, Ceará, Duque de Caxias, Espírito Santo, Minas Gerais, Norte Fluminense, Paraná e Santa Catarina, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande.

Naquela época não tínhamos a Federação Única dos Petroleiros. Nós nos reuníamos nacionalmente através do chamado “Comando Nacional dos Petroleiros”. Eram dirigentes que se reuniam. Como nós precisávamos fazer frente a vários dirigentes sindicais que ainda permaneciam nos cargos desde a época da Ditadura, em um primeiro momento, nós começamos a criar um embrião chamado DNPC, Departamento Nacional dos Petroleiros da CUT. Começamos a conquistar outros sindicatos, e quando conquistamos a maioria deles, nós criamos o Comando Nacional dos Petroleiros, onde discutíamos uma pauta única com a Petrobras, nacionalmente. Ainda tinham alguns sindicatos que eram dissidentes e não faziam parte, eram a minoria. Eles eram ligados à antiga Fenape, Federação Nacional dos Petroleiros. Mas, com o passar do tempo, a Fenape foi dissolvida e foi criada a Federação Única dos Petroleiros.²²

João Antônio de Moraes, atual coordenador da FUP, fala dos novos desafios da entidade com a quebra do monopólio de petróleo:

Eu diria que a principal mudança foi que a FUP nasceu em 1994 basicamente como uma entidade de organização de trabalhadores petroleiros da Petrobras. A grande evolução que a gente teve de lá pra cá foi que com a abertura do setor, por parte do governo tucano, neoliberal, em 95 e 97, várias empresas de petróleo começaram a se instalar no país, e a FUP passou também a organizar esses trabalhadores. Então hoje, além da gente organizar os trabalhadores da Petrobras, nós temos mais de 20 acordos coletivos assinados com empresas privadas de petróleo no país. Mas a FUP é muito respeitada pelos trabalhadores, né? Então é muito comum quando a gente se apresenta para o debate, os trabalhadores ficam bastante contentes de estar recebendo o apoio dos petroleiros da Petrobras para poderem se organizar. Então nós temos negociado acordos que ainda estão distantes dos que temos com a Petrobras, mas que têm avançado ano após ano, buscando melhores condições de trabalho.²³

A posse de Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1995, para muitos, confirmou um novo avanço das políticas neoliberais e reforma do Estado brasileiro. Segundo os sindicalistas, a estratégia de FHC – primeiro como ministro, depois como presidente – era enfraquecer a Petrobras e seus trabalhadores para privatizá-la. Isso é o que pensa o sindicato, como veremos a seguir:

²² José Genivaldo da Silva. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2009.

²³ João Antônio de Moraes. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2009.

Era implodir as empresas estatais por dentro, arrojando o salário dos empregados e não dando a eles qualquer perspectiva profissional. E para acabar com a Petrobras eles [governo] sabem que têm que acabar com a categoria petroleira. E para acabar com a categoria, têm que acabar com a garantia do emprego.²⁴

Nos primeiros meses do governo FHC, em maio de 1995, os sindicalistas realizaram uma nova greve. Tão emblemática quanto a de 1991, esta foi a mais longa greve petroleira da história. Os anos 1990, portanto, seriam marcados por grandes greves e pelo tom radical que estas assumiram ao longo do processo. O processo de desestatização implementado pelos governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso exigia do movimento petroleiro uma redefinição na sua atuação, posto que sempre defendeu a empresa estatal.

A reivindicação era o cumprimento do acordo assinado em 25 de novembro de 1994, que, na ocasião, teve sua assinatura condicionada à suspensão imediata de uma greve que se iniciara três dias antes, ainda durante o governo de Itamar Franco. Na Petrobras, o acordo foi definitivamente abandonado.

No dia três de maio de 1995, os petroleiros voltaram à greve. Dois dias depois, os jornais anunciaram a quebra do monopólio na Comissão Especial de Petróleo. A greve foi considerada abusiva pelo Tribunal Superior do Trabalho e o acordo de novembro do ano anterior, inválido. O tribunal impôs severas penalidades, caso os sindicatos descumprissem suas sentenças de retorno ao trabalho. A Petrobras radicalizou a sua posição e demitiu 25 ativistas. Posteriormente, outros 35 foram dispensados. A imprensa começou a apresentar nos telejornais as filas formadas pela população para a compra de gás de cozinha, em São Paulo. Postos de gasolina eram mostrados com filas de carros que esperavam o abastecimento. A pressão contra a greve aumentava a cada dia. Em 25 de maio, a empresa suspendeu o pagamento dos salários. A situação era de tensão e impasse; as refinarias de Paulínia, de Mauá, de São José dos Campos e de Araucária foram invadidas pelo Exército com tanques, caminhões, jipes e cães. No dia 2 de junho, a Federação Única dos Petroleiros indicou a volta ao trabalho.

O Tribunal Superior do Trabalho notificou os sindicatos da multa, que somava 2.100 milhões de reais. Uma quantia impossível de ser paga. As mensalidades foram retidas pela empresa sob custódia judicial. Os bens dos sindicatos foram penhorados e suas contas bancárias bloqueadas. Nilson Viana Cesário, que era diretor do Sindipetro Duque de Caxias, destacou esse momento:

A greve que mais me marcou foi a de 1995. Foram 32 dias de greve, de pancada mesmo, show de bola. Não era greve por salário, era uma greve de mudança de concepção da Petrobras na relação com os trabalhadores, leia-se, então, o governo federal. Nós entendíamos que o Estado brasileiro tinha que tomar conta da Petrobras, não permitiríamos o capital privado dentro da Petrobras. A nossa concepção era que o Estado brasileiro tinha que ser Petrobras e a Petrobras tinha que ser

²⁴ *Primeira Mão*, 2 maio 1995; *Surgente*, 2 nov. 1994, p. 1.

*Estado. Não foi greve marcada por salário, o salário foi um aperitivo, um torresmo, um pescoço de galinha, um tira-gosto dentro do processo, foi uma greve meramente política!*²⁵

Por muitos, a greve de 1995 é lembrada como a grande greve do movimento petroleiro. A vitória de Lula nas eleições de 2002 para presidente da República renovou o ânimo dos trabalhadores e prometeu o início de uma nova conjuntura política e de diferentes relações entre o governo federal e os movimentos sociais em geral. Uma avaliação consistente do movimento petroleiro durante o governo Lula ainda não foi elaborada, e não seria possível realizá-la neste espaço.

Em 2006, durante um congresso da Federação Unificada dos Petroleiros realizado em São Paulo, um grupo de petroleiros se retirou do evento e criou uma nova federação – a Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) – por discordar das cláusulas de um novo acordo assinado entre a Petrobras e os trabalhadores.²⁶ A FNP surgiu com a proposta de retomar um sindicalismo de luta, independente de governos e patrões, e preocupada com as necessidades da classe trabalhadora e do povo brasileiro. A organização ainda não é oficial, tampouco reconhecida pela Petrobras ou pela FUP. Roberto de Castro Ribeiro, um dos fundadores da FNP, conta como nasceu a nova instituição de representação nacional dos petroleiros:

*Em 2006 nós fundamos a Frente Nacional dos Petroleiros, que é a FNP, lá no congresso da FUP, em São Paulo. Porque em 2006 já achávamos que não poderia aceitar a imposição, o sindicato tinha que ficar independente do governo. E aí os companheiros da federação dos petroleiros quiseram impor isso: repactuação, lá no congresso, da FUP. E aí cinco sindicatos não aceitaram isso, nós tentamos fazer o acordo: “Não vamos colocar isso”. Então cada sindicato se achar que deva fazer um trabalho de repactuação, que faça. Caso contrário, nós vamos ter que... Vai ter um racha. E eu fazia parte da direção da FUP em 2006. A maioria da direção majoritária achou que não, que tinha que ser votado ali no congresso. Aí houve a divisão. Então cinco sindicatos saíram, fizemos plebiscito, nos desvincilhamos da FUP em 2006, fundamos a Frente Nacional dos Petroleiros e ficamos 11 na FUP. Ano passado o Sindipetro do Rio Grande do Sul fez seu plebiscito, também se desvincilhou da FUP e hoje está na FNP, na Frente Nacional dos Petroleiros. Então nós temos hoje seis Sindipetro na FNP e 11 ainda filiados à FUP.*²⁷

²⁵ Nilson Viana Cesário. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2009.

²⁶ Em 2006, no XII Congresso Nacional da FUP (Confup), realizado em São Paulo, um grupo de petroleiros se retirou por discordar do novo acordo do plano de previdência da Petros, que estabeleceu uma série de alterações no cálculo do benefício dos aposentados. Esse grupo fundou a FNP, que conta atualmente com seis sindicatos filiados: Litoral Paulista, Alagoas e Sergipe, São José dos Campos, Rio Grande do Sul e o Sindipetro Pará, Amapá, Amazonas e Maranhão.

²⁷ Roberto de Castro Ribeiro. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, São Paulo, 2009.

As outras duas formas de organização de trabalhadores da Petrobras, citadas a seguir, têm um papel bastante diverso dos sindicatos, mas não menos importante.

Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet)

Fundada em 1961, sob a denominação de Associação dos Engenheiros da Petrobras nos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (Aeperg), a atual Aepet tem sua atuação pautada pela defesa do monopólio estatal do petróleo e da Petrobras como sua executora, além da defesa do corpo técnico da empresa.

A entidade sobreviveu aos duros momentos da ditadura militar, e foi na abertura política do país que conseguiu efetivamente realizar sua missão. Participou da redação da Constituição de 1988, no que tange ao monopólio de petróleo, e viveu intensamente a posterior revisão do texto constitucional.

Hoje, além da defesa da imagem da Petrobras, a Aepet procura assegurar aos associados a defesa dos seus interesses junto aos órgãos públicos, privados e, especificamente, junto à Petros. Desde 2005, a associação está aberta também aos empregados que tenham concluído curso de nível superior e que trabalham ou trabalharam nas empresas do sistema Petrobras em funções de nível médio. Guaraci Corrêa Porto fala sobre como a Aepet viveu intensamente o período da abertura política do país e contribuiu na redação da Constituição de 1988, nos textos referentes ao petróleo:

A Aepet vinha desse embate, em que ela tinha que navegar nessa estreita faixa entre a conveniência e a ética, o perigo. As pessoas participavam disso enfrentando toda a sorte de ameaças, perseguições etc. Quando houve a eleição que elegeu Tancredo Neves e assumiu depois o presidente Sarney, em que se falou na abertura e que pelo menos oficialmente havia acabado aquele período de perseguição, então um grupo de pessoas sentiu que era hora da Aepet aproveitar o momento... Aproveitar o momento e ir, digamos assim, colocar mais a cara na frente das câmeras: começar a aparecer e atuar decisivamente nas questões políticas. A Aepet passou não só a, digamos assim, a fazer a cabeça dos técnicos, mas fazer a cabeça de um grupo político fora da Petrobras e principalmente no Congresso Nacional. Então a Frente Parlamentar Nacionalista que se organizou naquela época tinha a Aepet como uma assessoria de alto nível para quem ela recorria sempre, principalmente sobre a questão de petróleo.²⁸

Argemiro Pertence Neto fala da primeira revisão constitucional dos termos referentes ao monopólio de petróleo, em 1994:

²⁸ Guaraci Corrêa Porto. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2009.

Estava prevista na Constituição de 88 uma revisão nos próximos 10 anos e ela foi convocada pra [em] 94 começar a discutir os temas mais questionados pela política do texto constitucional. Então sorte a nossa naquela época, que o Collor foi cassado em 92 por corrupção e o Itamar Franco que é um cara digno (...) assumiu o governo em Brasília no lugar do Collor. E o Itamar determinou que a Petrobras preparasse uma equipe, um grupo de pessoas, para irem a Brasília, semanalmente, conversar com deputados e senadores, levando material de divulgação, material institucional da empresa, para mostrar a deputados e senadores que iam votar a revisão da Constituição, as razões de por que se deveria preservar o monopólio do petróleo. E eu, por ser da Aepet, e mais um grupo de dez pessoas, passamos a ir toda semana, por conta da Petrobras – não da Aepet, da Petrobras –, a Brasília. A gente sentava e explicava ao deputado, ao senador, ao seu assessor principal, as razões de ser, de estarmos lá.²⁹

Associação dos Mantenedores Beneficiários da Petros (Ambep)

Foi criada em 1981 por um pequeno grupo de aposentados da Petrobras, que desejava proteger a Petros e os princípios de seguridade social, bem como garantir assistência aos aposentados e oferecer um espaço para a continuidade da convivência. A Petros é um fundo de previdência que provê aposentadoria complementar aos funcionários da Petrobras e de outras empresas do setor petroquímico.

A Ambep defendeu o fundo em momentos difíceis da conjuntura política nacional e, atualmente, oferece, aos seus associados, assistência jurídica e orientação para procedimentos de uso da Assistência Médica Supletiva da Petrobras (AMS). Conta com 33 mil associados, cerca de 280 mil dependentes e está presente em quase todo o país.

Déa Marques lembra as principais conquistas no campo da saúde e como isso despertou o interesse pela Ambep entre os funcionários da Petrobras ainda na ativa:

A nossa associação surgiu em 81 porque naquela ocasião, quando o petroleiro se aposentava ele não tinha o amparo da assistência médica da Petrobras. Então, eles fundaram essa... Não só pra congregar os aposentados, como também pra ver essa parte da saúde, certo? Hoje essa parte de saúde que nós temos, que são os credenciamentos médicos, ele[s] atraem, inclusive o pessoal da ativa, pelos dependentes que não têm a cobertura da AMS ou que não possu[em] um plano de saúde.³⁰

²⁹ Argemiro Pertence Neto. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2009.

³⁰ Déa Marques. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2009.

A força desta instituição, sobretudo em relação aos aposentados, é incontestável. Cumprindo o previsto em seu estatuto, a associação não interfere diretamente nas questões políticas e salariais que envolvem a Petrobras. Porém, isto não a impede de se relacionar com as outras instituições que representam os trabalhadores, quando os interesses são afins. Isto ocorreu, em 2002, quando o Sindipetro/RJ estava às vésperas da eleição para escolher sua nova direção e a Ambep afirmou que só apoiaria as chapas em que houvesse pelo menos 30% de candidatos aposentados, e dessas chapas ainda era exigido que se comprometessem formalmente a nunca votar contra o interesse dos aposentados.³¹ Outra luta em que as três instituições trabalharam em conjunto foi no Plano de Repactuação da Petros, que trouxe uma proposta de reformulação do plano de previdência complementar.

Institucionalmente, a posição política da associação manifesta-se, sobretudo, por meio de seu jornal mensal, que, tendo começado a circular no início da década de 1990, põe em pauta os principais acontecimentos relativos à Petrobras e ao seu corpo de funcionários, sempre marcando sua posição em defesa da empresa e da Petros. Isso pode ser constatado na edição de agosto de 2005, quando a Ambep apoiou a posição da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) contra os chamados “leilões do petróleo” que, a partir da quebra do monopólio, permitiram que outras empresas, mesmo as estrangeiras, explorassem o subsolo brasileiro.³²

Em defesa da Petrobras

Os petroleiros têm em suas histórias uma forte identificação com a Petrobras. Não raro afirmam que seu trabalho é mais do que uma atividade dentro da empresa; é uma função pelo progresso da nação, já que a exploração de petróleo interfere no desenvolvimento econômico do país.

É clara a convergência das organizações desses trabalhadores na firme luta pela Petrobras, defendendo-a de conjunturas da política nacional. Muitas vezes, a participação dessas entidades foi fundamental em fases críticas, como na redação da Constituição de 1988, na elaboração da legislação de petróleo e na luta contra o perigo de privatização da empresa, pressentido entre os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

Essas organizações compreendem a questão do petróleo como de interesse de todos os brasileiros. Exercem um papel que ultrapassa os anseios de uma determinada categoria que possui uma forte identidade com a empresa. Suas ações ultrapassam o comum vínculo empregatício, tocam a consciência do indivíduo na condição de cidadão brasileiro.

Guaraci Corrêa Porto se filiou à Aepet em 1981. Ele conta sua participação na elaboração do texto da Constituição de 1988 no que se refere ao petróleo:

O deputado Eusébio Rocha ligou e disse assim: “Olha, esse texto ainda não tá bom, os inimigos da pátria vão achar uma maneira de incluir o contrato de risco, como a constituição anterior já previa o monopólio

³¹ *Jornal da Ambep*, ano IX, n. 114, abr. 2002, capa e p. 3.

³² *Jornal da Ambep*, ano XII, n. 153, ago. 2005, capa.

estatal e ainda assim eles tinham o contrato de risco. Nós temos que ter um texto que proíba definitivamente, que impeça definitivamente a entrada dos contratos de risco”. Aí eu disse assim: “Deputado, vamos tentar.” Aí, eu elaborei esse texto, mandei pra ele, na época não tinha celular, ninguém tinha fax em casa, isso foi ditado por telefone, embora eu tenha esse papel até hoje, guardado. E ele disse assim: “Ah bom, agora não tem jeito, com esse texto aqui não tem jeito.” Então ele contatou lá os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, o próprio doutor Barbosa Lima Sobrinho, que presidia a comissão e disse: “Não, vamos incluir esse parágrafo aqui”, que seria o parágrafo único desse artigo. Então ficou conhecido lá pelo pessoal como a “Emenda Guaraci”. Havia um sentimento muito forte pela manutenção do monopólio estatal do petróleo, o que se discutia era a participação de outras empresas etc. Então esse parágrafo que foi incluído quase que na última hora na comissão Afonso Arinos e fez parte mais tarde do texto constitucional, ele era muito combatido porque realmente impedia que ocorresse participação de empresas estrangeiras.³³

Francisco de Paula Garcia Caravante lembra que, mesmo em momentos de conflito, como a greve de 1983, na Refinaria de Paulínia, os trabalhadores preocupavam-se com o patrimônio da Petrobras:

A refinaria não parou, ela ia parar mas não parou até esse momento, mas o sindicato deu ordem “Não deixa parar”, aí a refinaria se ergue novamente, continua operando mas não tinha mais condições porque ninguém tinha forças pra trabalhar mas o operário trabalhava, aí a Superintendência deu ordem “É o seguinte, não dá mais pra continuar, vamos começar a parar”, tanto é que a Refinaria parou sem a perda de 1 litro de petróleo, ela veio parando, foram lavadas todas as linhas de combustíveis, tudo na mais perfeita ordem, uma parada programada porque se a Refinaria para de repente há um risco de explosão, não houve esse risco, não houve quebra de máquinas, não existia isso porque a Petrobras é um patrimônio nosso. E quando a Refinaria foi invadida pela polícia a ordem era a seguinte nossa: “Nenhum policial mexe nas máquinas, ninguém mexe nas máquinas, as máquinas são nossas, nós temos a nossa segurança lá dentro” e os operários ficaram com as máquinas paradas e ninguém mexeu, tanto que quando retoma à atividade não houve grandes problemas.³⁴

³³ Guaraci Corrêa Porto. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, Rio de Janeiro, 2009.

³⁴ Francisco de Paula Garcia Caravante. Entrevista concedida ao Memória Petrobras, São Paulo, 2003.

Geraldo Lúcio Góes Cruz foi diretor do Sindipetro/RS. Ele fala de sua participação na criação da Comissão Gaúcha em Defesa do Monopólio, existente até hoje:

Isso foi em 87, na época da Constituinte, e nós tivemos no Rio Grande do Sul, a criação da nossa Comissão, que perdura até hoje. A origem é de um congresso da categoria que orientou para a criação das comissões estaduais tentando se articular com as demais, com a sociedade como um todo – até porque a questão do petróleo não é uma coisa específica de petroleiro. A Petrobras é do povo, a gente vai buscar a sua origem e vemos que as discussões que demandaram nossa criação envolveram toda a sociedade. Eu diria até que foi uma espécie de fenômeno político, porque de repente se viu a direitona de braço com a esquerda. Então nós criamos as comissões estaduais. Promulgada a Constituição, nós resolvemos mantê-la. A visão que a gente tinha, era de que a luta efetivamente começava a partir dali.³⁵

Para finalizar, deixamos aqui um espaço aberto para pesquisas complementares em relação à história dos trabalhadores petroleiros no Brasil, no acervo do Memória Petrobras.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MEMÓRIA PETROBRAS/MUSEU DA PESSOA. *Trabalhadores organizados: história das instituições de trabalhadores da Petrobras*. Relatório de pesquisa, 2009.

SCALETSKI, Eduardo Carnos. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. *Trabalhadores organizados*. Exposição virtual. 2010. Disponível em: <www.petrobras.com.br/minisite/memoria/trabalhadores/>.

SCALETSKY, Eduardo Carnos. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

Fontes

Entrevistas

Antonio Carlos Spis. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. Rio de Janeiro, 17/3/2003.

Argemiro Pertence Neto. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2009.

Carlos Cotia Barreto. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2005.

Carlos Sá Pereira. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2003.

Déa Marques. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2009.

Francisco de Paula Garcia Caravante. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2003.

³⁵ Geraldo Lúcio Góes Cruz. Entrevista concedida ao Memória dos Trabalhadores Petrobras, Rio Grande do Sul, 2003.

Geraldo Lúcio Góes Cruz. Entrevista concedida ao Memória dos Trabalhadores Petrobras. RJ, 2003.

Geraldo Silvino de Oliveira. Entrevista ao Projeto Memória da Petrobras. CPDOC/FGV; Petrobras. Rio de Janeiro, 1988.

Guaraci Corrêa Porto. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2009.

Ivan Calasans Meneses. Entrevista concedida ao Memória dos Trabalhadores Petrobras, Sergipe, 2004.

Jacó Bittar. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2003.

Jair Brega Marcatti. Entrevista concedida ao Memória dos Trabalhadores Petrobras. Cubatão, 2004.

João Antônio de Moraes. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2009.

José Genivaldo da Silva. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2009.

José Geraldo Saraiva Pinto. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2003.

Manuel Egídio. Entrevista ao Memória Petrobras. RJ, 2009.

Mário Soares Lima. Entrevista concedida ao Memória dos Trabalhadores Petrobras. RJ, 2003.

Nilson Viana Cesário. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2009.

Rene Jean Rodrigues Santana. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. RJ, 2004.

Roberto de Castro Ribeiro. Entrevista concedida ao Memória Petrobras. 2009

Periódicos

Boletim Aeperg. Rio de Janeiro, Aeperg, 1963-1975

Boletim Aepet. Rio de Janeiro, Aepet, 1980-1990

Jornal da Ambep, ano IX, n. 114, abril de 2002

Jornal da Ambep, ano XII, n. 153, agosto de 2005

Jornal Primeira Mão. FUP – Federação Única dos Petroleiros, 2 de maio de 1995

Jornal Surgente. Sindipetro Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1994

Revista da Ambep 25 anos. Rio de Janeiro, 2006

Surgente. 2/6/1995. Especial Greve

Tessituras revolucionárias

Memórias da Política Operária

Aurélio de Moura Britto¹
Túlio Souza de Vasconcelos²

Resumo

O Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (Nudoc/UFPE) desenvolve atualmente a formação de um acervo documental atinente à Política Operária (Polop). A referida organização teve forte influência, sobretudo, no campo dos debates teóricos, tematizando estratégias e desvios, concernentes à atuação da esquerda revolucionária, nas décadas de 1960 e 70 do século passado. Vislumbra-se, principalmente, o acesso de pesquisadores, militantes, bem como da sociedade em geral, aos documentos, digitalizados ou não, que delineiam a trajetória ímpar de luta desta entidade, que conheceria sua desarticulação nos idos dos anos 80. Nesse sentido, todos os documentos doados foram devidamente salvaguardados, selecionados, higienizados, passando entrementes por sumarização e catalogação, e estão, felizmente, em vias de disponibilização, bosquejando, assim, a reconstrução das memórias das lutas, proposições e plataformas dos enfrentamentos, teóricos e práticos, engendrados num período particularmente indigesto da história nacional.

Palavras-chave

Política Operária (Polop); documentos; centros de documentação.

Considerações preliminares

A pretensão deste breve artigo é, ainda que de forma bastante sumária, apresentar a documentação relativa à organização Política Operária (1961-1985). Esse material encontra-se atualmente salvaguardado no Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (Nudoc/UFPE). Entretanto, torna-se necessário realizar algumas digressões preliminares antes de efetivamente delinear os recortes cronológicos e a fase da organização abarcada pelos documentos em questão. Nesse sentido, o presente trabalho está estruturado em três tópicos centrais.

Iniciamos com uma breve discussão sobre a emergência dos centros de documentação e memória ligados às instituições federais de ensino superior. A discussão justifica-se na medida em que lança luz sobre os contornos estruturais, condições de trabalho e perspectivas político-

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, integrante do Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais (Nudoc/UFPE).

² Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco, integrante do Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais (Nudoc/UFPE).

acadêmicas que caracterizam a atuação desses centros, particularmente do Nudoc/UFPE, que existe desde 2005.

Em seguida tracejamos os contornos mais salientes da história da organização Política Operária, em suas duas fases: primeiro, como Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO), posteriormente convertida em Partido Operário Comunista (POC). Parte da organização cindiu com o partido e, em 1970, é fundada a Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária (OCML-PO). Esta argumentação se faz necessária na medida em que a documentação custodiada no Nudoc é relativa a sua segunda fase. Por fim, abordamos questões referentes ao estado, métodos, formatos e fundamentos cronológicos da documentação, aludindo aos outros centros de documentação que também possuem documentos referentes à organização.

Dos centros de documentação e memória

A memória, em sua dimensão de representação mnemônica, está na ordem do dia em várias frentes. Na academia, sobretudo, por intermédio das humanidades, particularmente dos historiadores, salta aos olhos o grande esforço despendido para diferenciá-la da história. Movimentos sociais, associações comunitárias e sindicatos, bem como certos segmentos sociais de alguma forma marginalizados, intentam construir sua identidade a partir deste constructo político, bosquejando imbricá-la com o fabrico de sua autoimagem a fim de operacionalizar e politizar suas plataformas reivindicatórias.

Nenhum ineditismo há nesta ilação, contudo, a partir dela, podemos esboçar aspectos que julgamos relevantes acerca da construção, preservação e disponibilização das memórias, levadas a cabo, especificamente, pelos centros de documentação e memória, ligados às instituições federais de ensino superior, sobretudo pela experiência do Nudoc, onde estão salvaguardados alguns documentos concernentes à organização Política Operária (1961-85), que este trabalho intenta sumariamente apresentar.

Seria tortuoso situar a emergência destes centros de documentação e memória totalmente fora desse circuito de politização da memória. Ligadas a movimentos de nuances acadêmicas, tais entidades são oriundas também, pelo próprio recorte temático e/ou cronológico que no geral as caracteriza, de uma atitude deliberada quanto ao que deve ser preservado. Afinal, como é sabido, a memória é necessariamente seletiva e opera por intermédio de recortes naquilo que deve, ou não, ser lembrado, assim como convém salientar o “caráter seletivo de qualquer preservação” (CASTRO, 2008, p. 17). *Grosso modo*, esses centros se notabilizam pela proposta premente de reunião, organização e preservação de fundos arquivísticos, trabalhando sob a égide da interdisciplinaridade, com informações especializadas, sobretudo temas ou períodos históricos. Alimentados, concomitantemente, pela própria renovação teórico-metodológica no campo conceitual da história, estes centros passaram a fulgurar com o próprio aval e relativo incentivo do Estado. A partir da década de 1970, eles estavam incluídos na política do Ministério da Educação e Cultura, incumbidos da preservação e organização dos documentos brasileiros. Assim, “o Programa Nacional de Cultura publicado em 1975, durante a gestão Ney Braga, recomendava a criação desses centros e definia como função da universidade a preservação e organização dos acervos e documentos brasileiros” (CAMARGO,

1999, p. 57). Estes centros possuem conhecida relevância no âmbito acadêmico, aproximando as fontes e os pesquisadores, bem como, frequentemente, almejam uma ampliação do público-alvo para além dos ainda confinantes muros da universidade, normalmente sob o escudo da política de extensão universitária.

Como aludimos antes, estes centros são fruto de uma ação política deliberada de preservação. Para se afirmarem, tiveram que transcender a função de órgãos geradores de base informativa e enveredar pela preservação e gestão da memória com fontes originais. Contudo, a falta de recursos humanos qualificados para o trato documental e a inequívoca insuficiência de apoio financeiro têm notabilizado a trajetória destes centros de documentação, contida nesta situação vexatória também a experiência pernambucana do Nudoc. Sobre a emergência destes centros e suas condições técnicas e estruturais cabe, assim, notar que:

No Brasil verifica-se que desde a década de 1970, várias universidades passaram a agir gradativamente com esse fim (...) seja por ausência de instituições dedicadas à preservação do patrimônio documental brasileiro, nas esferas estaduais e, sobretudo, municipais, seja por descaso dos poderes públicos, das instituições privadas ou particulares. Não menos importante foi – e é – a falta de recursos humanos especializados e de recursos financeiros suficientes, destinados a sua organização e preservação. (ibidem, p. 56)

Criado em 2005 com a pretensão de funcionar como aporte para os movimentos sociais na universidade, o Nudoc está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFPE. Além de desempenhar as atribuições acadêmicas de fomento à pesquisa sobre as atuações da classe trabalhadora ao longo da construção da sociedade brasileira, de modo particular as circunscritas ao período de vigência da ditadura civil-militar, é seu desígnio atuar, efetivamente, juntos aos movimentos sociais.

Desse modo, tem agido no sentido de estimular, entre os trabalhadores, sindicatos e movimentos em geral, a criação de uma cultura de preservação da memória, dando, na medida do possível, suporte técnico e teórico para a criação de arquivos adequados nos sindicatos.

Cabe, entretanto, acrescentar que suas ações têm sido limitadas pelas fragilidades estruturais referentes às situações ideais de trabalho e acondicionamento das fontes. Falta de material adequado para acondicionamento, umidade recorrente nas instalações, problemas relacionados a insalubridade e insetos, além da falta de recursos suficientes, podem ser apontados como os problemas mais frequentes. Não obstante, dentro das estreitezas e contratempos impostos pela precariedade estrutural, fruto da carência de uma política sistemática e satisfatória para os centros de documentação, felizmente o compromisso político de seus colaboradores mais tenazes tem projetado, gradualmente, o Nudoc como uma referência da construção e preservação da memória dos trabalhadores, junto às lideranças sindicais, dos movimentos sociais e, de modo particular, da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Pernambuco, configurando-se num mote para esfalar a cisão posta, historicamente, entre universidade e movimentos sociais.

Ao deliberar sobre o que preservar, os centros de memória erigem seu posicionamento político. Nesse sentido, o fundo Política Operária corrobora a diretriz político-organizacional do Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais, de fomentar a escrita da história dos enfrentamentos, teóricos e práticos, vivenciados pela classe trabalhadora, ainda mais quando se trata de lançar luz sobre um período particularmente indigesto da história nacional.

Delinearemos a seguir, tão somente como uma introdução, os contornos mais salientes da história da organização.

Sobre a Política Operária (1961-1985)

Em 1958, o Partido Comunista do Brasil (PCB) cambiava, significativamente, a sua orientação política. Até então, o partido endossava a posição favorável ao enfrentamento armado, notabilizada pelas teses de caráter radical dos anos de 1954 e 56. No entanto, com a Declaração de Março de 1958, o PCB consagrava a posição inequivocamente reformista de uma frente de conciliação e colaboração com a burguesia nacional. Segundo esta orientação cabia, primeiramente, uma aliança com o setor progressista da burguesia a fim de remover resquícios pré-capitalistas da economia brasileira, e, só então, passada esta etapa, uma revolução propriamente proletária. A revolução brasileira seria, então, primeiro “anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática” (SALLES, 2007). Desde meados dos anos de 1950, círculos intelectuais mais radicais condensaram seus questionamentos nessas formulações teóricas, bem como na atuação efetiva dos partidos de esquerda que polarizavam a conjuntura política de então, diga-se o PCB e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No bojo deste grupo de oposição ao PCB, começou a ganhar projeção um círculo de militantes que intentava viabilizar uma alternativa política, fundada nos liames de uma leitura marxista, para a emancipação proletária fora da tutela da burguesia, propondo, ao contrário, um enraizamento no seio da classe operária para implementar sua conscientização. Já em 1959, começa a circular uma publicação intitulada *O Movimento Socialista*, vinculada ao comunista austríaco Eric Sachs (REIS FILHO, 2007).

Portanto, articularam-se em torno da publicação distintos grupos insatisfeitos com a atuação da esquerda. A saber, um “grupo do Rio de Janeiro, oriundo da Juventude do Partido Socialista Brasileiro, o grupo de São Paulo, de inspiração luxemburguista e a Mocidade Trabalhista de Minas Gerais” (BERNARDES; STOTZ, 2009, p. 3). Estava, então, articulada a base da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO), que em 1961 iniciava seu congresso de fundação na cidade de Jundiaí. Com uma plataforma política extremamente combativa, aberta e confessadamente marxista, editava uma publicação intitulada *Política Operária*. Reiteradas vezes a organização defendeu:

a inviabilidade de reformas fora de um contexto revolucionário; a questão do socialismo, colocado na ordem do dia pelos movimentos sociais e pela radicalização na conjuntura; a necessidade de libertar os trabalhadores da influência dos partidos reformistas (PTB e PCB); a

organização de um novo partido comunista, que assumisse realmente a direção política da classe operária (...). (REIS FILHO, op. cit., p. 57)

No que tange às bases de atuação política, a Polop, como era conhecida, desempenhou, efetivamente, tímido papel na organização e condução das lutas operárias, tendo maior ascensão entre as organizações da esquerda e grupos radicais. No combate teórico, no entanto, desempenhou papel catalisador e proeminente, uma vez que, no geral, suas formulações reverberaram no âmago das esquerdas revolucionárias, pois “forçavam partidos como o PCB e o PCdoB a defender seus programas, influenciavam diretamente organizações que surgiam no período que eram particularmente permeáveis a ideia da viabilidade de uma revolução socialista, como pregava a Polop” (SALLES, op. cit., p. 34).

Após a instalação da ditadura civil-militar, em 1964, as organizações de esquerda padeceram com a imposição da clandestinidade. Com o desmembramento sofrido pelos partidos de maior ascensão entre os trabalhadores, os militantes da organização vislumbraram um maior espaço de atuação junto às bases, conclamando a montagem de uma Frente Revolucionária. Diante da conjuntura política brasileira, os membros da Polop “não podiam se contentar com a função de consciência crítica, justamente no momento em que se reclamava ação nos meios de ascendência de suas ideias” (GORENDER, 1987, p. 127).

Carente de uma base nos movimentos de massa, alguns de seus militantes viram no foquismo, irradiado sobremaneira do exemplo vitorioso da Revolução Cubana, como a senda necessária para se enveredar, efetivamente, para ações concretas e suplantar as acusações de teorismo que eram elaboradas por outros setores da esquerda. Em 1964, em ação conjunta com graduados das forças armadas, polopistas articulavam uma tentativa de resistência ao regime instaurado. Apesar de suas diversas ressalvas às “tendências aventureiras” da pequena burguesia, de fato a entidade empenhava-se, quase estritamente, no embate teórico. Intentava-se, assim, abrir uma frente de guerrilha contra a ditadura triunfante. Entretanto, suas articulações foram descobertas e reprimidas no berço da conspiração. O episódio passou a ser conhecido como Guerrilha de Copacabana, e seu saldo foi o engrossamento das fileiras de exilados da entidade (ibidem, p. 128).

Reflexões acerca do foquismo foram elaboradas num documento intitulado *Aonde vamos?* Entre outras coisas, refletia o esforço de um dos seus maiores intelectuais, Eric Sachs, mais conhecido como Ernesto Martins, em pontuar algumas ressalvas àqueles militantes que viam a guerrilha foquista como a panaceia tática dos operários. Conciliava a teoria do foco e a emergência de um partido, pois:

Embora nas atuais condições de reagrupamento político da esquerda revolucionária do país, a guerrilha possa preceder ao partido, a formação deste se torna indispensável no decorrer da luta, como uma condição para a vitória do movimento revolucionário. De outro lado, não temos dúvida que esse partido surgirá e endurecerá com as perspectivas de luta, que uma guerrilha politicamente consciente oferecerá aos quadros revolucionários dispersos no País. (MARTINS, 2009)

A propósito, a Polop bradava reiteradas vezes pela formação de um partido comunista, efetivamente proletário e que conduzisse a luta operária. Finalmente, em 1967 estava montado o Partido Operário Comunista (POC), cuja plataforma política era síntese das formulações anteriores da organização, resumidas em um documento intitulado *Programa socialista para o Brasil*. A despeito de sua sigla, o partido tinha pouca influência junto aos operários, sendo seus quadros compostos, na maioria, por estudantes e intelectuais (GORENDER, op. cit., p. 129).

No entanto, pouco antes da fundação do partido houve um racha intenso nas fileiras da organização. Duas de suas secções mais engajadas e articuladas, a de Minas Gerais e a de São Paulo, cindiram com ela. Alegavam, sobretudo, o teorismo, o obreirismo e o burocratismo como marcas indelévels da entidade. Esses militantes se agruparam em torno de organizações que praticavam a luta armada, respectivamente, a Comando de Libertação Nacional (Colina), entidade oriunda da própria dissidência da Polop, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O partido, que aglutinava também uma dissidência do PCB do Rio Grande do Sul, teve diminuta participação no momento da emergência do movimento estudantil em 1968. A Polop, “agora convertida em POC, que sempre se situara à esquerda no âmbito da luta teórica e da luta política, fustigando os grandes partidos reformistas, surpreendia-se agora criticada pela esquerda” (REIS FILHO, op. cit., p. 61).

Aturdida pelo contexto de radicalização que sucedeu o AI-5, no final de 1968, quando vários grupos decididamente enveredaram pela luta armada, parte da militância do POC aderiu a essa tática, alicerçada no precedente aberto pelo *Programa socialista para o Brasil*, que autorizava a insurgência, a partir de um foco catalisador. Foi a origem da experiência efêmera do POC-Combate, dedicada a romper com a vaga teorista da velha Polop, desarticulada rapidamente pela polícia política em 1971.

Entretanto, o encanto pela luta armada não acometeu toda militância da organização. Assim sendo, militantes resistentes ao que denominavam de “esquerdismo militarista e sua tendência aventureira pequeno-burguesa”, fundaram, sob a liderança de Ernesto Martins, a Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO). Propondo a retomada das bandeiras e plataformas da antiga Polop, relançaram sua publicação de maior notoriedade, *Política Operária*, arregimentando “núcleos na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco” (ibidem, p. 62).

Ao contrário da antiga Polop, que denunciara o reformismo dos partidos da esquerda e sua tendência colaboracionista com a burguesia, a OCML-PO, nova Polop, direcionou suas críticas às táticas que eram efetivadas pelos “desvios militaristas que haviam contaminado a esquerda”. Colocavam nos seguintes termos a permanência do nome e a retomada das bandeiras de outrora, bem como a inviabilidade do POC:

Entretanto, o Comitê Nacional do POC foi incapaz de definir as diretrizes que deveriam conduzir a recém-fundada organização no caminho da mobilização independente da classe operária (...). A maioria do CN e quase a metade do Partido romperam, por isso, com o POC e fundaram, em abril de 1970, a Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária. Decidimos retomar a sigla Política Operária, porque nos consideramos

continuadores das tradições teóricas, do Programa e das concepções proletárias de luta da antiga Política Operária. (PROGRAMA..., 1971)

A organização seguiu, então, na defesa de uma revolução socialista. Porém não tardaria para que ela conhecesse nova celeuma, relativa, desta vez, à participação no processo morigerado de redemocratização de forma “lenta, gradual e segura”, como propunha o governo Geisel. A PO colaborava em uma frente conjunta com a Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML) e o Movimento Oito de Outubro (MR-8), numa articulação denominada Tendência Proletária (REIS FILHO, op. cit., p. 63). Ambas as entidades endossavam a posição de que se deviam aproveitar as brechas dentro do regime e, diante da conjuntura da vitória do MDB, lançar candidatos próprios para os pleitos eleitorais. A Polop não entendia desta forma, e denunciava que tais proposituras legitimavam e corroboravam as regras da hegemonia burguesa. Extinta a Tendência Proletária, prosseguia a Polop.

A organização ganharia novo impulso com a emergência das greves em regiões industriais de São Paulo. Um ano antes, em 1977, na sua publicação *Política Operária*, assim ponderaram os editores sobre a situação da organização:

Temos nos omitido de um posicionamento atual frente à ditadura quando deixamos de lutar para o fortalecimento das lutas atuais e para que as formas iniciais de organização independente ampliem a resistência à ditadura e para que se fortaleça a política da classe operária em resistência à ditadura (...). (POLÍTICA OPERÁRIA, 1977, p. 1)

Entretanto, com as movimentações grevistas em São Paulo, a estratégia da organização seria se engajar no processo de luta, que, em sua análise, ainda não era revolucionário nem socialista, mas representava um campo de atuação ímpar na época. Uma das preocupações da entidade foi evitar que o sindicalismo atrelado, ou amarelo, coordenasse as ações do movimento operário grevista. Na edição de agosto de 1979 da *Política Operária*, definia-se como sendo da alçada da Polop direcionar o Partido dos Trabalhadores para uma tendência operária e socialista, embora não fosse sua intenção atrelar-se ao novo partido. Na publicação, lia-se:

Hoje, a posição dos operários socialistas e revolucionários deve ser exatamente esta. Lutar para fazer do PT um instrumento atual de luta da classe contra os patrões; pela radicalização de suas metas e, em nível superior, já englobando posições claras quanto à própria luta pelo poder político. (POLÍTICA OPERÁRIA, 1979, p. 2)

Defendendo a liberdade sindical e criticando de modo veemente a atuação dos sindicatos amarelos, a organização acompanhou e participou da formação do Partido dos Trabalhadores, muito embora sempre apontasse a existência de uma “ala direitista” de caráter eminentemente eleitoreiro. “Desde os inícios dos anos 1980, porém, já se evidenciavam as

contradições internas do PT, e a PO não pouparia críticas a respeito da omissão e da insuficiência das lideranças nacionais, consideradas muito pragmáticas” (REIS FILHO, op. cit., p. 65).

A organização gradualmente foi se desvanecendo, com a pregação da qual efetivamente nunca se desvencilhou, no bojo das forças sociais que compunham o Partido dos Trabalhadores. Em 1984, lia-se:

A O. em sua maioria se afastou demais dos centros do movimento operário, se despolitizou demais, perdeu um grande número de quadros experientes, e a rigor não conta com quadros suficientes familiarizados com a teoria marxista (excluindo suas versões vulgares) para garantir um certo nível a nossa atividade. (SITUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, 1984)

O tom sepulcral acima tinha características vaticinadoras. Afinal, em 1985, estava definitivamente desarticulada a Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária.

Acerca da documentação

O Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (Nudoc/UFPE) adquiriu, na forma de doações realizadas por ex-militantes, um conjunto de documentos relativos à organização Política Operária (1961-1985). Os documentos são textuais em suporte papel e o recorte cronológico é a partir da década de 1970, concernente, desse modo, à nova Polop – Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO).

A Política Operária tem documentos que estão sob a posse de outras entidades. Nesse momento é de nosso conhecimento a documentação existente no Centro de Documentação e Memória (Cedem), da Unesp, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj), do IFCS-UFRJ, e ainda no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Unicamp.

Dois novos arquivos estão constituídos e em fase inicial de organização, a saber, o acervo sob a guarda do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (Labelu) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o acervo destinado à guarda do Arquivo Nacional (AN). (BERNARDES; STOTZ, 2009, p. 8)

De toda esta documentação, a mais completa é a que está circunscrita ao Cedem. Pela sua própria origem, a partir do Setor de Organização Nacional (SON) da Polop, tem um grande número de exemplares versando sobre suas origens e até 1978.

Quando comparada com a documentação custodiada pelos centros citados acima, a documentação localizada no Nudoc tem um número relativamente pequeno de documentos,

em torno de 160.³ Contudo, as teses e análises de conjuntura caracterizam-se, no geral, pelo elevado número de páginas.

Como dissemos anteriormente, com o surgimento da OCML-PO retomou-se a publicação então intitulada *Política Operária – Jornal de Combate da Classe Operária*. Temos exemplares dela, embora não totalmente sequenciados, iniciando no ano de 1977 e se estendendo até 80, cada exemplar com vinte páginas em média.

Somam-se a isto circulares internas, que debatiam a conjuntura política, táticas, avanços e limites da organização, além de embates travados entre os militantes. Temos ainda estudos mais densos teoricamente, em formato de tese, sobre o itinerário a ser percorrido pela entidade no fomento, junto à classe operária, dos enfrentamentos, teóricos e práticos, que conduziram a feitura da revolução socialista no Brasil. Os materiais versam ainda sobre a conjuntura nacional e internacional da luta proletária, e há algumas cartas.

Os documentos chegaram ao Nudoc emaranhados com materiais do diretório estadual do Partido dos Trabalhadores. Feita a identificação daqueles atinentes à Polop, com a colaboração de bolsistas,⁴ iniciamos os estudos sobre a sua trajetória histórica.

Cabe salientar que o trato documental ainda está em processo de organização e, felizmente, a documentação encontra-se em vias de ser disponibilizada aos pesquisadores. Num primeiro momento, apenas com a consulta presencial. Aguardamos atualmente a liberação de verbas do Ministério da Ciência e Tecnologia para a aquisição de suporte e plataformas tecnológicas que propiciem a digitalização do acervo.

Quanto ao trato documental, deliberou-se que tínhamos um novo fundo, uma vez que os referidos documentos

foram produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões lhe sejam afim [sic]. (BELLOTTO, 1991, p. 79)

Deliberada a existência de um novo *fundo fechado*, o esforço direcionou-se no sentido da construção das séries documentais, pois “os fundos podem ser subdivididos em séries e subséries, que refletem a natureza da composição, seja ela estrutural, funcional, ou até mesmo por espécie documental” (PAES, 1986, p. 124).

³ Segundo o projeto “50 Anos da ORM – Política Operária”, a documentação do Labelu gira em torno de 1.500 documentos.

⁴ Os bolsistas de iniciação acadêmica (BIA), oriundos de escolas públicas, sob orientação, foram os responsáveis pelo trabalho, realizado com afinco, de separação da documentação relativa à Polop. Gostaríamos de agradecer sua colaboração, sobretudo, nas pessoas de Frederico Vitória da Silva Neto, Jefferson Gonçalo do Carmo, Júlio César Ferreira Ales e Adriano Martins de Oliveira, sem os quais este trabalho não seria possível.

Assim, identificadas as espécies documentais, entendidas como a “configuração que o documento assume de acordo com a disposição e natureza das informações”, e os tipos documentais, “configuração assumida pelo documento conforme a atividade que o gerou”, definiram-se as séries documentais, “sequências de documentos com características semelhantes geradas por uma mesma atividade ou função”, que compõem a documentação em questão.

O jornal *Política Operária*, os *Boletins e Circulares Internas*, *Teses e Cartas* são as espécies documentais mais presentes no fundo. Em se tratando de um fundo fechado, e também devido ao volume da documentação, as séries foram a primeira e única subdivisão do fundo documental, não havendo necessidade, assim, de criar subséries. O jornal *Política Operária* e as teses são os tipos mais volumosos das séries que compõem o fundo. Na ordenação delas optou-se pelo recorte cronológico, precisamente a data de produção do documento.

Apesar do volume relativamente pequeno, a documentação salvuardada no Nudoc se reveste de importância, ao passo que aborda os anos finais da organização e sua posterior dissolução. Nesse sentido, “uma primeira avaliação deixa patente a complementaridade dos acervos” (BERNARDES; STOTZ, 2009, p. 9).

No que se refere à conservação dos documentos e à política de preservação do Nudoc, cabe tecer algumas ponderações. Como foi salientado anteriormente, dentre as limitações dos centros de memória, em geral, constata-se a ausência de recursos financeiros suficientes e a falta de suporte de recursos humanos qualificados. Não dispomos até o momento de recursos humanos suficientemente especializados para levar a cabo o trato documental via restauração dos documentos. Implementamos a preservação da documentação, sobretudo na forma de acondicionamento. Leia-se aqui acondicionamento como “o conjunto de métodos de proteção de documentos, parte de um programa de preservação do acervo documental” (THE BRITISH LIBRARY NATIONAL PRESERVATION OFFICE; DUARTE, 2003, p. 71). Seus procedimentos não atuam sobre a natureza física do documento, agindo no sentido de criar um microambiente que prolongue a vida da documentação, tolhendo as ações adversas do macroambiente. A *higienização* diz respeito ao conjunto de técnicas empregadas para a remoção da poeira e demais resíduos, que possam estar na superfície do documento tentando sua preservação (BELLOTTO; CAMARGO, 1996, p. 42). Do ponto de vista da preservação: “O acondicionamento é capaz de aumentar o volume do acervo, mas, se o objetivo é a conservação da sua condição atual, a longo prazo, essa talvez seja a solução mais econômica e conveniente do ponto de vista da preservação” (THE BRITISH..., 2003, p. 73; CASSARES; MOI, 2000, p. 31).

A limpeza que o Nudoc realiza se restringe a suplantando a poeira e as incrustações da superfície documental; assim, trata-se de uma higienização a seco (CASSARES; MOI, 2000).

Os documentos, de modo geral, encontram-se em bom estado de conservação. Contudo, nas publicações mimeografadas é saliente a deterioração, bem como o embranquecimento de algumas publicações. Alguns exemplares do jornal *Política Operária* estão danificados em suas extremidades devido ao uso de grampos de ferro. Entretanto, nada que comprometa o acesso às informações neles contidas.

Nesse sentido, na contracorrente de suas fragilidades estruturais, o Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais da UFPE tem efetivado uma política de preservação

dos documentos sob sua guarda, estando a documentação relativa à organização Política Operária em vias de ser, felizmente, disponibilizada ao público de pesquisadores e interessados, que terão ao seu alcance um amplo manancial de possibilidades para (re)escrever a história da construção da cidadania brasileira, processo inacabado por natureza e que, num certo enfoque, pode ser narrado a partir dos enfrentamentos vivenciados pela classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BELLOTTO, H. L.; CAMARGO, A. M. A. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas Brasileiros, 1996.
- BERNARDES, Dênis Antonio de Mendonça; STOTZ, Eduardo Navarro (et al). *Projeto: "50 Anos da ORM – Política Operária" – Organização dos acervos e divulgação ao público*. Centros de Estudos Victor Meyer. Salvador; Rio de Janeiro; São Paulo; Recife, 2009.
- CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes de (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 49-63.
- CASSARES, N. C.; MOI, C. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000. (Como Fazer, 5).
- CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia: 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- MARTINS, Ernesto. *Aonde vamos?*. Centro de Estudos Victor Meyer. Documento digitalizado em 2009.
- OLIVEIRA, Joelma Alves de. *Polop: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2007.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986.
- POLÍTICA Operária: *Jornal de Combate da Classe Operária*, n. 67, p. 2, ago. 1979. Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais, (Nudoc/UFPE).
- POLÍTICA Operária: *Jornal de Combate da Classe Operária*, n. 48, p. 1, jan. 1977. Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais (Nudoc/UFPE).
- PROGRAMA socialista para o Brasil. Introdução. 1971. Centro de Estudos Victor Meyer. Documento digitalizado em 2007.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista: o itinerário da Política Operária (1961-1986). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia: 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 57-71.
- RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos de 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia: 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-51.
- _____. Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*. v. 6. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007. p. 105-151.
- _____. A esquerda em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. *Cadernos do AEL*, v. 8, n. 14-15, p. 259-295, 2001.

SALLES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Zélia Lopes de (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

SITUAÇÃO da organização, fev. 1984. Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais (Nudoc/UFPE).

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Como Fazer, 9).

THE BRITISH LIBRARY NATIONAL PRESERVATION OFFICE; DUARTE, Zeny (trad.). *Preservation: survival kit. Preservação de documentos, métodos e práticas de salvaguarda*. Salvador: Ed. UFBA, 2003.

Programa

30/3/2011 – quarta-feira

8h

Início do credenciamento e entrega de materiais

9h às 10h

Abertura

Coordenação: Quintino Severo – secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores

- Saudação de Jaime Antunes da Silva – diretor-geral do Arquivo Nacional do Brasil
- Saudação de Artur Henrique da Silva Santos – presidente da Central Única dos Trabalhadores
- Saudação de Darby Ygayara – presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro

10h às 12h30

Conferências – Arquivos, memória e resistência

Coordenação: Elina Pessanha – Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

- Antonio González Quintana – Archiveros sin Fronteras Madri – Espanha
- Daniel Aarão Reis – Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro – Brasil

12h30 às 14h

Almoço

14h às 17h

Primeira mesa – O Estado e os arquivos dos trabalhadores

Coordenação: Luiz Anastácio Momesso – Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da Universidade Federal de Pernambuco – Recife – Brasil

- Guillermo Palacios – Centro de Estudos Históricos – Colégio do México – DF – México
- Benito Schmidt – Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – Brasil
- Pedro Penteado – Direção-Geral de Arquivos de Portugal e Universidade Nova de Lisboa – Lisboa – Portugal

17h30 às 20h30

Minicurso – Introdução à organização de centros de documentação e memória

- Célia Reis Camargo – Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

17h30 às 20h

Mostra de filmes sobre os trabalhadores e a resistência aos regimes militares

31/3/2011 – quinta-feira

9h às 12h30h

Sessão de comunicações I – Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo

Coordenação: Antonio José Marques – Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores – São Paulo – Brasil

Sessão de comunicações II – Resistência dos trabalhadores na cidade e no campo

Coordenação: Inez Terezinha Stampa – Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas – Rio de Janeiro – Brasil

12h30 às 14h

Almoço

14h às 17h

Segunda mesa – Arquivos sindicais: as experiências internacionais

Coordenação: Ricardo Medeiros Pimenta – Instituto de Humanidades da Universidade Candido Mendes – Rio de Janeiro – Brasil

- Annie Kuhn munch – Confederação Francesa Democrática do Trabalho – Unidade de Documentação Arquivística – Paris – França
- Graciela Córscico – Central dos Trabalhadores Argentinos – Centro de Documentação e Biblioteca – Buenos Aires – Argentina
- Aurélie Mazet – Instituto de História Social da Confederação Geral do Trabalho – Paris – França
- Christine Coates – TUC Library Collections – Central Sindical Inglesa e Universidade Metropolitana de Londres – Londres – Inglaterra

17h30 às 20h30

Minicurso – Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores

- André Porto Ancona Lopez – Faculdade de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília – Brasília – Brasil

17h30 às 20h

Mostra de filmes sobre os trabalhadores e a resistência aos regimes militares

1/4/2011 – sexta-feira

9h às 12h30

Terceira mesa – Memória e resistência dos trabalhadores na cidade e no campo

Coordenação: Leonilde Servolo de Medeiros – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

- Maria Aparecida de Aquino – Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo – Brasil
- Maria do Socorro Rangel – Universidade Federal do Piauí – Teresina – Brasil
- Ludmila da Silva Catela – Arquivo Provincial da Memória de Córdoba e Universidade Nacional de Córdoba – Córdoba – Argentina

- José Sergio Leite Lopes – Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

12h30 às 14h

Almoço

14h às 15h

Lançamentos

- *Retrato da repressão política no campo: Brasil (1962-1985)* – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos, de Marta Cioccarri e Ana Carneiro. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
- *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*, de Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa (org). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional; São Paulo, Central Única dos Trabalhadores (edição eletrônica)

15h às 17h30

Plenária final – Relatório dos coordenadores de mesa e recomendações

Coordenação: Jaime Antunes da Silva – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil

18h30 às 22h

Coquetel de encerramento

Promoção

Arquivo Nacional
Central Única dos Trabalhadores

Organização

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Memória, Universidade Estadual Paulista
Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores
Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, Arquivo Nacional
Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais, Universidade Federal de Pernambuco
Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Apoio

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário – NEAD
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco

Comissão organizadora

Antonio José Marques, Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores
Benito Bisso Schmidt, Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul
Célia Reis Camargo, Centro de Documentação e Memória, Universidade Estadual Paulista
Elina Pessanha, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Inez Terezinha Stampa, Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, Arquivo Nacional
Jacy Barletta, Centro de Documentação e Memória, Universidade Estadual Paulista
Leonilde Servolo de Medeiros, Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Luiz Anastácio Momesso, Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais, Universidade Federal de Pernambuco

Direção Executiva Nacional da CUT – 2009/2012

Presidente

Artur Henrique da Silva Santos

Secretário-Geral

Quintino Marques Severo

Secretário de Administração e Finanças

Vagner Freitas de Moraes

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação

Rosane Bertotti

Secretário de Formação

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretária da Juventude

Rosana Sousa de Deus

Secretária de Meio Ambiente

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretária da Mulher Trabalhadora

Rosane da Silva

Secretário de Organização e Política Sindical

Jacy Afonso de Melo

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretário de Relações Internacionais

João Antonio Felício

Secretário de Relações do Trabalho

Manoel Messias Nascimento Melo

Secretária da Saúde do Trabalhador

Junéia Martins Batista

Diretores Executivos

Antônio Lisboa Amâncio do Vale

Aparecido Donizeti da Silva

Dary Beck Filho

Elisângela dos Santos Araújo

Jasseir Alves Fernandes

Julio Turra Filho

Pedro Armengol de Souza

Rogério Batista Pantoja

Shakespeare Martins de Jesus

Valeir Ertle

Conselho Fiscal

Efetivos

Joice Belmira da Silva

Pedro de Almeida dos Anjos

Waldir Maurício da Costa Filho

Suplentes

Marlene Terezinha Ruza

Rubens Graciano

Sergio Irineu Bolzan

Promoção



ISBN 978-85-60207-40-4



978-85-60 207-40-4